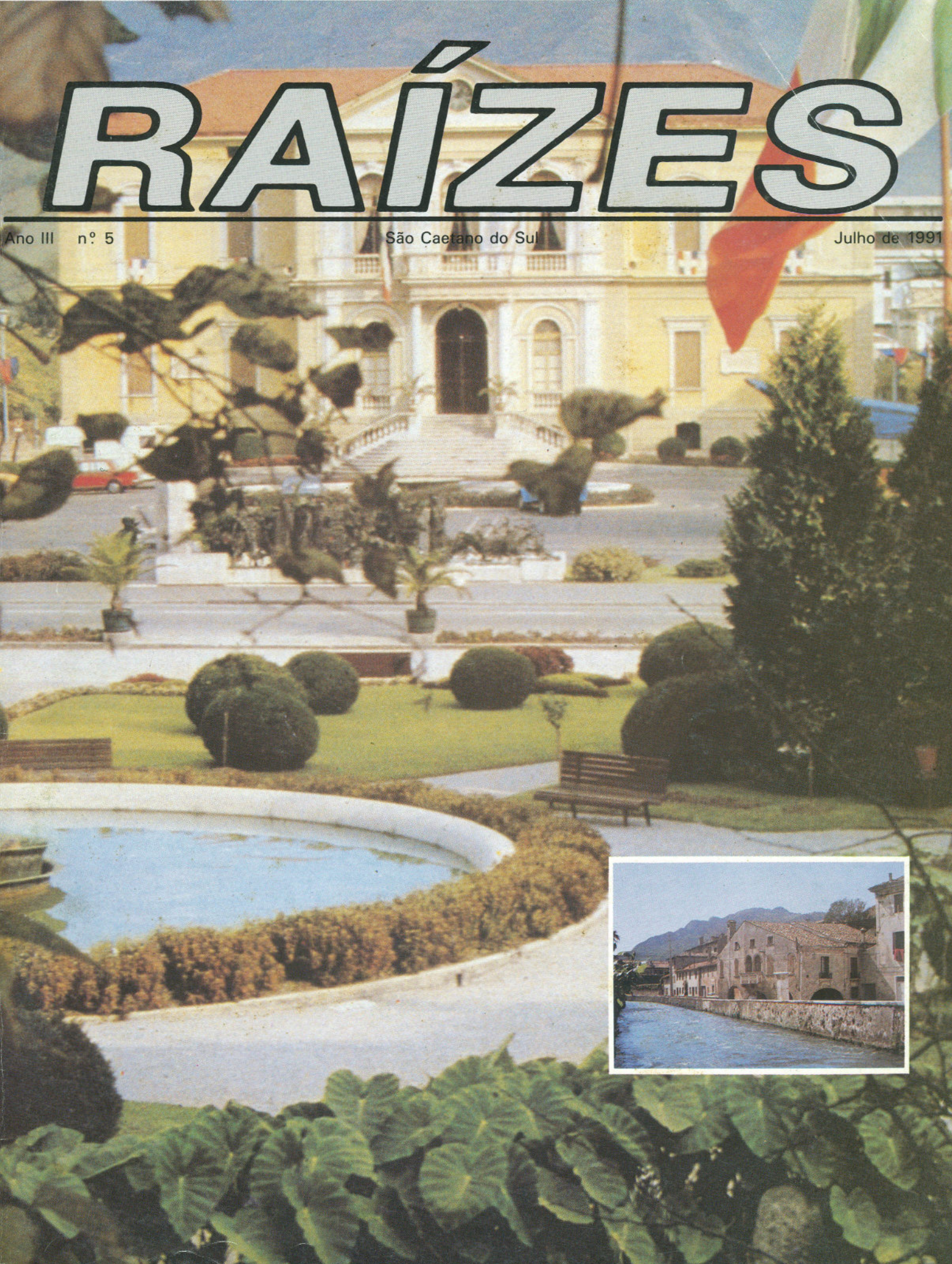


RAÍZES

Ano III nº 5

São Caetano do Sul

Julho de 1991



Migração de povos, matéria-prima para forjar novas nações

Este número de Raízes dedica atenção especial à pequena Vittorio Veneto, encravada nas montanhas do Nordeste italiano. A razão é eloqüente: Ceneda e Serravalle, as duas cidades que se uniram para formar a moderna Vittorio Veneto, são o lugar de origem da maioria dos imigrantes italianos que vieram para São Caetano do Sul, em 1877, em atendimento à política de imigração promovida pelo Segundo Império. E muito pouca atenção (para não dizer quase nenhuma) tem sido dada a essa outra faceta da formação da cidade.

Afirmar que as nações do Novo Mundo são o resultado de grandes massas migratórias de povos é simples truísmo. Mas indicar como são os locais de origem das correntes migratórias, traçar um painel a respeito de suas tradições e Histórias, é um rico estudo contrastivo que pode conduzir à compreensão mais aprofundada da multifacetada realidade brasileira, composta por descendentes de povos de origem diversa.

No caso específico de São Caetano do Sul, com certeza, valeria a pena tentar refazer esse mesmo percurso feito por portugueses, espanhóis, ucranianos, japoneses e outros povos, além dos brasileiros de outros Estados, cujas tradições, costumes e folclore sobrevivem no grande conglomerado urbano. As nações modernas e evoluídas, como o Canadá e a Austrália, que têm incentivado as pesquisas a respeito da multiculturalidade, enriquecem a sua própria identidade, ao esquadriharem a origem de sua gente. Ter noção exata a respeito da própria identidade é a melhor forma de conhecer-se.

O Editor

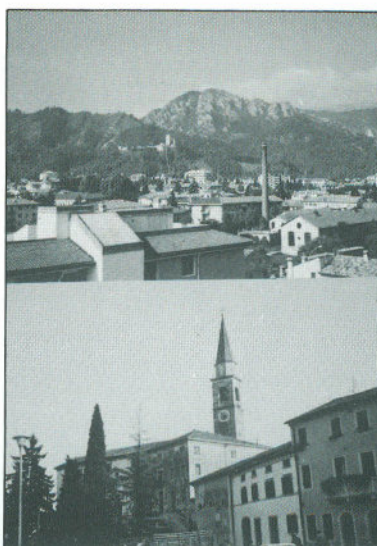
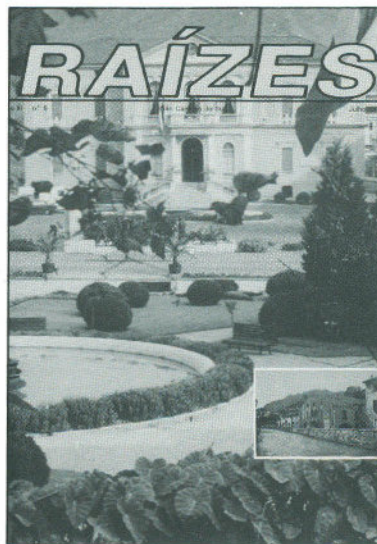
RAÍZES

Publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul

Ano III Número 5
Avenida Goiás, 600, 3º andar (CEP 09520)
Telefone: (11) 441-1634; Telex: 114-4938;
Fax: (011) 743-4618

Conselho Editorial:

Aleksandar Jovanovic, Claudinei José Rufini, Henry Veronesi, Oscar Garbelotto, Sônia Maria Franco Xavier, Valdenzio Petrolli.



Capa: Piazza del Popolo, construída após 1866, depois da fusão das cidades de Ceneda e Serravalle. Ao fundo, o Palazzo Comunale, sede municipal, construída em 1872. Em primeiro plano, jardim, fonte e monumentos. No detalhe: o rio Meschio, em Serravalle.
Foto: Azienda Promozione Turistica, Comune di Vittorio Veneto.
Contracapa: Panorama de Vittorio Veneto (em cima) e panorama de Cappella Maggiore.
Fotos: Oscar Garbelotto.

Editor/Jornalista Responsável:

Aleksandar JOVANOVIC
(MTb 13.165; Sjpesp 7.290)

Fotos:

Reprodução de Yoji Agata, José Honório de Castro e Gilson C. Santos
A revista Raízes está aberta à colaboração de pesquisadores da História do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à Redação da revista não são devolvidos, exceção feita a fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMPOSIÇÃO, FOTOLITO E IMPRESSÃO
IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S. A. IMESP
Rua da Mooca, 1971 - Fone: 201.3344
Vendas, telas: 257 e 325
Telex: 011-34657 - DOSP
Caixa Postal: 8231 - São Paulo
C.G.C. (M.F.) N.º 48.966.547/0001-84

ÍNDICE

<i>A formação do espaço regional do Tijucuçu e de São Caetano</i> José de Souza MARTINS	4
<i>Foi uma vez uma sociedade</i> Henry VERONESI	17
<i>Imagens vênetas (breve história da trajetória dos homens simples que fundaram uma cidade na América)</i> Oscar GARBELOTTO	25
<i>A Maçonaria em São Caetano</i> Sílvia BUSO	35
<i>Os cinemas em São Caetano</i> Sônia Maria Franco XAVIER	39
<i>Rua Major Carlos Del Prete: estranha honra dada a uma rua de São Caetano</i> Arnaldo TREBILCOCK	48
<i>Sociedade dos Amigos de São Caetano, a entidade que liderou a autonomia</i> Valdenizio PETROLLI	49
<i>Era uma rua chamada Rui Barbosa</i> Ademir MÉDICI	54
<i>O aprendiz de figurante</i> Jayme da Costa PATRÃO	58
<i>Meio Ambiente</i> Billings: memória da insensatez Antônio de ANDRADE	61
<i>A retificação do Ribeirão dos Meninos (depoimento)</i> Uromes P. SANTOS	66
<i>Opinião</i> <i>Uma questão de cidadania ao contrário: indefinições sobre a política de preservação</i> Sérgio Farah ESCAMILLA e Suzana Cecília KLEEB	68
<i>Subsídios para a discussão de uma política urbana</i> Enio MORO JR.	69
<i>Depoimento</i> <i>O povo e sua voz</i> Claudinei RUFINI	70
<i>Escoteiros</i> Gisberto GRIGOLETTO	74
<i>Homenagem</i> <i>Família Dall'Anese (de Vittorio Veneto a São Caetano do Sul)</i> Márcia GALLO	75
<i>O imigrante Pedro Braidó</i> Geraldo BRAIDO	79
<i>Giovanni Moretti, o "Bello"</i> João MORETTI	81
<i>Manuel Gutierrez Durán</i>	83
<i>Antonio Marinotti</i>	85
<i>Memória Fotográfica</i>	86



É comum a afirmação de que a literatura de outras eras não pode suprir a literatura de nossos dias, porque cada geração quer exprimir seu próprio pensamento, e nunca duas épocas diversas, nem sequer duas gerações sucessivas tiveram os mesmos ângulos intelectuais de visão. Todavia, esse pensamento não se aplica aos motivos históricos que nos conduziram a edificar a Revista **Raízes**. Nossa geração, e futuramente a vindoura, mesmo vivendo épocas diversas, enxerga no trabalho motivador de riquezas culturais de nosso povo passado uma contribuição valiosa para se chegar ao estágio avançado de São Caetano "cidade-padrão do Brasil", eleita assim em pesquisas oficiais de periódicos confiáveis e em dados estatísticos levantados com rigor.

Estamos costurando fragmentos históricos de nossa cidade, um pouco sem seqüência de calendário, porém com objetivo determinado de reconstituição de fatos sociais, culturais, religiosos, econômicos ou outro segmento qualquer, que, juntos, formam elementos da estruturação de nossa vida urbana.

Tudo o que a metrópole tem sido, feito, pensado deveria, como que magicamente, encontrar-se preservado em páginas de livros. Assim não acontece, mas deve ser preocupação, porque quem não tem História... não viveu. Nós queremos tê-la e, partindo da abnegação de nossos excelsos e extraordinários colaboradores e articulistas, um a um, surgirão os fatos e, amalgamados, formarão um capítulo vivo para preservação de nossa história.

Nesta edição trazemos, entre outras coisas, uma ampla reportagem sobre Vittorio Veneto, local de origem dos italianos de 1877; crônicas sobre a Rua Rui Barbosa; homenagem à família Dall'Anese, a Antonio Marinotti, Manoel Gutierrez Durán, a um membro da família Braidó; lembranças sobre o Ideal; um pouco da História da Maçonaria na cidade; depoimentos sobre a represa Billings e a retificação passada do Ribeirão dos Meninos. São fragmentos de nossa História presente e passada.

Luiz Olinto Tortorello

Luiz Olinto Tortorello
Prefeito
São Caetano do Sul, julho de 1991

A formação do espaço regional do Tijuçu e de São Caetano (*)

José de Souza MARTINS (**)

É comum o erro de considerar a área do atual município de São Caetano do Sul como sendo o mesmo território que foi denominado Tijuçu até o século XVIII. Essa confusão dificulta a leitura dos documentos históricos, impede o mapeamento correto dos antigos limites da região e suas modificações no decorrer do tempo, além de impedir que os estudos regionais avancem além da enumeração de fatos, arrolamentos cronológicos e afirmações ingênuas e, muitas vezes, inverídicas a respeito da história local.

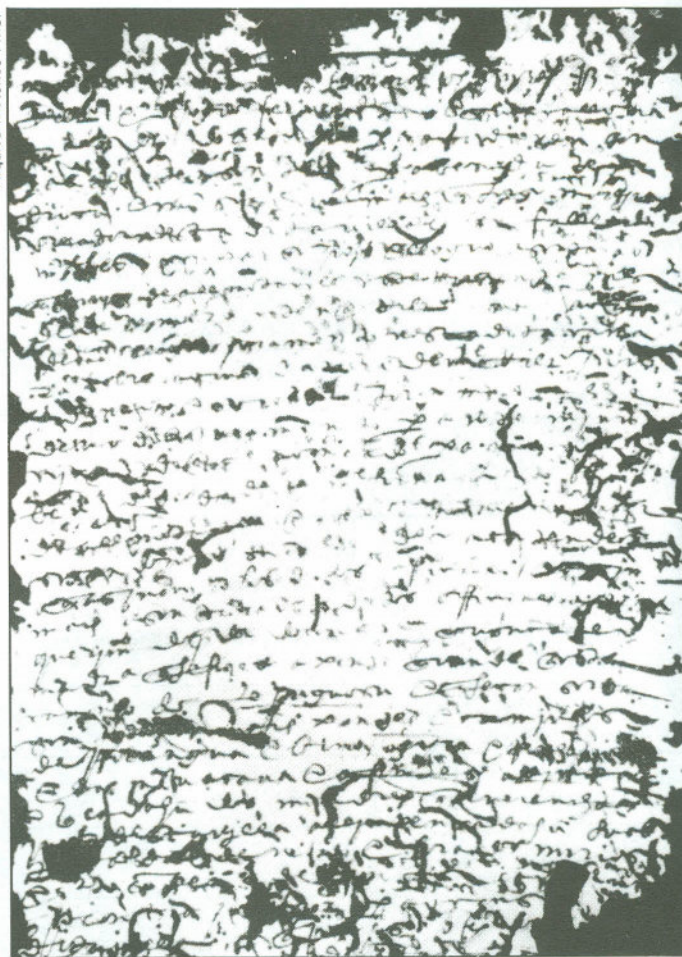
Na verdade, boa parte do antigo *Tijuçu* não é abrangida pelo atual município. Por outro lado, nem toda a localidade que era conhecida como *bairro de São Caetano, nos séculos XVIII e XIX, faz parte do município atual. E mais: a antiga Fazenda de São Caetano, transformada em núcleo colonial em 1887, constituiu apenas uma parte do que é hoje São Caetano. Portanto, quando falamos do Tijuçu, estamos falando de uma área determinada; quando falamos do bairro de São Caetano, estamos falando de outra; quando falamos da Fazenda de São Caetano, é outra ainda a área; quando falamos do Núcleo Colonial de São Caetano, trata-se de outra coisa; e quando falamos de São Caetano do Sul estamos nos referindo ao município que abrange parte do antigo Tijuçu (seu lado leste), parte da antiga Fazenda de São Caetano (seu lado leste), parte do antigo bairro de São Caetano (seus lados leste e sul), toda a antiga Fazenda da Boa Vista (seu lado sul), parte do antigo núcleo colonial (seu lado leste) e estamos falando, também, de uma localidade que os autores locais não têm mencionado: Inhoaíba, que aí pelos meados do século XVI, era o nome que se dava à região que ficava entre o Tijuçu e a Borda do Campo (nos dias de hoje incluiria, provavelmente, área que fica ao sul do município, adiante do cemitério da Estrada das Lágrimas, entrando por Rudge Ramos) (1).*

A localização, em termos atuais, desses diferentes lugares, parcialmente superpostos, é fundamental para delimitar os espaços históricos da região, para conhecer os rumos verdadeiros de seus velhos caminhos e definir a moldura espacial e os limites geográficos no âmbito dos quais se constituíram os seus diferentes grupos humanos. Grupos que habitaram essas localidades nos diferentes ciclos de expansão populacional da vila e, depois, cidade de São Paulo, em cujo termo localizou-se o Tijuçu e da qual São Caetano tem sido subúrbio, assim adjetivada desde o século XVIII (2): os criadores de gado dos séculos XVI e XVII, os escravos e os índios administrados da fazenda dos monges de S. Bento, bem como os brancos pobres e os mestiços do bairro de São Caetano, nos séculos XVIII e XIX, os imigrantes italianos a partir do último quartel do século XIX. Pode-se dizer que essa história se decompõe em diversas histórias singulares, dos diferentes agrupamentos sociais que produziram e ocuparam esses espaços.

Há uma história social específica da região que foi conhecida como Tijuçu nos séculos XVI e XVII, marcada por claros vínculos de parentesco entre os moradores (3), marcada pela transferência dos moradores de Sto. André da Borda do Campo para S. Paulo, em 1560 (4) (já que o Tijuçu situava-se originalmente no termo da vila de João Ra-

malho, povoado por fazendeiros nela moradores, como a família do vereador Garcia Rodrigues e a família de Simão Machado), marcada, ainda, pelos efeitos da agricultura itinerante, que foi deslocando os grandes fazendeiros para outras regiões: Duarte Machado, casado com uma neta de Garcia Rodrigues, mudou para Moji das Cruzes (5); Jacques Félix, cunhado de Diogo Sanches, foi para a região de Taubaté (6); Miguel Aires Maldonado, foi para o Rio de Janeiro e tornou-se conquistador dos Campos dos Goitacá (7).

Arquivo Histórico PMSB



Ata da Câmara de São Paulo, de 7 de dezembro de 1589, em que os oficiais mandam que os moradores do Tijuçu façam a Ponte Grande e o caminho de seu bairro.

Há outra história social específica que é a história da Fazenda de São Caetano, povoada por índios administrados e escravos negros (afri- canos e crioulos). É a história da grande propriedade, que seguia pad- rões modernos para sua época, dedicada à criação do gado proveniente dos campos de Curitiba, à agricultura e, principalmente, à indústria de telhas, tijolos, lajotas, canaletas, que, por mais de 130 anos, nos séculos XVIII e XIX, foram utilizados em construções da cidade de São Paulo e reforma de seus edifícios, como o Palácio do Governo da Capitania, no Pátio do Colégio, o Convento de São Francisco, o Convento de Sta. Teresa, o chafariz da Misericórdia, além do próprio Mosteiro de São Bento, sua Igreja e suas casas de aluguel (8).

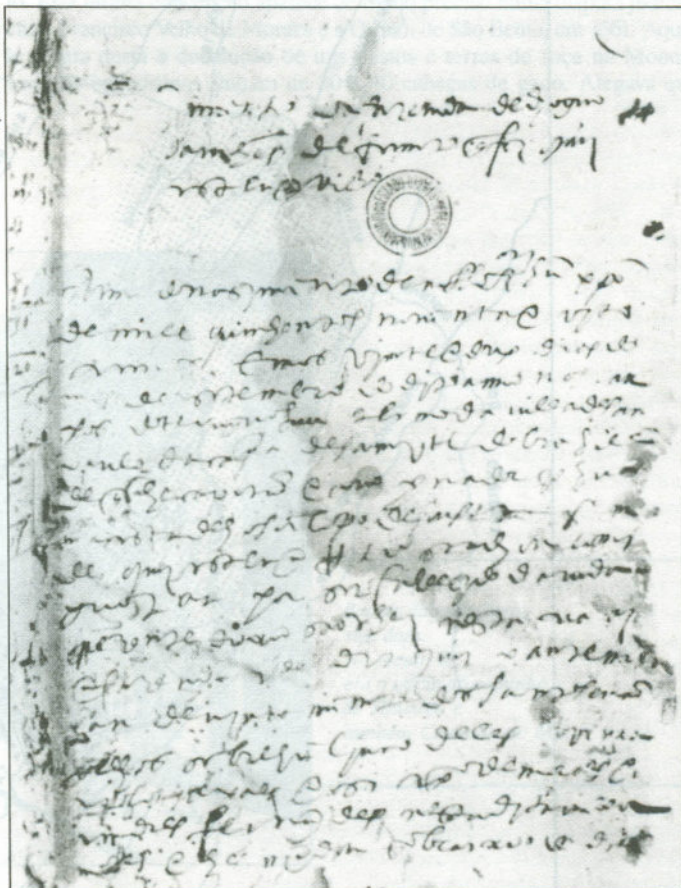
Há, ainda, uma outra história específica que é a da população cai- pira que, no século XVIII, concentrou-se no então chamado Bairro de São Caetano, onde estão hoje os bairros Barcelona, Sta. Maria, Vila Pal- mares, Boa Vista, Nova Gérti, Mauá, Jardim São Caetano e São José. Uma população de brancos pobres e de mestiços de índios e brancos, dedicada à pequena agricultura, ocupante ou foreira de terras, que tra- balhava principalmente com carros de bois no transporte de mercadorias (9). Influência sem dúvida do Caminho do Mar, ali próximo, e suas variantes, que cruzavam o bairro e a fazenda do norte para o sul, muito movimentado, na segunda metade do século XVIII, com a exportação de açúcar do interior da capitania para Santos. Remanescentes dessa po- pulação cabocla acabaram integrando-se à nova vida local que se orga- nizaría a partir de 1877, com a fundação do núcleo colonial de imigrantes italianos. É nesse ambiente de transição, e no começo do século XX, que se instala onde é hoje o bairro Sta. Maria um caboclo procedente de Sto. Amaro (também lugar de mestiços, que no século XVIII eram igualmente carreiros), chamado Vicente Rodrigues Vieira, nascido em 1883, que se tornou famoso curandeiro (10). Foi um dos principais con- tribuintes para a compra do terreno onde seria construído o Cemitério da Vila Paula e onde seria sepultado. Seu túmulo é ainda hoje visitado, não sendo raros, entre os visitantes, descendentes de antigas famílias ita- lianas... Aliás, de origem italiana era sua nora.

E uma outra história específica é a do Núcleo Colonial de São Cae- tano — é a história do imigrante italiano, do trabalhador rural que foi usado pela elite cafeeira do século XIX para ensaiar meios de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. Colono italiano que foi logo viti- mado pelo fracasso do Núcleo Colonial, tentativa de instituir uma eco- nomia camponesa no seio de uma economia latifundista e escravista (11).

É esse desencontro de histórias que se desenrolaram praticamente num mesmo espaço geográfico, que dá à história "oficial" de São Cae- tano um caráter tão estranhamente etnocêntrico e excludente. É esse o principal indicador da diversidade histórica dos espaços da região e da diversidade de suas histórias sociais.

Comecemos pelo Tijucuçu, a denominação mais antiga. A mais velha referência nominal ao Tijucuçu é a de uma ata da Câmara da Vila de São Paulo, de 7 de dezembro de 1589 (12). E a última referência conhe- cida é a de uma carta de sesmaria de terras, relativa à compra de um sítio, datada de 20 de fevereiro de 1782 (13). Entre essas duas datas, abra- gendo pouco menos de dois séculos, a denominação Tijucuçu aparece em diversos documentos, o que permite definir com relativa facilidade qual era o lugar a que se referia.

Arquivo do Estado



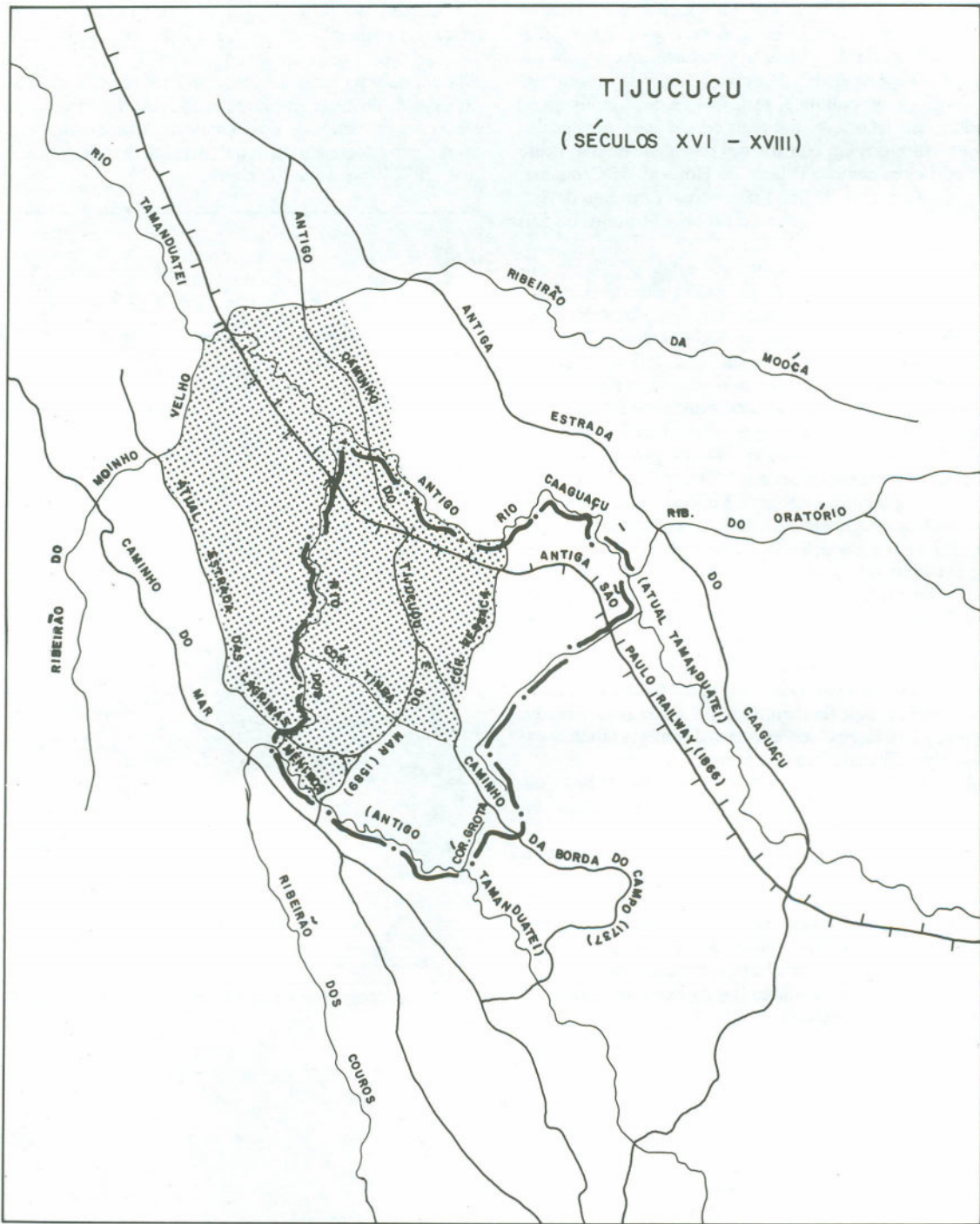
Inventário de Diogo Sanches, de 22 de setembro de 1598, morador nos campos do Tijucuçu

Dept. Cultura PMSP



Rua da Tabatinguera, em 1862
Já no século 16, era a saída de São Paulo para o Tijucuçu.

Foto de Militão Augusto de Azevedo



LEGENDA



Tijucuçu



Limite do atual Município de São Caetano do Sul.

ESCALA (aproximada)



BASE CARTOGRÁFICA

Comissão Geográfica e Geológica - 1899

Escala - 1: 100.000

"Folha do Município da Capital"

PESQUISA : JOSÉ DE SOUZA MARTINS

ORGANIZAÇÃO: TERESA CABRAL JAHNEL

DESENHO : MAURICIO E. ABUCHAIM

A ata de 1589 determinava que fosse feita a ponte grande do caminho do Tijuçu, a cargo dos respectivos moradores. Era a ponte que ficava sobre o rio Tamanduateí, ao pé da Vila de São Paulo. Essa ponte foi conhecida, também, como ponte da Tabatingüera e, a partir de 1750, como ponte do Fonseca. Ficava na continuação da atual rua da Tabatingüera, cujo traçado se preserva. Isso quer dizer que, para ir de S. Paulo ao Tijuçu, ia-se pela margem direita do rio Tamanduateí, passando pela Mooca (14). No inventário de Manuel João Branco, feito em 1643, há mais esclarecimentos. Ele tinha um curral no Tijuçu, com 132 cabeças de gado (15). Esse curral havia sido feito por seu filho, Francisco João Leme, nos *campos da Mooca*, “da banda da cruz que forã de Paulo Rodrigues (Sobrinho)” (sogro de Duarte Machado, primeiro doador de parte dessas terras do Tijuçu à Ordem de São Bento para formação

de uma fazenda, que seria depois a Fazenda do Tijuçu e, mais tarde, Fazenda de São Caetano do Tijuçu) (16). No litígio que, por motivo da herança, se estabeleceu entre Francisco João e sua mãe, Maria Leme, esta se refere ao “gado do curral que estava no *caminho de Tijuçu*” (17). Portanto, para uns, era também Tijuçu uma área à margem direita do rio Tamanduateí, nos campos cortados pelo ribeirão da Mooca, compreendendo o que é hoje parte da Vila Prudente. Para outros, o Tijuçu ficava mais adiante, na margem esquerda do atual rio Tamanduateí, onde é hoje parte de São Caetano e a Vila Carioca, em São Paulo. Esta última concepção aparece de modo preciso numa disputa judicial entre Francisco Velho de Moraes e a Ordem de São Bento, em 1661. Aquele exigia desta a devolução de uns pastos e terras de roça na Mooca, onde os beneditinos tinham de 30 a 40 cabeças de gado. Alegava que

Coleção Eietropaulo



Rua da Tabatingüera, sem data. No século 16 era o início do caminho do Tijuçu e também Caminho do Mar

Dept.º Cultura PMSP



Rua da Tabatingüera, em 1887. No século 17, era o caminho real muito antigo Caminho do Tijuçu e do Mar.

Foto de Militão Augusto de Azevedo

os animais podiam ser tirados dali, pois para eles “tem o réu as terras de Tijucuçu que já são suas, a(s) tem do rio até a borda do campo, caminho do mar...” (18).

Quando foi feito o inventário dos bens deixados por Isabel Félix, em 1597, que vivia no Tijucuçu, o juiz e o escrivão foram chamados às roças de Diogo Sanches, o viúvo, e disseram que elas ficavam no *caminho novo do mar*. Quase dois anos depois, quando da morte do próprio Diogo Sanches, em 1598, o juiz e demais autoridades foram chamados àquelas mesmas roças, dizendo que estavam elas nos *campos do Tijucuçu* (19).

A localização dessas terras já é mais difícil de ser feita, pois não há referência a acidentes geográficos identificáveis. Mas, por um meio indireto, é possível situá-las em termos aproximados. Diogo Sanches era cunhado e vizinho do bandeirante Jacques Félix, que tinha terras num caminho que foi considerado, em 1633, *caminho antigo que ia para Piratininga*, procedente de Santos (20). Em 1638, ainda numa referência ao sítio e fazenda de Jacques Félix, dizia-se que era “caminho que vai para a Vila de Santos” (21). Esse é, provavelmente, o *caminho velho do mar* a que se referiam as atas da Câmara de São Paulo, em 1626. Mas, um ano antes a Câmara mencionara, em suas atas, um *caminho novo do mar*. Seria o mesmo do inventário de Isabel Félix, mencionado trinta anos antes? Provavelmente, sim. Os documentos que se referem a Jacques Félix, irmão dela, não mencionam o nome Tijucuçu. O que quer dizer que a fazenda de Jacques Félix ficava fora do Tijucuçu, embora na vizinhança próxima. Historiadores concluíram que as terras de Jacques Félix ficavam numa região alta entre os bairros hoje conhecidos como Moinho Velho e Rudge Ramos (22). Os mesmos documentos que localizam as terras de Diogo Sanches do Tijucuçu, alternativamente as situam no Ipiranga, riacho famoso, paralelo ao atual rio dos Meninos, este então chamado de rio Tamanduaté. Mas, é preciso que se diga que as terras de Garcia Rodrigues, pai de Paulo Rodrigues Sobrinho e avô de Joana Sobrinho, mulher do bandeirante Duarte Machado, que doadas ao Mosteiro de São Bento, formariam mais tarde a Fazenda de São Caetano, foram, em documento de 1597, localizadas “perto desta vila (de São Paulo) para a banda do Ipiranga” (23). Aí, sabe-se com certeza, o documento está se referindo a terras que estão hoje localizadas em São Caetano do Sul.

Entre esses extremos — os campos da Mooca e o caminho novo do mar — há outras referências documentais importantes. Em 1598, Paulo Rodrigues Sobrinho, filho de Garcia Rodrigues (que, como mencionei, fora vereador em Sto. André da Borda do Campo e o fora, também, em São Paulo, quando da extinção de Sto. André, em 1560), comprou de seus irmãos os respectivos quinhões de terras e um capão herdados em consequência da morte do pai. O capão compreendia terras de matos virgens e capoeiras, no Tijucuçu, tendo por divisa com Simão Machado “um caminho que vai para o mar, da banda de cima” (24) (é o mesmo caminho do Tijucuçu mencionado na ata da Câmara, de 1589, que passava pela Mooca, pois, como vimos, Francisco João Leme dizia que seus currais da Mooca ficavam no caminho do Tijucuçu, “da banda da cruz que fora de Paulo Rodrigues”). A localização dessas terras é mais precisa porque, através da doação de Duarte Machado à Ordem de São Bento, vieram a constituir a Fazenda de São Caetano, como disse antes, que foi parte do que é hoje São Caetano do Sul. Essas terras estavam na parte alta de São Caetano, não estavam na várzea do rio então chamado de Tamanduaté e que é hoje o rio dos Meninos. É o que se deduz da refe-

rência ao caminho e do registro desse caminho em mapa do século passado, tendo ele existido até o começo deste século, absorvido depois por ruas da localidade, que se superpuseram a ele, conservando, no entanto, grande parte de seu traçado original. Entretanto, numa carta de terras de sesmaria obtida, em 1618, pelo mesmo Duarte Machado, junto ao sítio que herdara do sogro no Tijucuçu, para ampliar sua fazenda, há referências a rios, cujos nomes já não podem ser lidos porque o documento original está muito danificado pelas traças (25). Na longa disputa judicial de Francisco Velho de Moraes com a Ordem de São Bento em relação aos pastos da Mooca, em 1661, é dito, como mencionei, que são dos monges “as terras do Tijucuçu (...) do rio até a borda do campo, caminho do mar” (26). Como ainda não havia sido feita a doação de Fernão Dias Paes, é evidente que as terras de Duarte Machado no Tijucuçu, tinham por limite, ao norte, o atual rio Tamanduaté, ainda no século XVIII conhecido como rio Caaguçu a montante da foz do atual rio dos Meninos.

Dept.º de Cultura PMSP



Parte do Convento e Igreja de São Francisco e Igreja da Ordem Terceira dos Franciscanos, c. 1870. Em 1757, os frades receberam uma esmola de telhas de São Caetano, dada pelos monges de São Bento

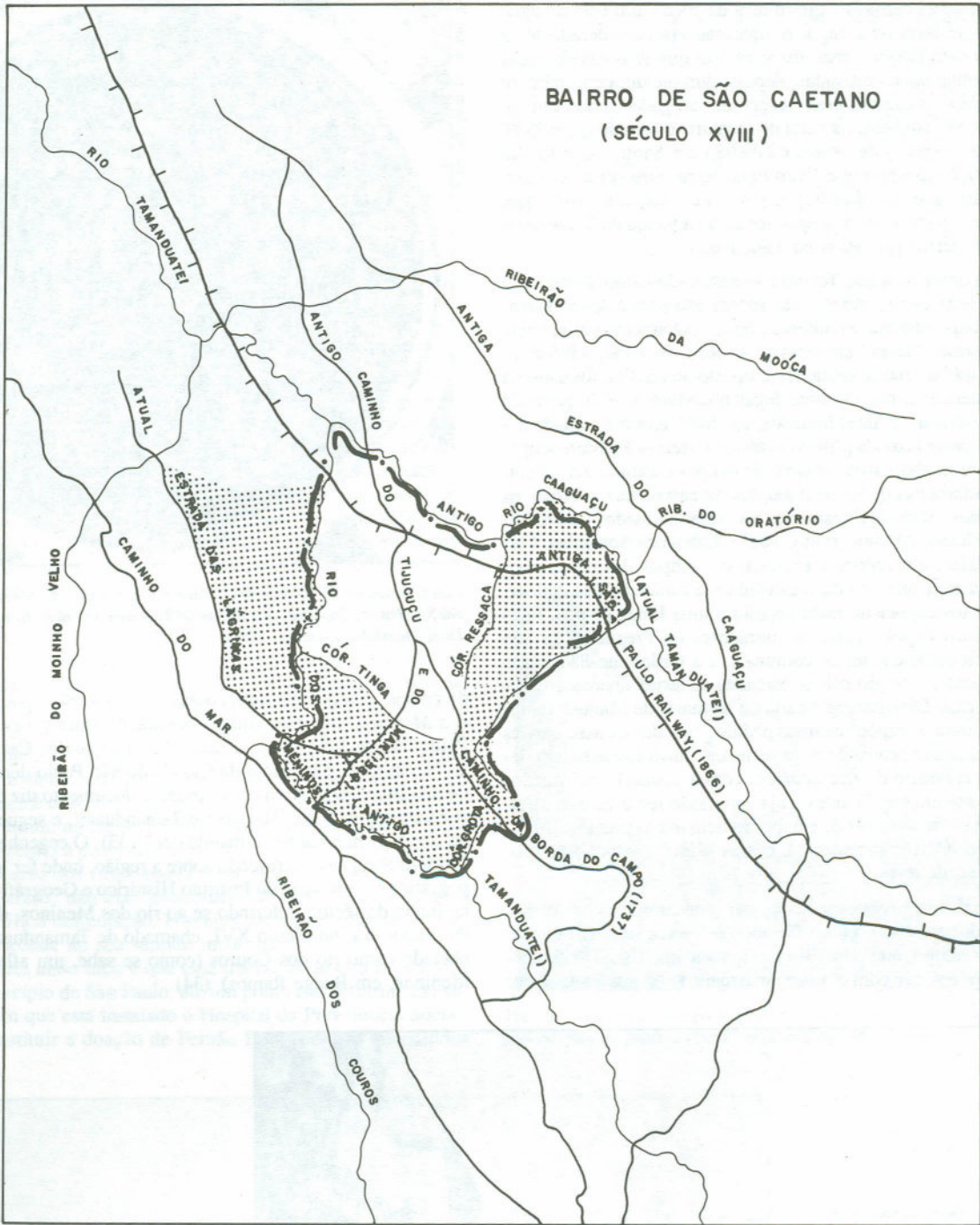
Mais claros são os dados de uma outra sesmaria, solicitada cinquenta anos depois, em 1668, pelo capitão Manuel Temudo, a qual, levada a leilão em 1671, por sua morte, para pagamento de dívidas, foi arrematada pelo bandeirante Fernão Dias Paes. Essa aquisição foi feita direta e exclusivamente para imediata transferência das terras, por doação, ao Mosteiro de São Bento, e não para uso do arrematante, juntado-se assim à doação já feita por Duarte Machado, para formação da Fazenda do Tijucuçu, mais tarde Fazenda de São Caetano do Tijucuçu e, depois, simplesmente Fazenda de São Caetano, como já esclareci. Ao solicitar a sesmaria, Manuel Temudo informou que já ocupava as terras desde 1663, terras em tapera, isto é, já usadas e cultivadas no passado, mas devolutas, segundo testemunho dos antigos, havia oitenta anos. Portanto, desde 1583. Nesse documento, de 1668, Temudo diz que “haverá tempo de cinco anos passou para os campos de Tojocuçu e para assentar sua casa não achou paragem nem terras por serem campos desertos e só achou um capão e tapera” (27). Essa referência a campos desertos foi apressada e equivocadamente interpretada por um historiador local como sinônimo de vazios e abandono de *toda a região do Tijucuçu* a partir do século XVII (28).

Um melhor exame da documentação teria mostrado com toda a clareza que, desde o século anterior, as terras de campo da região eram preservadas para o uso comum, isto é, eram bens comunitários, como mostra a carta de sesmaria de Amador de Medeiros, de 1571 (29), onde veio a ser depois Rudge Ramos, em São Bernardo. Só podiam ser obti-



J. Souza Martins

Assinatura do Capitão Manuel Temudo (decalque), cujas terras no Tijucuçu foram arrematadas em leilão por Fernão Dias Paes, o “Caçador de Esmeraldas”, em 1671 e doadas à Ordem de São Bento, vindo a formar a Fazenda do Tijucuçu, depois Fazenda de São Caetano do Tijucuçu

BAIRRO DE SÃO CAETANO
(SÉCULO XVIII)



LEGENDA

-  Bairro de São Caetano
-  Limite do atual Município de São Caetano do Sul.

ESCALA (aproximada)



BASE CARTOGRÁFICA

Comissão Geográfica e Geológica - 1899
Escala - 1:100.000
"Folha do Município da Capital"

PESQUISA : JOSÉ DE SOUZA MARTINS

ORGANIZAÇÃO: TERESA CABRAL JAHNEL

DESENHO : MAURICIO E. ABUCHAIM

dos em sesmaria e cultivados os capões e as matas. Isso porque, nessa época, praticava-se a chamada “agricultura de roça”, um tipo de agricultura que não se fazia no campo, porque não era considerado fértil nem apropriado para lavoura, mas em terras em que se podia derrubar a mata, fazer a queimada, cultivadas, depois, durante um certo número de anos. Na região, os campos eram reservados ao gado, criado em comum. É o que se vê, também, na carta de sesmaria concedida, em 1559, a Antônio Pinto, escrivão de órfãos e tabelião em Santos, que fundamentava sua petição dizendo que “*não tinha terra para roçar no campo*” (isto é, neste caso, no planalto) e, por isso, *pedia um capão* que, do lado nordeste, “parte com o *campo* que está na banda do Tamanduateí” (30), isto é, terras próximas ao Tijuçuçu.

Os campos desertos a que Temudo se refere são campos onde não achou *paragem* nem *terras*, isto é, lugar apropriado para assentar fazenda e cultivar. *Campo* não era considerado *terra*, exatamente porque nele não se podia plantar. “Terra” era terra de lavoura. Portanto, a informação de Temudo tem o sentido exatamente oposto ao que lhe foi dado na pressa de caracterizar a região como lugar abandonado e despovoado antes da chegada dos imigrantes italianos, em 1877: teve dificuldade para localizar e assentar fazenda porque as terras férteis já estavam ocupadas. Não lhe sobrou alternativa senão a de ocupar o campo e a tapera, pedindo em sesmaria os *capões de mata* que no campo havia. Aliás, os vários documentos relativos a sesmarias na região (Amador de Medeiros, Simão Machado, Antônio Pinto, Paulo Rodrigues Sobrinho, Manuel Temudo) falam em capões e excluem os campos das concessões territoriais. Essa característica da localidade e a limitação das concessões sesmarias aos capões de mata levarão a uma longa disputa judicial, duzentos anos depois, entre os moradores da Freguesia de São Bernardo, beneficiários das terras comunais, e a Ordem de São Bento (31). Aparentemente, o litígio não se estendeu às terras doadas aos beneditinos por Fernão Dias porque a carta de sesmaria de Manuel Temudo era ambígua: dava os capões de mata pedidos “e todos os mais capões e restingas de mata que dentro de meia légua em quadra se acharem devoluto” (32). O contrário do que ocorrera com a sesmaria de Amador de Medeiros, quase um século antes, cuja concessão ressalvava os direitos comunitários sobre as terras de campo. Indício muito provável, aliás, de que no século XVII já prevaleciam outras idéias a respeito da propriedade e do uso da terra.

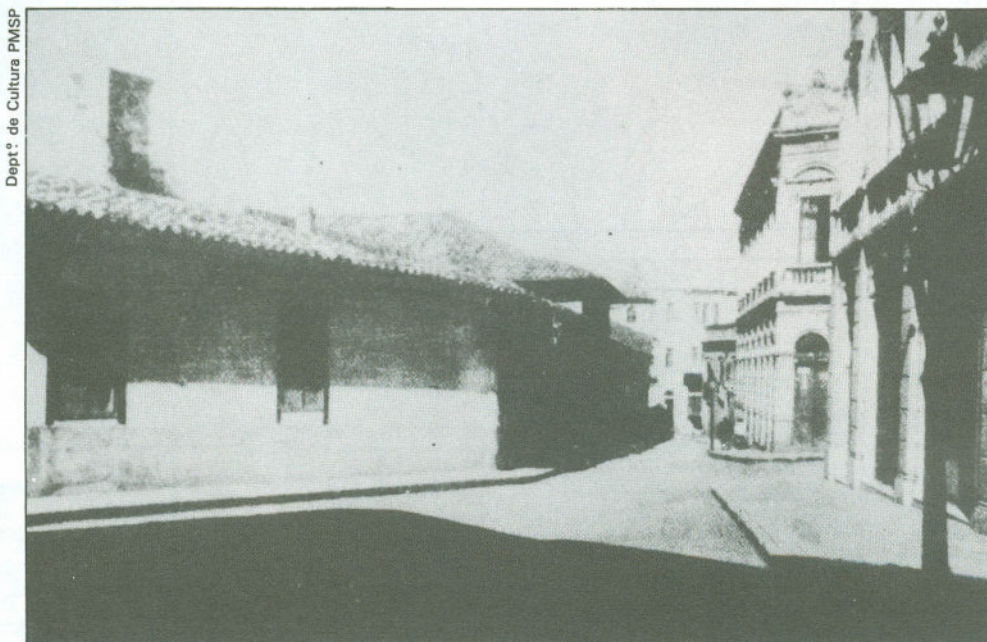
Em virtude da antiga concepção das terras de campo e das normas reais a respeito do seu uso comunal, Temudo ocupou e solicitou um capão, rodeado de campo, que partia do rio Tamandatií. Esse rio Tamandatií, que também aparece com o nome de Tamandatiíba nos documentos

Livro do Tombo/Mosteiro de São Bento



Placa sepulcral de Fernão Dias Paes e sua mulher, no Mosteiro de São Bento, em São Paulo, doadores das terras do Tijuçuçu aos Beneditinos, em 1671 (Fonte: Dom Martinho Johnson, OSB)

da época, *não é o rio hoje conhecido como rio Tamanduateí. É o rio dos Meninos*. Isso fica comprovadamente claro no exame do Registro Paroquial, de 1854, das “terras da Fazenda de São Caetano pertencente ao Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo dentro da Freguesia de São Bernardo”. Num certo trecho o documento diz que as divisas da Fazenda seguiam até “dar no rio Tamanduateí, e segue por este abaixo até fazer barra no outro Tamanduateí” (33). O engenheiro e historiador Teodoro Sampaio, escrevendo sobre a região, onde fez levantamentos topográficos, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no início do século, referindo-se ao rio dos Meninos, disse que seu galho maior era, no século XVI, chamado de Tamandatiíba, depois conhecido como rio dos Couros (como se sabe, um afluente do rio dos Meninos, em Rudge Ramos) (34).



Recolhimento de Santa Teresa, em 1907, na Rua do Carmo. Em 1757, recebeu telhas de São Caetano, doadas pelos monges Beneditinos

Dept.º de Cultura PMSP

No século XVIII, o atual bairro de Rudge Ramos, que se chamava Tamanduaté, começou a ser chamado de Meninos. Em meados do século XIX, a denominação de bairro do Tamanduaté alcançou toda a área que é hoje constituída pelos bairros São José, Jardim São Caetano e Mauá, em São Caetano do Sul (35). Nos documentos dessa época, a ponte do rio Tamanduaté ou Tamandatiúba (Meninos) que ficava provavelmente no mesmo lugar em que a estrada das Lágrimas atravessa o rio e entra em Rudge Ramos, era conhecida como ponte dos Meninos. Se aí não ficava, tratava-se de outra um pouco acima. Pouco depois, o próprio rio passou a ser conhecido como rio dos Meninos. Ressalto que, nas primeiras décadas do século XVIII, os documentos já mencionam moradores na localidade dos Meninos, perto da Borda do Campo, abrangendo terras que hoje fazem parte de São Bernardo e de São Caetano, atravessadas pelo rio do mesmo nome.

Manuel Temudo solicitou, também, nessa mesma ocasião, em 1668, um segundo capão devoluto ao redor de um ribeiro que corria do sul para o norte e que se chamava, e se chama ainda hoje, ribeirão do Moinho Velho. Esse ribeirão está hoje canalizado, margeado pela avenida das Juntas Provisórias, em São Paulo, atravessando a área onde existiu a Cerâmica Sacomã, passando ao lado da atual Vila Carioca. Esse outro capão estava a 500 braças de distância do primeiro capão localizado ao longo do rio dos Meninos (aproximadamente, a mil e cem metros de distância). Portanto, Temudo ocupou e obteve em sesmaria esses dois capões separados e ilhados por campos desertos. Campos desertos eram, portanto, os campos entre o rio dos Meninos e o ribeirão do Moinho Velho, área que está hoje no município de São Paulo.

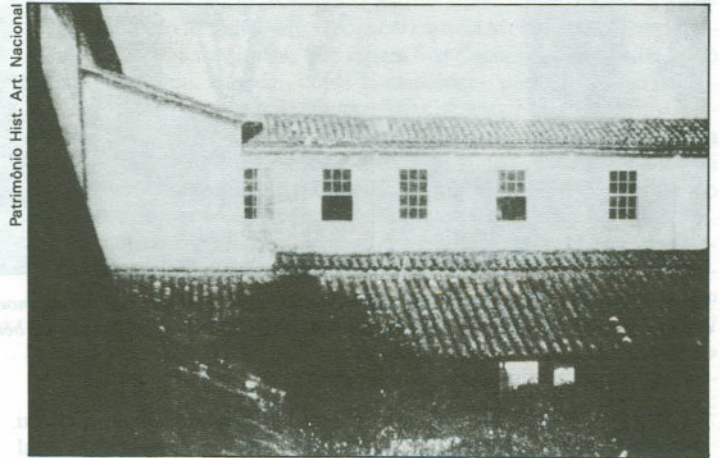
Mais tarde, numa transcrição oficial de documentos, a pedido dos monges beneditinos, no século XVIII, essa distância de 500 braças foi interpretada, pelo escrivão, como área de 500 braças de terra. Foram, assim, incorporadas à propriedade justamente as terras não explicitamente incluídas na concessão feita no século XVII. O que, aliás, é indicativo de uma substancial mudança de mentalidade a respeito do uso de terra. Já não estavam sujeitos à apropriação de particulares apenas os capões de mata para agricultura, mas toda a terra que estivesse dentro de um perímetro claramente descrito. Os campos, que no século XVI eram de uso comum, passaram, no século XVIII, a fazer parte das sesmarias demarcadas, pertencentes a particulares. Além disso, começam a aparecer sinais de que o curso dos rios passava a ser indicado como limite das concessões sesmarias, não mais concessões de capões dos dois lados de um rio e de difícil delimitação. Portanto, começa a aparecer a concepção de propriedade no seu sentido moderno.

O que importa nisso tudo é que esse trecho, onde está hoje a Vila Carioca, no município de São Paulo, até um ponto não determinado subindo o morro em que está instalado o Hospital da Previdência Social, é que veio a constituir a doação de Fernão Dias Paes aos beneditinos

e a fazer parte da Fazenda. Essa parte das terras, consideradas alagadiças ainda no final do século passado, últimos remanescentes do velho brejo do Tijucuçu, foi incluída no Núcleo Colonial de São Caetano. O capão obtido por Temudo abrangia os dois lados do rio dos Meninos, pois as evidências são de que foi na doação de Fernão Dias que se fundou a fazenda, a olaria e a capela de São Caetano, onde está o centro velho do município, ao redor da atual Matriz Velha. Já que as terras de Duarte Machado se situavam do lado de cima do antigo caminho do Tijucuçu. Em 1757, os beneditinos ainda compraram aí um barreiro e, em 1829, um terreno no Moinho Velho, anexados à Fazenda (36).

Portanto, do lado oeste, o Tijucuçu era limitado pelo ribeirão do Moinho Velho que, aliás, faz barra no rio Tamanduaté atual, na margem esquerda, mais ou menos perto do ponto em que faz barra, do lado oposto, no mesmo rio, o ribeirão da Mooca, aproximadamente o outro limite do Tijucuçu na margem direita do Tamanduaté.

A última vez em que aparece o denominação de Tijucuçu é, como mencionei no início, numa carta de sesmaria de José Inácio Ribeiro Ferreira, de 1782. Ele dizia ter comprado de Antonio Freitas Branco o "sítio chamado Tijucuçu, defronte de São Caetano". As divisas do sítio eram, de uma parte, o rio Tamanduaté (Meninos) "ou por onde legitimamente confinarem as terras dos religiosos de São Bento" (37). Isso porque, ao contrário dos limites do município atual, os limites da Fazenda de São Caetano não seguiam pelo rio dos Meninos acima (do atual bairro da Fundação para Rudge Ramos), mas dele se desviavam pelo córrego



Vista do claustro do antigo Mosteiro de São Bento. Telhas muito provavelmente procedentes da fábrica dos Beneditinos em São Caetano



Igreja e Mosteiro de São Bento, em 1870.
Na obra do século 18, telhas, tijolos e pirâmides de adorno da torre fabricados em São Caetano



Chafariz e Igreja da Misericórdia, hoje desaparecidos, no largo do mesmo nome, em São Paulo, c. 1870. Os telhões utilizados para canalizar a água para esse chafariz foram fabricadas em São Caetano, em 1792. Há indicações de que também a pedra utilizada na construção do chafariz, pelo Mestre Tebas, era originária de São Caetano

do Tinga ou Itinga (que nascia na chamada Lagoa do Tinga, mais ou menos na altura da atual rua Giovanni De Nardi, e atravessava a atual Cerâmica São Caetano para desaguar na margem direita do rio dos Meninos). Daí em diante, seguia aproximadamente os rumos de um velho caminho que ia sair na atual estrada das Lágrimas, em direção à ponte dos Meninos. Desse caminho, também há remanescentes em São Caetano. Do outro lado, a oeste, a sesmaria tinha por limite o *ribeirão do Moinho Velho*. Ao sul, os limites da sesmaria de José Inácio, que era secretário do governo da Capitania de São Paulo, estavam no lugar chamado Mercês, que já era bairro no século XVIII, atual Vila das Mercês. Ao norte, a divisa era a “estrada que vai para a vila de Santos”. Provavelmente, segundo todos os indícios, é a estrada que no século XIX tornou-se conhecida como estrada das Lágrimas.

Finalmente, do lado leste, em relação ao qual as referências documentais começam a se fazer visíveis a partir do século XVIII, os limites da Fazenda de São Caetano foram estabelecidos, com alguns pontos de exceção, no *outro córrego do Moinho Velho*, hoje conhecido como córrego do Moinho, mencionado em alguns documentos do século passado e de começo deste século como córrego Ressaca. É o córrego, hoje canalizado, que passa ao lado da General Motors e da Praça do Expedicionário, no início da rua Alegre, e sobe rumo sul, ladeado pela av. John Kennedy, em direção à rua Boa Vista, uma estrada que, com esse nome, já existia no século XVIII, no atual bairro Boa Vista.

Portanto, o Tijuçu abrangia, no sentido leste-oeste, do córrego do Moinho Velho ao ribeirão do Moinho Velho, e, no sentido norte-sul, desde os campos da margem direita do Tamanduateí mais próximos ao rio, do lado da Mooca, até o Caminho do Mar: a 29 de maio de 1737, a Câmara de São Paulo mandava que o carreiro Luís de Barros reunisse

os moradores do Tijuçu para que fizessem o “caminho que vai do dito bairro até entestar com a Borda do Campo, do Caminho do Mar” (38). O mapa com que Walsh ilustrou o livro de sua viagem ao Brasil, em 1828 e 1829, assinala a Borda do Campo a leste do bairro dos Meninos (atual Rudge Ramos), não muito longe de onde, hoje, a velhíssima rua Boa Vista entra em Sto. André, saindo de São Caetano (39). Por aí se vê que, do lado sul, o Tijuçu chegava até o Caminho do Mar, próximo à margem esquerda do hoje denominado rio dos Meninos. O que esclarece que o Tijuçu era a região cortada pelo antigo rio Tamanduateí, desde onde é hoje Rudge Ramos até a foz do ribeirão da Mooca, formando, como o próprio nome tupi indica, um extenso brejo, um tijuçu.

Já a Fazenda de São Caetano (que tomou esse nome entre 1717 e 1720, quando foi construída, no lugar em que está hoje a Matriz Velha, uma capela dedicada a esse santo) foi formada, pela Ordem de São Bento, no interior da região conhecida como Tijuçu, mas sem abrangê-la por inteiro. Como já sabemos, a formação da Fazenda decorreu de duas doações, uma do capitão Duarte Machado, bandeirante já mencionado, feita em 1631; outra de Fernão Dias Paes, também bandeirante, feita em 1671, para cumprir promessa e contrato de manutenção da capela-mor do Mosteiro de São Bento, celebrado em 1650, onde a família do doador teria jazigo, como tem até hoje. Manutenção que seria assegurada por uma renda anual de oito mil réis, posteriormente substituída pela doação das terras no Tijuçu. Fernão Dias adquirira essas terras em leilão, em 1671, em consequência da morte de Manuel Temudo, que deixara dívidas, como já indiquei. Temudo era criador de gado e solicitara os capões para fazer roças, habilitando-se, assim, a usar os campos como pastagens.

Criador de gado era também Duarte Machado, além de ter sido caçador de índios, com essa finalidade tendo participado da “entrada” de Nicolau Barreto, em 1602, aos sertões dos índios topiães. Quando fez sua doação aos beneditinos, mencionou dois sítios e terras de sesmaria anexas a eles no Tijucuçu. A sesmaria foi obtida em 1618, como mencionei, para ampliar as terras que herdara do sogro, Paulo Rodrigues Sobrinho, alegando ter muito gado e muitas outras criações, além de ter roças, e que onde morava era pequeno. Enquanto Temudo solicitará mais tarde os capões e não o campo, o que Machado solicitava nessa ocasião era o campo e não os capões, dos quais já tinha a sesmaria herdada do sogro. Como o campo era reconhecido como terra de uso comum, para o gado, Machado argumentou que teria muita perda se nele se instalassem moradores que fizessem casas ou currais. Alegou serviços prestados ao rei: disse ter “servido a sua magestade em toda esta costa do Brasil em muitas ocasiões” e que, além disso, “era casado com uma filha de

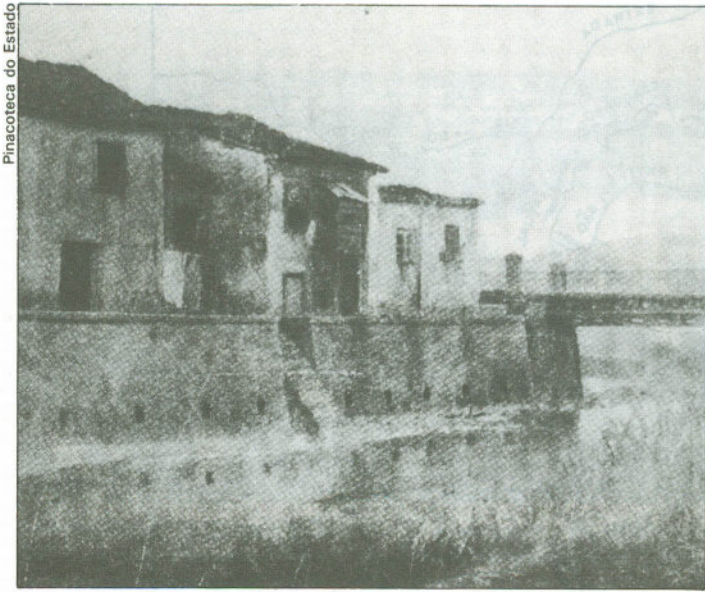
Paulo Rodrigues Sobrinho, que Deus tem, povoador e conquistador da dita terra” (40). Obteve a sesmaria.

O sítio que fora de Garcia Rodrigues, pai de seu sogro, era quase que certamente sesmaria obtida ainda no tempo em que existia a vila de Sto. André, isto é, localizada no termo da vila extinta em 1560 e, como vimos, vila transferida para São Paulo. É constatação importante para ampliar as informações sobre a provável localização daquela vila, no século XVI, que, como afirmaram reiteradamente historiadores qualificados, nada tem a ver com o atual município de Sto. André. O mais provável, segundo os estudos documentados desses vários autores, é que a vila antiga não ficava muito longe do que é hoje o centro velho de São Bernardo, mais ou menos onde começava o campo, por oposição à mata (41).

Há, porém, um segundo sítio mencionado, das três áreas doadas por Duarte Machado aos monges de São Bento, cuja origem não é conhecida. Uma referência a um Simão Machado, que no século XVI tinha um capão vizinho a Garcia Rodrigues, onde é hoje São Caetano, se houvesse parentesco dele com Duarte Machado, poderia esclarecer a origem desse segundo sítio, provavelmente herança.

A fazenda foi formada, portanto, pela reunião dos dois sítios e da sesmaria de Duarte Machado, pelos dois capões de Manuel Temudo, e pela incorporação do campo intermediário, no século XVIII, quando os beneditinos revalidaram os documentos dessas doações. Além disso, como já visto, foi incorporado um barreiro à fazenda, no século XVIII, e um terreno para os lados do Moinho Velho, no início do século XIX. No conjunto, a fazenda não incluía a região do atual município que fica entre o córrego do Moinho Velho (hoje córrego do Moinho ou córrego Resaca) e o córrego de Utinga, que separa São Caetano e Sto. André. Não faziam parte dela, também, como já mencionei, parte do bairro da Cerâmica e os bairros São José, Jardim São Caetano, Nova Gérti, Boa Vista e uma parte do bairro Mauá. Só no começo do século XIX foi comprada a Fazenda Boa Vista, no bairro que tem hoje o mesmo nome, e anexada à Fazenda de São Caetano. Abrangia aproximadamente o atual bairro do mesmo nome, o bairro Nova Gérti e a outra parte do bairro Mauá.

Uma terceira área que deve ser considerada numa geografia histórica da região é a que, em 1765 e em 1780, teve os moradores recenseados como habitantes do *Bairro de São Caetano*. O bairro de São Caetano abrangia os atuais bairros Barcelona e Sta. Maria e entrava pelo atual município de Sto. André, acompanhando as margens e os afluentes do rio dos Meninos, além de compreender os atuais bairros Boa Vista, Nova Gérti, Mauá, Jardim São Caetano e São José (42). Quando foi reali-

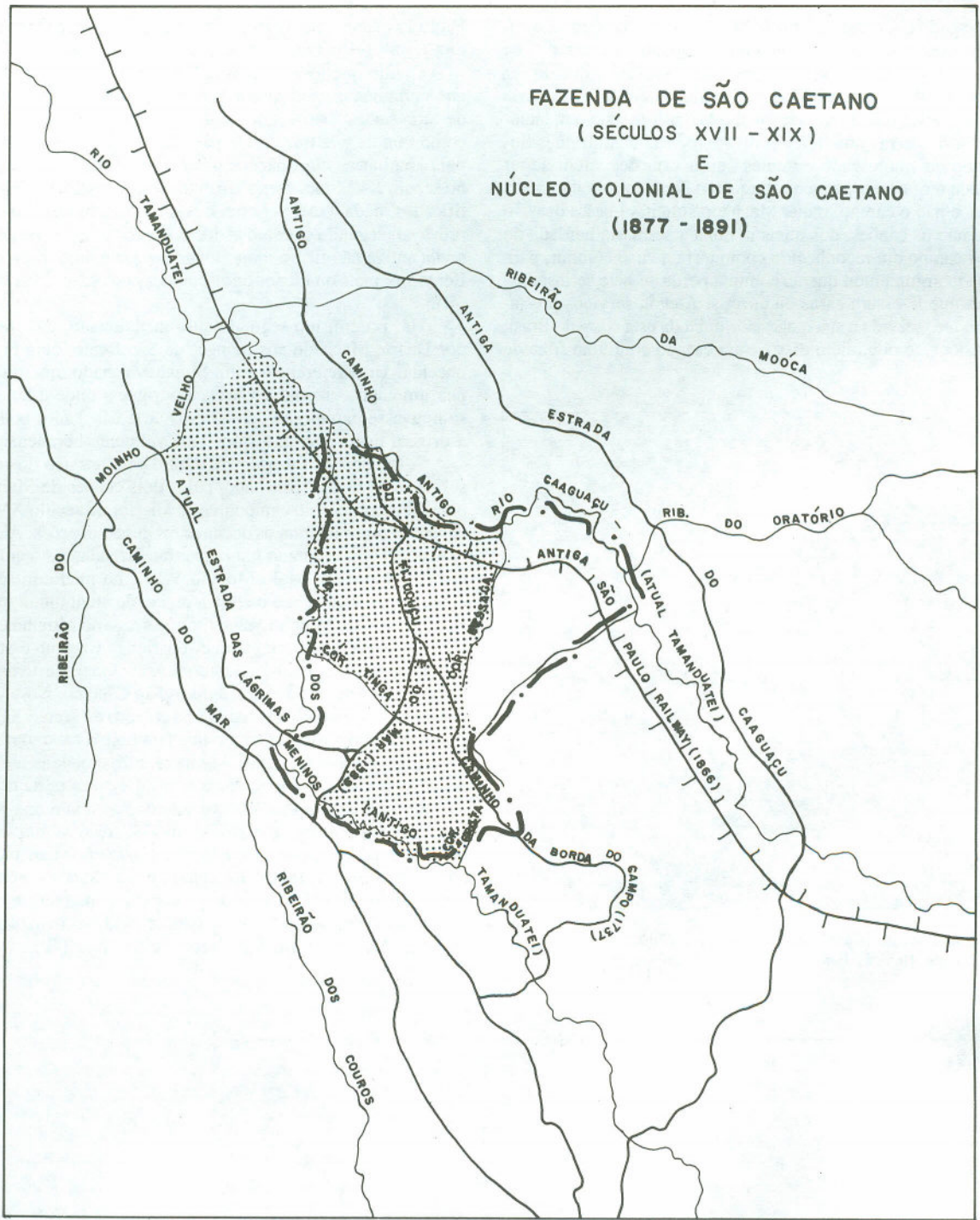


A ponte da Tabatingüera, no caminho do, Tijucuçu e de São Caetano, no final do século 19. Óleo de Almeida Júnior: “Ponte da Tabatingüera”



Palácio do Governo e Igreja dos Jesuítas, no Pátio do Colégio em 1862. Na reforma do Palácio, em 1792, foram utilizadas telhas de São Caetano (Foto: Militão Augusto de Azevedo)

FAZENDA DE SÃO CAETANO
(SÉCULOS XVII - XIX)
E
NÚCLEO COLONIAL DE SÃO CAETANO
(1877 - 1891)



LEGENDA

- Fazenda e Núcleo Colonial de S. Caetano
- Limite do atual Município de São Caetano do Sul.

ESCALA (aproximada)



BASE CARTOGRÁFICA

Comissão Geográfica e Geológica, 1899
Escala - 1:100.000
"Folha do Município da Capital"

PESQUISA : JOSÉ DE SOUZA MARTINS

ORGANIZAÇÃO: TERESA CABRAL JAHNEL

DESENHO : MAURICIO E. ABUCHAIM



Vista panorâmica da Baixada do Carmo e da Tabatingüera e da saída para a Moóca e São Caetano, antigo Tijuçu, na enchente do Tamanduaté, de 1892. Óleo sobre tela de Benedito Calixto: "Inundação da Várzea do Carmo" (1892), detalhe.

zado o Registro Paroquial das terras da Freguesia de São Bernardo, em 1854, a localidade mais vizinha ao rio dos Meninos era também chamada de Tamanduaté, nome que já a designava nos documentos do século XVI. Era região imediatamente vizinha a um bairro recenseado no século XVIII com o nome de Borda do Campo, que ficava na margem esquerda do atual rio dos Meninos.

Há comprovado parentesco de moradores arrolados nos registros de 1854, no bairro Tamanduaté, com moradores mencionados no bairro São Caetano, nos dois recenseamentos citados de 1765 e 1780. O registro de 1854 indica a região já povoada e os estudos que antecederam a desapropriação da Fazenda para fundação do Núcleo Colonial de São Caetano, realizados em 1874 e 1876, mencionam que alguns dos seus moradores eram foreiros ou ocupantes de terras da fazenda. Houve deles quem se integrasse na vida local, depois da chegada dos imigrantes italianos. Foi o caso de Dona Deolinda Maria da Conceição, que em 1870 passou da Mooca para São Caetano, tendo possuído terras onde é hoje o bairro Barcelona. Ela foi mãe de José Mariano Garcia Júnior, primeiro juiz de paz do distrito de São Caetano, em 1916, e avó de Lauro Garcia e Lauriston Garcia, que seriam vice-prefeito e vereador, um, e vereador o outro.

Com a criação do distrito de São Caetano, em 1916, ficaram de fora da localidade as terras de uma parte do antigo bairro de São Caetano, localizadas além do córrego, Utinga, na direção leste (no atual município de Sto. André), e as terras localizadas entre o rio dos Meninos e o ribeirão do Moinho Velho, incorporados a São Paulo desde a criação do município de São Bernardo, em 1889. Como o rio dos Meninos passou a ser divisa do distrito, foram a ele incorporadas terras que não pertenceram à fazenda nem ao Núcleo Colonial, constituídas pelos já mencionados bairros São José, Jardim São Caetano e parte do bairro Mauá.

Por meio dessa reconstituição histórica da geografia regional, fica mais fácil ler e interpretar os documentos antigos e ampliar e pesquisar sobre a história local. Penso que ela viabiliza um estudo sobre mudanças no uso da terra, no direito de propriedade, nos costumes agrícolas, na economia local, na formação das unidades básicas de sociabilidade, que eram os bairros rurais (como é o caso do bairro do Tijuçu, nos séculos XVI e XVII, e é o caso do bairro de São Caetano, nos séculos XVIII e XIX), na região centralizada pela vila e depois cidade de São Paulo.

Notas:

(*) Versão revista e ampliada de artigo publicado originalmente no *Sancaetanense Jornal* (Edição comemorativa), ano IV, n.º 178, São Caetano do Sul (SP), 26 de julho de 1986, p. 6.

(1) Cf. Gentil de Assis Moura, "Santo André da Borda do Campo", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume XIV (1909), Typ. do "Diário Oficial", São Paulo, 1912, p. 9; Theodoro Sampaio, "Um problema histórico-geográfico — onde foi o assento da Villa de Santo André da Borda do Campo", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, cit., p. 28.

(2) Em 1798, uma nota à margem da lista oficial dos escravos da Fazenda de São Caetano dizia que o Mosteiro de São Bento "tem terra nesta cidade, bairro de São Caetano, no subúrbio..." (cf. "Mapa geral dos habitantes que existem no destrito da 1ª Companhia de Ordenanças desta Cidade de São Paulo — 1798", Departamento do Arquivo do Estado, *População da Capital — 1795/1798*, Estante A, Prateleira 2, Caixa 32).

(3) Isabel Félix, que foi casada com o alfaiate Diogo Sanches, e que teve sítio no Tijuçu, no século XVI, era irmã de Jacques Félix, que por sua vez tinha sítio no Moinho Velho (cf. Arquivo do Estado, *Inventários*

e *Testamentos*, vol. I, Typographia Piratininga, São Paulo, 1920, p. 162). Maria Pedroso, viúva do capitão Manuel Temudo, cujas terras no Tijuçuçu foram adquiridas em leilão por Fernão Dias Paes para doação ao Mosteiro de São Bento, era sobrinha-neta de Maria Leme, mulher de Manuel João Branco (cf. Luiz Gonzaga da Silva Leme, *Genealogia Paulista*, volume 2º, Duprat & Comp., São Paulo, 1904, p. 443). Além desse parentesco entre as duas famílias, cujas terras estavam separadas unicamente pelo rio Tamanduateí, houve outro: Manuel João de Quevedo, filho de Francisco João Leme e neto de Manuel João Branco, casou com Maria de Faria, filha de Manuel Temudo e de Maria Pedroso. Descendentes de Manuel João de Quevedo e de Maria de Faria ainda tinham fazenda no bairro do Tamanduateí, em terras do atual município de São Caetano do Sul, no final do século XVIII — parte das terras do Tijuçuçu que não foram a leilão em 1671 (cf. Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Nobiliarquia Paulista, Histórica e Genealógica* (1766), tomo III, Editora Itatiaia Ltda./Editora da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte, 1980, p. 54-55).

(4) Cf. a ata da Câmara de São Paulo de 29 de abril de 1564, in *Arquivo Municipal de São Paulo, Actas da Câmara da Vila de São Paulo*, vol. I, Duprat & Comp., São Paulo, 1915, p. 42; Serafim Leite, S.I., *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil* (1558-1563), vol. III, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Tipografia da Atlantida, Coimbra, 1958, p. 198. Cf., também, os documentos a respeito arrolados por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apointamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, tomo II, Livraria Martins Editora S.A., São Paulo, 1952 (1ª edição: 1879), p. 227-229.

(5) Nuto Sant'Anna fez um arrolamento nominal de moradores da Vila de São Paulo, de 1554 a 1700. Nele, o nome de Duarte Machado aparece pela primeira vez em 1591. Ausenta-se da vila de 1631 a 1635. Em 1631, está em Moji das Cruzes, onde doa sua Fazenda do Tijuçuçu, em que morou até então, à Ordem de São Bento. Mas reaparece em São Paulo em 1636, sendo aí encontrado até 1645 (cf. Nuto Sant'Anna, *Metrópole*, Coleção Departamento de Cultura, São Paulo, 1953, p. 3-114). De 1602 a 1604, esteve ausente participando da "entrada" de Nicolau Barreto, que saiu em direção a Moji das Cruzes e aos sertões de Paracatu, em Minas, a pretexto de descobrir ouro. Saiu, na verdade, à caça dos índios. Foi atacado pelos índios topiães no dia 30 de março de 1603 (cf. *Arquivo do Estado de São Paulo, Inventários e Testamentos*, vol. I, Typographia Piratininga, São Paulo, 1920, p. 459-464). Em 1601, Machado fora eleito almotacel (fiscal) da Câmara. Como a maioria, votou a favor do aumento do preço da carne de porco e de vaca (cf. *Actas da Camara da Villa de São Paulo*, vol. II, p. 89 e ass.). Em junho de 1612 participou da reunião em que o povo e a Câmara reclamaram contra a recusa dos índios em trabalhar para os brancos, supostamente instigados pelos jesuítas (cf. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, ob. cit., vol. II, p. 18-19).

(6) Jacques Félix mudou para Taubaté, em 1636, com família e grande número de índios mansos (cf. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, ob. cit., tomo II, p. 277-278).

(7) Miguel Aires Maldonado mudou-se para o Rio de Janeiro, com mulher, filhos e escravos. Em 1605, pediu sesmaria junto ao Mosteiro de São Bento, naquela cidade, onde foi vereador e juiz ordinário (cf. *Arquivo Nacional, Tombo das Cartas das Sesmarias do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1967, p. X e 222-223*). Em 1637, no Rio de Janeiro, doou ao Mosteiro de São Bento, da cidade de São Paulo, as terras que herdara do sogro do primeiro casamento, o ouvidor Amador de Medeiros, na Borda do Campo, onde vivera longos anos, terras em que se formaria depois a Fazenda de São Bernardo (cf. Dom Martinho Johnson, *OSB* (ed.), *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo*, Coleção da "Revista de História", São Paulo, 1977, p. 95-111).

(8) Cf. José de Souza Martins, *A Escravidão em São Caetano (1598-1871)*, CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Caetano do Sul, 1988, p. 13-14.

(9) Cf. José de Souza Martins, "O bairro de São Caetano no censo de 1765", in *Raízes*, ano II, nº 3, São Caetano do Sul (SP), julho de 1990, p. 12-19.

(10) Vicente Rodrigues Vieira foi sepultado a 9 de março de 1935, no

Cemitério de Vila Paula. Tinha 52 anos.

(11) Cf. José de Souza Martins, *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1973, *passim*.

(12) Cf. *Arquivo Municipal de São Paulo, Actas da Camara da Villa de São Paulo*, vol. I, Duprat & Comp., São Paulo, 1915, p. 374.

(13) Cf. João Baptista de Campos Aguirra, "Relação das sesmarias concedidas na comarca da Capital entre os anos de 1559 e 1820", in *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, vol. XXV, São Paulo, 1928.

(14) Nuto Sant'Anna, antigo diretor do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, fez um cuidadoso exame de documentos, de 1564 a 1623, relativos a essa ponte e a esse caminho. Concluiu que era um caminho do mar e, também, caminho do Tijuçuçu (cf. Nuto Sant'Anna, *São Paulo Histórico*, volume I, Departamento de Cultura, São Paulo, 1937, p. 117-121).

(15) Cf. *Arquivo do Estado de São Paulo, Inventários e Testamentos*, vol. XIII, Typographia Piratininga, São Paulo, 1921, p. 343.

(16) *Ibidem*, p. 312.

(17) *Ibidem*, p. 378 e 384-385.

(18) Cf. *Arquivo do Mosteiro de São Bento, de São Paulo, Códice 84, fls. 4 e 4v*.

(19) Cf. *Arquivo do Estado de São Paulo, Inventários e Testamentos*, vol. I, Typographia Piratininga, São Paulo, 1920, p. 132 e ss.

(20) Cf. Gentil de Assis Moura, "Santo André da Borda do Campo", in *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, volume XIV, cit., p. 17. À margem da carta de sesmaria de Pedro de Góes, de 12 de junho de 1674, na qual é citado o "caminho que vem de Piratininga", o padre Lourenço Craveiro, reitor do Colégio dos Jesuítas de São Paulo, anotou, entre outras explicações: "caminho de Piratininga é o caminho velho do mar..." (cf. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, ob. cit., tomo II, p. 267-268). Convém não confundir a localidade de Piratininga com o local em que os jesuítas fundaram o seu Colégio de São Paulo. Piratininga veio a ser um arrabalde da Vila de São Paulo, localizado nas cabeceiras do córrego do Guaré, à margem esquerda do rio Tamanduateí, no atual bairro da Luz, abrangendo, também, o Bom Retiro e os Campos Elíseos (cf. Affonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas* (1ª edição: 1921), Editora Itatiaia Ltda. e Editora da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte, 1985, p. 180 e ss.; Affonso de E. Taunay, *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo*, Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", São Paulo, 1953, p. 51-52; *Arquivo Municipal de São Paulo, Registro Geral da Camara Municipal de São Paulo (1583-1636)*, vol. I, Typographia Piratininga, São Paulo, 1917, p. 100-101; *ibidem*, vol. VII (Suplemento), Typographia Piratininga, São Paulo, 1919, p. 29).

(21) Em 1638, o tabelião e o alcaide da vila de São Paulo foram às terras que haviam sido de Miguel Aires Maldonado para delas dar posse aos monges de São Bento, nas quais seria organizada mais tarde a Fazenda de São Bernardo. Em documento, dizem que "vimos à paragem chamada Tamandatuí, que passa pelo caminho que vai para a vila de Santos, além do sítio e fazenda de Jacques Félix" (cf. Dom Martinho Johnson, *OSB* (ed.), ob. cit., p. 110. *Grifos meus.*).

(22) Cf. Gentil de Assis Moura, loc. cit., p. 17.

(23) Cf. Dom Martinho Johnson, *OSB* (ed.), ob. cit., p. 106.

(24) *Ibidem*, p. 86.

(25) Cf. *Arquivo do Estado de São Paulo, Sesmarias*, vol. II-bis, Typographia do Globo, São Paulo, 1939, p. 11-12.

(26) Cf. *Arquivo do Mosteiro de São Bento, de São Paulo, Códice 84, fls. 4-4v*.

(27) Cf. Dom Martinho Johnson, *OSB* (ed.), ob. cit., p. 81-82.

(28) Refiro-me à interpretação que deu a esses documentos o advogado Ítalo Dal'Mas em seu livro *São Caetano do Sul e seus Fundadores*, Gráfica-Editora Michalany Ltda., São Paulo, 1957, p. 29-41. Em nota introdutória, o autor esclarece, no entanto, que seu livro "ainda não constitui redação definitiva, por isso surgem, aqui e acolá, deficiências que, mais tarde, serão corrigidas e sanadas". E acrescenta: "Temos consciência de sua imperfeição e imaturidade" (ob. cit., p. 5).

(29) As terras, que constituiriam depois a Fazenda de São Bernardo, foram concedidas originalmente a Amador de Medeiros, em nome do do-

natário da capitania de São Vicente, Martim Afonso de Souza, com esta ressalva: “não entrando os campos, que ficam para os gados do comum” (cf. Dom Martinho Johnson, OSB (ed.), ob. cit., p. 100).

(30) Cf. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, ob. cit., tomo II, p. 175.

(31) Cf. *Cartas de Datas de Terra (1847 a 1850)*, vol. XV, Departamento de Cultura, São Paulo, 1938, p. 134.

(32) Cf. Dom Martinho Johnson, OSB (ed.), ob. cit., p. 83.

(33) Cf. *Registro Paroquial de São Bernardo — 1854*, fls. 59-59v.

(34) Cf. Theodoro Sampaio, *loc. cit.*, p. 25-38.

(35) Cf. *Registro Paroquial de São Bernardo — 1854*, cit., fls. 21-21v, 28, 43.

(36) Cf. Dom Martinho Johnson, OSB (ed.), ob. cit., p. 183; Affonso de E. Taunay, *Historia Antiga da Abadia de São Paulo*, Typographia Ideal, São Paulo, 1927, p. 170.

(37) Cf. Departamento do Arquivo do Estado, *Repertorio das Sesmarias Concedidas pelos Capitães Gerais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821*, vol. IV, Tip. do Globo, São Paulo, 1944, p. 303.

(38) Cf. “Ordens régias”, n.º 249, *Revista do Arquivo Municipal*, vol. LXVIII, Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, São Paulo, 1940, p. 154.

(39) Cf. R. Walsh, *Notícias do Brasil (1828-1829)*, vol. 2, Editora Itatiaia Ltda., Belo Horizonte, 1985.

(40) Cf. Arquivo do Estado de São Paulo, *Sesmarias*, vol. II-bis, cit., p. 11-12.

(41) Cf. Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica (1766)*, tomo III, cit., p. 261; *Ibidem*, tomo II,

p. 89; Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente (1784)*, Editora da Universidade de São Paulo/Livraria Itatiaia Editora Ltda., Belo Horizonte, 1975, p. 122; Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, ob. cit., tomo II, p. 227-228.

(42) Cf. José de Souza Martins, “O Bairro de São Caetano no censo de 1765”, cit., p. 12-19.

(**) José de Souza Martins é professor de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, desde 1965. Foi “visiting-scholar” da Universidade de Cambridge (Inglaterra), em 1976, e professor-visitante da Universidade da Flórida (EUA), em 1981. Nasceu em São Caetano do Sul, em 1938. É autor de quinze livros na sua especialidade e co-autor de outros quinze publicados no Brasil, Estados Unidos, México, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Itália e Espanha. Foi fundador, organizador e primeiro diretor do Museu Municipal de São Caetano do Sul (1959-1961). Sobre a história de São Caetano publicou mais de uma dezena de artigos em jornais da região, desde 1957, e mais os seguintes trabalhos: *São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História*, São Caetano do Sul, 1957; *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*, São Paulo, Pioneira, 1973; *A Escravidão em São Caetano (1598-1871)*, São Caetano do Sul, CEDI, 1988. Sobre a região, publicou, também, *A Escravidão em São Bernardo, na Colônia e no Império*, São Bernardo do Campo, CEDI, 1988. Seus livros mais recentes são: *Não Há Terra Para Plantar Neste Verão*, Petrópolis, Vozes, 1986 (traduzido para o italiano pela Editora Vecchio Faggio, em 1988); *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”*, São Paulo, Hucitec, 1986, e *Caminhada no Chão da Noite*, São Paulo, Hucitec, 1989.

Foi uma vez uma sociedade...

Henry VERONESI(*)

O homem não é uma ilha. Por isso não pode viver isolado, longe de tudo e de todos. Assim pensando, os imigrantes italianos que aqui chegaram começaram a agrupar-se para constituir uma sociedade com objetivos de auxílio mútuo e finalidades sociais.

As dificuldades de estarem vivendo em pequenos grupos (famílias) foi fortalecendo a idéia de se unirem em sociedades para se auxiliarem mutuamente, assim como organizarem reuniões para fins culturais e sociais.

Em 11 de novembro de 1891, uma parcela daqueles italianos imigrantes, que tinham vindo de tão longínquas regiões da Itália, reuniu-se na igreja local e, depois de muita discussão e decisões, fundou a primeira sociedade da terra. Deram-lhe o nome de Societá di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, em homenagem ao futuro rei da Itália que, na época, era príncipe. Essa sociedade, que só congregava italianos e filhos de italianos, tinha por objetivo dar assistência material, moral e cultural, e ainda promover festas aos seus associados.

Dentre as 110 pessoas que compareceram à reunião da fundação destacaram-se os senhores Carmine Barile, Silvério Perrella, Celeste de Nardi, Giacomo Fiorotti, Antonio Barile, Giovanni Battista Nalini, Giovanni Gallo, Giacomo Garbelotto, Pietro Tomé, Primo Baraldi, Giovanni Vicentini, Francesco Roveri, Antonio Martorelli, Giovanni Moretti, Antonio Gallo, Carmine Perrella, Antonio Roveri, Domenico Biaggi, Giuseppe Furlan, Ângelo Fiorotti, Giovanni Giacomini, Martini Bortolini,

Giácómo Moretti, Ângelo Cavana, Francesco Scotichio, Antonio Solari, que compuseram a primeira diretoria da sociedade.

Dezesseis anos mais tarde, devido à discriminação existente, um grupo de moradores da cidade, no dia 15 de novembro de 1907, fundou a Sociedade Beneficente Internacional União Operária de São Caetano que se diferenciava da primeira apenas nas admissões de seus associados. Nessa sociedade podia ingressar qualquer pessoa, independente de sua nacionalidade.

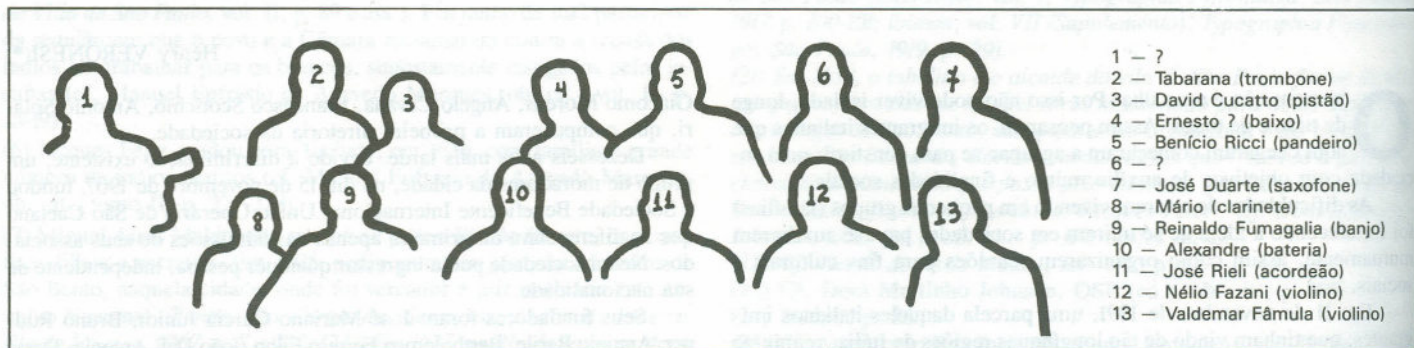
Seus fundadores foram José Mariano Garcia Júnior, Bruno Rudner, Antonio Barile, Bartholomeu Ferrero Filho, João Dal' Antonia, Dario Cavana, Francisco Prado, Joaquim Hilário, Manoel Cardoso, Matheus Perucchi, José Beirão Moreira, Ângelo Dall Antonia, Pedro Reviglio, Arthemio Veronesi, José Mantovani, Pedro Mazzeti, Caetano Coppini, Valentim Veronesi, que foram os primeiros diretores.

Essas duas entidades, embora não tivessem como objetivo principal a promoção de reuniões sociais, promoviam muitas festas durante o ano, a fim de arrecadar fundos para os seus cofres. As entidades mantinham, cada uma, uma banda de música, que participava nas festas cívicas e religiosas da cidade.

A sociedade sancaetanense, necessitava mais. Depois de uma semana estafante de trabalho — naquela época todo mundo trabalhava, crianças, jovens e velhos — era preciso um dia de descanso com possibilidades, dentro desse dia, de diversões.



1936: piquenique do São Caetano E.C., em Santos, com o Jazz São Caetano



Em 1º de maio de 1914, da fusão dos clubes de futebol (Clube dos Amigos de Rio Branco) surgiu o São Caetano Esporte Clube. Ele tinha por finalidade principal o futebol, porém em sua sede social promovia as *soirées* dançantes domingueiras.

Foram seus fundadores João Perrella, Accácio Novaes, Faustino Roveri, José Fernandes, Luiz Roveri., Francisco Garbelotto, Antonio Roveri, Alberto Piva, Antonio Fiorotti, Francisco Fiorotti, Paulo Perrella, Donato Perrella, Orlando Biaggi, Sylvério Manille, José Bertolucci, Riccieri Biaggi, Pedro Biaggi, Nicola Perrella, Tomaso Tomé João Giacomini, A. Giacomini, Sylvio Buso, João Buso, Celeste Dalcin e muitos outros.

Em 11 de janeiro de 1922, num pequeno salão situado no cruzamento das ruas Dr. Rodrigues Alves e Heloísa Pamplona, em frente à propriedade da firma Irmãos Barile, foi fundado o Grêmio Instrutivo Recreativo Ideal, que tinha como principal objetivo proporcionar aos associados eventos sociais, como bailes, piqueniques, etc. e desenvolver a cultura, através do teatro.

De acordo com os anais do clube foram fundadores os senhores Antonio Tegão, Adriano Galleazi, Ângelo Veronesi, Aldo Negrini, David Bartolini, Dante Malvasi, Otávio Tegão, Antonio Rossi Júnior, José Anunziato, Duvílio Quaglia, Matheus Constantino, Paschoal Paolone, José Paolone, Roque Paschoal, Luiz Baraldi, Adriano Paolone, Francisco Tegão, João Barile e Orlando Barile.

Com o desenvolvimento das atividades culturais e sociais, a sociedade foi arrebanhando dezenas de novos sócios, o que obrigou a entidade a mudar-se para um edifício maior, composto de um grande salão de festas, bar, secretaria, diretoria, portaria e um enorme palco, onde eram representadas as peças teatrais.

Havia *soirées* domingueiras e, quase todos os meses, os bailes comemorativos de festas da época, como o baile da primavera, baile à caipira, baile de aleluia, carnaval, *réveillon*, etc. etc.

As danças da moda eram a rancheira, o samba, o fox-trot, a marcha o samba-canção, a valsa, o dobrado, o tango, e outras, com outros ritmos. A valsa e o tango eram as músicas mais apreciadas pelos dançari-

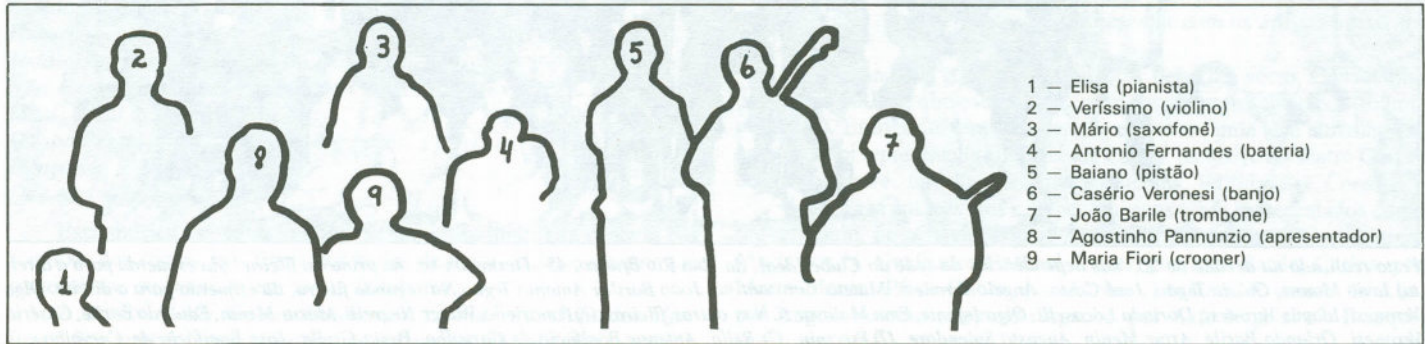
nos. Por isso, nos bailes, eram tocadas como *extras*. *Extra* era uma forma de o clube arrecadar um dinheiro a mais para reforçar a receita mensal. Os freqüentadores dos bailes já sabiam quando a contradança era *extra*.

O baterista da orquestra, repicando na caixinha da bateria por alguns segundos, batendo em seguida com o pedal no bumbo com todo vigor e junto com as baquetas no prato, parando repentinamente, anunciava no megafone: *Extra*.

Como era uma honra dançar uma contradança *extra*, os cavalheiros, sem cerimônia, tiravam as damas para dançar, sem receio de levar uma *tábua*, isto é, sem receio de receberem um *não* ao convite.



Palco do Ideal, da sede localizada na Rua Rio Branco, 45, no ano de 1929, com o Jazz Bando da Lua



- 1 — Elisa (pianista)
- 2 — Veríssimo (violino)
- 3 — Mário (saxofonê)
- 4 — Antonio Fernandes (bateria)
- 5 — Baiano (pistão)
- 6 — Casério Veronesi (banjo)
- 7 — João Barile (trombone)
- 8 — Agostinho Pannunzio (apresentador)
- 9 — Maria Fiori (crooner)

A orquestra começava a tocar e o par saía dançando. Lá pela metade da contradança, a orquestra parava de tocar, e como era costume, o par ficava parado no meio do salão, batendo papo, enquanto os diretores do clube faziam a coleta do dinheiro que era o tributo (ou a contribuição) pago para dançar aquela contradança. Por ser paga extraordinariamente denominava-se *extra*.

Feita a arrecadação, o mestre-sala que, via de regra, era um diretor especialmente escalado para aquela noite, dava um sinal para o chefe da orquestra, autorizando o reinício da contra dança.

Após a execução da *extra*, a orquestra bisava a música tocada, dando oportunidade para aqueles que não podiam, ou não queriam, pagar o tributo cobrado, pudessem, também dançar a contra-dança.

O momento da *extra* era aguardado com muita ansiedade pelos rapazes e moças que estavam na ocasião *tirando linha* (flertando). Era o momento propício para a conquista, para o início de um namoro, quando o pai da moça (percebendo a intenção do rapaz que ele não apreciava) se adiantava e dançava a *extra* com a filha.

No máximo, eram executadas duas contradanças *extras* durante os bailes noturnos, que se prolongavam até a madrugada.

No salão, o mestre-sala, sempre zelando pela moral do clube, não permitia que os pares dançassem agarradinhos. Qualquer movimento corporal considerado inconveniente aos bons costumes, o cavalheiro era advertido discretamente. Na reincidência, era chamado à diretoria e o diretor de plantão passava *aquela* repreensão moral. Nos casos considerados

Arquivo Henry Veronesi



Carnaval de 1945, no salão do Ideal, na Rua Santa Catarina (andar térreo). Primeira fileira, da esquerda para a direita (sentadas): Iolanda Zapparoli Laranjeira e Luiza Tegão. Na segunda fileira, da esquerda para a direita: Teresa Grecco, Pina Tegão e Dorinda Locoselli.

Arquivo Henry Veronesi



Festa realizada na década de 20, nas dependências da sede do Clube Ideal, da Rua Rio Branco, 45. Destacam-se, na primeira fileira (da esquerda para a direita) Lívio Moura, Otávio Tegão, José Costa, Ângelo Veronesi, Mateus Constantino, João Barili e Antonio Tegão. Na segunda fileira, da esquerda para a direita: Olga Veronesi, Idamis Veronesi, Dorinda Locoselli, Olga Infante, Ema Malavazzi. Nas outras fileiras, (?) Panariello, Walter Negrelli, Mário Menin, Eduardo Barile, Casério Veronesi, Orlando Barile, Artur Menin, Augusto Splendore, (?) Piccinin, (?) Rella, Antenor Bonifácio de Carvalho, Paula Grella, José Bonifácio de Carvalho.



Piquenique em Santos, do Ideal, em 27 de maio de 1934. Foto tirada em Piaçãgüera. Entre os participantes, Alberto Leone, Odete Dea, Venâncio Issaco, Jordano Vincenzi, Sebastião Modena, (?) Dea, Dante Negrini, Momite Menin, Mateus Constantino, Oswaldo Falchero, Salvador Pino Negro, Irma Falchero

de natureza grave, ele era convidado a retirar-se do salão. Se estivesse acompanhado, a dama também recebia o mesmo convite.

O Grêmio Recreativo Instrutivo Ideal possuía música própria, que era o seu hino. Segundo alguns idealistas, além da letra transcrita abaixo, havia outros estribilhos. A música era cantada em italiano.

Hino do ideal

Era una sera di Gran Carnavale
 Il salone del Ideale
 Fù grande per me
 Tutta la gente più bella e più fiera
 E non come quèlla che parlan'di te
 Ideale, Ideale
 Di tutta questa gente più bella sei tu
 Ballate e ridete
 Qui non cesse mai più
 (Era uma noite de grande carnaval
 O salão do Ideal
 Foi grande para mim
 Toda essa gente tão bela e tão sincera
 Não é como aquela que fala de ti
 Ideal, Ideal
 De toda essa gente a mais bela é você
 Dançando e divertindo-se
 Que não se esquece jamais)

Essa música era cantada como se fosse um hino. Era cantada nas reuniões dos sócios, nos finais dos bailes de madrugada, e sempre que os idealistas se reuniam em festas familiares.

A música *Ideale* não era apenas uma música ou um hino dos *idealistas*. Era também uma resposta que davam àqueles que não gostavam

do clube, que diziam que ele só era freqüentado por *almofadinhas*, que se consideravam a elite de São Caetano.

A resposta estava nas seguintes linhas da letra da música.

“Toda essa gente, tão bela e tão sincera,
 não é como aquela que fala de ti.”

O Ideal, como era chamado, além da atividade dançante, organizava piqueniques que, geralmente, eram realizados na Praia do José Menino, em Santos, onde havia cabines de madeiras de aluguel para os banhistas trocarem de roupa. Era a praia mais procurada, porque havia uma infra-estrutura para o turismo que, para a época, era muito boa.

Mantinha o clube um corpo cênico de excelente qualidade. Por diversas vezes, representou nos teatros da capital e cidades do interior e, muitas vezes, no Teatro Colombo, que se localizava no Brás e era um dos mais importantes do Estado de São Paulo. Faziam parte do corpo cênico do *Ideal*. Matheus Constantino, José Costa, Otávio Tegão, Ângelo Veronesi, João Barile, Mário Menin, Adriano Galiuzzi, Aldo Negrini. Dante Negrini, Pina Tegão e outras artistas profissionais que vinham de São Paulo, especialmente para representar com os artistas amadores do Clube.

O Ideal, no seu corpo de associados, tinha um sócio, Constantino de Moura Batista, que escrevia peças (dramas) representadas pelo corpo cênico. Entre as diversas peças que escreveu, uma teve tamanho sucesso que foi representada em diversos teatros, inclusive no Teatro Gomes de Santo André, um dos melhores existentes. Intitulava-se *Cocaína*.

A peça era em três atos e os personagens eram representados como segue: Paulo, por Otávio Tegão; Armando, por Matheus Constantino; Maria por N. Qualhado; Coronel Soares, por João Barile, Carlos, por Mário Menin; Pé-de-Cabra, por Adriano Galiuzzi; Primeiro Apache, por Ângelo Veronesi; Segundo Apache, por Aldo Negrini e o Botequineiro, por Dante Negrini.



Década de 20:
corpo cênico do
Grêmio Instrutivo Recreativo Ideal

- 1 - Mateus Constantino
- 2 - Aldo Negrini
- 3 - Teodomiro Sigolo
- 4 - Otávio Tegão



- 5 - Dante Negrini
- 6 - ? (artista de São Paulo)
- 7 - Constantino de Moura Batista

PROGRAMMA

<p style="text-align: center;">1.a Parte</p> <p style="text-align: center;">Allocução pelo Sur. Vicente Mamana — e — Representação do drama em 3 actos</p> <p style="text-align: center;">COCAINA</p> <p style="text-align: center;">pelo Grupo Dramático do Ideal da autoria do Dr. C. de Moura Baptista</p> <p style="text-align: center;">Personagens</p> <p>Paulo . . . O. Tegão Armando . . M. Constantino Maria . . . N. Qualbado Cel. Soares . J. Barile Apachinette . I. Rutigliani Carlos . . . M. Nenin Pé de Cabra . A. Galeszzi 1.º Apache . A. Veronesi 2.º Apache . A. Negrini Bolequineiro . D. Negrini</p>	<p style="text-align: center;">2.a Parte</p> <p style="text-align: center;">Recitação de poesias pelo Dr. Marques da Cruz</p> <p>1.º O Passeio de Sto. Antonio — de A. Gil 2.º A scisma do Caboclo — de R. Gonçalves 3.º Algumas estrophes — de Bocaga 4.º O pagem — Dr. M. da Cruz 5.º Fui pedida em casamento — de A. Azevedo 6.º A baratinha e o baratão — X X X 7.º O dorminhoco — de D. João da Camara 8.º A dança do Vendo — de A. Lopes Vieira</p> <p style="text-align: center;">Concerto Musical</p> <p style="text-align: center;">3.a Parte</p> <p style="text-align: center;">Discurso e offerta de um mimo ao Dr. C. de Moura Baptista em nome do 'IDEAL' pelo Sur. O. Tegão</p> <p style="text-align: center;">4.a Parte</p> <p style="text-align: center;">Grande e Deslumbrante Baile</p>
---	---

Publicação da programação de uma festa no Grêmio Instrutivo Recreativo Ideal, em 4 partes, iniciando-se a festa com uma "allocução pelo senhor Vicente Mamana", e sendo encerrada com um "grande e deslumbrante baile". A festa foi realizada no salão da Rua Rio Branco, 45, na década de 20.



Jantar-dançante servido pelo Buffet Cavalão Branco, de Santo André, no salão do Clube Comercial (antigo GIR Ideal). No centro, Cleonice apresenta um número de bailado clássico. Dentre os presentes, Dirceu Luiz, Mário Menin, presidente de clube, Zequinha Kirche, Leonora Laban, Olga Montanari de Melo, Henry Veronesi, Levis Bortoletto, Milton Miazzi. Foto de agosto de 1952.

Constantino de Moura Batista, um dos primeiros médicos a fixar residência em São Caetano, escreveu, também, uma peça chamada *Sapateirinho*, para homenagear os irmãos Duvílio e Olindo Quaglia, elementos que muito contribuíram para a vida social do Grêmio Instrutivo Recreativo Ideal. Eles tinham uma loja de calçados na Rua São Caetano (hoje, Avenida Conde Francisco Matarazzo), no Bairro Fundação.

Naquele tempo, não havia teatros em São Caetano. Por isso, as peças teatrais eram representadas nas sedes sociais dos clubes, onde havia palco. O local da platéia era o próprio salão, arrumado com as cadeiras do clube, onde se acomodavam as pessoas que iam assistir ao drama. Como nas noites em que eram representadas as peças a festa continuava com bailes, a própria platéia incumbia-se de desocupar o salão para que, imediatamente, começasse o baile. Cada um pegava a sua cadeira e a colocava encostada à parede lateral, no lugar em que acostumava a apreciar o baile. Desocupado o salão, era varrido e jogada a parafina ralada para que os pares melhor deslizassem sobre o assoalho do salão.

Até o final da década de 30, o Grêmio Instrutivo e Recreativo Ideal funcionou no prédio da rua Rio Branco, 45, no bairro da Fundação. Nessa mesma época, transferiu sua sede para a rua Santa Catarina, num salão térreo, no centro de São Caetano.

Enquanto esteve instalado no andar térreo do prédio da rua Santa Catarina, no segundo andar do prédio, foi obrigada a terminar com o

corpo cênico, pois não havia mais condições de manter aquela atividade pela razão de não haver no salão de reuniões o palco necessário para os devidos ensaios. Com isso, o grupo que formava o corpo cênico do *Ideal* se desuniu, deixando uma lacuna na sociedade cultural da cidade.

Essa mudança não foi benéfica para o clube. Uns sócios mais antigos foram se afastando. Novos foram ingressando, já com ideais diferentes. Correntes contrárias das que, por muitos anos, dirigiram o clube foram se formando, e a sociedade começou a desintegrar-se.

Com o intuito de salvar o clube, numa Assembléia Geral, realizada em 1944, quando o senhor Mário Menin era presidente, foi aprovada, por sugestão da maioria, a mudança do nome do clube. Passou a denominar-se Clube Comercial, funcionou razoavelmente até 1956, quando se mudou para a rua Santo Antonio, no quarto andar.

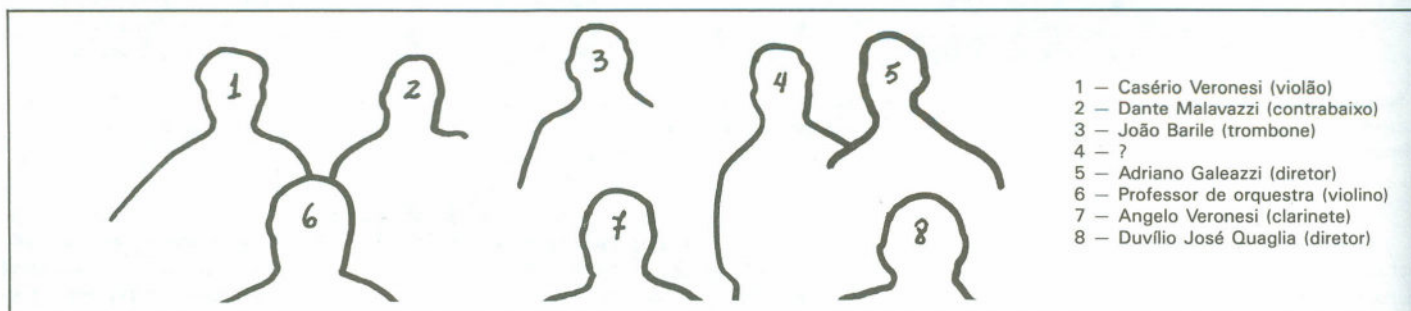
A única atividade eram as matinês domingueiras que, por se tornarem públicas (entrava qualquer pessoa, bastando pagar a entrada na porta), já não reunia aquela sociedade da cidade. Encerrou suas atividades como Clube Comercial, quando passou a funcionar como clube particular.

Jordano P.S. Vincenzi, ex-vereador de São Caetano e sócio-freqüentador do Grêmio Instrutivo Recreativo Ideal, assim escreveu sobre um piquenique, realizado em Santos, na Praia do José Menino, pelo *Ideal*, em 27 de maio de 1934.

“Para um grupo de 70 a 100 pessoas, a solução era fretar uma parte



Uma das primeiras orquestras formadas em São Caetano, que tocou no Grêmio Instrutivo Recreativo Ideal. Foto de 1922/23



- 1 — Casério Veronesi (violão)
- 2 — Dante Malavazzi (contrabaixo)
- 3 — João Barile (trombone)
- 4 — ?
- 5 — Adriano Galeazzi (diretor)
- 6 — Professor de orquestra (violino)
- 7 — Angelo Veronesi (clarinete)
- 8 — Duvílio José Quaglia (diretor)

da composição do expresso com embarque e desembarque em São Caetano, entendimento orientado pela chefia da estação local facilitava o trabalho, e o mesmo entendimento, junto à empresa de bondes em Santos.

Associados e não-associados podiam tomar parte, assinando uma lista com o número de pessoas, e cobrindo as despesas. Dois vagões da SPR ou linha inglesa como era chamada (aberta ao tráfego em 16/2/1867), três ou quatro bondes em Santos. Destino: Praia do José Menino. No trajeto de São Caetano a Paranapiacaba o casal Pina e Octávio Tegão comandava um cordão (tipo carnavalesco) que percorria os vagões, levantando o ânimo da caravana. De Paranapiacaba a Piaçaguera, o sistema de tração era a cabo; descia como subia, um vagão por vez, oportunidade para quem esperava para tomar café ou lanche no bem servido bar da estação. O mesmo se repetia em Piaçaguera, onde foi batida uma foto, vendo-se a locomotiva ao fundo (o percurso dos bondes era a av. Ana Costa, av. Presidente Wilson, na Praia José Menino).

Os irmãos Duvílio e Olindo Quaglia alugavam cabines para banho.

Após o banho, o lanche, a troca de um pastel por uma coxinha, um croquete por um sanduíche.

O horário estabelecido era rígido, como rígida era a Empresa de Bondes e a SPR (São Paulo Railway). Alguma coisa mudou; mudou o nome para E.F. Santos — Jundiá e, atualmente, para EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos). Mudou na serra a tração a cabo por cremalheira, com grande progresso no transporte de cargas; só não mudou o sentido de mão à esquerda entre Santos e Jundiá, para não esquecer a origem. Inglaterra e países de origem inglesa ainda mantêm o trânsito rodoviário e ferroviário à esquerda.”

(*) Henry Veronesi, advogado, ex-radialista, natural de São Caetano do Sul, administrador de empresas, diretor aposentado da Prefeitura de Santo André. Atualmente, ocupa o cargo de diretor de Administração da Prefeitura de São Caetano do Sul.

Imagens vênetas

(breve história da trajetória dos homens simples que fundaram uma cidade na América)

Oscar GARBELOTTO(*)

*Andaremo in Mèrica
In tel bel Brasil
E qua i nostri siori
Lavorarà la tera col badill!*

(canto camponês vêneta) (1)

Por que imigraram os vênetas

Ao se buscarem as razões para explicar os reais motivos da imigração italiana para o Brasil, particularmente após 1870 — quando aqui se estabeleceram, com maior clareza, os grandes interesses econômicos que passaram a incentivar a mão-de-obra barata que representava o trabalhador rural italiano, num momento de transição da força de trabalho local, com a substituição do escravo africano —, não se pode perder de vista a realidade desses imigrantes em suas terras de origem, as atividades que desenvolviam ou, ainda, as regiões de onde procediam. Importante ainda buscar as respostas a tantas indagações a respeito, na própria herança cultural: tradições, lutas, experiências.

Quem eram esses homens e mulheres, no que trabalhavam, onde e como viviam e, principalmente, o que queriam quando tomaram a difícil decisão de emigrar para um país distante, e desconhecido? Por que deixaram para trás, séculos acumulados de uma cultura social e familiar? Por que deixam amigos, parentes, às vezes propriedades, terras e toda uma sociedade estruturada?

Devemos levar em consideração que, no caso particular de São Caetano, a emigração foi programada pelo governo da Província de São Paulo, após vigoroso incentivo feito pelo presidente da Província, Dr. Sebastião José Pereira, que em relatório apresentado à Assembléia Legislativa, em 27/6/1885, defendia a implantação de núcleos coloniais:

“Não temos colônias provinciais; sei que os grandes núcleos coloniais só podem ser sustentados pelos cofres gerais; mas entendo que há grande utilidade em estabelecer-se pequenos núcleos por conta da Província, nas proximidades da capital ou de outras povoações importantes; é esse o meio de desenvolver a imigração.”(2)

O núcleo colonial de São Caetano recebeu a primeira leva de imigrantes em 28 de julho de 1877. Vieram eles da cidade de Vittorio Veneto e comunas vizinhas, do denominado território *Vittoriese* (onze comunas, municípios, que possuem afinidades culturais e históricas há séculos). O território *vittoriese* fica situado na Província de Treviso, na Região do Vêneto.

Tendo em vista estes dois aspectos, a região de origem dos emigrantes de 1877 e por ter se tratado de um contingente pré-programado, tentaremos, tanto quanto for possível, limitar o enfoque dentro destas considerações.

Sabe-se que no período 1870-1900 houve uma maciça participação da Itália setentrional na emigração: 56,3%. Neste período, mais de um terço saiu do Vêneto e quase metade da Lombardia e do Vêneto, conjuntamente. A principal corrente emigratória para o Brasil provinha do Vêneto. Todos os que vieram para São Caetano, na primeira leva, eram

vênetas. Na segunda leva, uma minoria, de Mântua, na Lombardia.(3) *A Situação do Vêneto no Final do Século*

a) As terras do Vêneto

Emilio Sereni, citado por José de Souza Martins, é quem afirma: “A grande massa nos emigrados provém não tanto da agricultura, mas das regiões agrícolas mais atrasadas, mais agravadas pelos resíduos feudais. Na Itália setentrional, a região que oferece o grosso da emigração (...) é o Vêneto (110 emigrados sobre 10.000 habitantes na média anual do período 1887/1900): e o Vêneto mostra-se, entre as regiões da Itália setentrional, a que permanece mais atrasada no desenvolvimento industrial, aquela onde mais graves permanecem os resíduos feudais...”(4)

“Até 1885, primeiro momento da imigração para o Brasil, as famílias que saíram da Itália, pertenciam, em grande parte, ao universo dos meeiros, dos pequenos proprietários e dos arrendatários, independentemente de se originarem da Itália setentrional ou meridional”.

Do lado expulsor, a Itália, isso se explica pela forma como ocorreu a penetração capitalista no campo: concentração da propriedade; altas taxas de impostos sobre a terra, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimos e ao conseqüente endividamento; oferta, pela grande propriedade, de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor; e finalmente, a sua transformação em mão-de-obra para a indústria nascente. Para esses, a sobrevivência passava pela emigração.”(5)

O Vêneto continuava a ostentar pobreza e miséria que lhe dava a primazia de território potencialmente propício à emigração. O fenômeno emigratório não era desconhecido dos “contadinos”, principalmente para os que habitavam as regiões de montanha, sempre as mais atingidas. Assim, era comum que o pai de família fosse buscar o sustento em outras regiões da própria Itália, ou nos países vizinhos, principalmente França e Alemanha. Eram, porém, fenômenos sazonais, onde a mulher e filhos continuavam nas terras, aguardando a volta do marido e cuidando das poucas coisas possíveis dentro da precariedade do cultivo.

No Vêneto, a pequena propriedade transformou-se em sinônimo de pobreza (6), chegando a ponto de que a produção cobria o sustento da família durante apenas metade do ano.(7). Além da pequena propriedade, predominava nessa área a meação que, em virtude do declínio da produtividade, tornou-se cada vez mais opressiva.(8)

Estes, num primeiro momento, constituem o contingente emigratório para o Brasil e, melhor examinada a paisagem vêneta, poderemos vislumbrar o tipo de imigrante que desembarcou em São Caetano: “O campo é dividido em pequenos lotes, onde às fileiras de árvores se agarram as videiras, enquanto os pedaços intermediários — de 25 a 40 metros de largura — são arados e quase sempre cultivados com cereais. O campo assim reflete fielmente, no seu aspecto externo, o regime de produção imposto pelas condições sociais da região. Ela fornece trigo e vinho aos proprietários, milho aos trabalhadores, lenha aos dois e pouquíssima forragem aos animais que, no entanto, devem arar e adubar o terreno já tão depauperado”.(9)

b) As famílias vênetas

As famílias vênetas eram, em regra, muito numerosas: doze ou quin-



Vêneto — situado ao norte da Itália, é uma das vinte regiões que compõem o sistema político-administrativo da República.

ze elementos, que viviam em torno do pequeno núcleo de terra que lhes pertencia. O regime familiar era um autêntico patriarcado, unido enquanto as terras fornecessem o necessário sustento para todos. Os homens, normalmente, casavam após cumprirem o serviço militar, aos 24 ou 25 anos. Outras vezes, as contingências econômicas obrigavam alterações nos objetivos familiares, como ocorreu na família Garbelotto, de Cappella Maggiori (no território *Vittoriese*) onde um dos filhos serviu ao exército austríaco durante dez anos, três meses e quatorze dias, tendo dado baixa no dia 30 de junho de 1863. O documento de baixa, assinado por “Sr. K.K. Apostolischen Majestat” — Kaiser Imperial da Áustria, está no Museu Municipal de São Caetano. O soldado era Antonio Garbelotto que veio fundar, junto com outros, São Caetano, trazendo em sua companhia a esposa, Angela, seu filho com três anos, Giàcomo e seus pais: Giàcomo e esposa, cujo nome ainda não foi identificado.⁽¹⁰⁾

Por certo, tantos anos servindo ao Exército, deveriam ser casos esporádicos: afinal, Antonio, nascido em 1832, apenas deu baixa com trinta e um anos, ao que parece, para os parâmetros da época, já com muita idade para o casamento. Mesmo assim casou-se e chegou a São Caetano, em 1877; tinha o seu primogênito com três anos.

c) *Vida e casa do camponês vênето*

Se a situação dos vênéticos no campo era sofrível, o que dizer da

vida em suas casas: “Casebres baixos, cheios de frestas, caindo aos pedaços... buracos usados como janelas. No interior, poucos cômodos, onde se chega por escadaria precária (...) as paredes revestidas de pó secular, enegrecidas e úmidas pelas chuvas (...) o chão do térreo é de terra ou de pedras mal ajustadas, aqui e ali arrebentadas ou incompletas; o plano superior é formado por tabuleiros bamboleantes; as pequenas janelas, onde normalmente faltam batentes, são tapadas por vidros ou folhas de papel, os únicos móveis são leitos, um baú e os utensílios para cozinha e a agricultura. Alguns santos vermelhos ou azuis, algumas vezes um calendário (...) o número de cômodos é variável, mas sempre muito inferior às necessidades da família (...) O leito mais comum é uma enxerga ou catre, cheio de cascas de milho, mais raramente de palha.”⁽¹¹⁾

A mesa do sofrido camponês vênето também, por razões já expostas, não poderia ser das melhores. Toda a população alimentava-se, basicamente, de polenta. Apenas os mais abastados tinham acesso a melhores alimentos, tais como peixes, ovos, salames, verduras, mas, mesmo assim, raramente comiam carne e quando comiam era carne de porco, carneiro ou cabrito. A carne de vaca ficava para os dias de festas, ou quando se adoecia.

“Também raramente se consumia pão de farinha de trigo, e fresco, só na época da colheita do trigo. O macarrão, para nós brasileiros tão

ligado à imagem do italiano, era um luxo poucas vezes permitido. O vinho aparecia durante a colheita da uva, quando se consumia alguma bebida; depois desse período usavam o *vinhete*, espécie de vinho de qualidade inferior, resultante da segunda prensagem das uvas com água.” (12). Por aí, aliado às parcas e difíceis possibilidades de ganhar seu próprio dinheiro, as liras, ficam dimensionadas às condições em que viviam.

Eram os vênetos pessoas humildes, sofridas, “os rostos desses recém-chegados trazem estigmas de gente setentrional (...) Vêm sem amparo algum do Estado Peninsular. Não trazem nas veias a inconstância do nômade, nem ostentam signos de famosas cruzadas, nem acolhem, no peito, o choque do êxodo. (...) imigrantes de faces altivas de mãos destras ao trabalho, de coragem com indômita vontade de vencer...” (13). Traziam, porém, no rosto, muita esperança...

d) A situação política

A situação política reinante da Itália não contribuía muito para melhorar o problema sócio-econômico. O Vêneto, finalmente, passará a fazer parte da Itália em 1866, mas apenas em 1870 foi resolvida a “Questão Romana” Essa disputa territorial, no entanto, apenas se iniciou em 20 de setembro de 1870, concluindo-se por acordo entre a Igreja e o Estado Italiano, no último dia 21 de maio de 1991, após 121 anos de pendência. (14).

“A Itália vive fragmentada pelas lutas intestinas e dividida pela dominação estrangeira e papalina. Seu povo começa a sofrer a influência da acelerada industrialização. E isso, depois de certa tardança em acei-

tar o ritmo, em decorrência da escassez de matéria-prima (carvão, ferro, petróleo) e de capitais, bem como resultado da luta para extinguir os seus imensos latifúndios. Sua estrutura cria “relações sociais retrógradas” de arrendamento. Não tem, a Itália, tradição militar, nem política. Apenas é mera expressão geográfica e política.

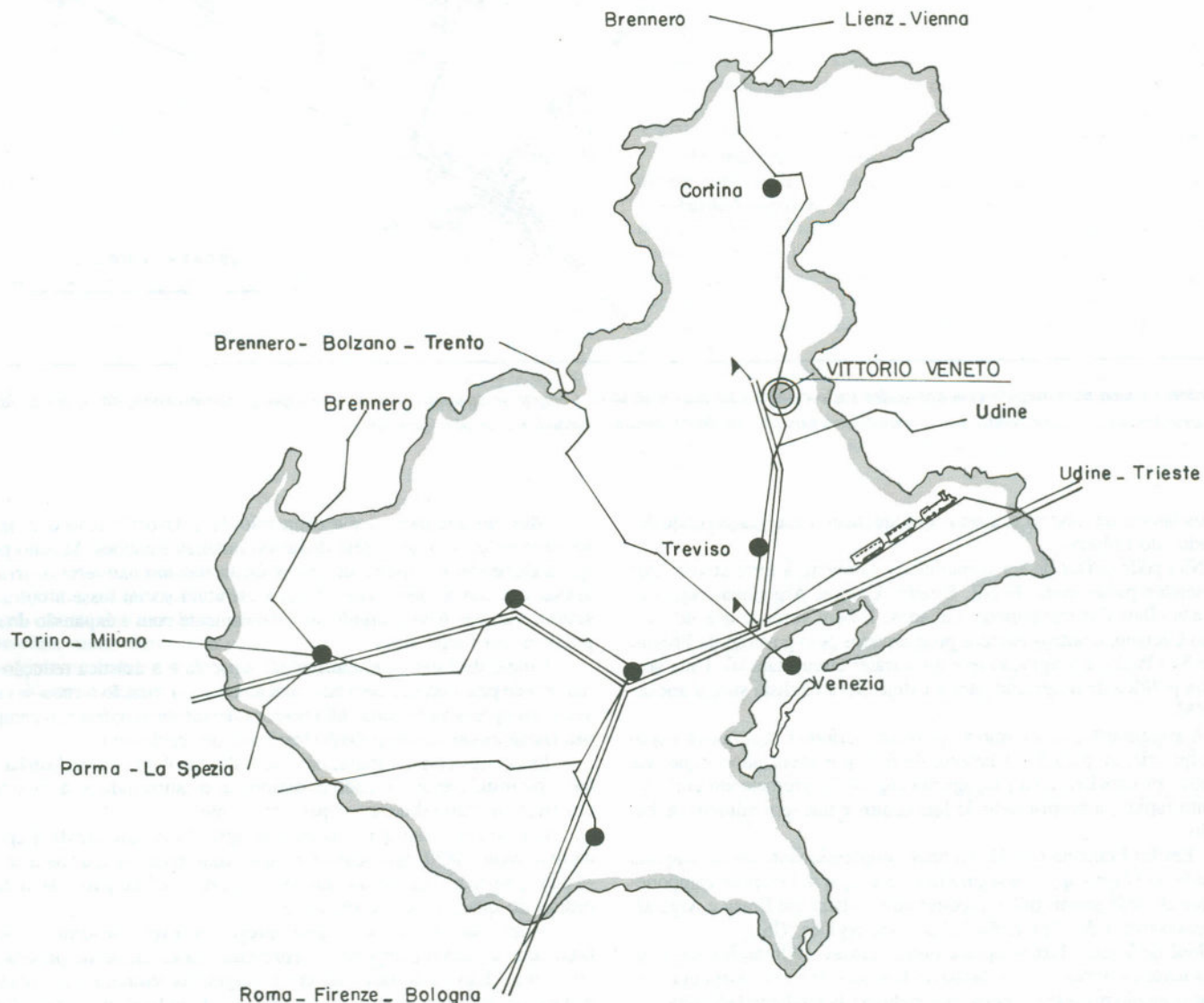
Além da falta de união política, existem, dentro dela, acentuadas diferenças de costumes de tradições e de dialetos, particularidades próprias e profundas que formam as “ilhas de cultura” a tal ponto que D’Azeglio chega a afirmar: “A Itália está feita, torna-se necessária criar “italianos”(15).

No imigrante italiano ficou evidente o apego à sua localidade de origem, à sua cultura, ao seu dialeto. Tudo isso parecia significar uma débil identificação nacional. O que prevalecia eram as relações regionais — como é o caso do território *vittoriese* e as desavenças, relações tensas e conflituosas, entre grupos de aldeias diferentes.

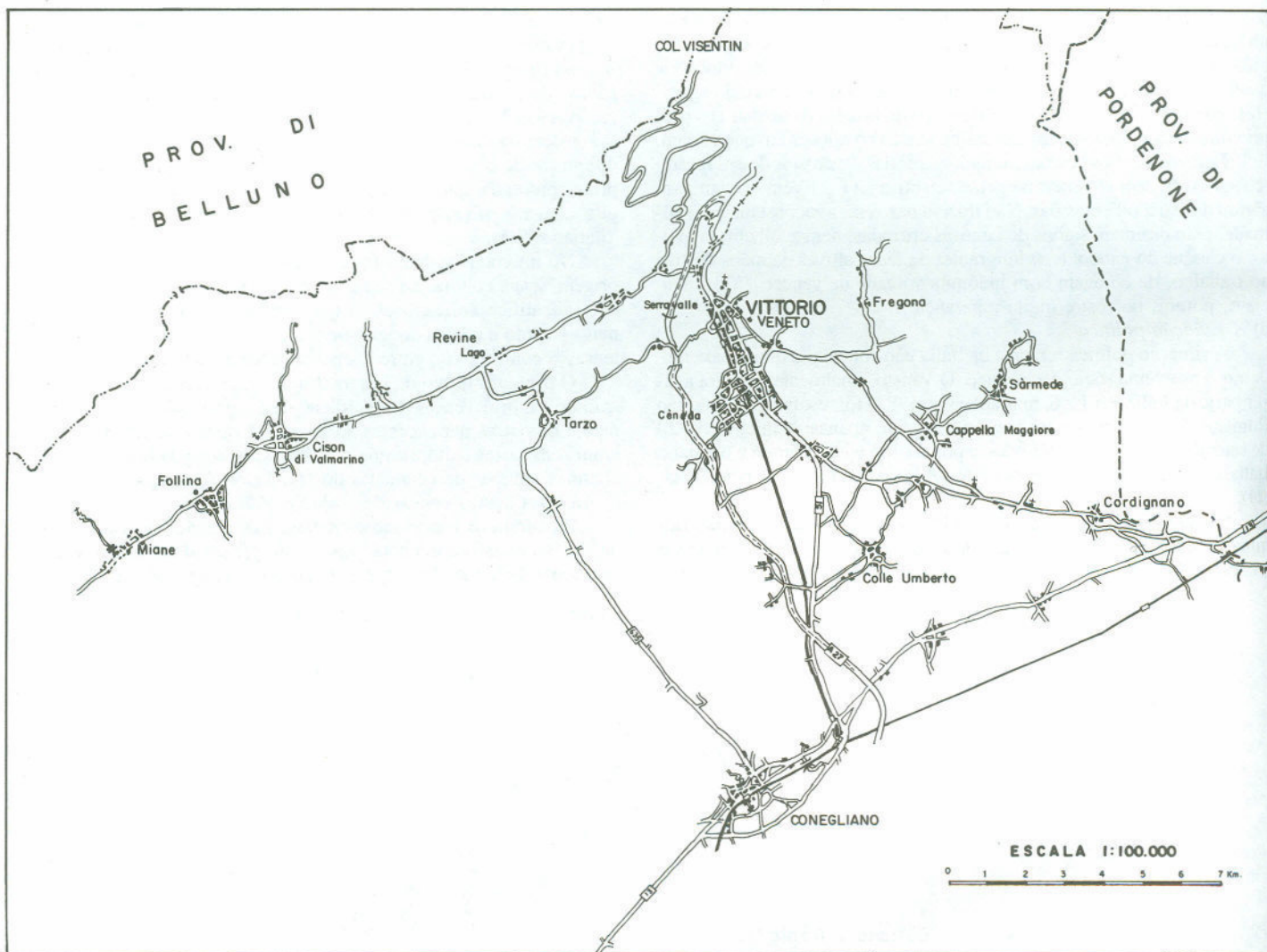
O primeiro grupo de imigrantes de São Caetano veio todo do distrito de Vittorio Veneto. Na verdade, da própria cidade de Vittorio Veneto e de outras pertencentes ao território *vittoriese*, e tão acentuadas eram suas raízes culturais que o dialeto vêneto ainda resiste no seio de algumas famílias descendentes dos fundadores.

e) Algumas breves conclusões sobre a “diáspora”

Procuram os historiadores italianos as verdadeiras causas da dispersão em massa de sua população rural, principalmente. O crescimento demográfico, bastante alto no século passado, tem sido apontado como



A Região do Vêneto destacando-se Veneza, sua capital. A cidade de Treviso é a capital da Província do mesmo nome e, em detalhe, a cidade de Vittorio Veneto, uma das mais importantes dessa Província.



O Território é uma microrregião com afinidades sócio-culturais há muitos séculos. Compõe-se de onze comunas (municípios) independentes, das quais a cidade de Vittorio Veneto é o maior centro. Deste território vieram os primeiros imigrantes fundadores de São Caetano.

um dos fatores da miséria e, como conseqüência, a emigração daqueles afastados do trabalho.

Não pode deixar de ser mencionada, também, a forte atração que representam países como Brasil, Estados Unidos, Argentina, entre outros, aos olhos dos camponeses italianos. É bem verdade que no caso de São Caetano, e outros núcleos programados pelo governo da Província de São Paulo, a imigração teve um caráter circunstancial. Uma verdadeira política de imigração para a cafeicultura paulista surgiu apenas em 1885.

A arregimentação, mesmo no primeiro período e já com os camponeses que vieram para São Caetano, foi feita por agenciadores que, de regra, promoviam uma propaganda enganosa, prometendo enriquecimento rápido, a propriedade de latifúndios e um sem-número de benefícios.

“Emílio Franzina nos dá um relato impressionante dessa máquina montada no Vêneto, que conseguiu fazer com que milhares de camponeses, que até 1875 jamais tinham sequer ouvido falar em Brasil e Argentina, passassem a dar “preferência” a essas regiões.”(16).

José de Souza Martins aponta outras causas: “Alterações nas condições naturais devido à devastação de florestas de uso comum que caíram no domínio privado e conseqüente redução da produtividade agrícola; divisão do trabalho na agricultura, instaurada com a unificação dos mercados decorrentes da unificação política e declínio dos preços...”(17)

Mas, ao que parece, é a expressão da industrialização que, mais recentemente, os autores têm dedicado maiores atenções. Mesmo porque a dispersão em massa do campesinato italiano não teria ocorrido, apesar das causas apontadas, “...se a estrutura social fosse a outra. É sintomático que tenha surgido simultaneamente com a expansão do capitalismo na Itália.”(18)

Com o declínio da produtividade agrícola e a drástica redução do número de propriedades com tais características, a meação tornou-se cada vez mais opressiva e, como não poderia deixar de acontecer, o camponês transformou-se em trabalhador livre, em proletário.

Em países como a Itália, em que o desenvolvimento industrial foi lento ou insuficiente, gerando desemprego, os altos índices demográficos tiveram, naturalmente, papel importante.

leve-se em conta que a economia agrícola italiana ainda é época da unificação (1870) apresentava nítidas características feudais e semi-feudais, particularmente no Vêneto e em todo o sul do país. Daí a delicadeza do quadro sócio-econômico.

A opressão no campo, o desemprego em níveis crescentes, o fantasma que a muitos camponeses representava a condição de proletário, obrigou a “Itália a desfazer-se, entre imigrantes temporários e permanentes, de nada menos que “vinte milhões de indivíduos, entre 1861 e 1940, dos quais (...) 85%, saíram entre 1861 e 1920.”(19)

O problema de uma população maciça em busca ansiosa de traba-



No ato solene do gemellaggio, na Câmara Municipal de São Caetano do Sul, o Prefeito Walter Braido faz entrega do documento oficial a Franco Concas, Síndico de Vittorio Veneto.

lho, sem perspectivas imediatas, gerava afirmações drásticas: “A imigração, para a Itália, é uma necessidade. Precisamos que partam de 200 mil a 300 mil indivíduos por ano, para que possam encontrar trabalho os que ficam”.(20)

A Região do Vêneto, a Província de Treviso, a Comuna de Vittorio Veneto e o Território Vittoriese

Sob o aspecto político-administrativo, a República da Itália divide-se em vinte regiões. Uma destas regiões é o Vêneto.

A Região do Vêneto, por sua vez, está situada ao norte da Itália e tem as seguintes divisas: ao norte, a Região Trentino-Alto Adige; ao sul, o mar Adriático, às margens do qual está situada a principal cidade da Região, Veneza, divisando ainda com a Emilia-Romagna; a leste a Região de Friuli Venezia-Giulia; a Oeste, a Região da Lombardia. Faz fronteira, ainda, ao norte, com a Áustria, que exerceu seu poder político sobre toda a região, até 1866.

A Província de Treviso é uma das sete províncias que subdividem o poder político-administrativo da Região do Vêneto. Limita-se com as seguintes províncias vênetas: Veneza, Padova, Vicenza e Belluno. Sua capital é a cidade do mesmo nome, Treviso.

A Comuna (município para nós) de Vittorio Veneto é uma das mais importantes cidades da Província de Treviso. Situa-se bem aos pés da região montanhosa onde iniciam os Alpes. A cidade é banhada pelo rio Meschio, muito famoso na antiguidade pela qualidade de suas águas, que proporcionava a fabricação de excelentes armas brancas.

Vittorio Veneto, como cidade, apenas nasceu em 1866, quando a Região do Vêneto passou a fazer parte do Reino da Itália. Antes disso era constituída por duas antiquíssimas comunidades, bem vizinhas, Serravalle e Ceneda, que acabaram por se unir sob o nome de Comune di Vittorio. A denominação atual de Vittorio Veneto foi adotado apenas em 1923. (21).

Território vittoriese: um pouco de sua História

Assim como o conhecido ABC paulista, que possui vários municípios independentes entre si no Estado de São Paulo, a região Vittoriese parte da Província de Treviso que, por sua vez, está situado na região de Vêneto, é constituído de onze comunas, independentes entre si, dos quais a cidade de Vittorio Veneto representa um natural centro de atração, graças a aspectos históricos e econômicos e a uma privilegiada situação geográfica.

Miane, Follina, Cison di Valmarino, Tarzo, Revine Lago, Fregona, Sarmede, Cappella Maggiori, Cordignano, Colle Umberto, e Vittorio Ve-

neto são as onze comunas distribuídas, ao longo de uma belíssima região, ao pé dos Alpes, bem ao norte da Itália. Os pontos extremos desse território são indicados a oeste, com as comunas de Miane e Follina e a leste, com as de Sarmede e Cordignano. Nessas direções, o território solta-se numa curva quase hiperbólica, docemente, aos pés dos Prealpi Trevigiane.

Outro detalhe interessante do território é a particular disposição geográfica das comunas, ocupadas por sulcados vales nas proximidades dos rios principais Meschio e Soligo. Tais particularidades explicam a razão do surgimento de uma civilização do tipo agrícola e pastoril, que constitui sua principal característica, por séculos.

A história dessa comunidade sempre seguiu o mesmo caminho, desfrutando da mesma sorte de ocupações. Confunde-se, na antiguidade, com a de Roma e do Império Romano. Com o declínio deste último, o início da Idade Média, e o estabelecimento dos povos bárbaros na Europa, iniciou-se uma longa fase de transição, na qual, pode se dizer, originou-se a Itália Moderna.

As invasões de Alarico e Ataulfo, com os visigodos; de Genserico, chefiando os vândalos e os hunos, comandados por Átila, prolongaram-se do séc. V ao X. O último imperador do Ocidente foi deposto por Odoacro, chefe bárbaro e rei da Itália entre 476 e 493, que por sua vez, foi destronado por Teodorico, rei dos ostrogodos e novo invasor da península. Com a morte de Teodorico, Justiniano, o último imperador bizantino, tentou reconquistar a Itália, não o conseguindo principalmente devido à invasão efetuada pelos longobardos. Daí em diante e durante vários séculos, a península itálica foi um interminável palco de lutas de conquistas, dividida e subdividida por reis, duques e pelo clero, em regime de feudalismo, com quadros desoladores de pressão, miséria e banditismo. Com o movimento denominado Risorgimento, no início do Séc. XVIII, estabeleceu-se, contudo, a procura da Unidade Italiana.

O Congresso de Viena, de 1915, promoveu a restauração da antiga ordem política sob a proteção da Áustria, que havia adquirido o reino Lombardo-Veneziano, fragmentando a península em uma série de reinos, ducados e estados papais. Após a derrota dos austríacos, em Magenta e Solferino a Lombardia conseguiu sua independência. Faltava o Veneto que, apenas em 1866, passou finalmente a integrar o novo reino, após a queda das tropas austríacas frente aos prussianos, então aliados dos italianos. Vittorio Emanuel, apossou-se finalmente da vasta região de Veneto.

Dividida há séculos, a característica da Itália, após a unificação, era de uma profunda desigualdade social e econômica que sobreviveria por muito tempo. Nesse contexto, encontramos a cidade Vittorio Veneto, dominando o território “Vittoriese” quase, no coração da Província de Treviso.

VITTORIO VENETO, CENEDA E SERRAVALLE

Vittorio Veneto é a cidade que legou perenemente seu nome à Primeira Guerra Mundial, é hoje uma comunidade industrializada, situada aos pés do Prati Bellunesi, cortada pelas transparentes águas do rio Meschio.

A cidade era, antigamente, constituída por dois centros: Ceneda e Serravalle, que fizeram uma fusão em 1866, por ocasião da anexação do Veneto ao restante da Itália (era um território dominado pelos austríacos), surgindo daí a cidade de Vittorio, sob os auspícios do rei italiano Vittorio Emanuele II. Apenas em 1923, assumiu a dominação atual de Vittorio Veneto.

Ceneda e Serravalle já eram habitadas em épocas pré-romanas, conforme atestam inúmeros achados arqueológicos e revestiam-se de notável importância na era romana, em virtude de constituir-se passagem obrigatória para o norte.

Após a queda do Império Romano, as cidades, bem como toda a região, passaram pelo sucessivo domínio de godos, hunos, ostrogodos e longobardos, durante séculos, ostentando uma rica história cultural no período feudal, quando Serravalle e Ceneda tornaram-se feudos independentes.

A comunidade de Ceneda foi construída parte em extensa planície e parte incrustrada em uma colina, na qual se destaca o Castelo de São Martino, de origem romana, reformado nas condições atuais pelos lom-



Vista de Ceneda. Ao fundo a Catedral, na Praça Giovanni Paolo I, construída no mesmo lugar de duas antecedentes: uma do século VII e outra segunda, em estilo romano, demolida no ano de 1199. A atual foi iniciada em 1740 e completada em 1773. A fachada, de estilo neoclássico, de 1912, é obra de G. Moretti e D. Rupolo. À esquerda da foto, o Palazzo della Comunità, que abrigava as reuniões dos Conselhos da cidade. Foi erguido em 1537-38. Hoje abriga o Museo della Battaglia, fundado em 1938, por Luigi Marson. Em primeiro plano, magnífica fonte, construída no século XVI.

bardos. Possui, ainda, bela catedral ao lado do não menos belo “Palazzo della Comunità”, um palácio para abrigar as reuniões dos administradores feudais, erguido entre 1537 e 1538, hoje abrigando o importantíssimo “Museo Della Battaglia” relativo à Primeira Guerra. Destaca-se, ainda, na mesma praça, uma magnífica fonte, do século XVI.

Por sua vez, Serravalle, como o próprio nome diz, “fecha” a única passagem na região que permite acesso ao norte, é um dos centros históricos melhor conservados da Itália. É conhecida desde remotas eras, graças à excelente qualidade das armas brancas fabricadas, e tem como protagonista principal as águas do rio Meschio. Serravalle foi símbolo da evolução artesanal e industrial não só local, mas italiana, do Reino Lombardo-Veneto.

Tão importante foi o rio Meschio para o desenvolvimento de Serravalle, exportador de armas para lugares distantes da Europa, rivalizando com as armas de Toledo, na Espanha, que já em 1598 se fizeram obras hidráulicas para a contenção do leito do rio, como se pode observar ainda hoje.

Quase como um todo, resguardada da ação do tempo, a comuna pode ostentar ruas e praças, construídas há vários séculos assim como belos templos religiosos e obras artísticas, de renomados nomes da arte italiana, entre os quais do pintor Tiziano, considerado o máximo expoente da pintura vêneta.

A união administrativa das duas comunas, altamente contrastantes até 1866, deu lugar a uma cidade próspera e bela. A ligação entre os dois centros fez-se através da avenida que tomou o nome de avenida da Concórdia, mudado para Vale da Vitória, depois de 4 de novembro de 1918. No local, predominante da então divisa territorial, construiu-se belíssima praça, que abriga a sede administrativa da cidade o *Municipio*, como designam o Paço Municipal), com suas fontes luminosas e o jardim público, a Piazza del Popolo.

Os fundadores de São Caetano (primeiro grupo) e sua origem

Os historiadores locais são unânimes em afirmar que todas as famílias desse grupo vieram do “distrito de Vittorio Veneto”. Cerca de vinte e seis eram as famílias (22).

Mas, se considerarmos os aspectos históricos-geográficos, chegamos à conclusão de que a referência ao “distrito de Vittorio Veneto” terá uma abrangência territorial que ultrapassa as fronteiras dessa cidade.

Devemos lembrar as afinidades existentes na região *Vittoriese* e mais a influência de Serravalle e Ceneda (após 1866, a cidade de Vittorio) para as comunas vizinhas e a própria divisão política da época que antecedeu a primeira imigração. Dentre os documentos pertencentes aos nossos imigrantes, originários da época em que ainda o Vêneto estava sob o domínio austríaco, encontramos um, editado na língua germânica que, textualmente, afirma:

“O canhoneiro de segunda classe, Antonio Garbelotto, nascido no ano de 1832, lugar Capella, Distrito ou Comarca de Serzavalle, País, Itália...” (23).

“Capella” é a atual Comuna “vittoriese” de Capella Maggiore e “Serravalle” é Serravalle que, juntamente com Ceneda, deu origem a Vittorio Veneto. O historiador José de Souza Martins, em depoimento pessoal, afirma que os primeiros emigrantes vieram de Vittorio Veneto e das aldeias situadas montanha acima, numa referência ao território “vittoriese”. Chegou, anos atrás, a pesquisar e fotografar a região.

Em outra oportunidade, o mesmo historiador confirma sua opinião ao consignar que o primeiro grupo veio “todo e simultaneamente de uma mesma localidade da província de Treviso: o distrito de Vittorio Veneto” (24).

“Distrito”, refere Martins, e não comuna ou cidade de Vittorio Veneto, numa clara alusão a uma região mais ampla, e não aos simples limites de uma cidade. Mais reforça a opinião de que o primeiro grupo veio de uma mesma microrregião territorial, é a grande unidade de hábitos, cultura, linguajar, enfim de características marcantes que portavam levando a concluir, sem qualquer dúvida, que a origem está na região “vittoriese”, com predominância natural de sua cidade mais importante: a cidade de Vittorio, em 1877.

O Gemellaggio

Há exatamente seis anos, na tarde de 10 de maio de 1984, no recinto da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, realizava-se a cerimô-

nia do *gemellaggio* (irmanamento) entre as cidades de Vittorio Veneto e São Caetano do Sul.

Muitas cidades italianas já se irmanaram com cidades dos mais diferentes países, particularmente Brasil, Argentina, Estados Unidos, Canadá, entre outros, graças à “internacionalização” de cidadãos italianos. É comum ouvir-se falar que o italiano é um “cidadão do mundo”.

O *gemellaggio* é uma forma carinhosa de revigorar laços étnicos. Estabelecem-se relações culturais e econômicas e revivem-se emoções com imigrantes e descendentes que deixaram suas terras, quase sempre em situações extremamente difíceis à procura de novos horizontes, novos mundos, para construir ou reconstruir uma vida.

Muitos emigrantes, particularmente no século passado, tornaram-se autênticos desbravadores, estabelecendo-se ora por determinação governamental, ora por força das circunstâncias, em terras e regiões praticamente inexploradas. Assim fizeram surgir do trabalho incessante e da luta contra adversidades, cidades hoje florescentes. O Brasil está repleto de exemplos de cidades fundadas por imigrantes peninsulares. São Caetano é uma delas.

A Cronologia do gemellaggio São Caetano do Sul — Vittorio Veneto.

A idéia começou a tomar forma quando o ex-prefeito Walter Braidó resolveu atender ao convite das autoridades de Vittorio Veneto para visitar aquela cidade. Não pôde atender ao convite ainda como Prefeito, mas após deixar o mandato, como simples turista, resolveu visitar a terra de seus antepassados, e estabelecer os primeiros contatos com autoridades italianas.

Em 1984, novamente reeleito, recebe correspondência do então prefeito Franco Concas, em 5 de março:

“Il Comune di Vittorio Veneto da cui sono originarie le famiglie dei fondatori delle Comunità (...) ha espresso l’entendimento, (...) di stabilire un rapporto di “gemellaggio” fra Vittorio Veneto e São Caetano do Sul, al fine di stabilire legami di conoscenza fra le due popolazioni e per av-

viare scambi culturali nel campo turistica, ricreativo ed economico”.

Na mesma proposta, ofereciam um sino a ser doado para a histórica igreja do Bairro Fundação:

“...il Comune di Vittorio Veneto intenderebbe far dono a São Caetano di una piccola campana realizzata da una fonderia di Vittorio Veneto che qui opera fin dal 1453...” (25).

Em 21 de março, o prefeito Braidó aceita a proposta e informa das medidas legais que tomará para concretizar a irmandade entre as duas cidades. O Decreto nº 5.313, de 27 de março de 1984, publicado no Diário do Grande ABC, em 29 de março de 1984, oficializa a idéia por parte dos locais.

Vittorio Veneto, por sua vez, coloca a proposta de autoria do Conselheiro prof. Aldo Toffoli para aprovação no Conselho Comunal, onde é aprovada em 11 de abril de 1984.

O ato solene do *gemellaggio* foi realizado no recinto da Câmara Municipal local no dia 10 de maio de 1984, às 14,30 horas, sob a presidência do vereador Sylvio Pellico Elme, com o prestígio de inúmeras autoridades, entre as quais foram enumeradas na ata da sessão os srs. Franco Concas e Hermógenes Walter Braidó, prefeitos das cidades irmanadas; Giuseppe Casù, agente consular da Itália; Newton Brandão, Prefeito de Santo André, Claudio Gobetti, Cel. Benedito C. P. Moraes, eng. Bruno Massotti, com. Giovanni Pega, com. Luigi Breda, Péricles Gastaldo e Lavinho de Carvalho, então vice-prefeito.

Na oportunidade, fizeram uso da palavra o sr. Giuseppe Casù, o sr. Franco Concas e o sr. Walter Braidó, encerrando-se a cerimônia com as palavras do sr. Sylvio P. Elme.

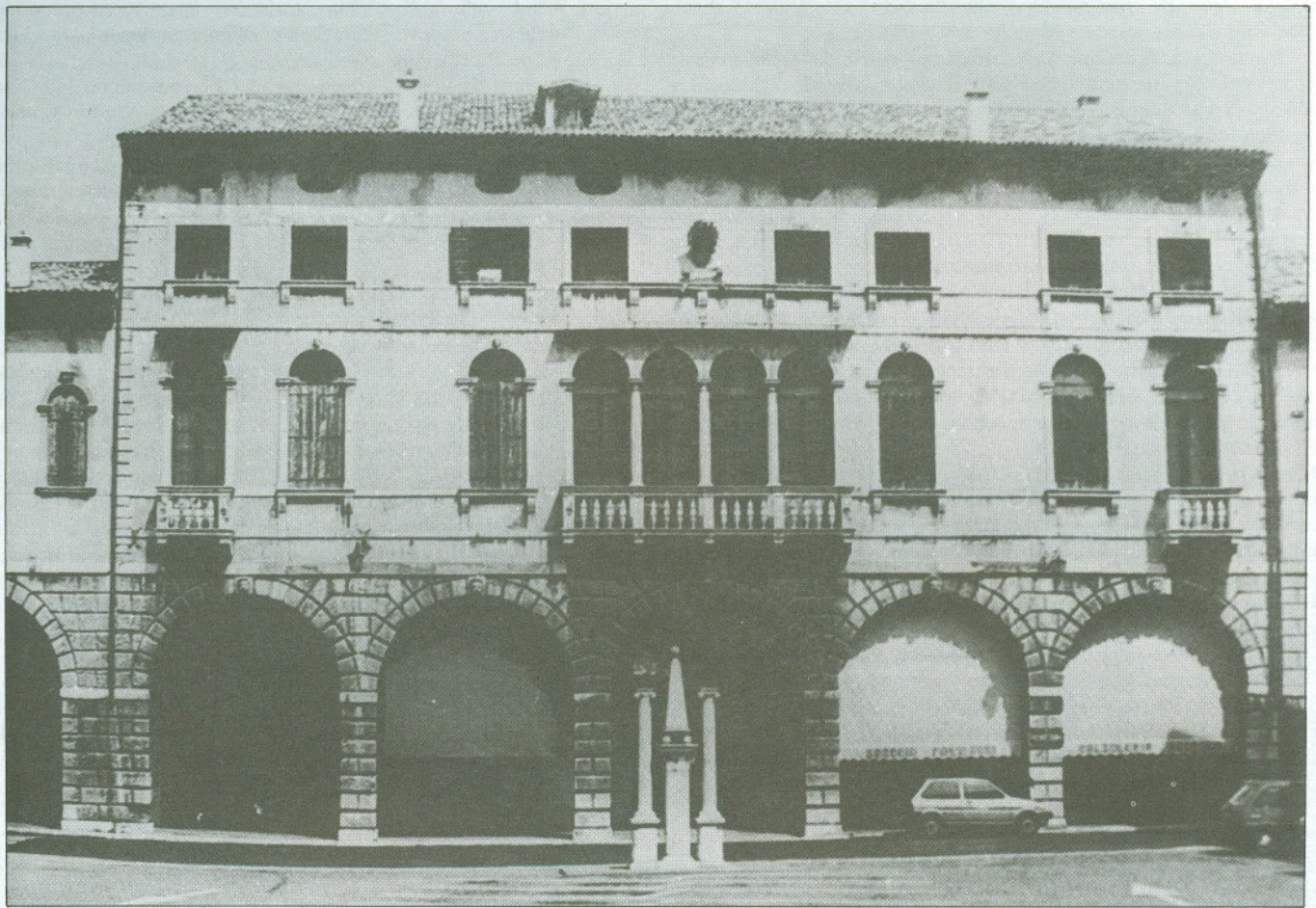
Franco Concas assim se manifestou naquela oportunidade:

“Não se trata de uma comunidade que tenha somente integrado, mas de um grupo de cidadãos de Vittorio Veneto que tenha emigrado há cerca de cem anos, deu origem a uma cidade que hoje (...) é parte viva da mesma Grande São Paulo. Os nomes destes cidadãos de Vittorio

Giorgio Mies — Arte del '500 vittoriese



Vista de Serravalle, com destaque para a Piazza Flaminio que se abre num dos lados para o rio Meschio. Para aqui gravita todo o centro histórico da cidade, com construções de cerca de quinhentos anos.



O Palácio Minucci-De Carlo, renascentista, o mais importante exemplo de edificação Vittoriese. O porte demonstra a importância de Serravalle, na época uma cidade populosa, rica e de cultura refinada

Veneto foram eternizados na lápide da fachada da primitiva igreja de S. Caetano: os mesmos significam, concretamente, que o liame das raízes entre S. Caetano e Vittorio Veneto nunca se despedaçou”.

E sobre sua cidade, disse Franco Concas:

“Vittorio Veneto, ligada à História da Itália, é a cidade que deu o seu nome ao coroamento do primeiro ressurgimento nacional, a cidade que, pelo heroísmo de seus filhos, foi condecorada com o máximo valor militar, pela contribuição do sangue e do sacrifício na luta pela liberdade e democracia. É a cidade que, com o seu rosto limpo, laborioso e humano, aspira à paz e à colaboração entre os povos” (26).

De fato, encimando os impressos do Gabinete do “Sindaco” consta, logo abaixo do brasão da cidade —: Città di Vittorio Veneto, Medaglia d’oro al V.M.

Em seu pronunciamento saudando os visitantes, o prefeito Walter Braido afirmava: “Nossa pequena cidade de quinze quilômetros quadrados é o melhor exemplo do espírito romano, o exemplo contido na frase — vim, vi e venci — de que os velhos imigrantes podem sentir-se orgulhosos. Eles foram ao Brasil, viram e venceram. Construíram um paradigma digno de ser imitado. Estamos conscientes de que temos a responsabilidade de manter esta chama acesa.” (27).

Outras cerimônias e a comitiva italiana

Bastante significativa foi a cerimônia realizada na Matriz Velha de São Caetano, quando a delegação da cidade visitante para lá se dirigiu para a entrega do sino, especialmente fundido em Vittorio Veneto, em fundição histórica ainda em funcionamento naquela cidade, desde 1453. Diariamente, hoje, o sino repica na torre da histórica igreja, marcando os momentos da comunidade do Bairro Fundação.

Marcante foi a delegação italiana presente às solenidades. Franco Concas, “Sindaco”, à frente, contando, entre outras autoridades, com a presença do prof. Aldo Toffoli, conselheiro que teve a iniciativa do

gemellaggio, dos conselheiros Giuseppe Bevilacqua e Francesca Meneghin e dos assessores Vittorio Mazza e Silvio De Carli.

As visitas oficiais

Os laços iniciados em 1877 persistiram através dos anos e agora, de um modo particular, após o *gemellaggio*, espera-se que novas e duradouras etapas possam aproximar ainda mais as duas cidades.

Em busca dessa retomada histórica, a primeira delegação oficial de São Caetano do Sul foi a Vittorio Veneto, lá chegando em 28 de setembro de 1989, assim constituída: Oscar Garbelotto, representando o prefeito municipal, Luiz Olinto Tortorello, José Antonio Dall’Anese, presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul (ambos com ascendência direta dos “vittoriese”) e Giuseppe Casù, agente consular italiano em São Caetano. A recepção não podia ter sido mais calorosa, mais amável, mais emocionante.

Dias antes da chegada, o jornalista Dario De Bastiani, no jornal *Il Quindicinal*, ressaltava: “Ritornano a casa. Simbolicamente dopo piú di un secolo i nostri concittadini, ritornano dal Brasile, da San Gaetano do Sul al seguito del sindaco e di una delegazione municipale che il 28 settembre arrive per restituire la visita della delegazione vittoriese del 1984. In ispirito ritornano i padri fondatori di quella città. (...) E pertanto dovrà essere una grande festa como quando in una famiglia ritornano parenti che non se vedono da lungo tempo. (...) É un occasione anche per dar inizio finalmente ad una politica di maggiore attenzione verso i nostri concittadini che hanno dovuto lasciare la patria in anni difficili, politica che finora é stata attuata saltuariamente in occasione particolari...”

As emotivas palavras do jornalista, e conhecido editor Dario De Bastiani, foram o prenúncio dos dias que se seguiram: afinal, pela primeira vez, uma delegação oficial de São Caetano, efetivamente voltava

às origens, e os três hóspedes tiveram um tratamento à altura da nobreza e da dignidade dos homens públicos dos cidadãos de Vittorio Veneto.

Em outra edição do jornal *Il Quindicinale* (07/10/89), uma grande reportagem, sob o título *Alla Ricerca Delle Próprie Radici*, dava grande destaque à visita. No encontro oficial com a administração “comunale”, assim pronunciou-se o sindaco Mario Botteon, segundo a literal transcrição do jornal: “(...) É il segno do accoglienza aperta, sincera, che significa soprattutto che i legami nel tempo non si sono allentati, il passare delle generazioni non ha diminuito mai in loro come in noi quel raccordo con la propria terra con le proprie radici culturali e storiche. (...) é vero che anche dalle nostre nuove generazioni non é conosciute questo grande tributo di sacrificio e di testimonianza della civiltà della nostra gente nel mondo. Ricriare condizioni di promozione della conoscenza di questà realtà e di questo ricco patrimonio é un atto di grande animazione culturale che asseconderemo, per quanto ci compete, offrendo la più ampia collaborazione e il migliori aiuto per fornirne tutto qual material e di ricerca storica che loro avessero bisogno”.

Com este verdadeiro ambiente de respeito à história, à cultura e às raízes dos fundadores, estavam criadas as necessárias condições para um *gemellaggio* prestes a desabrochar com reais e autênticos frutos. Importante ressaltar que nas mais diversas cerimônias realizadas nos dias da visita, altas autoridades prestigiaram sobremaneira a comitiva:

O *sindaco* Mario Botteon, vice-sindaco Bruno Della Libera, assessores Giuseppe Bevilacqua, Dino De Bastiani, Francesca Botteon, Pierfrancesco Comis, Paolo Peruch, conselheira Francesca Menegghin, prof. Aldo Toffoli (autor do pedido do *gemellaggio* em 1984).

O advogado e professor da Universidade de Verona, Bruno Barel, Franco Concas (sindaco do *gemellaggio*, o vice-presidente da Associação dos Emigrantes Vittorieses Lello Casagrande, e esposa, entre tantos outros. Todos os passos foram dados em direção à visita oficial, agora, do Prefeito Luiz Olinto Tortorello a Vittorio Veneto.

A visita do prefeito de São Caetano do Sul

“Ben Tornati”, anunciava a manchete do jornal *Il Quindicinale*, em edição de 8 de setembro de 1990. “Hanno mantenuto la parola e sono tornati.”

Em 2 de setembro de 1990, o prefeito Luiz O. Tortorello, acompanhado pelo presidente da Câmara, Antonio Dall’Anese, do agente consular, Giuseppe Casú, e do assessor Wenceslau Teixeira, iniciou sua visita oficial a Vittorio Veneto, com larga repercussão nos jornais e televisão regionais. *Il Quindicinale*, *Il Gazzettino*, *La Tribuna Di Treviso*, *Azione* e *Eden TV* acompanharam todos os encontros oficiais.

A cerimônia oficial contou com significativa parcela da administração pública local. Sob o comando de Mario Botteon, lá estava Adriana Constantin, vice-sindaco; assessores Bruno Barel, Pierfrancesco Comis, Mario Longo e Paolo Peruch; os “capigrupo” Aldo Toffoli e Giuseppe Rizzotti e os conselheiros Francesca Meneghin e Bruno Dall’Anese.

Mais uma vez, o *sindaco* Mario Botteon deixava transparecer toda a sensibilidade dos “vittoriese”: “... la lodevole iniziativa che la comunità di São Caetano ha assunto di realizzare una nuova sezione del Museo, capace di raccogliere anche la storia degli anni 1870-1900 dell’emigrazione delle nostre genti venete, con l’intento di riscoprire e valorizzare il grandi patrimonio di valori umani, sociali, professionali, culturali di cui gente (...) è stata non solo apprezzata ma accolta con viva soddisfazione ed interesse dalla nostra civica amministrazione” (...). (*Il Quindicinale*, 8/9/90).

A visita do prefeito Tortorello e comitiva foi encerrada em jantar oferecido pela Associação dos Emigrantes Vittoriese, presidida pelo sr. Giuseppe Bevilacqua, na simpática residência do vice-presidente da mesma entidade, Lello Casagrande, com a presença de inúmeros “vittoriese” que estiveram em visita a São Caetano em 1984, além do sindaco, assessores e conselheiros de Vittorio Veneto. Nessa oportunidade, fo-

Giorgio Mies — Arre del’500 vittoriese



A Praça Marc’Antonio Flaminio, coração de Serravalle. Ao fundo, à direita, sobressai o Palazzo della Comunità Serravallese, que, em tempos idos, abrigou o Conselho dos Nobres. A torre romana ostenta sinos e um relógio. Construído entre 1462 e 1476, abriga hoje o Museo Cenedense.

ORIGINALI
N. 79 reg. Delib. N. 8335 di prof.

CITTA' DI VITTORIO VENETO
MUNICIPIO DI VITTORIO VENETO
AL/19 (PROVINCIA DI TREVISO)

Verbale di Deliberazione del Consiglio Comunale

Il giorno 11 aprile 1984 alle ore 20,30 nella sala
consiliare del Comune di VITTORIO VENETO.
Previo invito diramato dal Sindaco in data 5-4-1984
n. 7379 su decisione della Giunta Municipale, si è riunito il Consiglio
Comunale in sessione straordinaria seduta
pubblica di 1ª convocazione.

Fatto l'appello nominale dei Componenti:

1) AGUECI Clelia in Balbinot	21) DELLA LIBERA Bruno
2) ANTONIAZZI Giorgio	22) DE LUCA Roberto
3) BARBANTINI Francesco	23) DE NARDI Augusto
4) BAREL Bruno	24) FAVARO Lucio
5) BASSETTO Luigi	25) LAMBERTI Vincenzo
6) GASPARETTO Italo	26) MENECHIN Francesca
7) BEVILACQUA Giuseppe	27) MOGNOL Domenico
8) SOEM Luciano	28) PASQUOTTI Ottavio
9) BOTTEON F. M. in Steccanella	29) PAZZAIA Antonio
10) BOTTEON Mario	30) PIZZOL Giorgio
11) BRAIDO Aldo	31) COSTANTINI A. in Santonastaso
12) BALBINOTI Giuseppe	32) QUERINI Caterina in De Nardi
13) CANAL Antonio Angelo	33) ROSSOLEN Giuliano
14) CARNIEL Renzo	34) FOSCOLO Maria In De Giusti
15) COLLODEL Danilo	35) SPINATO Mario
16) COMIS Pier Francesco	36) TOFFOLI Aldo
17) CONCAS Franco	37) TOGNOLO Daniele
18) DAL VECCHIO Raffaella in Grillo	38) TOMMASEL Annibale
19) DA ROS Paola	39) ZANCHETTIN Maurizio
20) DA ROS Ruggero	40) ZANETTE Vittorio

Resultato presenti i Signori: CARNIEL - COLLODEL - DELLA LIBERA
PAZZAIA

Fungono da scrutatori i Signori:
CANAL - BASSETTO - BRAIDO

Assiste il Segretario Generale del Comune dott. Mameli MAZZA.
Assume la presidenza il Sindaco avv. Franco CONCAS il quale ricono-
sciuta la legalità dell'adunanza, dichiara aperta la seduta e pone in trattazio-
ne l'oggetto seguente:

GEMELLAGGIO CON LA CITTA' DI S. CAETANO DO SUL (S. PAOLO DEL BR.)

Fac-símile da ata da reunião do Conselho Municipal de Vittorio Veneto que deliberou sobre o gemellaggio com São Caetano do Sul, em 1984. Alguns sobrenomes de conselheiros são familiares à História local.

ram estabelecidos os primeiros passos para concretizar um intercâmbio cultural.

As afinidades existentes entre a Região Vittoriese e São Caetano do Sul Vinte e seis famílias vênetas plantaram profundas raízes nas terras de São Caetano: Giacomo Dalcin, Antonio Garbelotto, Natale Furlan, Antonio Martorelli, Giovanni Moretti, Francesco Bortolini, Luigi D'Agostini, Giuseppe Braido, Francesco Fiorotti, Giovanni Peruchi, Domenico Botan, Caetano Garbelotti, Domenico Perin, Emilio Rossi, Antonio Gallo, Tommaso Tomé, Giovanni De Nardi, Giovanni Tomé, Eliseo Leoni, Modesto Castelotti, Celeste Pantalo, Francesco de Martini, Pietro Pissoti, Paulo Martorelli, Giuseppe de Savi.

Iniciada a emigração, em 1877, São Caetano tornou-se um local atraente para os "vittoriese", dada a afinidade com a língua, a cultura e parentes aqui estabelecidos. É certo que até meados da década de 30, muito se falava e muito se escrevia em puro dialeto vêneta e uma escola italiana era mantida pela "Società de Muttuo Scorsio Principe di Napoli".

Assim, constantemente, outras famílias da região foram aqui se estabelecendo. Mesmo a uma pesquisa superficial pode-se observar algumas afinidades:

Na administração pública temos o "sindaco" (prefeito para nós) Mario Botteon, o assessor Paolo Peruch, os "conselheiros comunales" em exercício ou não (vereadores) Bruno Dall'Anese (primeiro do nosso vereador Antonio José Dall'Anese), Aldo Braido, Paola Da Ros, Ruggero Da Ros, Roberto De Luca, Augusto De Nardi, Daniele Tognolo, Vittorio Zanette.

No comércio, Antonio & Sérgio Garbelotto, com a empresa de Iacintio Spilimbergo; as "osterias" Braido Regina; Dal'Mas Mario; Perin Giuseppe; as oficinas De Nardi Antonio, a AutoBianchi; o diretor do Coral Stefano Daros e tantas famílias observadas, quase que ocasionalmente, Dalcin, Furlan, Martorelli, D'Agostini, Rossi, Gallo, Tomé, Leoni, Fiorotti, DE Martini, Da Dalt, De Conti, Dal'Antonia, Zago, Dal'Bo, Da Ré, Zambon, Basso, Borsoi, Casagrande, Franzago, Moretti, mais particularmente em Vittorio Veneto e Cappella Maggiore.

Ninguém poderá negar: Vittorio Veneto e São Caetano do Sul são, realmente, cidades irmãs.

Notas

- (1) — Zuleika M.F. Alvim, *Brava Gente! Brasileira*, São Paulo 1986, p.17.
- (2) — Italo Dal'Mas, *Da colonização à Imigração no Brasil*, Ed. Hamburg, S.Paulo, p.87.
- (3) *idem*, op. cit. p. 91 e 100.
- (4) — Emilio Sereni, *Il Capitalismo Nelle Campagne*, Piccola Biblioteca Einaudi, 2ª ed, Torino, 1968, p.355, citado por J.S. Martins in *A Imigração e a crise do Brasil Agrário*, Ed. Pioneira, S. Paulo, 1973, p.74.
- (5) — Zuleika M.F. Alvim op. cit. p.22
- (6) — Robert F. Foerster, *The Italian Immigration of our Times*, la. ed. 1919, Russel e Russel, Nova York, p. 106, cit. por J.S. Martins in op. cit. p. 75.
- (7) — *Idem o. 117/118, ibidem p.75*
- (8) — *idem p. 112, ibidem p. 75.*
- (9) — M. Berengo, *L'Agricoltura veneta dalla caduta della Repubblica all'Unità*, op. cit. in G. Candeloro, *Storia dell'Italia Moderna*, vol. VI, Milão, Feltrinelli, 1977, p. 196, ref. de Zuleika M.F. Alvim, cit. p. 29/30.
- (10) — Abschied, *Despedida (baixa) do serviço militar imperial da Áustria*. Doc. expedido em favor de Antonio Garbelotto em 30/06/1863. (arquivo família Garbelotto)
- (11) — Citação in Emilio Franzina, *La Grand Emigrazione*, Venezia, Marsilio, 1976, p. 190 in Zuleika M.F.A. op. cit. p. 32.
- (12) — Zuleika M.F. Alvim, op. cit. p. 31.
- (13) — Italo Dal'Mas, *São Caetano do Sul e seus Fundadores*, Ed. Michelany, São Paulo, 1957, p.71.
- (14) — O Estado de S. Paulo — ed. 21/5/91.
- (15) — Italo Dal'Mas, op. cit. p. 88
- (16) — Zuleika M.F. Alvim, op. cit., p. 44.
- (17) — José de Souza Martins, *A Imigração e a crise do Brasil Agrário*, Ed. Pioneira, São Paulo, 1973, p. 75.
- (18) — *idem, ibidem*, p. 75
- (19) — Zuleika M.F. Alvim, op. cit. p. 24
- (20) — *idem, ibidem*, p. 24
- (21) — Fiorella Fotti, *Guida del Vittoriese*, Dario de Bastiani, Ed. Vittorio Veneto, 1982, p. 85
- (22) — Italo Dal'Mas, op. cit., p. 90
- (23) — Abschied, doc. citado
- (24) — José de S. Martins op. cit., p. 74
- (25) — Processo adm. PMSCS n.º 1569/84, p.1
- (26) — *idem*, p. 27/28
- (27) — *idem*, p. 29/30
- (28) — Italo Dal'Mas, op. cit. p. 91

Ilustrações: Marco Antonio Alfano. Outras obras consultadas: Geotlas, Ed. Codex, Rio de Janeiro, 1967, p. 57/58; Enciclopédia Barsa, Enc. Britannica Ed., Rio, 1966, vol. VIII, p. 79/95; Conhecer, Abril Cultural, S.Paulo, vol. XII, p.2.881/2883. Colaboração: Luigi Franzago, Morisa Pardi G. Rodegher, Família Giorgio Guardalben.

(*). Oscar Garbelotto é advogado e professor universitário. Ocupou na Administração Pública os cargos de Diretor do Departamento de Educação e Cultura e Diretor do Instituto Municipal de Ensino Superior. Dedicou-se também ao estudo e à pesquisa da História de São Caetano do Sul. Descende de um dos fundadores da cidade: Antonio Garbelotto.

A Maçonaria em São Caetano

Silvio José BUSO(*)



Arquivo

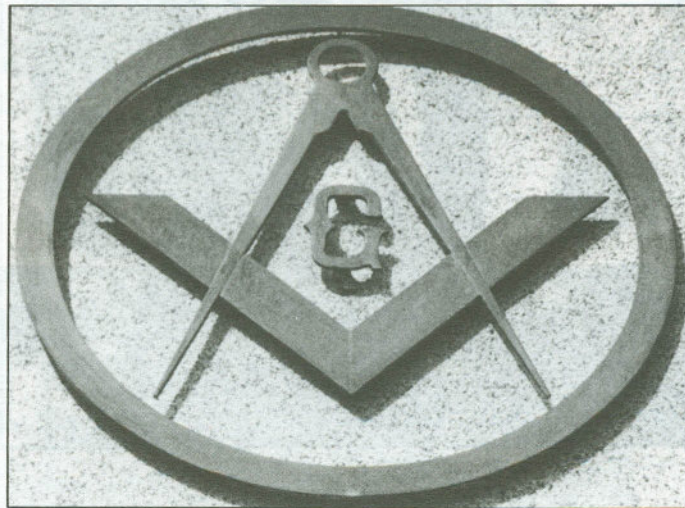
Mateus Constantino

No ano de 1948, um pequeno grupo de caetanenses, justos e fraternos, que freqüentavam a Maçonaria fora do Município, reuniu-se para uma conversa no Bar Autonomistas (perto do Cine Max).

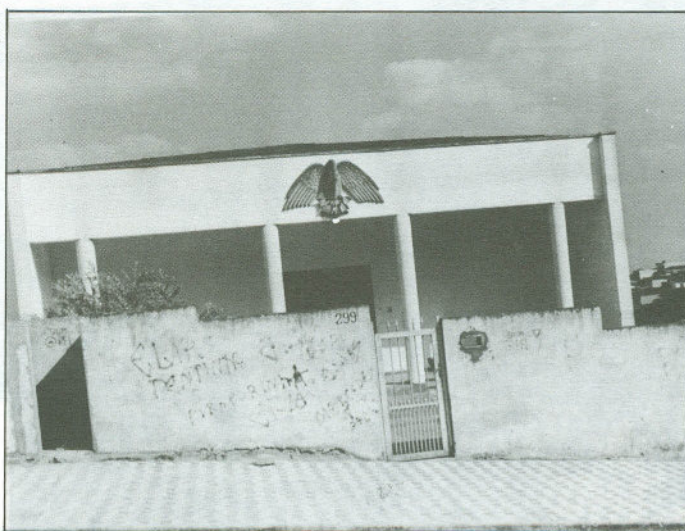
Durante a conversa, surgiu a idéia de fundar uma Loja Maçônica em São Caetano do Sul. Foi marcada uma data para que todos se reunissem na casa de José Lopes, na rua Amazonas, esquina com Maranhão. Na data aprazada, lá estavam José Lopes, Augusto Panunzio, Leonelo Séspeide, Teófilo de Carvalho, Antonio Caparroz, Vicente Genga, Waldemar Déa, Mauro Curvello, João Millo Ferrari e Abílio Scartezzini.

Nessa reunião, formalizaram a fundação da Loja que, por unanimidade, passou a chamar-se "Respeitável e Augusta Loja Fraternidade de São Caetano do Sul", tendo como data 20 de maio de 1948.

Alguns dias depois, eles se reuniram, novamente. Mas num salão em que funcionava um Centro Espírita, na Rua Municipal. Lá compareceram os integrantes do primeiro encontro, além de Mauro Conrado, Irineu Camargo de Almeida, Alfredo Manfredi, Hélio Valente, Mário Sanches, Fernando Piva, Américo Cavolini, Matheus Constantino e outros. O primeiro Venerável foi Abílio Scartezzini, seguido por Matheus Constantino, que administrou a Loja por 12 anos consecutivos.



Arquivo



Loja Maçônica Luz do Oriente, situada à Avenida Tietê

Em 1950, a Loja já possuía muitos membros novos, dentre os quais Benito Campoi e Feres Sayar e, nesse ano, decidem adquirir um terreno, o que realizam logo a seguir, ansiosos por alcançar os seus objetivos. Fazem uma lista: cada membro colabora com tijolos, telhas, madeira e demais materiais de construção, além de um valor em dinheiro, destinado à construção da Loja.

Em 1952, foi lançada a pedra fundamental em terreno situado na rua José do Patrocínio. Depois de iniciadas as obras de construção do

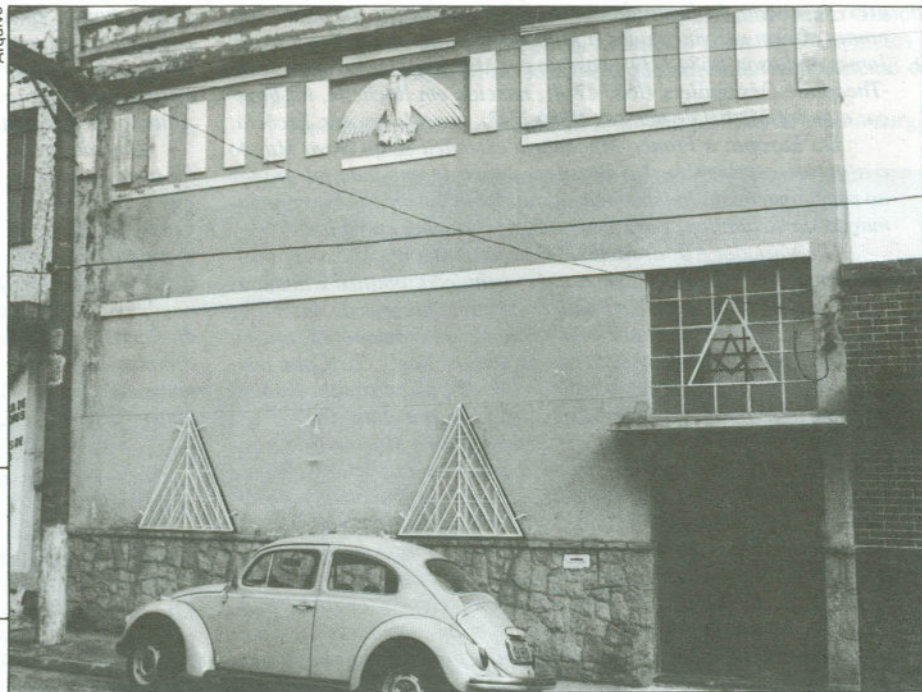


*Cerimônia de adoção de Lawtons,
no interior de um templo maçônico de
São Caetano do Sul, em 1991*





*Loja Maçônica 28 de Julho,
situada à Avenida Kennedy*



*Loja Maçônica G. Mazzini,
situada à Rua José do Patrocínio*

Templo, faltou dinheiro. Uma nova fórmula acabou sendo encontrada para solucionar o problema: tomaram um empréstimo de Cr\$ 60.000,00, junto ao Banco Noroeste, para adquirir um veículo diretamente da General Motors do Brasil. A venda do carro resultaria em recursos para a conclusão da obra. O valor do empréstimo foi pago pelos membros da Loja. Depois dos percalços todos, o Templo ficou pronto. Faltava somente a pintura, realizada por José Lacativa, que nada cobrou pelo trabalho.

Finalmente, em 1953, o Templo foi inaugurado, exigindo muitos sacrifícios por parte de seus membros. Mas eles sentiam-se orgulhosos do que haviam conseguido. Nessa época, não havia Lojas Maçônicas nos demais Municípios da região. Dib Cheidde pediu colaboração para abrir uma Loja em São Bernardo do Campo. Foi ajudado e a Loja Fraternidade de São Bernardo acabou sendo fundada.

Anos depois, outras Lojas foram abertas em São Caetano do Sul. A ordem cronológica é a seguinte: Vinte e Oito de Julho, Luz do Oriente IV, Matheus Constantino, G. Mazzini, Vinte e Oito de Julho II e Amaranato, a mais nova.

Hoje, a cidade conta com um quadro de aproximadamente 350 maçons, ativos e laboriosos, que atuam em todos os níveis, tais como a manutenção de creches, auxílio à Comissão Municipal de Entorpecentes, etc., buscando o engrandecimento do indivíduo, do Município, do Estado e do País, sem nada exigir em troca de seu trabalho pelo bem-estar da comunidade.

(*) *Silvio José Buso é técnico em Saneamento Ambiental, pesquisador do Gipem (Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC) e integrante da Loja Amaranato.*

Papel ativo na Independência

Aleksandar JOVANOVIĆ(*)

A Franco-Maçonaria, conforme o nome, de origem francesa, sugere, tomou os ritos e símbolos do ofício de pedreiro (maçon). O Aurélio (1), por exemplo, registra sob o verbete Maçonaria a seguinte definição: "Sociedade filantrópica secreta, que usa como símbolos os instrumentos do pedreiro e do arquiteto".

Em várias épocas da História, em diversos lugares e em nome de diferentes posturas ideológicas, a Franco-Maçonaria foi vítima de perseguição. Pesaram sobre a sociedade proibições de diversas espécies. Entretanto, uma breve definição sintetiza que se trata de uma instituição filosófica e progressista, que tem por objetivo a busca da verdade, o estudo da moral universal, das ciências, das artes, e o exercício do bem, tendo como princípios a liberdade absoluta de consciência e a solidariedade humana, sob o lema: Liberdade, Fraternidade e Igualdade.

As origens da Franco-Maçonaria perdem-se no tempo. Tudo indica que, na Antiguidade, existiam sociedades que congregavam os artesãos especializados no ofício de construtor. Há diversas referências à Maçonaria durante a Idade Média, mas uma data importante é o ano de 1717, quando foi fundada a chamada Grande Loja de Londres, resultado da fusão de quatro lojas maçônicas inglesas. Três nomes podem ser vinculados à Maçonaria entre os séculos 17 e 18: James Anderson (1684-1739), nascido em Aberdeen, na Escócia; Jean-Theophile Désaguliers (1683-1744), nascido em Rochelle, na França; e André-Michel de Ramsay (1686-1743), nascido em Ayr, Escócia.

Da Europa, a Franco-Maçonaria estendeu-se ao Novo Mundo e a outros continentes. No Brasil, o papel da entidade foi grande na proclamação da Independência, na Abolição e mesmo na proclamação da República, para citar, apenas, alguns exemplos.

O historiador A.J. de Mello Moraes lembra a respeito da Franco-Maçonaria o seguinte: "Esta antiga instituição, política e humanitária, em outros tempos só admitia em seu seio homens de ilustração e consciência provada e, por isso, tornando-se cosmopolita, cruzou os ângulos do mundo e chegou até os nossos dias" (2). Cabe lembrar que Mello Moraes é um autor do século passado ainda e quando fala de sua contemporaneidade, refere-se aos anos 1800.

Tobias Monteiro, por sua vez, salienta que a Maçonaria contava com nomes de grande evidência, como Labatut, José Clemente Pereira, Pinto Peixoto, Frei Sampaio, etc., "toda uma plêiade de homens que figuravam e haveriam de figurar ainda com maior relevo nos acontecimentos daquela época. Todos eles juraram defender quanto em si coubesse, e por todas as maneiras, a causa do país onde viviam" (3). O autor explica que o grupo de Gonçalves Ledo, filiado à Maçonaria, cujas figuras principais eram, além desse, o cônego Januário Barbosa, o general Nóbrega, o brigadeiro Alves Branco Muniz Barreto e José Clemente Pereira, tornara-se o propulsor de medidas liberais, destinadas à formação do Estado independente do Brasil e a comprometer, cada vez mais, o Príncipe-Regente Dom Pedro (que ingressou na Maçonaria sob o nome de Guatimosin com os interesses da causa brasileira (4).

Enéas Riera, em trabalho inédito a respeito da Independência, salienta que o médico e botânico Arruda Câmara, formado na França, em Montpellier, foi iniciado na Maçonaria ainda estudante. Ao

regressar para o Brasil, imbuído de ideais democráticos, partidário exaltado das idéias francesas, funda em 1800, em Itambé (entre Pernambuco e a Paraíba), uma sociedade secreta chamada Areópago. Faziam parte da entidade, ainda, os padres Miguel Joaquim de Almeida Castro, João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro e Luiz José Cavalcanti Lins. Do núcleo principal do Areópago surge a Academia dos Suassuna, dos irmãos Francisco Luiz e José Francisco de Paula Cavalcanti, conhecidos como irmãos Suassuna. Depois, surge a Academia do Paraíso, a Sociedade Secreta de Antonio Carlos, a Escola Secreta de Vicente Ferreira Guimarães e a Oficina de Igarauçu (5).

Em 1813, por iniciativa do conselheiro José Joaquim da Rocha, surge, em Niterói, a Loja Distintiva, denunciada ao chefe de Polícia. Em 1815, Rocha ingressa no quadro da Loja Comércio e Artes, ainda hoje existente. Em 30 de março de 1818, El-Rei proíbe o funcionamento das sociedades secretas, ameaçando os conspiradores com a pena de morte. Os maçons passaram a agir com maior cautela e sigilo. José Joaquim Rocha, convencido de que se tornara inevitável a cooperação maçônica para conseguir a independência do Brasil, funda, em sua própria casa, na rua da Ajuda, o Clube da Resistência, transformado, depois, em Clube da Independência. Foi um dos centros propulsores da Independência do País. Do Clube da Resistência faziam parte, entre outros, Joaquim Gonçalves Ledo, Frei Antonio de Arrabida, Paulo Barbosa da Silva (6).

Uma das primeiras batalhas dos maçons pela liberdade no Brasil foi o movimento encetado contra os decretos das Cortes de Portugal que submetia as autoridades brasileiras ao governo do Reino e às Cortes de Portugal, com o objetivo de amesquinhar os brasileiros e estagnar o processo de evolução do Brasil. Cipriano Barata, médico e deputado, ex-participante do movimento revolucionário de Pernambuco, em 1817, desmascarou os planos portugueses. José Joaquim da Rocha organizava um plano para impedir a partida de Dom Pedro para a Europa. Talvez não seja exagero afirmar que Dom Pedro tenha sido o símbolo, Gonçalves Ledo, o cérebro, e a Maçonaria a alavanca propulsora da Independência.

Notas

(1) Novo Dicionário Aurélio, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1ª edição, 1975, p. 868.

(2) Moraes, Alexandre José de Mello — História do Brasil-Reino e do Brasil-Império. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, tomo 1, p. 230.

(3) Monteiro, Tobias — História do Império: a elaboração da Independência. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, vol. 2, p. 614.

(4) idem. *ib.*, p. 473.

(5) Riera, Enéas — Independência do Brasil ou observações sobre a História da Independência, São Caetano do Sul, 1982, (mimeo). p. 1

(6) idem. *ib.*, p. 3

(*) Aleksandar Jovanovic é jornalista, doutor em Linguística, professor da USP e tradutor.

Os cinemas em São Caetano

Sônia Maria Franco XAVIER(*)

Tomando depoimentos de ex-proprietários de cinema e moradores antigos desta cidade, ou verificando registros de impostos nos livros da Prefeitura de São Bernardo, podemos afirmar que as primeiras salas de exibição começaram a aparecer na década de 1910.

Em 1916, encontramos um pedido de alvará para cinematógrafo feito por José Golfetti, localizado à Rua Rio Branco, quase em frente à Rua Rodrigues Alves, local em que, posteriormente, funcionaram o Clube Ideal e o Clube Lázio.

Nessa época, à Rua Heloisa Pamplona, 613, um outro cinema iniciava-se em moldes iguais ao anterior. Equipamento rudimentar, movido a manivela, sendo ao mesmo tempo projetor, filmador e copiador de filmes. Apresentavam-se cenas de festas, de comemorações, sem uma preocupação de exibir filmes. Era muito mais um entretenimento.

O pequeno prédio desse cinematógrafo ainda existe. Hoje, no local, funciona uma oficina de fabricação de fornos e muflas elétricas de

propriedade de Francisco Câmera. A porta de entrada é peculiar, pois tem uma portinhola que teria funcionado como bilheteria para a venda de ingressos.

O cinematógrafo não foi registrado oficialmente. Mas, de acordo com depoimentos orais, o proprietário teria sido o sr. Petroni, dono de uma pensão nas proximidades, muito conhecido por ter hospedado os argentinos que vieram para a nossa cidade para trabalhar na Cia. Mecânica Importadora. Apresentava filmes em série e um dos lembrados foi *O crime de Iris Junqueira*. (1)

Esses cinemas tiveram pouca duração.

Posteriormente, com registro de 1920, encontramos Arthur Gianotti e irmãos, solicitando alvará de funcionamento como cinematógrafos e botequim, sem definição do local. No ano seguinte, requerimento de baixa.

Entretanto, o termo *cinema* só se tornou justificável com o surti-

Museu de São Caetano do Sul



Ano de 1947: sala de espera do Cine Max (doação de Attilio Santarelli)



Cine Max,
à Avenida Conde Francisco Matarazzo,
em 1947



Prédio do Cine Vitória, em 1953, na Rua Baraldi, esquina com Santo Antonio (doação de João Dal'Mas)



Veículo da Agência Lilim Publicidade, com propaganda do Cine Vitória, em 1958 (doação de Armando Lopes)

mento do Cine Central, em 1922, situado à Rua Perrella, 319. Começou com uma companhia de revistas na época em que eram proprietários Lantieri & Zanotti. A companhia teatral era de Odilon e Dulcina de Moraes. O nome da revista era Zizinha, espetáculo que havia feito muito sucesso em São Paulo. (2)

Depois, quatro músicos foram contratados para tocar no Cine Central, agora já propriedade de Attilio Santarelli. Em outubro de 1922, os moradores do distrito de São Caetano, nos seus melhores trajes, dirigiam-se à Rua Perrella para a inauguração do Cine Central, que iniciava suas atividades como cinema, exibindo, em sessão gratuita, o filme *Argila Humana*, com Milton Sills.

Junto ao palco, a bandinha executava seus números, para animar a ansiosa espera. À porta, um simpático italiano, vindo de Vittorio Veneto, recebia as pessoas. Era Maximiliano Lorenzini, o novo proprietário. Naquela época, o cinema, como arte e como indústria, apenas engatinhava. Estava em seu primeiro estágio o cinema mudo. Artistas movimentavam-se, mas não falavam e, por conseguinte, predominava a comédia e mais precisamente o gênero *chanchada*, evoluindo para o *pastelão*, gênero de filme em que havia entre os comediantes a troca de bolos ou pastas pelo rosto e outras partes do corpo. Os músicos atuavam junto ao palco, acompanhando e animando os filmes. As músicas, executadas ao vivo, deviam acompanhar as cenas: ora alegres e românticas, ora tristes e violentas. Outras vezes, as películas eram acompanhadas por discos (Vitafone).

Alguns músicos ainda são lembrados: Elica (pianista), Malavase (rabeção), Negri (violino), Mafalda Lorenzini (piano). Houve também um pequeno conjunto formado por bons músicos que chegaram a criar o *jazz-band*.

A máquina de projeção ficava atrás da tela, que esquentava muito. Fazia-se então um intervalo para molhá-la. Nessa hora, os menos visados molhavam-se também, pois a água jogada na tela respingava nas primeiras fileiras, o que era apreciado por muitos devido ao calor que fazia na sala. Surgiam também os vendedores de bala e amendoim, e a platéia aproveitava o descanso para as brincadeiras, namoricos, troca de figurinhas e até para rápidas saídas que exigiam uma senha para o retorno.

Senia Lorenzini era o nome da moça lanterninha deste cinema: com semblante bastante enérgico, e um chicotinho na mão, procurava manter a ordem no recinto. Esse e outros fatos pitorescos marcaram o desenvolvimento do cinema na cidade. O valor do ingresso era de quinhentos réis, mas às terças-feiras existia a *sessão do troco*. Só entrava quem trou-

xesse o dinheiro trocado e o valor do ingresso era então trezentos réis. (3) Havia, às sextas-feiras, a "soirée das mulheres", que neste dia não pagavam ingresso estando acompanhadas de um cavalheiro. (4)

As matinês eram em série, com capítulos semanais ansiosamente esperados. Alguns filmes ainda lembrados: *Os fuzileiros*, com Lon Chaney; *Frente a frente*, com Loise Fazenda e Mary Astor; *Caras da meia-noite*, com Francis Bushman Júnior; *Uma mocinha pesada*, em 8 atos; *O rei do volante*, com Lon Chaney; *As férias de Clara*, com Clara Bow; *Erros da mocidade*, com Helen Forster; *O barqueiro do Volga*, o maior filme que Cecil B. De Mille dirigiu com William Boyd, Ellynor Fair, Júlia Faye e Theodore Kosloff; *Garotas na farrá*, com Clara Bow; *Horas proibidas*, com Ramon Navarro; *O meu comandante*, 7 atos, com Jackie Coogan; *Carlitos*, *O gordo e o magro*; *Pirata negro*, com Douglas Fairbanks; e *Ben-Hur*, com Ramon Navarro. (5)

Maximiliano Lorenzini estava sempre à porta, procurando controlar tudo e resolver todos os problemas. Alguns minutos após o início



Inauguração do Cine Vitória, em 1953: descerrando a fita, Antonia Dal'Mas. Podem ser vistos, ainda, na foto o comendador Vitório Dal'Mas, o padre Ezio, João Jacob Lorenzini e Rosa Dal'Mas (doação de João Dal'Mas)



Pavilhão em que funcionava um dos primeiros cinematógrafos de São Caetano (1916)

do filme, observava as pessoas que estavam por perto e perguntava se nutriam interesse em entrar. Se a resposta fosse positiva, o preço do ingresso poderia baixar até que se completasse a lotação do cinema.

Nesta mesma época, a empresa *Tornicasa, Fernandes & Grecco* inaugurou, em São Caetano, o Cine Parque Monte Alegre, à Rua Maranhão, junto a um grande parque cheio de ciprestes, onde as pessoas faziam convescotes. O cinema era para 300 lugares e o sistema de projeção semelhante ao do Cine Central.

Alguns filmes lembrados, vistos no Cine Parque: *Brincando com fogo*, com Jolru Mach Brown e Madge Bellamy (dois nomes invencíveis na arte muda) (seis partes duplas); *O caminho da honra*, com George O'Brien e Estelle Taylor (em 8 partes duplas); *Torrente em chammas*, com Conrad Nagel e Renee Adorée; *Fidalgas da plebe*, com Clara Bow e Richard Arleen; *Água viva*, com Jack Holt e Nancy Carrol (em 7 partes); *A cabana do Pai Thomaz*, dirigido por Harry Pollar com Virginia Grey, Gertrude Astor, Lucien Littlefield, Janes B. Lowe, Mona Ray e outros.

O palco desse cinema foi também utilizado para outras apresentações como festas de encerramento de ano letivo, apresentações de shows, pequenas peças teatrais realizadas por alunos do 2º Grupo Escolar. O Cine Parque, na década de 30, passou para a empresa Lorenzini, que se entusiasmava com o ramo.

O sistema exibidor de filmes funcionava em termos amadorísticos. Tentou-se, então, introduzir algumas novidades, como a exibição simultânea ou horizontalizada (*road show*), algo corriqueiro nos Estados Unidos. (6) Se por um lado o esquema era simples e funcional, por outro, revelou inconveniente. A insuficiência de cópias de um mesmo filme fazia com que alguns meninos, com fôlego de atleta, saíssem correndo de um cinema para outro, carregando os carretéis. Terminava um rolo no Cine Central e, em troca de alguns tostões, os meninos saíam disparados em direção ao Cine Parque. (7) Este trabalho pitoresco contava com muitos interessados e, freqüentemente, valia uma entrada para assistir ao filme. Os rolos vinham dentro de latas redondas de aproximadamente trinta centímetros de diâmetro.

Tanto o Cine Central quanto o Cine Parque funcionaram desde a época do cinema mudo até a do cinema falado, em branco e preto, desaparecendo no início da década de 40. O filme falado provocou desemprego entre artistas e músicos. O cinema mudo havia proporcionado o desenvolvimento de certas funções, agora não mais requisitadas. Outra função que se tornou obsoleta foi a do contra-regra, responsável até então pelos sons e ruídos (patas de cavalo, tiros, trovões, latidos etc.) que acompanhavam os filmes.

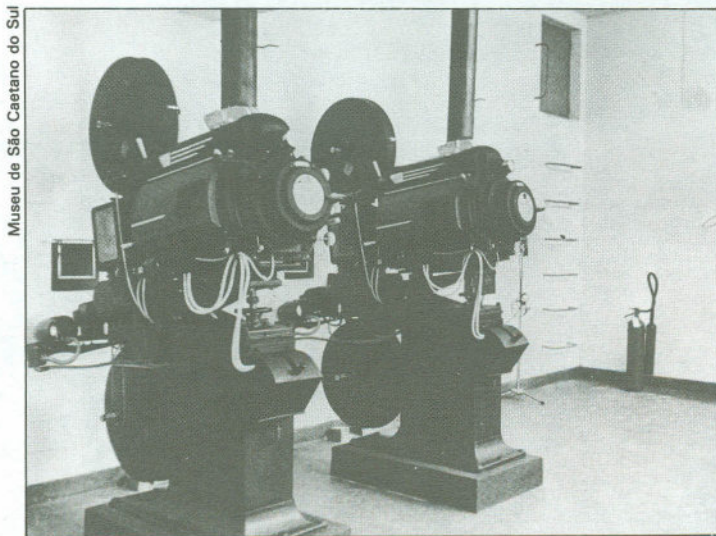
A família de Maximiliano Lorenzini, desenvolvendo um grande entusiasmo pelo cinema, montou uma terceira sala exibidora na cidade, já com a preocupação de seguir os modelos mais modernos existentes em São Paulo. Era o Cine Max, em homenagem ao seu proprietário. Ficava à Rua Conde Francisco Matarazzo, no centro da cidade, num imóvel caracterizado pela imponência de uma construção neoclássica. Sua tela chegou a ser a segunda da América do Sul em tamanho, e a capacidade inicial era para 1.650 lugares. Foi projetado por um arquiteto alemão, que, embora utilizasse materiais nobres, empolgou-se tanto com a estética que se esqueceu dos cálculos. Por alguma falha, todo o teto desmoronou, quando já estava quase pronto. Felizmente, isso não arrefeceu os ânimos de seus construtores e o cinema foi inaugurado, com grande pompa, em 1944, exibindo o filme *Sonhando de olhos abertos*, com o comediante Dany Kay. Este filme era já em tecnicolor e com sistema sonoro *movietone* (a gravação incluída na própria película). As du-



Sala de espera do Cine Vitória, com o painel pintado pelo artista plástico Sinval Soares Correia, em 1953 (doação de João Dal'Mas)



Fotos dos Cines Primax (Rua Amazonas, esquina com Maranhão), Max (Avenida Conde Francisco Matarazzo) e Urca (Rua Manoel Coelho)



Projetores do Cine Vitória, em 1953 (Doação de João Dal'Mas)

blagens eram muito utilizadas nessa fase, pois geralmente a voz do galã não correspondia ao seu papel. O traje para ir ao cinema era social; as mulheres com roupas adequadas, e os homens, sempre de paletó e gravata. Esta última era indispensável e o cinema já contava com um estoque de gravatas para emprestar aos menos prevenidos. (8)

Com o fechamento do Cine Parque, para dar lugar à construção da sede do Tiro de Guerra da cidade, a Cia. Irmãos Lorenzini construiu o Cine Primax, na esquina da Rua Maranhão com Rua Amazonas, inaugurado em 1951, com capacidade para 2.500 lugares. Essa mesma empresa comprou o Cine Urca (pertencente à família Tornicasa) que ficava à Rua Manoel Coelho. Depois de uma ampla reforma, transformou-o no Cine Lido, inaugurado em 1961, com 850 lugares.

Além desses cinemas, existia também o Salão Paroquial (propriedade dos padres estigmatinos). Foi arrendado pelos Irmãos Lorenzini e, em maio de 1974, transformado no Cine Aquarius, sito à Rua Carlos Campos, com capacidade para 500 lugares. No período em que o Salão pertenceu aos estigmatinos houve em seu palco uma apresentação de Giannella di Marco, grande maestrina cotemporânea. (9)

Em 1974, o Cine Primax sofreu grande danos, causados por incêndio. Acabou sendo fechado. No local, foi reaberto, alguns anos mais tarde, o Cine Colonial com 2.500 lugares, tendo uma tela de 22 X 10 metros

e sistema de som lateral. O primeiro filme nele exibido foi *Operação dragão*, com Bruce Lee. Em 1978, o cinema foi arrendado para a empresa cinematográfica Haway, e desde 1987 está fechado.

No início da década de 50, outra empresa cinematográfica desenvolveu-se em São Caetano, formada pelos filhos de Atílio Santarelli: Enzo Santarelli e Loris Baldo Benito Santarelli. Foram responsáveis pela criação dos cinemas nos bairros da cidade, e outros da região.

A empresa adquiriu, na Vila Gerti, o *Cine Átila* (antigo Eden), à Rua Visconde de Inhaúma, no ano de 1952, da empresa Tornicasa. Este cinema possuía 800 lugares, e ficava onde é o Banco Itaú. Em 1957, os Irmãos Santarelli fundaram, no mesmo bairro, o Cine Real. Ficava, à Rua Nelly Pelegrino, com capacidade para 1.200 pessoas. Encontra-se fechado.

Um terceiro cinema da família Santarelli, em São Caetano, foi o Planalto, à Rua Joana Angélica, Vila Barcelona, onde agora funciona o supermercado da Rhodia. Tinha capacidade para 1.200 lugares. Nesse bairro encontrava-se um outro cinema, o Copacabana, à Avenida Goiás, que era dirigido por Bartholomeu Ferrero, no ano de 1958. Nos idos de 60, foi vendido a uma terceira empresa de cinema dirigida pela família de Vitório Dal'Mas que mudou o nome para Cine Alvorada. Nesse local funciona hoje o sacolão da Vila Barcelona.

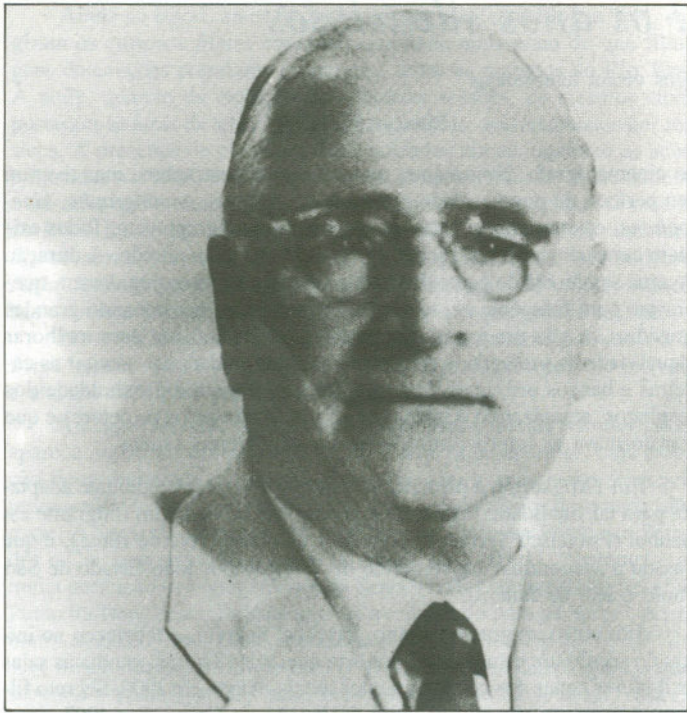
A mesma empresa construiu, em 1953, à Rua Baraldi, um prédio de quatro andares com uma área de 12.000m², contendo um luxuoso cinema: com a participação da mais fina sociedade foi inaugurado o Cine Vitória (nome em homenagem ao chefe da família, Vitório Dal'Mas). Alguns anos mais tarde, transformou-se em dois, ou seja, duas salas de projeção: Vitória I e Vitória II. Contaram, desde o início, com poltronas estofadas, sistema moderno de projeção, apresentando uma imagem mais brilhante e mais perfeita. A acústica e a ventilação foram bem cuidadas para eliminar ruídos externos e distribuir uniformemente a intensidade sonora. Ofereciam, também, uma boa visibilidade por terem sido construídas em dois planos. Segundo esta empresa, foi feito um contrato com a Distribuidora Serrador, para que os filmes recém-lançados fossem logo aqui exibidos.

Atualmente, São Caetano conta apenas com essas duas salas de projeção em funcionamento. Algumas já foram substituídas por outras atividades e existem, ainda, as que foram fechadas, esperando por alguma nova atividade. Talvez não haja mais espaço para elas como empreendimento empresarial de rentabilidade apreciável.

Nesses 75 anos analisados, a evolução tecnológica provocou uma brutal mudança nos costumes e a ampliação imensurável das opções de lazer, um esvaziamento progressivo das exhibições. Encurtaram-se as distâncias, mudaram-se as relações, e a importância social deste tipo de entretenimento já está longe do seu apogeu.



Inauguração do Cine Real (doação de Loris B.B. Santarelli)



Attilio Santarelli (doação de Loris B.B. Santarelli)



Maximiliano Lorenzini (doação de Mafalda Lorenzini)



Inauguração do Cine Vitória, em 30 de setembro de 1953. Na primeira fila, da direita para a esq. Silvia Arruda Pires dos Santos, Nerea Falcheiro, Maria José Lima Duran, Marta Vincenzi Costa Patrão, Edna Lorenzini Fencio, Maria Benedita Siqueira, Zuleica Barile, Alice Oliveira Lima e Maria Zambon. Na segunda fila, da direita: Carlos Paez, Manoel Gutierrez Durán, Girz Kogan, Jayme da Costa Patrão, Angelo Zambon, Carmino Barile e Benito Campoi (doação de João Dal'Mas)

A eletrônica trouxe para a intimidade dos lares os filmes, os seriados (novelas), o esporte, o noticiário; enfim, no mundo de hoje, produzimos nossos próprios filmes e os projetamos a bel-prazer. Os mais recentes lançamentos da arte cinematográfica estão na videoteca da esquina.

O charme da época de ouro fica na memória de cada um.

Notas

(**) Agradeço a colaboração de Enzo Baldo Santarelli, Loris Santarelli, Dalton Santarelli, Emilia Gomes Santaerelli, Orestes Cavassani, Ioli S. Cavassani, Nicolino Puccetti, João Dal'Mas, Paulo Domingues, Armando Lopes e Jayme da Costa Patrão.

(1) Depoimento prestado por Ricardo Falchiero, em 10 de abril de 1991.

(2) Trabalho gravado com Casério Veronesi, em 1987.

(3) Depoimento prestado por Antonio Rosa, em 1991.

(4) Idem.

(5) São Caetano Jornal (1928-1929).

(6) Inimá Simões, Salas de cinema, sem ref.

(7) Depoimento de Jayme da Costa Patrão.

(8) Depoimento de Mafalda Lorenzini.

(9) Depoimento de Aparecida Nicolini.

(*) Sônia Maria Franco Xavier, professora de Filosofia e História, dirige o Museu Municipal de São Caetano do Sul e integra o Grupo Independente de Pesquisadores de Memória do ABC

Memória de(o) cinema: os anos silenciosos

“Os cinemas não morrem. Eles viram lembranças”

(Moacyr Scliar)

O cinema, da maneira como o conhecemos hoje, projeção de imagens em movimento sobre uma tela, ainda não completou um século de existência. Mais do que uma invenção, é o produto de uma evolução secular, originário das lanternas mágicas chinesas, dos estudos de Leonardo da Vinci e de uma série de invenções conhecidas por nomes bizarros como Taumatrópio (1825); Zootrópio (1834); Praxinoscópio (1877); Kinetoscópio (1889); Vitascópio (1894). A História do Cinema credita ao francês Louis Lumiere a realização da primeira exibição pública de cinema. Era o chamado Cinematógrafo, equipamento rudimentar, movido a manivela, sendo ao mesmo tempo projetor, filmador e copiador de filmes. A sessão pioneira ocorreu em Paris, em 28 de dezembro de 1895, e rapidamente caiu no gosto popular, iniciando rápida difusão por todo mundo.

Em menos de um ano, o cinematógrafo chegou à promissora cidade de São Paulo, na época contando 150.000 habitantes, mais da metade estrangeiros. A novidade veio na bagagem de um fotógrafo de origem francesa — Georges Renouveau — estabelecido há anos na cidade, e que estava em Paris quando das primeiras exibições de Lumière. Interessado na novidade, adquiriu um projetor, um lote de filme e, em São Paulo, alugou uma sala na Rua Boa Vista, 48, que durante meses funcionou precariamente como cinema, exibindo filmes de curta duração, que mostravam cenas de Paris e do cotidiano das fábricas e familiares de Lumière.

Os jornais da época registram, no final do século, inúmeras salas de exibições utilizando inventos similares, mas que não sobreviveram

ao cinematógrafo. Novamente, os nomes soam estranhos, mas tiveram seu período de popularidade junto aos paulistanos, *omniographo*, *kinetophone*, *cosmorama*, *scenomotographo*, *animatographo* etc. Todos exibiam cenas do cotidiano, sendo raros os filmes com enredo. A duração de uma sessão era de cerca de trinta minutos; os filmes trepidavam, quebravam com frequência e, não raro, incendiavam, ocasionando grandes tragédias. A tela precisava ser constantemente molhada para melhorar a qualidade da projeção, o que levava os mais cuidadosos a evitar as cadeiras e bancos próximos da tela. Outros preferiam a proximidade dos respingos, amenizando o intenso calor produzido pelos projetores e que transformava as improvisadas salas em verdadeiras saunas.

Em 1907, surgiu a primeira sala de exibição, especialmente adaptada para tal finalidade. Era o Cine Bijou, iniciativa de um imigrante espanhol (Francisco Serrador) possuidor de grande lote de filmes, e que passou a predominar no comércio de exibição por todo Estado de São Paulo e Rio de Janeiro.

Um outro imigrante italiano, Paschoal Segreto, estabeleceu no início do século um estúdio e laboratório que, em 48 horas, vendia às salas exibidoras cenas dos acontecimentos locais. Ainda em 1900, Segreto filmou a primeira versão brasileira da *Paixão de Cristo*. Em 1907, era a vez de Francisco Serrador transformar em grande sucesso de bilheteria a adaptação para as telas de um caso policial que agitou a opinião pública: *O Crime da Mala*.

Folha do Povo

Empresas Reunidas Cinematographicas do Municipio de São Bernardo

<p>THEATRO C. GOMES S. BERNARDO</p>		<p>CENTRAL e CARUSO S. CAETANO VILLA</p>
<p>FILMS PARA SEREM EXIBIDOS</p> <p>3a. feira, 17 -- C. GOMES -- CENTRAL</p> <p><small>Reaparece RIN TIN -- em</small></p> <p>CAMARADAS E CAMARADAS</p> <p><small>ou o</small></p> <p>Cão do Regimento</p> <p><small>Produção da WARNER BROS</small></p>		<p>DURANTE ATÉ FIM DE ABRIL</p> <p>Sabbado, 21 -- FEBIADO NACIONAL</p> <p>Esta Empresa dará um espectáculo em commemoração á grandiosa data Nacional -- aonde vereis WALLACE BEERY e RAYMOND HATTON, em</p> <p>DOIS AGUIAS NO AR</p> <p><small>Film da PARAMOUNT, a maior eho</small></p>
<p>Dia 26, CENTRAL--Dia 27, C. GOMES--Dia 29, CARUSO</p>		
<p style="font-size: 2em; font-weight: bold;">JESUS CHRISTO</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="text-align: center;">  <p style="font-size: 3em; font-weight: bold;">REI DOS REIS!</p> </div> <div style="text-align: center; border: 2px solid black; padding: 10px;"> <p style="font-size: 4em; font-weight: bold;">Rei dos Reis</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p style="font-size: 3em; font-weight: bold;">REI DOS REIS!</p> </div> </div> <p style="text-align: center;">Supper-produção dirigida por CECIL B. DE MILLE</p> <p style="text-align: center;">O maior esforço desta Empresa para que o municipio de S. Bernardo em peso possa assistir a maior obra sacra que o cinematographo produziu</p> <p style="text-align: right; font-size: 0.8em;">Este film sera exibido somente nestes Cinesmas.</p>		

Anúncio publicado em 1928, na Folha do Povo, a respeito da exibição do filme Jesus Christo, o Rei dos Reis, na rede de cinemas das Empresas Reunidas Cinematographicas do Municipio de São Bernardo

Ainda no Bijou, antes do incêndio que iria destruí-lo em 1914, surgiram os curiosos *filmes cantantes* que nada mais eram do que filmagens de canções populares e operetas, feitas às margens do Rio Tietê. À noite, quando da exibição nas diversas sessões, os mesmos atores postavam-se atrás da tela e dublavam as canções, acompanhados por músicos. A presença de pianistas, especializados em acompanhar as ações projetadas nas telas, transformou-se em atração a mais no encantamento e mistério que as sessões de cinema passaram a representar. O sucesso do Bijou foi de tal ordem a ponto de ter sido criado o cine noticiário *Bijou Journal*, com noticiário local e que complementava o todo-poderoso *Pathé-Journal* que antecedia às esperadas comédias do cômico francês Max Linder, identificado por Chaplin como o seu grande mestre.

Já em 1912, aparece nos jornais paulistanos material publicitário da firma francesa Pathé, anunciando a venda de projetores por 400 mil réis, e aluguel de filmes por uma diária de 30 réis.

A Região do ABC (então denominada Município de São Bernardo) aparece registrada em pequenos filmes, hoje desaparecidos, cuja exibição ficou registrada em jornais da época. Um levantamento feito pelo pesquisador Jean Claude Bernardet (1) menciona títulos de grande interesse: *A Serra de Santos* (1909) produção da Empresa Francisco Serrador e Cia. que segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* “reproduz com muita perfeição os lindos trechos da Serra do Mar, atravessados pela São Paulo Railway, desde Piassaguera até a estação do Alto da Serra”. A primeira exibição deste filme aconteceu no Cine Bijou em 22/1/1909. Em 1914 foi produzido um filme com o título *Velha Estrada Vergueiro* que, segundo o mesmo jornal, “descreve o pitoresco percurso desta velha estrada que ora se acha em reparo”.

Em 1917 São Bernardo foi palco de importantes manobras militares, em preparativos para a eventual participação do Brasil na Grande Guerra. Dois filmes foram feitos e exibidos com grande sucesso: *O Primeiro Preparativo do Brasil na Guerra* exibido em mais de vinte salas paulistanas, a partir de 13/11/1917, e *As Grandes Manobras do 43º de Caçadores em São Bernardo* lançado no Cinema Apolo em 9/12/1917. Estas mesmas manobras devem ter dado origem ao patriótico *Às Armas*, lançado no Cinema Mafalda, em 18/01/1918, em cujo material publicitário aparecia o seguinte apelo: “Para a boa ordem e marcha do espetáculo, pede-se aos Senhores espectadores cantarem *Às Armas*, *A Chaga do Soldado*, *o Canto do Bravo*, *A Canção do Soldado*, nos lugares marcados no filme. O espetáculo era dedicado ao mesmo Batalhão do 43º de Caçadores”.

Estes filmes, provavelmente, não chegaram às telas de São Caetano. Por volta de 1915, já começava a predominar o cinema norte-americano, produzido em escala industrial e apoiado em eficiente esquema de distribuição e propaganda. No Cinema Central, este sim construído para abrigar sessões programadas de cinema, é bem provável que as famílias caetanenses assistissem a “fitas” românticas e de aventuras com os grandes astros do cinema mudo: Ramón Navarro, Mary Pickford, Douglas Fairbanks, Gloria Swanson, Clara Bow, John Gilbert, Louise Brooks, Greta Garbo, Lon Chaney, Mary Astor e Rodolfo Valentino. Exibição ficariam registradas em jornais da época. Um levantamento feito pelo pesquisador Jean Claude Bernardet (1) menciona títulos de grande interesse: *A Serra de Santos* (1909) produção da Empresa Francisco Serrador e Cia. que segundo o jornal *O Estado de São Paulo* “reproduz com muita perfeição os lindos trechos da Serra do Mar, atravessados pela São Paulo Railway, desde Piassaguera até a estação do Alto da Serra”. A primeira exibição deste filme aconteceu no Cine Bijou em 22/1/1909. Em 1914 foi produzido um filme como título *Velha Estrada Vergueiro* que, segundo o mesmo jornal, “descreve o pitoresco percurso desta velha estrada que ora se acha em reparo”.

Em 1917, São Bernardo foi palco de importantes manobras militares, em preparativos para a eventual participação do Brasil na Grande Guerra. Dois filmes foram feitos e exibidos com grande sucesso: *O Primeiro Preparativo do Brasil na Guerra* exibindo em mais de vinte salas paulistas, a partir de 13/11/1917, e *As Grandes Manobras do 43º de Caçadores em São Bernardo* lançado no Cinema Apolo em 9/12/1917. Estas mesmas manobras devem ter dado origem ao patriótico *Às Armas*, lançado no Cinema Mafalda, em 18/1/1918, em cujo material publicitário

Massimiliano Lorenzini
 Rua Coronel Saladino Cardoso Franco N. 45 - S. Caetano

Proprietário do CINEMA CENTRAL e co-proprietário do PROGRAMMA RIALTO - Rua General Ozorio 86-A
 S. PAULO

CAPITAL REALISADO 1.500:000\$000 Compras e vendas em geral

Executa-se qualquer negocio de terrenos, Casas, Moveis e Immoveis

Operações Commerciaes e Cambiaes - Extracção e venda de Pedregulho, Areia e

MATERIAES PARA CONSTRUCCOES

Residencia: Rua Coronel Saladino Cardoso Franco N. 45
 Telephone Cambucy 71 e 4-494 - SÃO CAETANO

Anúncio publicado em 1928, na Folha do Povo, anunciando atividades comerciais de Massimiliano Lorenzini, proprietário do Cinema Central, entre outras coisas, e co-proprietário do Cinema Rialto, de São Paulo. O endereço residencial de Lorenzini era na Rua Coronel Saladino Cardoso Franco, atual 28 de Julho.

aparecia o seguinte apelo: “Para a boa ordem e marcha do espetáculo, pede-se aos Senhores espectadores cantarem *As Armas*, *a Chaga do Soldado*, *o Canto do Bravo*, *A Canção do Soldado*, nos lugares marcados no filme. O espetáculo era dedicado ao mesmo Batalhão do 43º de Caçadores”.

Estes filmes, provavelmente, não chegaram às telas de São Caetano. Por volta de 1915, já começava a predominar o cinema norte-americano, produzido em escala industrial e apoiado em eficiente esquema de distribuição e propaganda. No Cinema Central, este sim construído para abrigar sessões programadas de cinema, é bem provável que as famílias caetanenses assistissem a “fitas” românticas e de aventuras com os grandes astros do cinema mudo: Ramón Navarro, Mary Pickford, Douglas Fairbanks, Gloria Swanson, Clara Bow, John Gilbert, Louise Brooks, Greta Garbo, Lon Chaney, Mary Astor e Rodolfo Valentino. Os *Os pastelões* garantiam o humor das sessões com comédias de Harold Lloyd, Chaplin, Buster Keaton, Harry Langdon, Laurel e Hardy (o Gordo e o Magro), Irmãos Marx, e tantos outros. Havia também, os faroestes com *mocinhos* do porte de Tom Mix, Ken Maynard, Hoot Gibson e Buck Jones. Começavam a fazer sucesso os seriados que, na década de 30, iriam transformar-se na coqueluche das matinês com Flash Gordon, Buck Rogers e Tarzan. Os seriados mudos de sucesso foram, entre outros; *Perigos de Paulina* com Pearl White; *O Cavaleiro das Sombras*, com William Desmond; *Tarzan*, com Elmo Lincoln, e *As Aventuras de Rin-Tin-Tin*.

Nunca estive no Cinema Central. Quando criança, descobri a magia das matinês no Max, Urca e Vitória, o velho cinema já estava desativada. Os clássicos do cinema mudo só fui assistir nas concorridas sessões da Cinemateca, quando ela funciona à Rua 7 de Abril, no prédio das Emissoras Associadas, e isto há mais de vinte anos.

Contudo, o encanto das sessões do Central está vivo em minha memória, graças aos depoimentos de antigos moradores, recortes de jornais e, em especial, nas histórias contadas por meu avô, que trabalhou como projetorista naquele Cinema e também no Max.

Lá está o velho prédio, resistindo à dinâmica da cidade, como que esperando por um gesto de generosidade que o devolva aos grandes momentos da História da cidade. Não se trata de um caso a mais na recuperação da memória de São Caetano, que corre o risco de desaparecer, como aconteceu com tantas outras salas de exibição. Por sua importância social e cultural recuperar o Central é muito mais que reforçar a memória local. Trata-se de fazer História. A História de nossa cidade. Nossa História (Antonio de Andrade).

Nota

(1) Bernardet, Jean-Claude — Filmografia do Cinema Brasileiro, 1900-1935. São Paulo, Secretaria da Cultura, Comissão de Cinema, 1979.

Rua Major Carlo Del Prete: estranha honra dada a uma rua de São Caetano

Arnaldo TREBILCOCK(*)

Por volta de 1947 ou 48, um jornalista italiano, cronista de um dos principais jornais da bela Itália, veio ao Brasil, especialmente a São Paulo, buscando as opiniões dos antigos imigrantes e seus descendentes frente à nova posição política da Itália, depois da queda estrondosa do fascismo e a tentativa, ainda pujante então, dos comunistas em substituir Mussolini.

Por motivos vários, coube-me ciceronear o jornalista e levá-lo a certos pontos da cidade de São Paulo e do Estado, onde tinham se aninhado os mais fortes grupos fascistas — com fulcro no Circolo Italiano —, ou esquerdistas — com fulcro na Lega Lombarda...

O jornalista sabia da existência de um seletivo grupo de vênets radicados em São Caetano e pediu-me para levá-lo à cidade vizinha, sem porém marcar entrevistas ou visitas a nenhum maioral... E assim fomos, folgadoamente passeando pelas ruas, visitando uma ou outra loja, espiando, ouvindo e "assuntando", para usar uma linguagem bem nossa.

Após o almoço, levei o jornalista a um cafezinho numa indústria dirigida por amigos meus, que fabricava certas máquinas, sob licença de fábrica italiana.

E aquela indústria localizava-se na Rua Major Carlo Del Prete.

O visitante sabia que um capitão Del Prete, aviador, viera ao Brasil lá por 1935/6 e morrera, quando seu avião despencou, ao que diziam em seu jornal, por falha do piloto que abusou em acrobacias, caindo na periferia de São Paulo, proximidades de São Caetano.

Fingiu espanto ao ver o nome de um obscuro aviador, piloto como milhares de outros, sem nenhum ato de heroísmo, nenhum grande feito a seu crédito, posto numa rua de centro da cidade de São Caetano.

Expliquei como pude: "Carlo del Prete, efetivamente um capitão da Aeronáutica Italiana, viera ao Brasil com outro colega — o também capitão Ferrarin — fazer exibições com seus aviões — caças, se não me engano — numa visita de "cortesia" ao Brasil, onde o ditador da ocasião pousava de fascista!!"

Contei mais: O governo brasileiro, ou melhor, a ditadura de então, derramou-se em tantas homenagens e honrarias ao infeliz aviador, elevando-o a sublime herói, maravilhoso ás da nova geração de centauros etc., etc., que uma jornalista brasileira não resistiu e lavrou crônica pondo as coisas em seu lugar, lamentando a morte do jovem piloto, aplaudindo as exéquias com honras militares e a protocolar pompa, mas criticando o exagero da louvação, para ela mais um ato de bajulação de um para outro ditador, do que uma sincera condolência.

Havia naqueles anos, em São Paulo, dois jornais italianos: o *Fanfulla*, já veterano, e o *Piccolo*, surgido alguns anos antes e... fascista, de cabeça aos pés. E este jornal, cujos dirigentes e escribas eram mais piçcolos do que ele, publicou uma réplica virulenta, abjeta, ofensiva, desancando a cronista patricária, chegando ao disparate de citá-la como uma das que um pseudo, filósofo italiano crucificara num acróstico velhaco.

Ferri, o suposto filósofo, em tournée pela América do Sul, andou destemperando o brio e o orgulho das nações que visitou. Do Brasil disse: "...cielo senza colore, fiori senza odore, donne senza pudore...,"

Dias depois da réplica ser publicada, repetindo a infâmia, os jovens paulistas — na maioria estudantes, como sempre — numa ação bem urdida e rápida, em poucos minutos invadiram a redação, as oficinas, os escritórios do *Piccolo* empastelando muito bem o jornal inteiro, não chegando ao incêndio pela pronta ação da Força Pública. O comandante da tropa que "protegeu" o jornal era ferrenho antifascista e retardou a ação de seus homens o suficiente para permitir o empastelamento, sem chegar ao fogo...

Expliquei ao jornalista, já quase amigo, que à rua tinha sido dado o nome do aviador, talvez como um desagravo não ao piloto, mas ao regime dominante na Itália, tão similar, tão irmão do regime que atormentava o Brasil. Talvez tenha sido a primeira gemellanza em escala nacional e... regimental!!

Realmente pesquisei muito, mas não achei nada, nunca ninguém disse nada que justificasse a estranha honra dada a uma rua de São Caetano... E assim permanece na cidade um enclave... fascista!

Dizia aquele jornalista o que ainda é válido hoje: A Prefeitura, a Câmara ou o povo deveriam, já ao fim da guerra, substituir as placas. Estou certo de que não há, em toda São Caetano e em sua magnífica comunidade italiana, um só que ainda queira homenagear, ou manter a homenagem que não foi para o homem Carlo Del Prete, mas para o fascista, um entre milhares de infelizes pilotos de Mussolini... Já é tempo de se passar uma água asséptica em todos os símbolos do fascismo ainda existentes entre nós.

E não repita São Caetano a falha de um prefeito paulistano que tirou do depósito e replantou numa das mais belas esquinas da Capital, um monumento também erigido em homenagem a um aviador italiano, junto com outro ás brasileiro, o que não seria tão ruim assim, não fosse a existência de dois enormes, agressivos, repulsivos "fascios" eternizados em bronze, escantilhando o monumento, aliás de gosto discutível.

Se a comunidade italiana de São Caetano quiser — e deve — manter a homenagem à Itália, rebatize a rua — Rua Trilussa — em honra ao poeta popular que soube, com a habilidade dos gênios, ironizar e flechar tão bem o regime a que servia Carlo Del Prete, o piloto, um guapo jovem que saiu de seu país cheio de amor pátrio e orgulho, para morrer sem glórias, no distante Brasil...

(*) Arnaldo Trebilcock, brasileiro, estudou na Europa e terminou seus cursos numa universidade italiana. Foi redator-chefe da *Tribuna das Estâncias* e publicou os artigos de fundo da *Tribuna Latina*, Doutor em Ciências Comerciais, trabalhou durante a Segunda Guerra Mundial, e alguns anos depois, para o *Board of Economical Warfare*. Atua como agente-geral para o Brasil de empresas fabricantes de maquinário e equipamentos para indústrias petrolíferas, petroquímicas e farmacêuticas.

Sociedade dos Amigos de São Caetano, a entidade que liderou a autonomia

Valdenício PETROLI (*)

Museu de São Caetano



Da esquerda para a direita: Moyses Chapeval, Angelo Raphael Pellegrino, Accacio Novaes, João Dal'Mas, Anacleto Campanella e Victorio Marcucci, durante a solenidade de posse do primeiro prefeito e da primeira legislatura da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, em 1949

1947 foi o ano decisivo para a autonomia de São Caetano. Duas iniciativas já tinham sido tomadas: a fundação do *Jornal de São Caetano*, em 28 de julho de 1946, que passou a ser o principal divulgador dos ideais autonomistas, e a fundação da sociedade hospitalar, uma antiga reivindicação dos moradores do 2º Subdistrito. Para poder encaminhar o pedido, devidamente documentado, de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios, para a Assembléia Legislativa, requerendo a realização do plebiscito, deveriam os autonomistas dar o terceiro e decisivo passo: organizar, juridicamente falando, uma sociedade. Ela seria a sustentação legal dessa reivindicação.

Assim, na terça-feira, dia 2 de setembro de 1947, atendendo a um chamado do *Jornal de São Caetano*, moradores, comerciantes, profissionais liberais e trabalhadores reúnem-se no Clube Comercial, na Rua Santa Catarina, 97, e formam essa sociedade, com o objetivo de propagar pelo bem-estar social, generalizar o interesse pelos assuntos de ordem coletiva, incentivar o estudo das coisas públicas, aprimorar a consciência cívica de seus associados, e estudar e difundir os meios de elevar os foros de São Caetano. Naquele dia nascia a *Sociedade dos Amigos de São Caetano* (1).

A reunião teve início às 21h, com a palavra de Luiz Rodrigues Neves, diretor do jornal, que depois da justificativa, solicitou aos presen-

tes que indicassem um presidente para dirigir os trabalhos. Por unanimidade foi apontado o professor José Bonifácio Fernandes que, por sua vez, indicou Mário Porfírio Rodrigues e Walter Thomé, como secretários. No final, os três seriam eleitos para a primeira diretoria provisória.

A discussão sobre a formação da sociedade foi calorosa naquela noite. Paulo Gonçalves Pereira, um dos presentes à reunião, afirmava que já existia uma sociedade semelhante na cidade. "Ela foi fundada para tomar a dianteira a um partido extremista que queria fundar agremiação desse gênero" — afirmou Paulo, acrescentando que a fundação (da primeira sociedade) era "uma contra-ofensiva, pois os lares sancaetanenses estavam minados por ideologias estrangeiras". E, finalizou afirmando que era favorável pela sua continuação (2).

Mauro Corvello, diante da explicação, disse que aquela sociedade (a primeira) tinha fins políticos, fato que implicava desprezo à idéia de continuação. Colocando em votação, os presentes resolveram fundar uma nova, mesmo porque, segundo Mário Porfírio Rodrigues, a primeira sociedade não tinha registro em cartório e, portanto, não tinha suporte legal. Antes de encerrar a reunião, foi escolhida uma comissão para elaboração dos estatutos, presidida pelo dentista José Homem de Bittencourt, tendo como membros: Octávio Tegão, Severino Alves Guimarães (diretor do jornal *O Município*), Arlindo Marchetti, Mauro Corvello, José Garrido Lourenço e Walter Thomé.

Ao todo, 33 pessoas assinaram o livro de presença naquela noite, contudo apenas 13 se tornaram líderes autonomistas. São eles: Arlindo Marchetti, Avelino Benedicto Poli, Bento Vellanis Regis, Firmino Garbelotti, Idalino Moretti, José Homem de Bittencourt, Jordano Pedro Segundo Vicenzi, José Bonifácio Fernandes, Luiz Rodrigues Neves, Mário Rodrigues, Mauro Corvello, Oswaldo Giampietro, Paulo de Oliveira Pimenta e Walter Thomé.

Os demais que abonaram a ata de fundação, mas no decorrer dos acontecimentos abandonaram a causa ou simplesmente ficaram contra a autonomia, os chamados *chapa preta*, são os seguintes: Accacio No-

vais, Antonio F. Nogueira, Ditino Laranjeira, Euclides Voltalli, Giacomo Ferreira, João Relá Filho, José Garrido Lourenço, Leonardo Sperati, Lídio B. Moura, Luiz Flaquer Netto, Otávio Tegão, Paulo Gonçalves Pereira, Rafael Pandolfi, Ricardo Falcheroni, Verino Segundo Ferrari, Vinício Nicolau Ricci, Walter Gonçalves, Walter Scartozoni e Wilson Figueiredo. Justificaram suas ausências: Ângelo Raphael Pellegrino, Américo Perrella, Armilindo Franchini e Lauro Garcia.

Primeira diretoria

O estatuto da Sociedade dos Amigos de São Caetano foi aprovado em Assembléia Geral no dia 24 de outubro de 1947, exatamente um ano antes do dia da realização do plebiscito que deu a vitória à *chapa branca*. No dia 11 de novembro de 1947, dois dias depois da realização das eleições municipais, foi realizada a assembléia para escolha da primeira diretoria.(3)

O presidente da diretoria provisória, professor José Bonifácio Fernandes, abriu a assembléia e solicitou aos presentes que indicassem alguém para presidí-la. Por 48 votos, das 59 pessoas presentes à reunião, foi ele mesmo indicado. E depois, nominalmente, foram eleitos os membros que comporiam a primeira diretoria. O vencedor foi o médico José Luiz Flaquer Netto, com 28 votos. Essa pequena votação se justifica pelo fato de ser sobrinho de Antonio Flaquer, que, por diversas vezes, mostrara-se contrário à emancipação do subdistrito. Por outro lado, os autonomistas e as pessoas que se mantinham neutras se dividiram durante a votação e não elegeram o presidente de sua confiança.

A primeira diretoria ficou assim constituída: presidente José Luiz Flaquer Netto; primeiro vice, Roberto Gomes Caldas Filho; segundo vice, José Homem de Bittencourt; secretário-geral, Ermelindo Locoselli; primeiro-secretário, Lídio C. Moura; segundo-secretário, João Relá Filho; primeiro-tesoureiro, Benedito Moretti; segundo-tesoureiro, João Barile; e bibliotecário, Hélio Migliori. Para o Conselho: Accacio Novais, Faustino Pomper Mayer, Rafael Luiz, Luiz Rodrigues Neves, Vinício Nicolau Ricci e Paulo de Oliveira Pimenta. Para a Comissão de Contas:

Indicador Profissional	
Dr. José Homem de Bittencourt Cirurgião dentista Especialidade: Cirurgia e Dentaduras Anatómicas Rua Perella N. 219 SÃO CAETANO	Dr. Angelo A. Zambom MEDICO PARTEIRO Clínica de Adultos e Crianças Consultas diariamente das 8 às 11 e das 14 às 17 horas Consultório e Residência RUA BARALDI N.º 778 SÃO CAETANO
Dr. Mariz de Camargo Andrade Garganta - Nariz - Ouvido Ex-Adjunto da Santa Casa TRATAMENTO - OPERAÇÕES Das 15 às 18,30 horas Av. Conde F. Matarazzo, 67 - S. B - S. CAETANO	Dr. Flaquer Netto CIRURGIA GERAL Clínica de adultos e crianças Diatermia - Ultra Violeta - Intra-Vermelho Consultório e Residência: R. João Pessoa, 87 - Fone 219 - S. Caetano Atende chamado a qualquer hora do dia ou da noite
Dr. Nelson Penteado MEDICO-OPERADOR RAIOS X Consultório Rua Goniz, 1873 - Fone 130 Residência: Rua Quintino Bonafina, 201 Fone, ... SÃO CAETANO - S.P.R.	Dr. J. Eduardo Rezende CIRURGIÃO DENTISTA Av. Conde F. Matarazzo, 95 - sob. - s. B
Prof. Emanuel Marques Cirurgião Dentista RUA JOÃO PESSOA N. 29 SÃO CAETANO	Dr. Roberto Gomes CALDAS F.º Ex- Adjunto da Santa Casa - Cirurgião do Hospital Leão XIII Clínica Médica e Cirúrgica Especialidade: Fraturas em Geral Consultório: Rua Manoel Coelho, 387 Residência: Fone, 213 SÃO CAETANO
Dr. Abib João Kirche Médico-Operador-Parteiro Consultório e Residência: Rua Santo Antônio, 1137 - Fone 493 Atende chamados a qualquer hora do dia e da noite.	Dr. Simão Resstom CIRURGIÃO DA SANTA CASA Clínica geral - Operações - Molestias de Senhoras - Vias Urinárias Consultas: Das 2 às 6,30 horas Av. Conde F. Matarazzo, 67 - Sala 6 SÃO CAETANO

Fac-simile de anúncio publicado no Jornal de São Caetano, em novembro de 1947

Atenção, sancaetanense

O desejo máximo de toda a população pode agora se converter em uma realidade: TUDO DEPENDE DE VOCÊ!

São Caetano pode ser município independente

A Constituição Estadual e a lei Orgânica dos Municípios permitem que São Caetano se separe de Santo André, tornando-se município autônomo. Basta para isso que VOCÊ, sancaetanense, assine uma representação que será dirigida à Assembléia Legislativa estadual pedindo nossa emancipação.

Aguarde a visita de uma comissão, que lhe procurará em sua residência, a fim de que você também assine essa representação, contribuindo assim para o progresso de sua cidade. Concite seus amigos, maiores de 18 anos e residentes em São Caetano há mais de dois anos, a procurarem essa Comissão para dar suas assinaturas.

Participe desse movimento cívico de redenção de São Caetano, comparecendo às reuniões populares pró-autonomia que a Sociedade dos Amigos de São Caetano faz realizar todas as terças feiras na sede do São Caetano E. C.

Alerta, concidadão — Não assine qualquer lista. Verifique se ela pede a nossa elevação a município, se é da Sociedade dos Amigos de São Caetano e se está assinada pelo seu Presidente.

Reprodução de panfleto distribuído pela Sociedade dos Amigos de São Caetano, informando a população a respeito do movimento autonomista de 1948

Pompeu Andreucci, Jaime B. de Mello e Mauro Corvello(4).

Os eleitos tomaram posse no mesmo dia e até janeiro de 1948 aconteceram poucas reuniões e nada de importante foi tratado durante as reuniões, a não ser uma doação em dinheiro, coletada entre os seus diretores para compra do primeiro saco de cimento para a construção do Hospital São Caetano. Houve um total esvaziamento e algumas reuniões de diretoria nem mesmo chegaram a acontecer por falta de quórum(5).

Esse esvaziamento momentâneo justificava-se, porque 1947 era o ano de eleições municipais. Há quase 20 anos que os eleitores não escolhiam seus representantes municipais. A última eleição ocorreu em 1928, exatamente no ano em que houve a primeira tentativa de emancipação de São Caetano. Durante o período Vargas (1930-1945) não houve eleições e os prefeitos eram interventores municipais indicados pelos interventores estaduais. Somente com a promulgação da Constituição de 1946, foi restabelecido o voto direto para prefeitos e vereadores.

9 de Novembro

Em São Caetano havia muitos candidatos a vereador, em 1947. Por isso, havia muitos jogos de interesse, principalmente na fundação e atuação da Sociedade dos Amigos de São Caetano. Cada um procurava ocupar o seu espaço político e a autonomia era um bom tema para os palanques. A eleição, naquele ano, aconteceu no dia 9 de novembro; os resultados e as conseqüências políticas para os conservadores seriam os mais surpreendentes.

Uma grande reviravolta política estava para acontecer no Município de Santo André, naquele final de ano. Armando Mazzo, do Partido Social Trabalhista (PST), apoiado por Luiz Carlos Prestes, ex-secretário do PCB — Partido Comunista Brasileiro, venceu as eleições.

Antes da sua candidatura a prefeito, Armando Mazzo tinha concorrido a uma vaga na Assembléia Legislativa. Ele foi o primeiro deputado estadual eleito no Grande ABC. Disputou pelo PCB, que tinha sido legalizado em 1945, mas que voltou à clandestinidade, em 7 de maio de 1947, por decisão de três votos contra dois dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral. Em conseqüência dessa decisão, Mazzo perdeu o mandato de deputado, junto com Luiz Carlos Prestes que tinha sido eleito senador da República(6).

Diante do novo quadro político, os comunistas abrigaram-se na legenda do PST, agremiação que lançou a candidatura de Mazzo a prefeito de Santo André. Assim, o operário Armando Mazzo foi eleito o primeiro prefeito de Santo André pelo voto direto, obtendo 33% dos votos válidos. Além do prefeito, o PST elegeu 13 vereadores, sendo o mais votado João Sanches, residente em São Caetano, onde era proprietário de uma pequena indústria no ramo de perfumaria, localizada no bairro Monte Alegre. O segundo candidato a vereador mais votado foi Ângelo Corsato, que teve sua base eleitoral junto aos trabalhadores da Fábrica

de Louças Adelina, de São Caetano(7).

Além dele, mais sete outros candidatos concorreram: Antonio Flaquer, (PDC), que obteve 4.924 votos que ficou em segundo lugar; Icaro Sydow (PTB) — 2.533 votos; Luís Meira (Dissidências e UDN) — 2.476 votos; Nilton Silva (PTN) — 1.367 votos; Antônio Braga (PSP) — 1.222 votos; e Ari Doria (PSB) — 599 votos. Ulisses Martins Pinheiro (PSD) retirou sua candidatura antes do pleito. As abstenções foram de 35,7%, ou seja, maior que a porcentagem dos votos válidos obtidos por Armando Mazzo(8).

Os eleitores inscritos para votar nas eleições municipais de 1947 eram 30.468 em todo o município, assim distribuídos: Santo André (sede) — 15.865, São Caetano (subdistrito) — 10.551, Utinga (subdistrito) — 1.238; Ribeirão Pires (subdistrito) — 979, Mauá (subdistrito) — 965 e Paranapiacaba (distrito) — 870.

Os eleitos foram diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral no dia 23 de novembro de 1947. Diversos recursos contendo as mais diversas alegações foram impetrados junto ao TRE requerendo a anulação dos registros dos candidatos pelo Partido Social Trabalhista. A decisão final coube ao Tribunal Superior Eleitoral, na época com sede no Rio de Janeiro (capital) que, por 4 votos a 2, resolveu tornar nulos os registros de todos os candidatos do PST de São Paulo. Esse julgamento ocorreu no dia 31 de dezembro de 1947.

O cancelamento do registro do PST caiu como uma bomba em Santo André, naquela véspera de Ano Novo. No dia 1º de janeiro de 1948, feriado universal e dia de posse na Câmara Municipal de Santo André e em todas as demais Câmaras do Estado, os *candidatos de Prestes*, vitoriosos, não assumiriam os seus mandatos.

No lugar do prefeito eleito Armando Mazzo, seria empossado, naquele mesmo 1º de janeiro, o segundo colocado, Antonio Flaquer, o *Tônico*, responsável pelo Cartório de Registro Civil de São Caetano. No lugar dos vereadores entrariam suplentes de outras agremiações. Dessa forma, pelo subdistrito de São Caetano, foram eleitos 11 vereadores, do total das 31 cadeiras. Os eleitos foram: Antonio Dardis Neto, Anacleto Campanella, Geraldo Banicasa, Nilo Miotto, João Rella Filho, Arnelindo Franchini, João Dal'Mas, Odilon Conceição, Eduardo Ferrero, Verino Segundo Ferrari e Lauro Garcia.

Alfredo Maluf, que depois se tornou um dos líderes autonomistas de São Caetano, e que tinha sido prefeito nomeado pelo Estado Novo em Santo André e nas eleições de 1947, elegeu-se vereador, foi o único que protestou no dia 1º de janeiro pela cassação de Mazzo e dos demais companheiros. Toda a história de Armando Mazzo e as eleições de 1947 estão sendo resgatadas pelo jornalista e pesquisador Ademir Médici.

Tomada de decisão

O tempo passava e a sociedade nada discutia e nada fazia. E o *Jornal de São Caetano* cobrava: "A solução é a autonomia de São



Membros da Junta Apuradora dos votos do plebiscito de 24 de outubro de 1948, que concedeu autonomia político-administrativa a São Caetano do Sul

Caetano. Precisamos trabalhar para ela e já podemos contar com um meio de iniciar a campanha. Falamos da Sociedade dos Amigos de São Caetano. A essa entidade será submetida, por proposta do jornal, a autonomia municipal de São Caetano. Esse será o primeiro assunto que nossa folha apresentará para ser discutido pelos órgãos técnicos da Sociedade dos Amigos de São Caetano. Temos certeza que a proposta será aprovada, única decisão compatível com o descortino e capacidade dos homens que compõem a novel entidade”(9).

Luiz Rodrigues Neves, Mário Porfírio Rodrigues e Walter Thomé, respaldados por outros líderes autonomistas, principalmente pelo professor José Bonifácio Fernandes, planejaram a tomada de decisão final. Os diretores do jornal enviaram uma carta à sociedade solicitando que liderasse o movimento autonomista.

Esse pedido causou muita polêmica entre os diretores da sociedade que, de imediato, convocaram uma assembléia no dia 3 de março de 1948, para melhor apreciar o assunto. Naquela noite, houve muita discussão em torno do assunto. Para presidir a assembléia, mais uma vez foi eleito o professor José Bonifácio Fernandes.

Com a palavra, o presidente da diretoria, José Luiz Flaquer Netto que, para ganhar tempo, solicitou que a votação para decidir se a sociedade devia ou não liderar o movimento autonomista deveria ser secreta. De imediato, interrompendo a fala do presidente, Mauro Corvelo, declarou: “A votação deve ser descoberta, para que o povo conheça seus inimigos”.

Por sugestão do presidente da Assembléia, professor Bonifácio Fernandes, a votação é descoberta e a maioria das pessoas presentes decide que a Sociedade dos Amigos de São Caetano deve liderar o movimento em nome dos moradores. Diante da derrota, José Luiz Flaquer Netto solicita, e é aprovada, uma licença de 90 dias do cargo de presidente. Ele não retornaria mais. E a reunião que teve início às 20h30, terminou de madrugada. Naquela noite, os autonomistas deixaram o salão do Clube Comercial satisfeitos, porque o dia do plebiscito estava chegando.

A última tentativa

Para tentar destabilizar o movimento, o prefeito Antonio Flaquer tomou diversas medidas políticas. Primeiro, conversou com os vereadores residentes em São Caetano, principalmente com o jovem Anacleto Campanella, e depois, em audiência com os moradores Avelino Poli e Paulo de Oliveira Pimenta, fazendo-os ver os inconvenientes da separação de São Caetano. Alegava, entre outras coisas, as dificuldades para a criação da comarca, arrecadação, novas melhorias, ao mesmo tempo em que destacava o especial carinho que ele tinha por São Caetano, onde, há 30 anos mantinha o Cartório de Registro Civil.

O prefeito propôs à Sociedade dos Amigos de São Caetano a construção de um centro de puericultura, com local já escolhido; galeria para desvio das águas pluviais para evitar as enchentes no centro; ponte ligando o bairro da Fundação à Vila Alpina; criação de mais seis classes de aulas, com capacidade para 250 alunos no Grupo Escolar Senador Flaquer; doação de uma verba de Cr\$ 100.000,00, além dos Cr\$ 200.000,00 já doados para a construção do hospital; iluminação de diversas ruas; calçamento; rede de água e esgoto. A proposta do prefeito foi apresentada na reunião do dia 5 de março de 1948 por Paulo de Oliveira Pimenta e rejeitada, sendo um voto favorável a do vereador João Rella Filho que, logo em seguida afastou-se da sociedade.

No dia 12 de março de 1948, também pedia demissão Roberto Gomes Caldas Filho, vice-presidente em exercício da presidência. Assume a direção o dentista José Homem de Bittencourt, o segundo vice-presidente, um ferrenho defensor da autonomia. A partir daquele momento, todas as reuniões seriam preparativas para o plebiscito. Não haveria mais oposição nas reuniões, pelo menos declaradamente.

Pela Lei Orgânica dos Municípios, a localidade para requerer o plebiscito deveria ter uma renda superior a Cr\$ 200.000,00, uma população mínima de dez mil habitantes e representação assinada por 10% dos moradores do lugar. A solicitação do povo são-caetanense deu entrada na Assembléia Legislativa do Estado em 29 de abril de 1948, e o consequente processo tomou o nº 191. Estava assinada por 5.197 pessoas, todas maiores de 18 anos e residentes aqui havia mais de dois anos. Esse abaixo-assinado, encaminhado pela Sociedade dos Amigos de São Caetano,

representava 12,97% dos moradores que residiam no subdistrito, pois de acordo com o Departamento Estadual de Estatística a população local era de 40.039, em 1º de janeiro de 1947 (10).

Curiosamente, na medida em que a sociedade ia recolhendo a assinatura dos moradores e, igualmente os documentos necessários para serem encaminhados à Assembléia Legislativa, por motivos de segurança (pois a qualquer momento poderiam cair nas mãos dos *chapa-preta*) eram guardados sigilosamente no cofre da Casa Bancária de São Caetano pelo contador, Sílvio Fernandes, filho do professor José Bonifácio Fernandes.

24 de outubro

Desde as primeiras horas da manhã, havia movimento de pessoas pelas ruas, que aguardavam a hora de votar. Os carros oficiais da Prefeitura de Santo André conclamavam o povo a votar contra a emancipação. Encerrada a votação no dia 24 de outubro de 1948, as mesas coletoras de votos constatarem que 9.550 pessoas compareceram para votar, sendo que 8.463, a favor da autonomia; 1.029, contra; 28 votos em branco, e 30 nulos. A Assembléia Legislativa, diante do resultado, aprovou a criação do novo Município e marcou para o dia 1º de janeiro de 1949 a sua instalação. Naquele final de ano a cidade viveu momentos felizes (11).

No dia 28 de novembro de 1948, lançou-se o nome de Ângelo Raphael Pelegrino para disputar a eleição para prefeito, o que aconteceria no dia 13 de março de 1949. Pelegrino foi apoiado por uma coligação formada pelos seguintes partidos: UDN, PSP, PSD, PR, PTN, PRP e PSB. A sua plataforma de trabalho era montar um perfeito modelo, harmonizar as correntes de opinião, fazer política de boa vizinhança, admitir funcionários através de concurso, além de melhorias públicas para o futuro município.

No dia 9 de fevereiro de 1949, foi também lançada a candidatura a prefeito do jovem médico José Luiz Fláquer Neto, pelo PTB e PDC. Ele era neto de José Luiz Fláquer, ex-deputado e senador estadual e sobrinho do então prefeito de Santo André, Antonio Fláquer. De seu programa de trabalho constava a Fundação da Casa Popular para construção de 500 moradias para os trabalhadores, mediante o simples pagamento do primeiro aluguel e de um restaurante para fornecer refeições aos operários da cidade. Enquanto ele era apoiado pelo jornal de Santo André — *Borda do Campo* —, o seu adversário, Pelegrino, era apoiado pelo *Jornal de São Caetano*(12).

José Homem de Bittencourt, presidente da Sociedade dos Amigos de São Caetano, que foi um grande batalhador pela autonomia, sonhava ser o candidato natural dos autonomistas, mas as forças políticas na época indicaram Pelegrino. No dia 12 de janeiro de 1949, a sociedade fez nova eleição e José Bonifácio Fernandes foi eleito o novo presidente. Bittencourt, afastou-se da entidade e, meses depois, muito desgostoso por não ter sido indicado candidato a prefeito, transferiu-se para a cidade de Santos, não participando mais de atividades profissionais (ele era dentista) ou política na cidade.

Primeira eleição

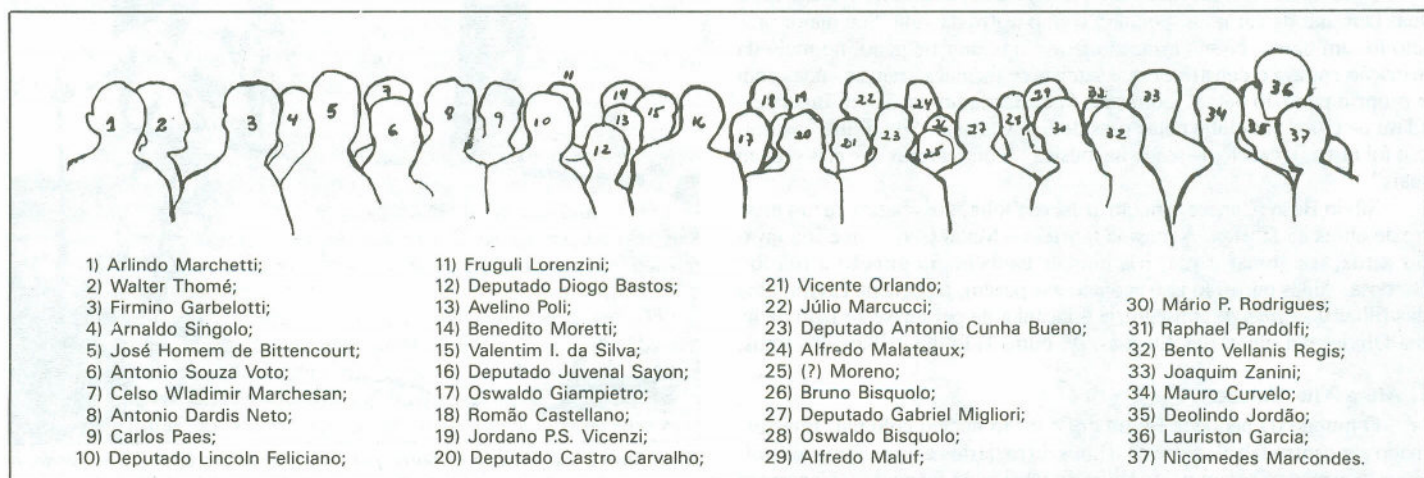
A primeira eleição ocorreu no dia 13 de março, obtendo Pelegrino, 4.094 votos e Fláquer Neto, 1.017 votos. Foram eleitos também os seguintes vereadores para comporem a primeira legislatura: Geraldo Cambaúva, Arlindo Marcheti, Luiz Rodrigues Neves, Oswaldo Massei, Vitório Marcucci, Bento Vellanes Régis, José Lopes Filho, Antonio Dadis Neto, Jordano P.S. Vincenzi, Acácio Novais, Alfredo Rodrigues, Mário Roddes, Lauriston Garcia, Moisés Chaparal, Oswaldo Bisquolo, Conceto Constantino, Jacob João Lorenzini, Arthur Zago, Giacomo Garbelotto Neto, Genésio Carlos Alvarenga e Olga Montanari de Melo.

No dia 3 de abril de 1949, às 15 h, à rua João Pessoa, 120, na Câmara Municipal foram empossados os eleitos. Antes, porém, foi eleita a Mesa da Câmara que funcionou até o dia 31 de dezembro daquele ano. O primeiro presidente foi Acácio Novais, do PSD; 1º secretário: Moisés Chapeval, da UDN; e 2º secretário: Vitório Marcucci, do PTB. A bancada do Partido Social Progressista, que foi a majoritária nas eleições, não conseguiu eleger nenhum membro da Mesa.

Empossados os componentes da Mesa peço juiz Plínio Gomes Barbosa, que pronuncia as seguintes palavras: “Confio a direção do novo Município ao digno presidente da Câmara Municipal e pelo a Deus que



Visita da comissão de sancaetanenses à Assembléia Legislativa de São Paulo, em 23 de abril de 1948. Foto de Olavo Esteves, repórter fotográfico dos Diários Associados, preservado pelo autonomista Neyse Jodar.



faça com que este município seja tão próspero para colaborar com todos os outros co-irmãos de nosso querido Estado de São Paulo.” Em seguida, o presidente da Câmara, Acácio Novais, empossou no cargo de prefeito Ângelo Raphael Pelegrino.

Durante a cerimônia, vários oradores ocuparam a tribuna, destacando-se Fioravante Zampol, presidente da Câmara Municipal de Santo André, que ressaltou, ao felicitar os eleitos: “São Caetano e Santo André, juntos ou separados, seguirão sempre a trajetória progressista, dentro de São Paulo e para a glória do Brasil, porque, na realidade, excluídos os pequenos senões da imperfeição humana e das paixões políticas, no fundo e afinal, Santo André, São Caetano estão com São Paulo como estão com o Brasil.”

Com a instalação do município e conseqüentemente com a posse do novo prefeito, a Sociedade dos Amigos de São Caetano sofreu um esvaziamento. A sua própria existência já não se justificava, uma vez que ela nasceu para liderar a campanha autonomista. Para continuar, teria que mudar seus objetivos, mas isso parece que não entusiasmava os seus sócios. A assembléia marcada para o dia 4 de janeiro de 1950, pelo presidente Fernandes, não aconteceu por falta de quórum. Numa nova assembléia, marcada 11 dias depois, foi eleito por uma minoria de sócios presentes o novo presidente, Acaccio Novais. Nos anos que se seguiram, pouco se fez, e a Sociedade dos Amigos de São Caetano não sobreviveu nos anos 50.

Notas

- (1) Atas da Sociedade dos Amigos de São Caetano, 2/9/1947, p. 1.
- (2) *idem*, p. 2 e seguintes.
- (3) Jornal de São Caetano, novembro de 1947, p. 1.
- (4) Petrolli, Valdenízio. Surge a Sociedade Amigos. Diário do Grande ABC (suplemento especial). Santo André, 22 outubro 1988, p. 10.
- (5) *idem*, p. II.
- (6) Médici, Ademir. Armando Mazzo e o 9 de novembro (trabalho inédito).
- (7) *idem*.
- (8) Gaiarsa, Octaviano A. A cidade que dormiu três séculos. Santo André, Tipografia Bandeirantes, 1968. 408 p.
- (9) Jornal de São Caetano, 5/10/1947, p. 1.
- (10) Martins, José de Souza. São Caetano do Sul em IV séculos de história. São Caetano do Sul, Rotary Club, 1957, 148 p.
- (11) Petrolli, Valdenízio. São Caetano comemorou 36 anos de emancipação. A Cidade (Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul). Novembro de 1984, p. 10.
- (12) *idem*.

(*) Valdenízio Petrolli, jornalista e advogado, obteve o título de Mestre em Comunicação Social com a dissertação “História da Imprensa no ABC paulista” (IMS, 1983). É membro da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC) e da Sociedade Brasileira de Eslavística.

Era uma rua chamada Rui Barbosa (*) (Carnavais do Caneca)

Ademir MÉDICI e Sílvio José BUSO(**)

Tudo ficava na rua Rui Barbosa. Ali havia uma chácara muito grande de uns portugueses, Albertina e a mãe, dona Maria. Ali ficava a casa de Antonio Barile. Ali os Perrellas tinham muitas propriedades. Ali também Sílvio Caneca Buso construiu sua casa.

Era uma casa comprida, coberta com telhas coloniais, de portas e janelas simples. Uma casa rebocada na frente, sem reboco nas laterais.

No quintal da casa, havia um pátio grande, onde Sílvio Buso fazia suas fantasias de carnaval. Sonhava com o teatro da vida. Seu maior projeto foi um barco. Numa armação ficava um enorme pano, no meio da armação entrava o construtor que sambava e formava grandes ondas com o próprio pano do barco. Com suas fantasias famosas, Sílvio Buso desfilava de clube em clube pelas ruas de São Caetano. Sua última inspiração foi raspar o cabelo, baseado na música “É dos carecas que elas gostam mais”.

Sílvio Buso (Caneca) era um artista da folia, um operário e um mestre de obras da fábrica. A mesma fábrica — Matarazzo — que iria invadir a rua, iria tomar a rua, iria crescer também em direção à rua Rui Barbosa. Antes que tudo isso acontecesse porém, a pequena Elvira, uma das filhas do Caneca, conseguiria a façanha de perder-se ao lado da irmã Olívia, em plena rua Alagoas, do outro lado dos trilhos dos trens.

1. Até a Vila Carioca

O mundo da pequena Elvira era o velho núcleo colonial, transformado em centro fabril, entre os trilhos ferroviários e o rio Tamanduateí. Ela e as irmãs só saíam pelos lados da fábrica de formicida. Chegavam até a atravessar o rio, atingindo a Vila Carioca. Nunca, entretanto, Elvira havia cruzado os trilhos da ferrovia pela estação. Sua vida era nas mediações da rua Rui Barbosa.

Naquele dia, seria feita a travessia dos trilhos.
Era 1928.

2. Perdida na rua Alagoas

A irmã de Elvira, Olívia, tinha 10 anos. Trabalhava para dona Mimi, numa pensão de dona Tereza Della Santa Neri, que servia refeições para os engenheiros da Matarazzo, à rua Perrella. Foi Olívia quem convidou Elvira, esta com 12 anos.

— Vamos à rua Alagoas?

— É melhor não, Olívia. Tenho medo de perder-me.

Havia a venda do Russomanho, em direção à estação. Elvira já trabalhava na Matarazzo, com 12 anos de idade. E ali estava o convite da irmã mais nova: ir à rua Alagoas. Atravessar a linha, pela primeira vez. A curiosidade infantil foi mais forte e o convite, aceito.

A noite caía. A travessia foi feita. Ao ver as luzes todas, do outro lado, Elvira assustou-se:

— Olívia, estamos perdidas.

As luzes assustaram Elvira. Ela conhecia a eletricidade interna da fábrica. Mas era diferente. Luzes na rua? Para baixo da igreja, o que existia era apenas a rua escura, que amedrontava nas noites. No tempo, assim, ver lâmpadas elétricas...



Sílvio Buso e sua fantasia de barco para o carnaval dos anos 30. Ao fundo, a casa que construiu, à rua Rui Barbosa, espaço hoje incorporado ao patrimônio da Matarazzo, no Bairro Fundação.

3. O homem da capa preta (I)

Os anos 20 e 30 eram marcados pela escuridão das ruas em torno da casa dos Busos. Naquele trecho da rua Rui Barbosa, onde a família morava, eram 500 metros até a olaria dos Perrellas. As crianças tinham medo. A escuridão era um breu. E havia a fama do homem da capa preta, que perseguia mulheres.

Certo dia, as irmãs Elvira e Olívia foram fazer compras no açougue dos Lorenzini, na esquina da rua Rio Branco. Fim de tarde. Na volta, na rua 28 de Julho (perto do empório de Artêmio Lorenzini), Elvira teve um pressentimento:

— Olívia, eu não sei, mas parece que estamos sendo seguidas.

Estavam. Era o homem da capa preta. O jeito era correr. E correram e perderam coisas pelo caminho. Na entrada da rua Rui Barbosa moravam os Villas, os Giorgettis, os Mantovanis, e outros. Todos conhecidos. Podiam ter parado e pedido ajuda. Mas o medo era maior.

— Elvira, corre que ele tá vindo. Corre...

O homem andava com aquelas capas escuras. Parecia um padre, um juiz de Direito. Igualzinho. Hoje, Elvira vê a foto do homem no cemitério — é a foto do juiz de paz, João Rella. Sempre comenta:

— Filho da p..., que susto que você me deu.

Naquele fim dos anos 20, no entanto, o jeito era correr. As irmãs chegaram em casa. Entraram assustadas, fatigadas. Contaram a histó-

ria, Joanin, o irmão mais velho, apanhou a espingarda, e saiu em busca do homem da capa preta. Não o encontrou. Por certo, escondera-se em algum canto. Talvez tivesse tirado a roupa que o identificava.

Daquele dia em diante, as irmãs Buso exigiram: não iriam mais trabalhar, se os irmãos não as buscassem na fábrica.

4. Um apelo do Conde Chiquinho

Elvira entrou cedo na Matarazzo. Contra a vontade do pai, que não queria que ela trabalhasse. O emprego, Elvira arranjou falando com o porteiro (João Porteiro).

— Vou te arrumar o emprego. Depois, você se vira com o teu pai...

Sílvio Buso já trabalhava na Matarazzo. Era um pedreiro, mestre de obras de mão cheia, que construiu a própria casa, que trabalhou para vários vizinhos. Na Matarazzo, era mestre no seu ofício. Fazia de tudo. O outro mestre era um italiano, o Panariello, responsável — em determinado trabalho — pela abertura de grandes valetas, onde seria feito um serviço qualquer. O trabalho estava sendo feito sem muita preocupação com a segurança, o que levou Sílvio Buso a advertir o companheiro:

Abre os olhos que aqui, logo, logo vai desmoronar tudo.

Sílvio Buso estava certo. Faltavam as escoras necessárias e, certa tarde, tudo desabou, com uma morte: a do irmão de Vitorino Viola, que iria casar no sábado seguinte.

O fato repercutiu em toda a cidade. O mestre italiano fugiu pelo encanamento que chegava no rio. Sílvio Buso, descontente, foi para casa. A fábrica não funcionou oito dias. Buso não queria mais voltar ao trabalho.

Elvira trabalhava na mesma fábrica, quando foi chamada pelo Conde Chiquinho:

— Elvira, viene qui, va ricercare il tuo padre.

E diante dos apelos do Conde Chiquinho, Sílvio Buso retornou ao serviço. Estava de volta à Matarazzo.

5. Visitas do conde

Eram as primeiras décadas do século e o sonho do comendador Francisco Matarazzo era o de criar um núcleo fechado que abrigasse várias fábricas. A instalação de algumas unidades na Mooca (a fábrica de fósforos Sol Levante, o moinho de sal e a refinação de açúcar) foi uma primeira tentativa que, por algum motivo, não foi levada adiante. O alvo seguinte foi São Caetano.

A primeira unidade Matarazzo em São Caetano foi a serraria e a caixotaria, criada em 1912, e extinta em 1945. Em 1912, a Matarazzo arrendou quatro fábricas da antiga Companhia Fábrica Pamplona, de óleos vegetais, de sabões, de lubrificantes e graxas e velas. E, em 1913, junto às primeiras, a Matarazzo iniciava as atividades de uma nova empresa: a fábrica de pregos.

Do arrendamento das primeiras instalações de pregos à compra das unidades passaram-se três anos. Em 1915, Ermelino Matarazzo, filho do velho Conde Francisco Matarazzo, punha em prática uma velha idéia do pai, dando início à implantação do primeiro núcleo fechado de fábricas das IRFM, em São Caetano. As velhas unidades que processavam produtos gordurosos eram compradas. E a Sociedade Anônima IRFM construíra, junto às fábricas, um conjunto de habitações populares para os empregados, iniciativa considerada pioneira no Brasil.

Era a presença do Conde Matarazzo em São Caetano, um núcleo onde o falar em italiano era comum, tanto em casa quanto na rua. Elvira Buso falava em italiano. Depois que deixou a escola, foi matriculada no Príncipe di Napoli e aprendeu, em sala de aula, o que já praticava no cotidiano: o idioma dos avós.

O professor de Elvira e de seus irmãos era italiano, e tinha o apelido de Chico Pinga. Bebia a muito e sua classe tinha poucos alunos. Eram os anos 20 e 30. O conde visitava as unidades de suas empresas em São Caetano. Não raro passava pelas casas próximas, como a dos Perrellas, a dos Bariles, a dos Carmenins. E a dos Busos também. Ele e o Conde Chiquinho — Francisco Matarazzo II, filho do conde que, com a morte do pai, em 1937, assumiria a presidência do conglomerado Matarazzo.

6. O fim da rua Rui Barbosa

A partir da compra das unidades que pertenciam à Companhia Pamplona, a Matarazzo não parou mais. O grupo comprou mais terrenos em São Caetano, como mostram os infalíveis registros dos ex-funcionário

Renato Latorre, que trabalhou quase 40 anos nos escritórios centrais do grupo, em São Paulo.

Latorre é a própria memória viva das intrincadas e diversificadas indústrias Matarazzo. Ao longo dos anos se acostumou a guardar toda a papelada, registros, datas e documentos que, reunidos, contam, oficialmente, a história desse império. Um verdadeiro império industrial, nacional, que chegou a empregar, no auge, quase 40 mil pessoas.

O grupo adquiriu, em São Caetano, antigos lotes coloniais dos italianos fundadores da nova cidade, implantada na fazenda dos beneditinos. Efetuou compras de 1916 a 1974. Nada era obstáculo, quando se tratava da ampliação das empresas. O grupo comprava as casas próximas, e ia aumentando suas instalações.

Nesse apetite de crescimento, a própria igreja do bairro Fundação, patrimônio histórico de São Caetano, correu o risco de ser demolida. A Matarazzo precisava crescer mais junto da Rua Mariano Pamplona e imediações. E a igreja estava no caminho. A empresa tentou convencer a comunidade para que erguesse uma outra igreja, em outro local. A comunidade resistiu e venceu esse *round*.

Hoje, a igreja está praticamente dentro dos pavilhões vazios da fábrica, cercada pelos galpões solitários da antiga Viscoseda, onde Elvira Buso começou a trabalhar com 12 anos de idade, em 1928.

Mas, se a comunidade de São Caetano venceu a batalha contra a derrubada da sua igreja, sorte melhor não tiveram três ruas próximas,

Acervo: Virgínia Buso.



Anos 20: Sílvio Caneca Buso, a esposa Helena e os filhos (da esquerda para a direita, Elvira, João, Olívia, Antonio, Virgínia e Luiz. O Guido (Bestemia) não havia nascido ainda.

entre elas a Rui Barbosa. As três foram eliminadas e hoje fazem parte de 500 mil metros quadrados do bairro Fundação, ocupados pelos pavilhões das indústrias Matarazzo de São Caetano.

7. Peixes, enchentes. E a poluição

Antes de trabalhar na Matarazzo, Sílvio Buso fazia construção de casas pelo bairro, até no Ipiranga. Trabalhava sozinho. Seus serventes eram os filhos, incluindo-se as meninas, que amassavam barro, transportavam tijolos. E que, no fim da jornada, retornavam à casa da Rua Rui Barbosa conduzindo lenha na cabeça para uso no fogão.

Água, apanhava-se no poço. Ou no rio, sem nenhum traço ainda de poluição.

O rio era fonte de lazer. Nele pescava-se e andava-se de barco. Nas

enchentes, a diversão era ainda maior. Elvira lembra que colocava o irmão caçula, Guido, num barquinho e recomendava que não se mexesse. E o soltava na correnteza para apanhá-lo do outro lado, na outra rua inundada. Era um mar.

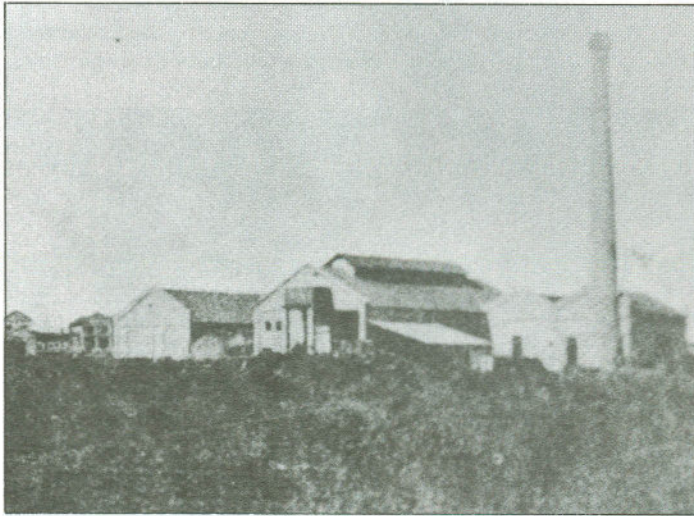
Não, já não existiam barcos transportando mercadorias em direção a São Paulo, como ocorria aos tempos da fazenda dos beneditinos. Nos seus tempos de menina, Elvira via apenas os carros de boi transportando coisas, de São João Clímaco, dos Meninos (hoje Rudge Ramos).

Mas havia barcos bons no Tamanduatef. Como os do seo Orestes, de São Paulo, que gostava de passear e pescava para vender peixes no rio, mas sempre deixava os barcos no rio dos Meninos, perto da casa dos Buso, em São Caetano mesmo.

As águas do Tamanduatef permaneceram puras por vários anos mais. Até que a Matarazzo começou a soltar soda e resíduos do curtume. Era o início da poluição que hoje mata o rio em quase toda sua extensão, à exceção da nascente, na Gruta Santa Luzia, em Mauá.

8. A montagem da Viscoseda

A fábrica de soda cáustica e hexacloro — mostramos registros de Renato Latorre — começou a funcionar em São Caetano, em 1948.



1926: a Fábrica de Seda Artificial, Viscoseda, em São Caetano. A chaminé foi uma das obras de Silvio Caneca Buso. A área livre seria ocupada nas décadas seguintes (foto descoberta por Paschoalino Assumpção, coordenador do Gipem).

Antes da fábrica de soda, porém, a Matarazzo investiu em várias outras unidades, entre as quais a da Sociedade Viscoseda, onde dona Elvira começou a trabalhar, em 1928.

Os antigos edifícios que a Matarazzo comprou da Pamplona, e onde fabricava vela e sabão, foram demolidos em 1924. Na área desses velhos edifícios, a Matarazzo iniciou a montagem da Viscoseda. As fábricas de produtos gordurosos foram transferidas para a Água Branca, em São Paulo, em modernas instalações construídas a partir da compra dos terrenos, em 1919. Os maquinários de São Caetano foram para a Capital, novos maquinários foram comprados e o núcleo de São Paulo marcou o auge da expansão das IRFM em concentração vertical. Para São Caetano, estava traçado um outro destino.

No decisivo ano de 1924, a Matarazzo ampliou a primitiva fábrica de curtumes — criada em 1922 ou 23 —, transformando-a em fábrica de curtumes e artefatos de couro (correias). E ampliou a fábrica de sulfureto de carbono para atender às necessidades de matéria-prima da nova Viscoseda.

A Viscoseda, equipada com tecnologia europeia, estava apta a fabricar o fio de rayon e de fiocco — o mesmo rayon, mas em pedaços curtos para serem misturados com o algodão na fiação de tecidos mistos. A capacidade inicial de produção era de uma tonelada de fio por dia, sendo logo adaptada para uma produção duas vezes maior. A seção de sedas empregava, em média, 500 mulheres e 300 homens. A maior parte do fio produzido era aproveitada na tecelagem de seda das próprias IRFM. Anos mais tarde, uma lei federal proibiu o uso da palavra seda

em produtos que não fossem originários do bicho-da-seda. O nome Viscoseda foi então alterado para Fábrica de Rayon Matarazzo.

9. Festas e bailes

A Matarazzo crescia, diversificada — enumerar todas as unidades da empresa, a partir dos anos 30, é quase o mesmo que tentar sintetizar a lista telefônica. Em torno da fábrica, vivia-se a vida, com as poucas — mas saudosas — opções de diversão.

Havia as festas da igreja, com procissões e quermesses. Silvio Buso foi apelidado de **Caneca** porque no bairro do Bom Retiro existiam dois Silvios, o Buso e o Ballarino. Como os dois gostavam de dançar, tiraram cara ou coroa para ver quem ficaria com o próprio nome. Buso perdeu, ficando com o apelido de Caneca, pois gostava de beber cerveja em canecas e penicos de cerâmica.

As festas da igreja deixariam o **Caneca** rouco, pois era o leiloeiro da quermesse, as prendas sempre arrecadariam bom dinheiro (na época leiloavam frango assado, leitão, cabritos etc.).

A festa da igreja, em julho, era a seqüência das festas juninas. Emendava Santo Antonio, São João e São Pedro com São Caetano. Nas festas de junho eram feitas grandes fogueiras. E a molecada ia roubar lenha no Ipiranga.

Parque de diversão com cavalinhos (jostra) do Dadu Bananciro, era instalado perto dos D'Agostinis, em frente aos Botteons.

As crianças viviam nos morros da Vila Carioca catando frutinhas: gabirola, arará, maracujá, murta e veludo (esta de frutinhas pretas, sabrosos).

E havia os clubes.

10. O Tropicica

Dos clubes, o primeiro de que Elvira Buso se lembra é o Tropicica, que todos chamavam *Trupica*, de tropicar, de cair. Era o *Trupica* da rua Rui Barbosa, que tinha no Luigin, no Joannin — Luiz e João Buso, irmãos mais velhos de Elvira, seus fundadores, e outros.

O *trupica* mas não cai. Do Zé Cadeireiro, já falecido, que tocava em todas as festas e animava com sua sanfona e violão. E que era acompanhado pelo Ferrari, que tocava banjo, Salvador tocava violino, também da rua Rui Barbosa.

O *trupica* daria origem ao Lázio. Juntaram dois grupos: o que queria fundar o Lázio e o que queria manter o Tropicica, este já com estrutura. Ficou o Lázio, de 1930, (1º de maio).

A cidade passou a ter vários clubes: além do Lázio, o Brasil, o Ideal, o São Caetano, o General Motors, o Monte Alegre.

Silvio *Caneca* Buso freqüentava todos estes clubes. Era a atração maior do carnaval.

11. É carnaval

Silvio Buso não gastava um tostão fora do orçamento durante o ano inteiro. Mas no carnaval... era rasgar fantasia. E animar a cidade de São Caetano.

Como esquecer da fantasia de barco? Bem decorado, Silvio Buso colocava-se no interior da fantasia, sustentada por correias sobre os ombros. Quando andava, dançava e sambava, o pano azul da embarcação formava ondas. Ondas que a filha Elvira só veria, ao vivo, em Santos, depois de ter o segundo filho.

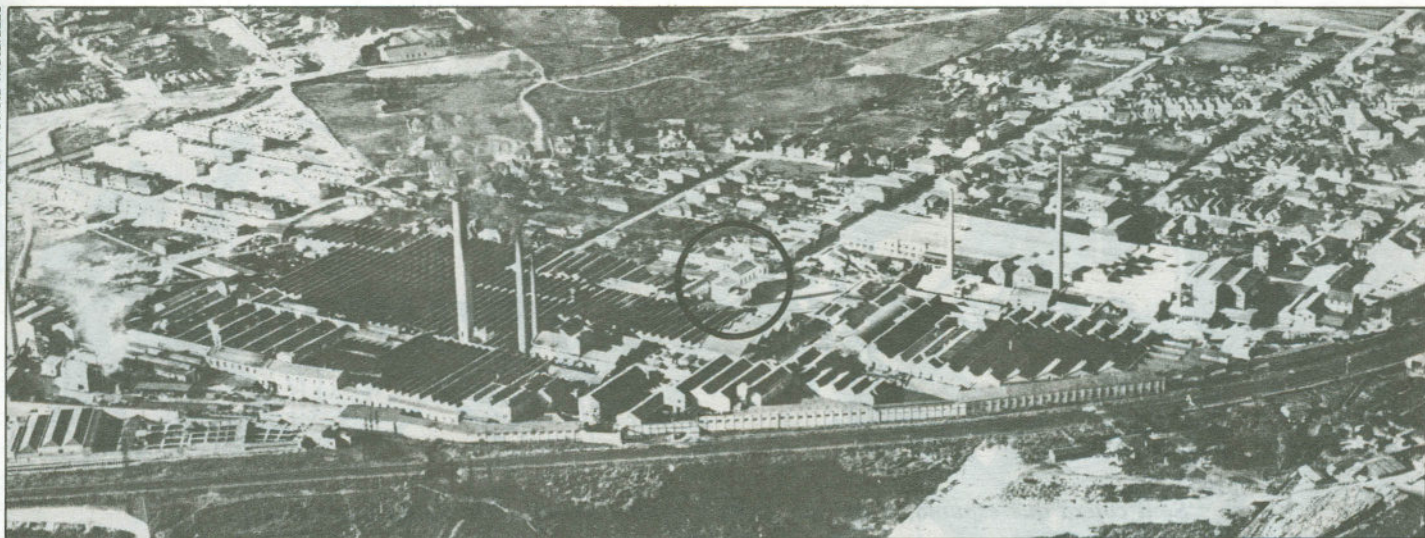
E lá ia Silvio Buso com a sua fantasia, com duas pernas artificiais por cima do barquinho. Em todos os bailes, em todos os salões. Naquele ano, até a esposa, Helena Luchini Buso, acompanhou e cantou junto. Foi festa no Ideal.

O Grêmio Instrutivo Recreativo Ideal, contemporâneo ao **Tropicica**, foi fundado em 11 de janeiro de 1922 por João Buso, Luiz Buso, Gisberto Grigoletto, e outros da *Rui Barbosa*. Tinham até um hino, em italiano, ufanista, do qual Elvira Buso vai recordando alguns versos. Ideale... Ideale.....

Orgoglio nostro per sempre sei tu...
E le pose non sono mai quelle...

E le dolce carezze del sole...
I far palle cimente per cosí...

No São Caetano EC as famílias preponderavam, cada uma com sua cadeira: Garbelotto, Picoli, Capuan, Dalcin... O salãozinho do clube GM. O *Ideale*, na rua Perrella.



1945: o complexo Matarazzo e o Bairro Fundação. Ao centro, no círculo, a igreja histórica do bairro, preservada.



O logotipo da indústria e o dístico famoso (Fidelidade, Honra e Trabalho). Operários especializados eram destacados especialmente para manter o desenho, com sucessivas pinturas.

Final da primeira parte: 1933

A pequena Elvira, moça, casa-se em 1933 com Mário Previatto. O casamento na igreja da Fundação. A festa na casa da sogra. O padre Alexandre celebrou a cerimônia e o padre Joãozinho tocou no órgão a música *Ave Maria* de gunod pela primeira vez ouvida em São Caetano.

Na festa houve baile, Argemiro na flauta, Mário, o noivo, no piano e Antonio Ferrari, no violino. Muita comida e bebida. Nada de lua-de-mel.

— A vida começou no dia seguinte, no tanque lavando roupa.

Desta vez, Elvira Buso (agora também Previatto) iria atravessar os trilhos sem se perder na rua Alagoas. O marido trabalhava de pintor, na rua Rui Barbosa, mas desistiria, porque era um ofício que chamava à bebida. Pelos 44 anos seguintes trabalharia na Cerâmica São Caetano, onde se aposentaria como chefe de fornos. Teriam três filhos, Geraldo, Armando e Helena.

Lá embaixo, na Fundação, ou melhor, no Bairro da Ponte, a Matarazzo se expandia. Eram os anos 30. A fábrica ainda não havia tomado a rua Rui Barbosa (Ruy Barbosa com Y) (2).

Notas

(1) O homem da capa preta era um personagem que se tornou folclórico em São Caetano devido aos sustos que pregava nas moças. Até hoje, todos desconfiam que a figura misteriosa era o João Rella, juiz de paz da cidade, pessoa muito divertida e muito querida na cidade.

(2) Em 1936, o Bairro da Ponte (hoje, Fundação) contava com as seguintes ruas: Armando Pamplona, Ceará, Coligny, Heloísa Pamplona, 28 de Julho, Mariano Pamplona, Perrella, Rio Brando, Rodrigues Alves, **Ruy Barbosa** e Taba, conforme o *Álbum de São Bernardo*, de João Caldeira Neto (São Paulo, Organização Cruzeiro do Sul, Bentivegna & Netto, 1937).

(*) Crônica extraída do depoimento gravado que Elvira Buso Previatto e seus irmãos Antonio Buso e Virgínia Buso prestaram aos autores, com aproveitamento de entrevista concedida a Ademir Médici por Renato Latorre (*Diário do Grande ABC*, 8/5/1983, dentro da série *As Indústrias*). A fita, com a gravação de depoimento de dona Elvira, está sendo incorporada ao Museu de São Caetano.

(**) Ademir Médici é jornalista, membro do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC, autor de vários livros sobre a memória local e responde pela coluna "Grande ABC Memória", no *Diário do Grande ABC*. Sílvio José Buso, natural de São Caetano, neto de Sílvio Buso, sobrinho de Elvira Buso Previatto, é técnico em Saneamento Ambiental. Exerce atividades profissionais na Cetesb. É pesquisador do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC.

O aprendiz de figurante

Jayne da Costa PATRÃO(*)

“Se a cólera que espuma, a dor que mora n'alma e destrói cada ilusão que nasce...”

(Raymundo Corrêa)

Os grupos teatrais de São Caetano, de modo empírico e dentro do mais puro amadorismo, em época distante, seguiam, via de regra, os mesmos padrões técnicos empregados pelos diversos grupos de outras regiões do ABC. Quase sempre esses grupos cênicos eram agregados a clubes de futebol ou a grêmios recreativos cujas diversões principais, além dos jogos de cartas, damas, disputadíssimos jogos de bochas e bailes nos fins de semana, eram uma constante, assim como a prática do futebol em campo de chão duro, nas tardes de domingo.

Os espetáculos de teatro aconteciam sem muita frequência. Montava-se uma peça teatral, quando o clube ou agremiação aniversariavam ou, então, festejando alguma data importante. O número de associados e convidados, grande parte gente jovem, atraída pelo baile, depois de exibido o espetáculo, garantia a lotação de um salão com dimensões regulares.

Geralmente, o diretor do grupo de teatro escolhia a peça a ser ensaiada (quase sempre um drama ou comédia), cuja montagem não desse muito trabalho. O elenco era escolhido entre as pessoas da própria família associativa do clube. O ensaiador distribuía os papéis dos diversos personagens para cada intérprete, nem sempre bem selecionado para o que devia representar, sendo que o ensaiador reservava para si próprio o papel de maior destaque, ou, de acoro com a linguagem teatral, o papel central.

Já no primeiro ensaio, sem mesmo se ocuparem com a “leitura de mesa” ou o preliminar “trabalho de laboratório”, uma cópia da peça era destinada ao “ponto” que, em seu tempo, iria “assoprar” as falas do texto, encafnado e mal acomodado na caixa do fosso, localizado no proscênio.

A compreensão do texto da peça era assimilada de acordo com a sensibilidade artística do ensaiador que transmitia aos atores, nem sempre em condições de representar os seus parcos conhecimentos artísticos. Por vezes, até que se saíam relativamente a contento e quando não, os ensaios eram massacrados impiedosamente sem outras preocupações. Depois de algumas noites ensaiando e confiando na boa atuação do “ponto”, o responsável pelo espetáculo dava-se por satisfeito. Corrigiam-se as luzes; as marcações de palco que, na maioria das vezes, nem era palco e sim uma pequena elevação no assoalho ou praticável, que era um espaço retangular onde os músicos comandavam os bailes nos sábados e domingueiras. Os cenários eram feitos em papel grosso, pintados de acordo com a cena a ser representada. O “ruge” era papel de seda vermelho umedecido para colorir lábios e maçãs do rosto; o lápis *crayon* ou carvão vegetal mole ou rolha de cortiça queimada para acentuar traços fisionômicos e tingir de preto. O pó de arroz ou talco era aplicado para encanecer cabelos. As luzes do palco eram jogadas sem muito critério sobre a cena; sem um estudo prévio, sem gosto artístico, prejudicando espetáculos que até poderiam ser bons, se fossem cuidados com mais habilidade e carinho técnico. A maioria das vezes, sem o devido ensaio geral, o espetáculo era exibido ao público que, diga-se de passa-

gem, também não era muito exigente.

Felizmente, esse comportamento errado de se “fazer teatro” não era muito comum. Existiam certos grupos de amadores que se esmeravam no preparo de uma boa representação teatral, cujo ensaiador, com apreciáveis conhecimentos da arte de representar, chegava a transformar um simples texto de comédia ou dramalhão, sem muitas pretensões de êxito, em excelente divertimento. Habilidadeosos diretores conseguiam transmitir uma boa dose de sensibilidade artística ao grupo que seguia a sua orientação e brindava a platéia com bons espetáculos: casos raros esses, mas, existiam.

A propósito, é digno de nota lembrar raízes n.º 3, (p. 41), quando o jornalista Claudinei Rufini registra a aparição, em 1923, de um grupo de jovens na *Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli*, que montou a peça *La Sorella del Cieco* — com texto totalmente italiano e elenco formado pelo Dante Negrini, Matheus Constantino, Octávio Tegão, Arthur Garbelotto, Aldo Negrini, Ângelo Veronesi e Madame De Camilis (atriz profissional convidada). Este pequeno grupo de jovens idealistas foi o precursor do saudoso *Teatro Amador do São Caetano Esporte Club*, da Rua Perrella, 36.

Com o decorrer do tempos novos elementos foram engajados e passaram a fazer parte do elenco: Josephina Tegão, Fernando Piva, Abramo Cavassani, Aladino Grechi, Romano Gava, Fiume Cavassani; mais tarde, também Ferruccio Manille, Luiz Crepaldi, Antonio Garcia, Mário Menin, e mais outros colaboraram como o “corpo cênico” do grupo de amadores, que marcou uma época no calendário do incipiente e pequeno mundo artístico da cidadezinha de São Caetano nos anos trinta até a metade do século.

O teatro amador do São Caetano Esporte Club tinha por norma, prazer e obrigação moral com a tradição católica representar, todos os anos, nos fins de Semana Santa o lacrimoso e dorido drama sacro *Vida Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo*.

Todos os anos, era sempre a mesma história; e todos os anos, era sempre o mesmo “sucesso”. No sábado, depois de exibido o pungente “dramalhão”, as cadeiras eram afastadas da platéia e empilhadas fora, na quadra de bola ao cesto do clube e, então, ainda com lágrimas nos olhos das mães e titias — lágrimas motivadas pela “cruel flagelação” e morte de Cristo —, com a pista de dança livre, dava-se o início, para regozijo da moçada, ao tão esperado e retumbante baile de aleluia que se alongava, festivamente, até às quatro horas da madrugada.

O grupo de teatro do antigo São Caetano, grupo constante, entusiasta e alegre, gerou uma agradável série de incidente que *se no é vero, é bene trovato*.

Na montagem e ensaio do drama *Vida, Paixão e Morte de N.S. Jesus Cristo* o elenco, com raras exceções, já estava formando. Algumas pequenas modificações com a entrada e saída de elementos de apoio, a maioria das vezes simples figurantes, não chegavam a abalar a estrutu-



O Cristo quase nu, segurando a tanga que lhe cingia os rins...

ra da peça. Acostumados com anos após anos de exibições do eterno “dramalhão”, os atores e atrizes, sempre em grande número, nunca deram muito trabalho ao ensaiador que, via de regra, era o Octávio Tegão.

Alto, vistoso, elegante de boas maneiras, o *seu* Octávio — escrivão do Cartório de Paz —, cidadão conceituado e estimado por todos, era o galã do grupo de teatro e o papel de *Cristo*, no grande drama, era sempre a sua melhor performance como ator. O grande orgulho do *seu* Octávio era arrancar lágrimas da platéia representando o grande martirizado do Gólgota.

Desde há algum tempo, fazia parte da equipe técnica do grupo cênico um rapazola aloprado, com um semblante um tanto imbecil e “chato” que, por gostar de ser considerado “artista” atuava com certo entusiasmo e desajeitada dedicação nos bastidores do palco; ora como maquinista, ou martelando o cenário e serrando sarrafos; ora ajustando e afinando a iluminação dos projetores e *spot-lights*, quase sempre abrindo e fechando, compassadamente, as cortinas do palco na hora do espetáculo. Um verdadeiro *factotum*, o nosso diligente jovem. O seu nome, por maldo esquecimento, nunca aparecia na ficha técnica dos programas distribuídos ao público. O seu apelido, se o tinha, ninguém sabia ao certo; chamavam-no, por gozação, de N.N. (sigla que, na linguagem do teatro, oculta um nome).

Intimamente, N.N. curtiava uma enorme frustração. Deslumbrado e encantado com os espetáculos no palco — que ele próprio ajudava a armar — o nosso herói sonhava, quem sabe, um dia, também, poder representar um personagem; aparecer diante da platéia, mesmo que somente para entrar em cena, altaneiro, sentir as luzes da ribalta aquecerem o seu rosto... ser alvo do calor dos olhares simpáticos e atentos dos espectadores... aplausos gerais pela sua majestosa aparição e depois... — depois sair com passo lento, firme, digno. Os aplausos continuariam. Toda a assistência, de pé, aplaudia. Os “colegas artistas”, todos sorrisos, palmadinhas nas suas costas, parabenizavam-no pela atuação... Muito bem!...

Mas, infelizmente, a realidade era outra. Pura e cruel realidade. Já não era de agora que o nosso herói N.N. vinha pedindo, com sincera humildade, ao ensaiador que lhe desse uma oportunidade para representar um papel, por menor que fosse, e insistentemente implorava:

— *Seu* Octávio me deixa trabalhar no palco — me deixa, vá! — Prometo que faço tudo direitinho... como o senhor mandar fazer, eu faço.

— Deixa *seu* Octávio, deixa!

— Ora vá amolar o boi, seu! — Mas que sujeito pancada! — resmungava, sem muita paciência, o ensaiador.

— Estou ocupado e não quero conversa fiada — e assim se descartava do pobre candidato a aprendiz da difícil arte que imortalizou o nosso grande Procópio Ferreira.

Toda vez, por ocasião das exibições da famigerada *Vida Paixão e Morte de N.S. Jesus Cristo*, lá vinha N.N. choramingar um “lugar ao sol”. Era sempre a mesma cantilena:

— Deixa seu Octávio, deixa. — Me deixa fazer uma pontinha qualquer...

E continuava obstinadamente com voz lamuriante.

— Deixa... Deixa, *seu* Octávio...

A resposta era sempre um áspero e sonoro *não!*

O pobre N.N., candidato a aprendiz, cabisbaixo, triste, mas não desanimado, aguardava confiante a sua grande oportunidade. Pois não era assim que acontecia com atores que depois de aguardarem

“eternidades de tempo”, seus verdadeiros valores acabavam sendo reconhecidos e constituíam-se depois em grandes sucessos? Aguardou com paciência chinesa a sua oportunidade; sempre pedindo, sempre implorando uma chance ao *seu* Octávio... Até que enfim!!! Ah! (até urubu tem seu dia de colibri!) Depois de muito implorar e havendo a necessidade de preencher a vaga deixada por um figurante, promovido a dizer algumas falas do texto, o paciente abridor de cortinas conseguiu, também, a sua tão almejada aparição no palco.

Era a glória!!! Finalmente, o seu sonho maior iria realizar-se e, então, a oportunidade tão esperada de mostrar o seu grande talento! Iria fazer ver o quanto era capaz. Agarraria, com unhas e dentes, o direito que lhe era devido. O mundo não perderia nada por esperar!

O “cristo ensaiador”, já devidamente fantasiado com o manto vermelho e a coroa de espinhos espetada na cabeça com cabeleira comprida, barba e bigode a caráter, cigarro aceso na boca.

Ah! — desculpem-me esqueci de dizer antes que o Octávio Tegão era um fumante inveterado. Era risível ver-se o “cristo ensaiador”, durante os intervalos da peça. Cortinas fechadas para a mudança do ato; cigarro fumegando na boca, dando ordens.

Pois foi com o cigarro no canto da boca que o Octávio chamou de lado o iniciado, e instruiu:

— Você vai se preparar. No quartinho ao lado dos bastidores tem até espelho. Ponha a vestimenta do soldado romano, com todos os seus apetrechos. Presta muita atenção. No penúltimo quadro do terceiro ato, quando eu, com o meu semblante sofrido, e gemendo e carregando a cruz no ombro, aparecer entrando no palco, aí, então, você entra logo após, com esta corda dobrada em dois e finge que me bate nas costas.

— Mas — advertiu preocupado — finge somente, heim!... e com bastante cuidado! Veja lá — recomendou mais uma vez, temeroso o “cristo ensaiador”.

Aguardando mais alguns minutos, as luzes se apagam na platéia, silenciosa e atenta.

Três pancadas convencionais no assoalho do palco pouco iluminado.

Abrem-se as cortinas devagar... música ambiental de “cristo carregando cruz”... O Octávio Tegão, solene, terrivelmente magnífico, curvado pelo peso do “madeiro” (de sarrafos e papelão grosso pregado e pintado de marrom) inicia a *via crucis* até o Gólgota, atravessando, lentamente, trôpego, gemendo e arrastando-se pelo palco. A cena era por demais comovente.

Neste entretanto, eis que adentra o palco o solerte e violento soldado romano, na pele do iniciado N.N. que, orgulhoso e feliz por estar contracenando com o seu Octávio, já na sua estréia como “figurante”, salta ao lado da cruz. Com a cara feroz e a corda dobrada, de acordo com as instruções recebidas do próprio “cristo ensaiador”, lascou com fé e mão firme umas primeiras lambadas, bem caprichadas, no dorso nu e esbranquiçado do pobre martirizado.

O “cristo”, já com vergões vermelhos pelas costas, olhou com raiva para o seu algoz.

— Oh! mais devagar, sua besta — gemeu, por entre dentes, o coitado do Octávio.

— Bate devagar, ...finge que bate — sussurava com ódio, e gemendo sempre.

— Devagar ...mais devagar, ou te atiro esta cruz no meio dos cornos, seu filho de uma mula!

Aqueles minutos, atravessando o palco e apanhando grosso do entusiasmo do soldado romano, foram uma verdadeira eternidade para o coitado do “cristo” que acreditou no seu jovem flagelador, aprendiz de figurante.

Terminada a cruciante representação do quadro, cerradas as cortinas do palco; lágrimas nos olhos piedosos da platéia atenta, e aplausos efusivos pela autenticidade cruenta da cena.

O torturado Octávio, tropeçando por sobre uns caixotes vazios, espalhados pelos bastidores do palco, com as costas e peito quase sangrando pelos açoites do verdugo, vociferando enfurecido jogou a cruz ao lado com estrondo e avançou, possesso, para cima do torturador, que saiu como um foguete aceso pela porta larga que dava acesso à quadra de bola ao cesto do clube.

Foi então que a cena (fora do palco) tornou-se por demais ridícula e gozada.

O “cristo” quase pelado, segurando a tanga que lhe cingia os rins e que teimava em cair-lhe pelas pernas magras e compridas, saltitando como um serelepe, devido aos pedriscos do chão duro; a coroa de “espinhos”, torta, a cair-lhe da cabeça; um porrete de sarrafo grosso na mão direita ameaçadora, corria como um demente atrás do esbaforrido e “valente” soldado de Roma, que, desmoralizado, gritava alucinado, pedindo socorro e saltando pelo caminho da corrida toda a lataria ornamental da imponente vestimenta de soldado romano.

O capacete, vistoso e brilhante, de latão amarelo polido, com penacho e tudo rolava com estardalhaço infernal pelo chão cimentado da quadra de bola ao cesto do clube.

O pobre “cristo”, ultrajado e enlouquecido de dor pelas vergastadas e pela involuntária surra que levou do desditoso e incompreendido “aprendiz de figurante”, corria por toda a quadra a mais não poder, xingando em altos palavrões o desgraçado N.N. que, como gato acuado, saltou um muro de quase dois metros de altura, de um terreno baldio ao lado do clube e, correndo sempre, sem olhar para trás, desapareceu na noite sem luz.

— Espera aí, seu filho de uma égua louca — gritava e gesticulava o “cristo” surrado. Espera aí, que eu vou te ensinar a bater com este porrete. Vem cá, vem seu animal !!!

O decepcionado “aprendiz de figurante” já não ouvia mais nada. Havia desaparecido totalmente, sem deixar rastro.

Não sei se o jovem N.N. continuou a sonhar em representar em teatro. Não creio, entretanto, que tenha continuado a alimentar a idéia de tornar-se ator famoso. A experiência foi-lhe ingrata e por demais amarga, como início de carreira. Também não sei, ao certo, se este episódio é falso ou verdadeiro. Mas, como nunca foi confirmado, nem desmentido, pelo excelente ator que foi o saudoso Octávio Tegão, aqui fica registrado com mais uma página jocosa no anedotário do Teatro Amador do velho São Caetano Esporte Club, da Rua Perrella, 36.

(*) Jayme da Costa Patrão é pesquisador do Grupo Independente de Pesquisa da Memória do Grande ABC.

ERRATA:

RAÍZES Nº 4 — Página 39

Santa Cavana era filha, e não neta, da Matriarca Dna. Joana, que morreu em 1960, com a idade de 83 anos.

Meio Ambiente

Billings: memória da insensatez

Antonio de ANDRADE(*)

Aqui, onde os rios correm para cima. Verão de 1991. Chuvas copiosas, por dias seguidos, transformaram o tradicionalmente conturbado cotidiano dos habitantes da Grande São Paulo em odisséia literalmente próxima ao caos; rios transboram, morros deslizaram, residências ruíram, milhares de pessoas ficaram sitiadas pelas águas, diversos óbitos foram registrados.

Literalmente ilhados, constatarem, com perplexidade, os sofridos habitantes metropolitanos a ocorrência de solitários refúgios de seca: as torneiras. E, para maior desespero de grande parte dos paulistanos, a constatação de um paradoxo ainda mais cruel, a água na torneira, quando existente, exalava tal odor que por certo nem a mais eficiente máscara contra gases utilizada na guerra do Golfo Pérsico poderia oferecer proteção adequada.

Ainda o Verão de 1991. O governador do Estado de São Paulo, aprova o Plano Estadual de Recursos Hídricos que, em seu diagnóstico, traça um panorama sombrio do que nos é reservado em matéria de água daqui para frente. Até o final do século, a água irá converter-se num produto escasso, de custo elevado, o que irá colocar em xeque a própria dinâmica de desenvolvimento da Região Metropolitana. Em algum momento não muito distante — o relatório prevê para 2.010 — opções dramáticas deverão ser adotadas para direcionar o que restou de água para usos prioritários: doméstico, industrial ou agrícola. A única certeza é a inviabilidade de atender-se a todas as demandas da gigantesca metrópole de mais de 20 milhões de habitantes. Acrescido das precárias condições sanitárias, e demais indicadores de miséria, que caracterizam o Brasil Novo, o quadro que se vislumbra para a Região Metropolitana por certo fará com que a qualidade de vida em países como Sudão e Etiópia, comparada à nossa, tenha ares de padrão de Primeiro Mundo.

Para os apreciadores de dados estatísticos — e os planos governamentais são sempre generosos neste aspecto — os dados são de tirar o sono. Dos atuais 58 mil litros de água consumidos a cada segundo na Região Metropolitana, serão necessários, daqui a vinte anos, 134 mil litros, ou seja, um acréscimo de mais de 100%. Segundo informações do próprio relatório governamental, uma projeção otimista e todos bem sabemos o que significa uma projeção governamental “otimista”, chegaremos lá com um máximo de 100 mil litros por segundo, “se os recursos não faltarem”.

Este déficit — ao redor de 30 mil litros por segundo — equivale à atual vazão do Sistema Cantareira, que hoje cobre 60% do abastecimento metropolitano, inclusive grande parte do Grande ABC

Ainda para entender melhor esse déficit de 30 mil litros por segundo, podemos comparar o valor com a quantidade de água extraída da Estação da Sabesp, localizada no Rio Grande (Represa Billings), que é servida ao restante do ABC e atinge 4 mil litros por segundo. A Billings, no que diz respeito ao braço compartimentado para abastecer o Grande ABC, está de tal maneira saturado que, ainda em 1991, somente irá atender às necessidades de São Bernardo e Diadema, passando Santo André e São Caetano a ser totalmente atendidos pelo Sistema Cantareira que, por sua vez, retira água da Bacia do Rio Piracicaba, comprometendo o abastecimento de inúmeras cidades da Região de Campinas. E por aí vamos.

A informação mais constrangedora — e que atinge em cheio a to-

dos nós do Grande ABC — é a constatação de que a bacia dos rios Tamanduaeté, Pinheiros e Tietê, todos situados na Região Metropolitana, poderia estar contribuindo com uma vazão de 105 mil litros por segundo, se fossem devidamente saneados, ao invés deste infecto lamaçal de podridão, disseminador de doenças, que circunda nossas cidades.

Para os ambientalistas sérios, tais informações nada trazem de novidade — muito pelo contrário — apenas confirmam denúncias históricas contidas em inúmeros documentos que, incansavelmente, têm sido produzidos e distribuídos, mesmo tendo que enfrentar toda espécie de repressão: moral, econômica e, quando não, a força física. Afinal, a luta pelo meio ambiente tem sido sempre — aos olhos do poder uma coisa muito esquisita, radical, demais e, por via das dúvidas, deve ser estritamente vigiada.

A insensibilidade dos diversos segmentos sociais à gritaria dos ambientalistas fez com que a possibilidade de encontrar-se uma saída para os problemas de água e esgoto não fosse atingida há mais tempo. De maneira equivocada, a água foi sempre considerada, entre nós, como bem infinito, barato e abundante. Hoje, em período de chuva ou de seca, estamos obrigados a conviver com rodízios de fornecimento, cada vez mais rigorosos e com um preço que no final do mês passa a ter peso significativo nos nossos mínguaos orçamentos domésticos.

Para nós, do ABC, esta questão do abastecimento de água potável chega ao extremo da insensatez, se atentarmos para o fato de, geograficamente, estarmos localizados ao lado de um dos maiores reservatórios de água do País, situado em cota alta (acima do nível das cidades), uma verdadeira caixa d'água, permanentemente alimentada por um regime de chuvas que dá origem a rios cristalinos e copiosos que, vindos da Serra do Mar, poderiam estar suprindo todas nossas necessidades, a custos ínfimos.

Tragicamente, os 120 km² de área da Represa Billings (mais de oito vezes o tamanho de São Caetano do Sul), com sua magnífica vegetação distribuída por 800 quilômetros de margens, área suficiente para suprir toda necessidade de lazer, recreação, esportes, etc., da Região Metropolitana, foi transformada numa gigantesca latrina, reservatório de toda a imundície metropolitana. Encheram nossa caixa d'água com esgoto.

Entender o processo histórico e os personagens que conduziram a esta barbárie ecológica (mais uma) é fundamental para a compreensão da luta pela recuperação da Billings, e que passa por conquistas bizarras, como a de retornar rios a seu leito natural, deixar as águas correrem *para baixo* (como em qualquer outro local do planeta onde, efetivamente, a lei da gravidade ainda é levada a sério).

Não é o nosso caso, conforme veremos.

II — *Tudo começou com a chegada da Light*

Em 1895, o comendador Antonio Augusto de Sousa inicia estudos para a implantação, em São Paulom de um serviço de transporte público e de cargas por meio de bondes elétricos.

Graças ao prestígio junto ao então poderoso Partido Republicano Paulista e vínculos de parentesco junto à influente família Campos (o comendador Souza era sogro de Carlos de Campos, na época Secretário de Justiça e, a partir de 1900, advogado da Light; Carlos era filho de Bernardino de Campos, presidente (governador) do Estado de São Paulo, no período de 1902 a 1904) consegue, mesmo sem dispor dos recursos financeiros e conhecimentos técnicos para o desenvolvimento de

projeto de tal magnitude, a concessão municipal para a implantação do importante serviço público.

Em 1896, Américo de Campos (irmão de Carlos), visita o Canadá, em missão oficial do governo paulista, e lá conhece um empresário italiano — Francisco Antônio Gualco interessado em investimentos na América do Sul. Países como o Brasil experimentavam na época um processo de rápido desenvolvimento urbano, graças à velocidade de seus produtos de exportação no mercado internacional no nosso caso, café e borracha). Por força desse processo, houve rápida ampliação da estrutura de serviços públicos nesses países, visando a atender uma população em rápido processo de crescimento junto às grandes cidades. O atendimento dessa demanda de serviços deu-se através de financiamentos oferecidos pelo governo e banqueiros das grandes potências capitalistas que, em troca, exigiram o monopólio na exploração desse serviço, ou seja, não admitiam qualquer tipo de concorrência.

Apesar dos benefícios econômicos a acelerada modernização, decorrentes desses investimentos, ocorreu uma rápida elevação no endividamento e dependência econômica dos países, início de um processo que perdura até hoje. A entrada de capital externo marca, igualmente, o início do processo de subordinação da máquina governamental aos interesses do capital internacional. Assim, a presença da Light entre nós ocorre no bojo de importantes modificações na estrutura econômica internacional e dar-se-á em conclusão com os setores econômicos mais conservadores da economia brasileira, a burguesia paulista, representada principalmente pelos denominados *barões do café*.

Francisco Gualco vem a São Paulo, constata a viabilidade do projeto do comendador Sousa e retorna ao Canadá, para conseguir os recursos financeiros necessários à concretização do empreendimento.

Coincidentemente, em 1897, o engenheiro e empresário norte-americano Frederick Pearson, alto funcionário da Metropolitan Street Car Company of New York, visita o Brasil e toma conhecimento dos planos de Sousa e Gualco.

Pearson fica impressionado com o potencial de desenvolvimento da cidade de São Paulo e, tomando contato com a precariedade do serviço de transporte urbano (feito por bondes puxados por mulas) e a inexistência de um serviço regular de energia elétrica na cidade, convence Sousa e Gualco a conseguirem da Municipalidade uma ampliação da concessão já obtida, de forma a abranger a produção e distribuição de energia elétrica.⁽¹⁾

Em 7/4/1899 é fundada em Toronto, Canadá, através de carta-patente expedida pela Rainha Vitória, a The São Paulo Railway Light and Power Company Limited, tendo na direção os empresários William Mackenzie, James Gunn e Frederick Pearson (2). Em 17 de julho de 1899, o presidente da República, o paulista Manuel Ferraz de Campos Salles, assina autorização para o funcionamento de empresa no Brasil.

Em 28 de setembro de 1899, menos de dois meses após a autorização federal, a Light adquiriu de Gualco e Sousa as concessões e privilégios que estes detinham, e passa a ser a única detentora dos princípios de exploração do transporte público e a produção, distribuição e comercialização da energia elétrica em São Paulo. No comando da Light em São Paulo, participaram nesse período inicial: Robert Brown (administrador) Alexander Mackenzie (advogado), Hugh Cooper (especialista na construção de hidrelétricas) e o já mencionado Carlos de Campos, na época com 33 anos e que, a partir de então, irá galgar fulminante carreira política como deputado, ministro e, finalmente, governador do Estado. Nesse período inicial, a Light instalou-se numa sala alugada num prédio da Rua São Bento, passando posteriormente para a Rua Direita nº 7.

Estranhamente, ao contrário da total letargia e má vontade que caracterizava a ação da burocracia governamental, nesse período inicial da vida republicana, os interesses da Light eram atendidos de forma rápida, assim, passados apenas quatro dias da autorização federal para o funcionamento da Light no Brasil, o prefeito de São Paulo, o poderoso *capitão do café* Antonio da Silva Prado, assinava a Lei nº 407, que regulava o “serviço de distribuição de força e luz pela eletricidade” que, na prática, seria instrumento valioso para aniquilar as iniciativas de capital nacional, então existentes, dando início à formação do monopólio da Light (3).

A tal ponto atingiu o processo de eliminação de concorrência que, em 1º/5/1901, o *Diário Popular* alertava, em editorial, para o fato de que “está a empresa elétrica senhora e possuidora de tudo em nossa terra. Assumiu o pleno domínio da viação, monopolizou o tráfego de passageiros da cidade”. Em relatório do final de 1901, Carlos de Campos assinalava, triunfalmente, que a Municipalidade não poderia autorizar, sem consentimento da Light, linhas de bondes que corresse paralelamente ou cruzassem suas linhas. Com satisfação, assinala o futuro governador, “O privilégio da Cia. é, efetivamente, claro com relação à exclusividade para toda a cidade” (4). O poder da Light no Município, a partir de então, assume tal proporção, a ponto de o jornal *O Estado de S. Paulo* alertar, em edição de 25/6/1908, que “a Light transformara-se num Estado dentro do Município”.

Em 7 de maio de 1900, o então governador Francisco de Paula Rodrigues Alves, futuro Presidente da República (1902-1906), inaugura, na Rua São Caetano, a primeira usina de vapor da Light, acionando o primeiro bonde elétrico da Cia. que faria o percurso da primeira linha da Cidade: Alameda Barão de Limeira (Barra Funda) — Largo de São Bento (Centro)

O mesmo procedimento foi feito em relação à exploração da energia elétrica que, quando da chegada da Light, era de responsabilidade de uma empresa de capital brasileiro a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, que gerava energia através de uma usina a vapor localizada na Rua Araújo, no centro da cidade. A incorporação desta empresa levou a acirrados debates na Câmara Municipal de São Paulo e acalenta a polêmica pela imprensa escrita quando, em 1905, o poderoso grupo capitalista da família Guinle tenta, sem êxito, quebrar o monopólio da Light. Em 24 de abril de 1909, as pretensões monopolistas da Light, confirmadas em sessão da Câmara Municipal, dão início a uma seqüência de protestos populares que transformam a área central da cidade em verdadeira praça de guerra, com diversos conflitos entre populares e cavalaria. A muito custo, e com diversos feridos, conseguiu-se evitar a invasão dos escritórios da Light e do jornal *A Gazeta*, dirigido por Cásper Líbero, e sustentado financeiramente pelo Grupo Light (maiores informações sobre este episódio podem ser obtidas nas edições de nº 3 e 7 da revista *Memória*, publicada pela Eletropaulo).

III — A apropriação dos recursos hídricos

Em documento dirigido “Ao Público”, datado de 23 de fevereiro de 1925, a Light, através de seu presidente, Alexander Mackenzie, e do superintendente, Edgard de Souza, arrolou uma série de dificuldades que enfrentava para o perfeito fornecimento de força e luz em suas áreas de concessão. Setores contrários ao monopólio acusavam a Light de privilegiar a venda de energia a segmentos economicamente mais interessantes do que aquele representado pelo consumidor doméstico.

Igualmente, acusava-se a empresa canadense de não estar adequadamente aparelhada para suprir as crescentes necessidades de São Paulo e, mais grave, especialistas denunciavam a Light de não possuir água suficiente para gerar e distribuir a energia necessária ao crescimento da cidade (5).

Alegava a Light, no aludido documento, que desde o início de 1924 atravessava o Estado de São Paulo um período de inusitada estiagem. Dados colhidos nas estações meteorológicas do Estado de São Paulo apontavam uma redução de cerca de 60% em relação às médias das precipitações dos anos anteriores.

A vazão do Rio Tietê, medida pela Light na usina de Parnaíba, apontou uma redução de 84% em relação às vazões mínimas até então observadas. Em 7 de março de 1925, ainda em época de chuva, o prefeito Municipal de São Paulo, Firmiano M. Pinto, autorizou medidas drásticas de restrição do consumo de energia elétrica, que deveria ser reduzida em 70%, quando comparado ao período de normalidade. Houve corte no fornecimento de energia elétrica às indústrias, supressão das linhas dos bondes de carga, eliminação de linha de transporte público, supressão de iluminação particular durante o dia e fechamento das casas de diversões, bares e restaurantes, a partir das 22 horas. Tais medidas atingiram, em princípio, a Capital, estendendo-se posteriormente aos municípios vizinhos servidos pela Light: São Bernardo; Santo Amaro (então município); Guarulhos, Parnaíba, Sorocaba, São Roque e Jundiá.

Para suprir as deficiências de fornecimento, a Light tratou de du-

plificar a capacidade geradora da usina de vapor que possuía na Rua Paulo Souza, e que vinha funcionando desde 1912. Todavia, a baixa vazão do Tamanduateí acabou constituindo sério obstáculo ao funcionamento dessa usina, pois não havia água suficiente para atender às necessidades do sistema de condensação.

A situação crítica somente seria superada a partir de setembro de 1925, com a chegada das primeiras chuvas e a entrada em funcionamento de nova usina hidroelétrica (Rasgão), construída pela Light em área de sua propriedade, situada a meio caminho entre Parnaíba e Cabreúva. Na direção desta obra, situada em local desprovido de qualquer infraestrutura, estava um experiente engenheiro norte-americano, formado em Harvard, em 1895, e responsável pela construção de inúmeras hidroelétricas nos Estados Unidos, Cuba, México e Espanha. Seu nome acabaria perpetuado em uma magnífica obra, hoje conhecida de todos os habitantes do Grande ABC: Asa White Kenney Billings. Coube a este engenheiro desenvolver o projeto de reversão para o mar das águas represadas do Rio Grande e diversos outros afluentes, com a finalidade de gerar energia elétrica em Cubatão.

A estiagem de 1925 acelerou os projetos da Light em aproveitar a descida abrupta das encostas da Serra do Mar, que propicia uma queda livre de mais de 700 metros, suficiente para uma produção segura, contínua e, acima de tudo, barata, de toda a energia elétrica necessária para suprir as necessidades futuras de São Paulo, seus arredores e mesmo a Baixada Santista.

Desde 1910 uma equipe de engenheiros da Light, liderados pelo engenheiro Walter Charnley, esteve percorrendo as matas da Serra do Mar, localizando quedas d'água e estudando a possibilidade de utilização energética das diversas quedas. Por volta de 1913, a Light adquiriu terras adjacentes à cachoeira de Itapanhaú e diversas outras do Rio Juquiá. A idéia do engenheiro Charnley era de construir uma barragem no Tietê, em Mogi das Cruzes (Ponte Nova), conduzindo as águas acumuladas por um canal de 1.700 metros até a mencionada cachoeira de Itapanhaú. Neste momento, quando o projeto de Itapanhaú estava praticamente consolidado, interfere o engenheiro Billings, preocupado com a acelerada carência energética de São Paulo e as reduzidas capacidades que apresentava o projeto de Charnley. Billings queria uma solução definitiva e que incorporasse não somente o atendimento das necessidades energéticas. Billings tinha uma visão bastante ampla do que significava o incontrolável processo de crescimento da cidade de São Paulo, e sua proximidade do porto de Santos. Era nesse quadro de referências que seu projeto deveria ser viabilizado o mais rápido possível. Encarregou, então, o engenheiro Francis Hyde de buscar, ao longo das encostas da Serra do Mar, outros locais para a implantação de um projeto de tal porte. A proposta de Hyde, após estar meses embrenhado pelas terras inóspitas e desabitadas da Serra do Mar, foi a de represar o Rio Grande (no então Município de São Bernardo), afluente do Tietê, e encaminhar essas águas para o mar através do Rio das Pedras (pertencente à vertente marítima de serra). A aprovação por parte de Billings foi imediata e, já nos primeiros meses de 1925, o setor jurídico da Light dava início à aquisição dos terrenos necessários.

Os comentários de Edgard de Souza, em seu livro *História da Light* apontam seis condições favoráveis e impossíveis de serem encontradas em qualquer outro local: “grande altura de queda, grande descarga, grande reserva de águas e grande proximidade dos centros de consumo, baixo custo na aquisição das áreas a serem inundadas, elevada precipitação pluviométrica”.

O porte e abrangência do denominado *Projeto Serra* pode ser avaliado pelo próprio testemunho de Edgard de Souza, de onde se depreende que a Represa e a Usina de Cubatão eram partes de um complexo que envolvia:

- um abundante e seguro suprimento de energia elétrica, garantido por enorme volume de água armazenado em reservatórios;
- o controle da vazão do Rio Pinheiros por meio de possantes bombas e, eventualmente, lançando-se as águas desse rio para o mar, por intermédio das represas, permite reduzir o nível do Rio Tietê nas grandes enchentes e, em consequência, as inundações nos seus terrenos marginais;
- a possibilidade de criar um porto na cidade de São Paulo, a cerca de 750 metros de altitude, em média, ligando-se com o oceano, em Santos, pelo Canal do Rio Pinheiros, reservatórios, descida das barcas por

um plano inclinado na encosta da Serra, continuando pelo Rio Cubatão e braços do mar até os transatlânticos atracados às Docas. Como alternativa ao plano inclinado, poderia ser empregado o transporte aéreo das cargas por cabos teleféricos, ligando o último reservatório no cume da Serra com o cais de Santos. (6)

Já então surgem posições contrárias a tão profunda intervenção num sistema hídrico de tão vasta área de abrangência. Em vasto relatório, apresentado ao prefeito de São Paulo, apontava o engenheiro Saturnino Rodrigues de Brito para os riscos do empreendimento: “Estão em estudos, pela Cia Light and Power, derivações das cabeceiras do Tietê para extravazar as águas por uma ou duas gargantas da Serra do Mar para pequenos rios que vão ter diretamente ao Oceano, aproveitando-se cerca de 700m de diferença de nível para produção de energia elétrica (...). Este caso interessante merecerá, dos poderes públicos, especial atenção para que a empresa que explorou o serviço possa concorrer para melhorar em certo grau de influência das enchentes, mas que não perturbe o regime de estiagem e de águas médias do rio, de modo a prejudicar a pequena navegação que nelle se faz e a autodepuração dos esgotos”. (7)

Ainda no mesmo relatório, alerta o eminente engenheiro: “É preciso proibir a edificação nos terrenos inundáveis (...) o homem esquece os phenomenos meteorológicos de longa periodicidade.” Ainda em relação às usinas da Light foi mais contundente: “no ponto de vista das inundações, não se podem considerar aquelas represas como reservatórios regularizadores por acumulação, conforme já dissemos, visto que o interesse da Companhia é tel-as cheias, aproveitando quaisquer chuvas, e o interesse da defesa contra as inundações seria aproveitar todas as oportunidades para as ter quasi vazias”.

Saturnino de Brito não foi ouvido. Afinal, tratava-se apenas de uma opinião contrária aos interesses da poderosa multinacional. Todavia, todas as nossas atuais mazelas estavam ali arroladas: inundações, fim da navegabilidade dos rios e esgoto, muito esgoto a poluir nossas águas.

Mais grave, e aqui se trata de uma questão legal e não uma simples recomendação técnica, foi a não-observância pela Light do item A, do parágrafo único, do Decreto nº 16.844, assinado em 27/3/1925 pelo presidente da República, Arthur da Silva Bernardes, aprovando o plano de obras da Light. Rezava o parágrafo único que a Light era obrigada, entre outras exigências, a “não prejudicar o abastecimento de águas das populações que seriam naturalmente servidas pelos mananciais a captar”. Cabe salientar que a Light jamais cumpriu tal cláusula, pois além de apropriar-se e prejudicar o abastecimento de água do ABC, chegou ao cúmulo da desfaçatez de assinar um acordo com o governo do Estado (gestão Jânio Quadros), em 22/8/1958, passando a vender águas das Represas Guarapiranga e Billings ao Estado. No relatório anual da Light, de 1959, a venda de água ao Estado aparece como um dos principais negócios da multinacional.

Em outubro de 1926, quando entra em operação a primeira turbina da Usina de Cubatão, a Light passa a concentrar sua influência de forma a, cada vez mais, interferir no sistema hídrico da região de modo a atender seu principal negócio: a venda de energia elétrica. Até meados de 1946, o impacto junto ao ABC foi mínimo, pois até então não viabilizara à Light o grande crime contra a região que é o de despejar as águas do Tietê e Pinheiros na Billings. Em 29 de outubro de 1946, o então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, assina decreto autorizando a Light a elevar em 7 metros a altura da Barragem de Santana do Parnaíba (a antiga e pioneira Usina de 1901 estava transformada em barragem com a finalidade de reter as águas naquele ponto do Tietê). Com esta elevação o remanso do Rio Tietê passou a atingir o nível da cidade de Guarulhos — explicando-se assim as causas das atuais enchentes de São Paulo e ABC —, provocando a reversão do curso do Rio Pinheiros que, de afluente do Tietê, passou através de bombeamento a *fluir para cima*, despejando suas águas poluídas (acrescidas das do Tietê) na Represa Billings. Desta forma, contrariando a posição dos mais renomados nomes da engenharia e do sanitário brasileiro, que lutavam por um Tietê saneado, capaz de suprir as necessidades de abastecimento de São Paulo, prevaleceu a posição da Light, pela prioridade à produção de energia elétrica. Com o crescimento desmesurado de São Paulo e a total falta de investimentos no tratamento dos esgotos metropolitanos, passou a Billings a ser, paulatinamente, degradada com danos

ambientais que, extrapolando o ABC, passaram a atingir Cubatão e as praias da Baixada Santista. Dessa forma na mesma medida que São Paulo crescia, em igual proporção, a Billings passou a receber crescente quantidade de esgotos para que a Usina de Cubatão pudesse funcionar em plena capacidade.

IV — *Papai Noel existe. E é brasileiro.*

Segundo Veiga Fialho, em seu livro *A compra da Light: o que todo brasileiro deve saber* (Civilização Brasileira 1979, Rio) a Light armou um complexo emaranhado de influências que permeou toda estrutura de poder no País: “Ministros, oficiais das Forças Armadas, senadores, deputados, tornavam-se seus funcionários, e, por outro lado, seus funcionários eram escolhidos e indicados para ministros, senadores, deputados, desembargadores e outros cargos do primeiro escalão. Ela interferiu na elaboração de numerosas leis e decretos e até das próprias constituições.” Ainda, segundo o mesmo autor, se apurou, por intermédio de Comissões Parlamentares de Inquérito, a participação da Light em “subornos, furtos de documentos oficiais, obtenção de decretos lesivos à economia pública, lucros ilícitos e outras fraudes”.

Todo este conluio entre o capital monopolista e brasileiros subservientes iria atingir o ápice do absurdo na nebulosa e bilionária negociata que envolveu a compra da Light pelo governo brasileiro, em 1978. Os trâmites ocorreram durante os festejos natalinos de 1978, em pleno recesso parlamentar, e num período em que a opinião pública estava preocupada com as tradicionais comemorações de fim de ano.

A Light, desde a década de 60, já não apresentava interesse em investir na produção de energia elétrica no País. A estatização destes serviços era inevitável, e o primeiro golpe contra o monopólio privado viera de corajosa postura do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, encampando uma multinacional similar naquele Estado.

A esperança de grandes negócios da Light acabou por diluir-se com o golpe de 1964, que deu continuidade ao processo de estatização. Restou à Light preparar sua saída do cenário, e o fez por meio de elevado endividamento externo, avalizado pelos governos militares, mas que pouco representou na qualidade dos serviços prestados à população. Aos poucos a Light estava-se tornando num incômodo e decadente elefante-branco. Em 1975, o engenheiro Mário Behring, presidente da Eletrobrás, denuncia a situação calamitosa da multinacional e os perigos do colapso de energia elétrica em São Paulo. Discute-se, então, a possibilidade de ser decretada, pelo governo federal, a caducidade da concessão dada à Light, tendo em vistas as diversas irregularidades e não observância do cumprimento de cláusulas aceitas quando do fornecimento da concessão. Essa posição foi defendida por juristas brasileiros do porte de Raimundo Faoro e Pontes de Miranda. Outra possibilidade era esperar até 1990, quando expirava o prazo de concessão, e todo o patrimônio passaria, automaticamente, sem qualquer ônus, ao controle do governo federal.

O lobby da Light funcionou eficazmente, e o engenheiro Behring foi afastado da Eletrobrás pelo ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki. Assume a Eletrobrás o médico Antônio Carlos Magalhães, futuro ministro no governo Sarney, e atual governador da Bahia. A partir de então, a Light acelera o seu processo de endividamento externo, sempre com o aval de um seu antigo consultor, o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsem.

Dessa maneira, a Light conseguiu captar, ao longo do governo Ernesto Geisel, os seguintes empréstimos externos: 320 milhões de dólares em 1976; 50 milhões de dólares em 1977; 430 milhões de dólares em 1978, sendo que o último empréstimo foi conseguido a menos de dois meses da compra do patrimônio da Light pelo governo federal. Meses antes da compra, o ministro Magalhães editou diversas portarias, alterando a política tarifária, aumentando rapidamente a lucratividade da empresa, valorizando o seu patrimônio, preparando caminho para que a venda fosse a mais lucrativa possível. Para a Light, evidentemente.

No Natal de 1978, anunciou-se, oficialmente, que o governo Geisel concluiu acordo para a compra da Light. A imprensa protestou (8), alguns deputados mobilizaram-se, mas o governo federal manteve a sua tradicional postura de indiferença. Para os acionistas da Light, que durante décadas puderam abocanhar polpuda poupança, graças à generosidade dos governos brasileiros, o Natal de 78 jamais será esquecido: exatos 1 bilhão e 215 milhões de dólares foram deslocados do Brasil pa-

ra as suas contas bancárias. Para os amigos brasileiros, autênticos *Santa Claus* dos trópicos, só faltou mesmo nevar naquele inesquecível Natal tropical de 1978.

V — *Agora a Light é nossa.*

Com a compra da Light, em 1978, renasceram as esperanças dos ecologistas em relação ao final do bombeamento de esgotos para a Billings. Ter esperanças no Brasil não foi, ainda, enquadrado pela Receita Federal como renda, daí a possibilidade de eternos sonhadores apostaram na possibilidade de um dia a represa voltar a ser socialmente utilizável. Na prática, as coisas não são bem assim. Os interesses em contrário são muito mais poderosos, e caminham com muito mais rapidez.

É evidente que na raiz da destruição da Billings reside a questão do tratamento dos esgotos metropolitanos. Tratem-se os esgotos, e a represa estará salva. O raciocínio simplista encobre muitos outros embustes que, surpreendentemente, abrigam um leque ideológico que vai da direita à esquerda. Grandes e intermináveis obras, invasões de áreas de proteção de mananciais, demagogia eleitoreira, etc. criam um cenário digno de conduzir a mais resplandecente das inteligências a estágios de compreensão compatíveis com os de um renitente mongolóide.

Como entender, por exemplo, que até hoje nossos esgotos não sofreram qualquer tipo de tratamento, para não contrariar os interesses energéticos? Cabe aqui registrar o testemunho do eminente professor Rodolfo Costa e Silva, maior autoridade brasileira em projetos de saneamento. Cassado pelo regime militar, em 1969, fez parte de uma equipe que, em 1970, apresentou uma proposta brasileira, simples e barata (daí perigosa aos grandes interesses capitalistas), de solucionar com rapidez toda esta problemática, envolvendo água, esgoto e energia elétrica. Chamava-se *Solução Integrada*.

O depoimento do Professor Rodolfo encontra-se na íntegra na revista *Água Viva* (novembro de 1990 — Semasa — P.M.S.A.): “Todos os projetos de esgoto partiam da premissa de que o tratamento e o lançamento dos esgotos seriam feitos nas cotas do Tietê e da Billings. Ou seja: atendendo aos interesses da geração de energia em Cubatão.(...) Assim, o governo entregava esgoto, a Light gerava energia e o governo comprava energia para produzir esgoto, para a Light gerar energia, para o governo comprar energia e gerar esgoto, e assim por diante. (...) A *Solução Integrada* propunha o tratamento de esgotos onde isso deve ser feito. E aí mostramos que bombear esgoto para a Billings era absurdo. Os esgotos deveriam ser tratados na parte mais baixa da cidade, que estava lá, atrás da Serra da Cantareira. Nós acenamos com a idéia de levar os esgotos por baixo da Serra da Cantareira, para serem tratados exatamente na terceira cota, que é a cota de Pirapora. Com os esgotos chegando naquele nível para fazer eles voltarem e chegar à Billings, a Light tinha que, com os seus próprios recursos, fazer as elevatórias e gastar os recursos para bombear.

Nos três outros projetos, era o governo que comprava energia da Light, e bombeava o esgoto para a Light produzir. Era o melhor negócio do mundo.(...)”

Aí surgiu o projeto Sanegran (9). Segundo depoimento do ex-vereador por Diadema Fernando Vitor de Araújo Alves, prestado em 20/9/84 à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a examinar a situação dos recursos hídricos no Brasil: “O projeto Sanegran, desenvolvido no governo Paulo Egydio Martins, substituiu a *Solução Integrada*, plano que já havia sido iniciado no governo anterior, a rigor constituiu-se numa modificação para pior, contemplando a indústria norte-americana dos equipamentos e projetos bilionários, adotando uma sofisticação desnecessária e incompatível com a nossa situação de país pobre”.

O que fazer

Centena de milhões de dólares foram gastos na tentativa de implantar o Sistema Sanegran e, atualmente, minguidos litros de esgoto estão sendo tratados. A Estação de Tratamento de Esgotos do ABC (localizada na divisa de São Caetano e São Paulo)

encontra-se há quase 10 anos abandonada. Estima-se em 300 milhões de dólares a necessidade de recursos para reiniciar as obras.

As previsões são as mais sombrias possíveis para o Grande ABC: a água vai faltar, e a Billings irá tornar-se um imenso e infecto lodaçal de esgotos, disseminando todo o tipo de doenças contagiosas, dignas dos mais atrasados recantos do planeta.

Somente a união dos políticos da região, o investimento intensivo na formação de quadros profissionais e a mobilização dos diversos segmentos sociais poderão evitar a concretização desse quadro insano. Somos uma região basicamente povoados de trabalhadores e não devemos esperar que essas soluções aconteçam pela boa vontade das autoridades. Afinal, esse enorme volume de recursos, na atual situação dramática de nossa economia, só será conseguido com muita luta.

Não nos iludamos: a luta pela recuperação da Billings será longa e desgastante. Sem a mobilização consciente da população continuaremos marcando passo, e, quando não, utilizados como massa de manobra dos interesses econômicos predatórios. Centrar luta pelo fim do bombeamento, já assegurado inclusive pela Constituição Estadual, deve transformar-se em bandeira de luta. Reverter os rios, para que corram segundo as regras da natureza, torna-se imperioso; é mais que uma questão de sobrevivência, é uma postura de dignidade humana. Neste complexo processo, o estudo e a compreensão da memória atingem estágio e dinâmica radicalmente contrários àqueles que vêem nesse trabalho uma postura saudosista, portanto reacionária. Destrinchando o passado, identificando situações e personagens, a memória ativa e facilita a mobilização dos segmentos populares, tradicionalmente explorados e sem acesso à História, a não ser aquela difundida e desejada pelas classes dominantes.

Por último, a esperança de que a Eletropaulo, herdeira do patrimônio da Light, cumpra à risca aquilo que andou vinculando como material publicitário nos jornais e revistas no último mês de março. Diz o texto: Eletricidade não é tudo. Existe um compromisso social. Hoje, felizmente, a Eletropaulo é um patrimônio do Estado. E o Estado, não esqueçamos, somos nós mesmos.

Notas

(1) A população de São Paulo evoluiu de 64.934 habitantes, em 1890, para 239.820 habitantes, em 1900. No mesmo período o então Município de São Bernardo (correspondendo aos atuais sete Municípios do Grande ABC), evoluiu de 7.276 habitantes, em 1890, para 10.124 habitantes, em 1900.

(2) Na viabilização econômica do empreendimento esteve envolvido o lendário especulador norte-americano Percival Farquhar, testa-de-ferro de inúmeras negociatas na Ásia, África e América do Sul. No Brasil, entre outros negócios esteve envolvido na nunca concluída Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a ferrovia do Diabo, de triste lembrança. Há

registros de participação de Farquhar em cargos importantes da Light no exterior.

(3) Na formação deste monopólio foram utilizadas as mais diversas manobras, visando aniquilar as empresas nacionais então existentes. Em 21/4/1901, a Light arrematou em leilão, pela quantia simbólica de 810 contos, os direitos e bens materiais da Companhia Viação Paulista, que explorava o serviço de bondes puxados por burros. Anteriormente a Light já incorporava a Companhia Carris de Ferro de São Paulo e Santo Amaro. Em 1907, adquiriu sua última concorrente, uma pequena empresa que explorava o trecho entre Santana e Ponte Grande.

(4) Eletropaulo *História e Energia: a chegada da Light* São Paulo — Eletropaulo — 1987.

(5) A Usina de Parnaíba constituiu a primeira intervenção da Light no sistema hidráulico da Bacia do Rio Tietê. A Usina, construída no atual Município de Santana do Parnaíba (+ 35 quilômetros da capital) foi construída em tempo recorde, sendo inaugurada em 23 de setembro de 1901. Em 1906, a Light é autorizada a represar o Rio Guarapiranga (anteriormente conhecido por M'boy-Guaçu) afluente do Rio Pinheiros, igualmente tributário do Rio Tietê, com a finalidade de criar um reservatório (Guarapiranga) de regularização da Usina de Parnaíba. Em 1912, a Light construiu na Rua Paula Souza, uma usina a vapor, para cobrir o déficit de energia nos horários de pico.

Em 1914, a Light adquiriu a Empresa de Eletricidade de Sorocaba e reforçou o abastecimento da cidade de São Paulo, novamente em situação difícil. Em 1924, de forma acelerada, a Light constrói nova Usina no Rio Tietê (Usina de Rasgão) quando o colapso energético era iminente.

(6) SOUZA, Edgard, *História da Light - Primeiros 50 Anos* - Eletropaulo - 1986.

(7) Rodrigues de Brito, F. Saturnino. *Melhoramentos do Rio Tietê em São Paulo*. São Paulo - Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1926

(8) Registre-se o corajoso e contundente editorial do jornal *Diário do Grande ABC*, de 29 de dezembro de 1978, que com o título "No escuro, Light se torna brasileira", registra a "tamanho falta de consideração para com a opinião pública brasileira, representada na Câmara Federal e Senado, em se tratando de uma tomada de posição das mais importantes, considerando ser a questão altamente controversa".

(9) O Projeto Sanegran substituiu a Solução Integrada em maio de 1977; foi parcialmente implantado nos governos Paulo Egydio e Paulo Maluf, a um custo de US\$ 525 milhões. Em julho de 1983, as obras foram suspensas pelo governador Franco Montoro, em razão da suspensão dos financiamentos fornecidos pelo Banco Mundial.

(*) Antonio de Andrade, natural de São Caetano do Sul, é formado em Ciência Políticas e Sociais pelo Instituto Municipal de Ensino Superior, de São Caetano. É pós-graduado em Saúde Pública, pela Universidade de São Paulo, e em Administração Pública, pela Universidade de Manchester, Inglaterra. Possui Mestrado em Comunicação Social pelo Instituto de Ensino Superior. Exerce atividades profissionais na Cetesb. É membro do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC.

A retificação do Ribeirão dos Meninos (depoimento)

Urames P. SANTOS (*)

Todas as vezes que, chegando a São Caetano pela Avenida Dellamare, tomamos a direita e percorremos a Avenida Guido Aliberti — que hoje tem o seu trecho inicial duplicado e ajardinado —, vem-nos à lembrança como era toda a várzea do ribeirão dos Meninos, até meados de 1957.

Na década de 50, a divisa do recém-criado Município de São Caetano do Sul com São Paulo constituía-se de um ribeirão tortuoso, com pouca água nos períodos de estiagem e um sem-número de alagados na época das chuvas. Para as indústrias ribeirinhas que dele se serviam, tanto para o uso da água quanto para o despejo dos rejeitos, as enchentes tornavam-se pesadelos, porque as perdas eram incalculáveis.

A Cerâmica São Caetano, que dispunha da maior testada para o córrego, estendendo-se desde a Rua São Paulo até a Rua Barão de Mauá, ocupando ambas as margens, mantinha duas pontes de madeira para o acesso à sua cachoeira e à sua olaria, conhecida como Olaria do Parente. Muitas vezes, essas pontes foram arrastadas pelas águas. Na época, a Cerâmica São Caetano ainda se utilizava de caçambas de tração animal para o transporte interno de sua matéria-prima, o *taquá*. A olaria fora arrendada a Pedro Parente; daí o nome.

Desde a conquista da autonomia político-administrativa de São Caetano, em outubro de 1948, e a instalação do primeiro período administrativo, em abril de 1949, a solução dos problemas relativos à várzea dos Meninos constava da pauta dos trabalhos. O dr. Ângelo Raphael Pellegrino, primeiro prefeito, chegou a reunir, diversas vezes, os representantes das indústrias da margem do ribeirão dos Meninos para traçar planos destinados à sua retificação.

Através do Instituto de Engenharia de São Paulo foi obtido um estudo elaborado pelo eng^o Plínio de Queiróz, profissional muito conceituado e um estudioso dos problemas de saneamento, que urbanizava toda a bacia dos Meninos, desde a passagem sob o leito da Estrada de Ferro Santos-Jundiá até à divisa com o bairro de Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo.

O projeto previa, além da retificação do ribeirão dos Meninos, a construção de duas avenidas marginais, sendo uma do lado de São Paulo, e a outra, do lado de São Caetano, bem como um emissário de esgotos paralelo ao curso. Desse projeto constava, também, uma faixa destinada a um desvio ferroviário que, partindo da estação de São Caetano, seguia margeando o ribeirão, passava sob a Via Anchieta, indo atingir o parque automobilístico de São Bernardo.

Mas, para um Município novo, que enfrentava toda uma série de problemas nos setores de Educação, Saúde, pavimentação, água e esgoto, seria impossível encarar a urbanização da várzea dos Meninos, com prioridade.

No segundo período administrativo (1953-1957), o então prefeito Anacleto Campanella recebeu, em setembro de 1953, indicação da Câmara Municipal (Processo 1.223/53) que pedia urgência nos trabalhos de retificação do ribeirão dos Meninos. Mesmo contando com toda a boa vontade do Executivo e com sua compreensão a respeito da necessi-

dade da obra, tendo dotado verba orçamentária para início dos serviços por dois anos consecutivos, nada pôde ser realizado, em vista de outras obras mais prementes para o interesse da comunidade.

No terceiro período administrativo (1957-1961), assumiu a Prefeitura o Sr. Oswaldo Samuel Massei. Concomitantemente, fora eleito para a Prefeitura de São Paulo o Dr. Adhemar Pereira de Barros, político que mantinha estreitas ligações com nossa comunidade. Massei dispôs-se a atacar o problema da retificação, de imediato mesmo que de modo parcial. Para São Caetano era importante que isso viesse a acontecer, pois ainda não se havia conseguido a demarcação das divisas naquela área.

Do projeto original, elaborado pelo eng^o Plínio de Queiróz, foi logo descartada a possibilidade do desvio ferroviário para São Bernardo, porque a Rede Ferroviária Federal, que administrava a Estrada de Ferro Santos-Jundiá, não o considerava economicamente viável e as indústrias a serem servidas não queriam arcar com o ônus de sua construção.

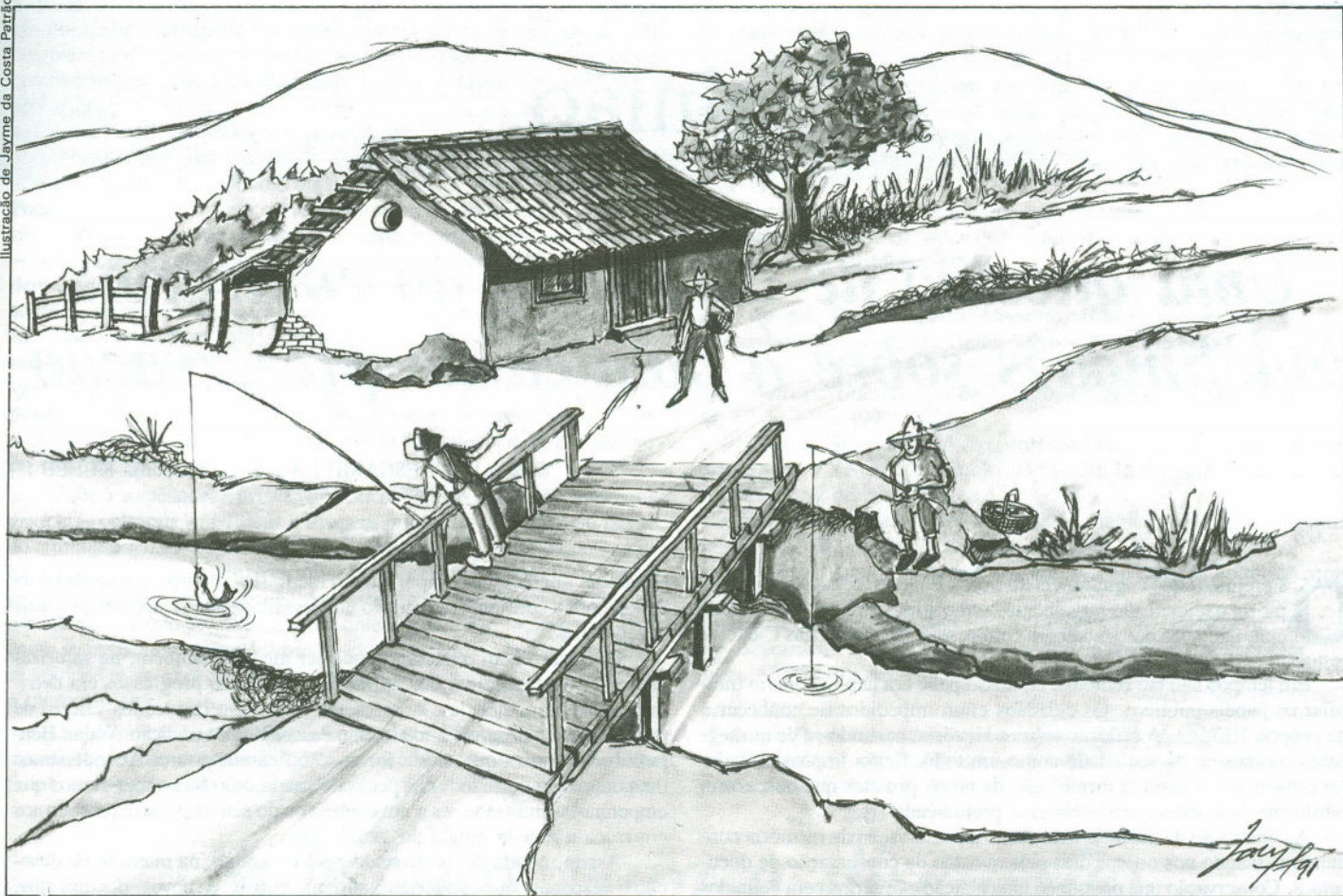
Aproveitando as boas relações que mantinham com o dr. Adhemar de Barros, vereadores da terceira legislatura constituíram uma comissão, liderada por políticos do Partido Social Progressista, incumbida de procurar o chefe do partido, então prefeito da capital. Levaram àquela autoridade uma série de reivindicações, ressaltando a importância da retificação do ribeirão dos Meninos para ambos os Municípios. Ainda nos lembramos das palavras do prefeito Adhemar de Barros, na ocasião:

Cedo uma *drag-line* a vocês, com dois operadores esqueço-os lá. Caberá a vocês a sua manutenção e a orientação técnica para o serviço.

Sua palavra foi cumprida. No mês seguinte, o eng^o Alberto Zagotis, da Prefeitura de São Paulo, enviou para a área o equipamento prometido. Em São Caetano, os serviços técnicos ficaram sob a responsabilidade da Diretoria de Obras e Serviços Municipais, cujo titular era o eng^o Mário Dana Mendes, secundado pelo eng^o Isaac Luiz Zveibel e pelo funcionário Sabatini. Engenheiros, topógrafos e auxiliares muito se empenharam na execução daquele trabalho, tendo de improvisar e resolver, inúmeras vezes, problemas que surgiam na última hora. No trecho entre a Rua São Paulo e a Estrada das Lágrimas, a Prefeitura contou com a colaboração da Cerâmica São Caetano tanto nos serviços de aterro, quanto na manutenção do equipamento. Quando a primeira fase da retificação foi encerrada, engenheiros da Prefeitura de São Paulo, chefiados por Alberto Zagotis, visitaram as obras e foram recebidos em almoço oferecido às autoridades de ambos os Municípios pela Cerâmica São Caetano.

Uma vez retificado o ribeirão dos Meninos, diversos outros problemas foram surgindo como o do acesso das indústrias ao novo leito e os direitos de propriedade das áreas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). O prefeito Oswaldo Samuel Massei, acompanhado de alguns vereadores, foi ao Rio de Janeiro falar com o presidente sobre o assunto e obtém aval necessário para as providências cabíveis.

No início de 1959, os serviços de retificação já estavam encerrados, mostrando claramente os benefícios previstos pelo saneamento con-



“... mantinha duas pontes de madeira para o acesso à sua cocheira e à sua Olaria”

seguido. Nas administrações que se seguiram comandadas por Anacleto Campanella, Walter Braido e Raimundo da Cunha os serviços foram sendo completados com elevação do aterro da marginal, pavimentação e obras de arte.

Demarcação de limites, um problema

Indicação recebida pelo prefeito Anacleto Campanella em setembro de 1953, constante do Processo 1.223/53, enfatizava a necessidade de demarcar os limites de São Caetano do Sul com São Paulo. A íntegra do documento é a seguinte:

“Considerando os inúmeros benefícios que trará para São Caetano do Sul o saneamento da várzea do Ribeirão dos Meninos; considerando que esse saneamento somente será possível com a retificação daquele leito de água; considerando a urgente necessidade dessa retificação para que aquele curso d’água venha a suportar o volume de líquido proveniente do sistema de esgoto projetado para os Bairros Monte Alegre, Cerâmica e Vila São José; considerando que o Instituto Geológico e

Geográfico somente procederá à nova demarcação de nossos limites com São Paulo depois desse serviço ser executado pela Municipalidade mais interessada, que é a nossa; considerando que a 6ª Estação de Tratamento de Águas Poluídas a ser executada pelo governo do Estado somente será realidade quando de nossa parte tivermos retificado o ribeirão; considerando que esse serviço também possibilitará a construção da indispensável avenida marginal; considerando que a Prefeitura de São Bernardo do Campo já realizou os serviços que lhe competiam no trecho em que o Ribeirão dos Meninos atravessa o seu território; considerando o extraordinário desenvolvimento comercial e industrial que advirá na zona oeste com essa realização, apresentamos a seguinte indicação: indicamos ao sr. Prefeito Municipal, ouvido o Plenário, sejam urgenciados, tanto quanto possível, os serviços de retificação do Ribeirão dos Meninos. Sala das Sessões, 4 de setembro de 1953.”

(*) *Urames P. Santos, engenheiro da Cerâmica São Caetano S.A., de 1946 a 1971, foi vereador em São Caetano do Sul nas 2ª Legislatura (1953-1957) e 3ª legislatura (1957-1961).*

Opinião

Uma questão de cidadania ao contrário: indefinições sobre a política de preservação

Sergio Farah ESCAMILLA e Suzana Cecilia KLEEB (*)

Os prejuízos que a ignorância do Poder Público tem causado à memória nacional são largamente conhecidos de todos e, em especial, daqueles que trabalham com pesquisas na área das Ciências Humanas.

Em tempos não tão remotos, no nosso país, era hábito comum trancafiar os papéis públicos. Os cidadãos eram impedidos de conhecer a sua própria História. A reflexão sobre a História, partindo-se de um segmento ou mesmo da sociedade como um todo, ficava impossibilitada. Em consequência disto, a formulação de novos projetos que buscassem transformações, estava sensivelmente prejudicada (1).

A construção da História bem como a preservação da memória continuam passando nos nossos dias pela questão da conservação de documentos. Conservação que pressupõe uma eleição e critérios bem definidos de manutenção do material a ser preservado enquanto parte integrante do patrimônio cultural de uma sociedade. Não há "como conservar por completo a História protegida, reconstituir o tempo" (2).

Esta função é, em geral, de competência do Estado e os testemunhos acabam por relacionar-se com a ideologia e os interesses deste ou dos grupos que o apóiam. A eleição dos documentos, geralmente, é alheia à maioria dos indivíduos que compõem a sociedade, não havendo um comprometimento daqueles com essa ação.

Dentro deste quadro ocorre o que poderia ser chamado de "dimensão predadora do passado" (3), onde o homem, seja por desconhecimento ou por falta de identidade com as informações contidas nos diversos tipos de documentos, destrói seu passado, não preservando sequer o que é imprescindível para que a sociedade da qual ele próprio faz parte perpetue-se no futuro. Há um total despreparo social em estabelecer vínculos entre o passado e o presente. Esquece-se, às vezes, que o presente não é fruto do acaso; antes é o resultado de decisões, transformações de um vivido que com suas marcas, suas evoluções e suas rupturas trazem no seu âmago as condições para que o presente e o futuro se concretizem.

O passado, por sua vez, é desprestigiado, bem como as pessoas e as instituições que se esforçam em preservá-lo. O que não se percebe, ou não se quer perceber com esse descrédito, é que a preservação, enquanto prática social, permite a manutenção e a continuidade da dinâmica sócio-cultural de um grupo. Além disto, garante ao indivíduo a defesa e a afirmação de sua identidade, possibilitando que ele se veja como um ser inserido num contexto, agindo e sofrendo ações do meio em que vive. Permite, igualmente, que se enxergue como um ser histórico: nele o passado marca suas lembranças, sua memória, e o homem é agente influenciador, remodelador deste passado, de acordo com o seu interesse, suas expectativas para com o futuro.

O indivíduo, em sua singularidade, é possuidor de uma identidade pessoal diversa daquela do outro, mas existem interpenetrações que os fazem possuidores de uma identidade comum, a identidade cultural, que

tem como um de seus componentes a memória coletiva, que se está perdendo com a constante destruição e inacessibilidade da sociedade a seus testemunhos.

O descaso com o passado pode ser medido, também, na valorização, por vezes extrema, das inovações, dos falsos progressos em detrimento das permanências. Ao presente futuro são inculcados valores de modernidade e progresso, totalmente descolados da tradição. Walter Benjamin nos mostra que, desta forma, "...ficamos pobre. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do 'atual'" (4).

Assim, no afã de livrar-se do peso do antigo, na intenção de desocupar espaços que poderiam abrigar outros e novos documentos, desarticulam-se, desmancham-se as tramas da memória, e os pontos soltos são, na maioria das vezes, esquecidos; até que, anos e anos mais tarde, alguém recomeça a urdidura. Ficam aí os lapsos da História que ninguém, nem mesmo os mais velhos, sabem explicar; isto porque passou-se muito tempo, e o próprio tempo andou roendo o seu caminho.

Com relação ao ABC, como estas questões entram em cena? Confirmando a falta de sensibilidade na guarda dos documentos, o Poder Público agora já não trancafiava mais nada. Em vez disso, numa versão perversa e atualizada, não dá condições para que os materiais circulem. Políticas de preservação ficam no nível do discurso, onde são apontadas linhas excessivamente gerais para quem deseja um melhor encaminhamento dessas questões.

Atualmente, quando se fala em cidadania é preciso lembrar que um dos pressupostos básicos dessa idéia é o de que serão garantidas a todos os cidadãos as mesmas condições no que diz respeito aos diversos serviços oferecidos pelo Poder Público, assim como o direito de serem consultados sobre o rumo que está sendo dado à sociedade à qual pertencem.

Na região do ABC, especificamente, envolvendo as questões do patrimônio, memória e cidadania, temos um caso particular. Por um lado, as sugestões de grupos organizados da sociedade civil (e o principal exemplo disto é o Gipem) que procuram estabelecer linhas de pesquisa, esforçam-se junto às Prefeituras para conseguir tombamentos e reconhecimento do patrimônio cultural, buscando aglutinar os diversos pesquisadores de História e memória da região.

Esses grupos organizam-se legitimamente; portanto, no sentido de garantir que seus interesses sejam levados adiante. Por outro lado, como já salientamos, o Poder Público, quando se manifesta, o faz de forma vaga e, junto ao vácuo que surge com essa indefinição, acaba incorporando as propostas desses grupos, isentando-se, assim, da formulação do perfil que ele próprio deveria imprimir aos equipamentos culturais municipais.

No nosso modo de ver, isto não é benéfico para ninguém; nem para os grupos organizados, nem para o Poder Público e menos ainda para

a sociedade. O diálogo, que poderia existir, fica resumido a um monólogo sem questionamentos. Eventuais contrapontos que os órgãos públicos poderiam oferecer, ou que a sociedade pudesse apresentar, ficam completamente diluídos. A riqueza da discussão, aqueles critérios do que será eleito para preservação e o comprometimento do indivíduo com o seu passado, ficam novamente ameaçados.

Acreditamos que, na medida em que a sociedade está procurando acertar o passo com respeito à sua própria democratização, a atitude do Poder Público e da própria sociedade precisa ser repensada. É necessário que a preservação do patrimônio — tanto material quanto não-material — seja encarada como uma prática social que possui implicações de ordem econômica, política e cultural. Como diz Antonio Augusto Arantes sobre a preservação do patrimônio: "...trata-se de uma atitude produtiva, criadora de valor: valor econômico que pode ser aumentado ou diminuído, dependendo do tratamento que se dê aos bens preservados; de valor simbólico, constitutivo da memória, da territorialidade e da identidade nacional, além de outras identidades mais específicas e locais; e de valor político, levando ao aspecto da hegemonia e ao dos direitos do cidadão" (5).

Cabe à sociedade, e principalmente ao Estado através de seus equipamentos culturais, modificar a imagem imobilista que o tempo passado tem junto à maioria dos segmentos da sociedade, onde o documento teria a função de fixar um determinado momento, episódio ou personagem. Essa não é sua função; há uma circunstância cultural que envolve o documento e que permite aferir o conteúdo da informação em si, bem como o ambiente em que foi produzido, a sociedade de que é reflexo, as atividades, as expectativas, os temores dos homens que vivenciaram o momento etc.

Como sugere Nicolau Sevcenko, é necessário que se registrem as manifestações não-escritas da vida e da sociabilidade de uma sociedade. Sobre a memória transmitida oralmente, inexistente nos nossos arqui-

vos, precisamos pensar em soluções para novas formas. "Devemos, além de buscar uma melhora na guarda dos documentos, mudar a imagem do processo de produção da memória e das instituições responsáveis por sua guarda. Essas instituições precisam, cada vez mais, amarrar-se à sociedade civil, para que surja, realmente, uma política original e criativa, que nos tire desses quatro séculos de guerra contra o passado. O passado, numa sociedade democrática, deve valer como instância decisiva do presente" (6).

Estas são, a nosso ver, questões que merecem um debate e uma atenção maior por parte de todos que estão preocupados com a questão da memória e da História no ABC.

Notas

- 1 — Garcia, Marco Aurélio. *Memória, História, Democracia. Documentos por favor*, São Paulo, Secretaria do Estado da Cultura, 1985.
- 2 — Melot, Michel. Seriam os arquivos uma substância alucinógena? *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, ano 18, nº 5, maio. 1990. p.46.
- 3 — Dória, Carlos Alberto. Arquivo do Estado: uma nova instituição para o século XXI. *D.O. Leitura*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, nº 106, 9 de mar. 1991, p.5.
- 4 — Benjamin, Walter. *Obras Escolhidas*. Magia e técnica, arte e política, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 119.
- 5 — Arantes, Antonio Augusto. A preservação de bens culturais como prática social. *Revista de Museologia*, São Paulo, FESP, v.1, nº 1, 1989, p. 16.
- 6 — Sevcenko, Nicolau. Quem tem medo de arquivos? *Documentos por favor*, São Paulo, Secretaria do Estado da Cultura, 1985.

(*) Sergio Farah Escamilla, é agente cultural do Museu de Santo André; Suzana Cecilia Kleeb, historiadora e trabalha em pesquisa histórica no Museu de Santo André.

Subsídios para a discussão de uma política urbana

Enio MORO JR. (*)

O casamento de desenvolvimento urbano com qualidade de meio ambiente parece não ter sido a vocação das cidades brasileiras. O estudo das características de ocupação urbana das regiões economicamente mais dinâmicas revela-nos um quadro de necessidades comuns a todos esses municípios, diferindo apenas nas especificidades de cada região.

Unir melhoria de condições de meio ambiente e uma política de desenvolvimento urbano torna-se o grande desafio deste final de século. São Caetano veste essa camisa, e não estamos sós.

Inúmeras cidades brasileiras trazem essas características que, confortavelmente ou não, elencam questões-tipo que nem sempre correspondem a soluções-tipo. Discutir em profundidade as causas dessas características pode ser apaixonante, mas não é a proposta desse artigo.

Questionar causas é questionar a tradição européia colonizadora, o extrativismo, a agricultura, o incipiente capitalismo, o pioneirismo de migrantes, Getúlio, Juscelino, governos militares; é a procura da identidade, entre inúmeros outros pontos.

De volta às conseqüências, a falta de um planejamento contextual gera o caos urbano que estamos vivendo. Essas elegantes palavras mostra um duro diagnóstico: as cidades estão sufocadas, e São Caetano não foge à regra.

Entender São Caetano individualmente é limitante. São Caetano não é ilha. Não podemos questioná-la urbanisticamente, sem viver o entorno. Qualquer proposta de planejamento para a cidade deve relacionar-se, de modo claro, com os pólos que a cercam. Dá-lhe São Paulo, dá-lhe Santo André, dá-lhe Grande São Paulo.

Uma superficial análise das especificidades de São Caetano mostra-

-nos que, felizmente, não partimos do zero. A cidade tem resolvida sua infra-estrutura (água, esgoto, luz, asfalto, etc.), sendo uma das poucas cidades do Brasil (se não, a única) que dispara na quantidade e qualidade dos serviços prestados. Vide saúde, educação, esportes e cultura, dentre outros.

Chamo a atenção para a preocupação de alguns visionários que, no início dos anos 60, preocupados com a questão ambiental, fundaram e estabeleceram a Cicipaa (Consórcio Intermunicipal de Controle da Poluição do Ar e da Água), que resultou na Cetesb.

Voltando ao eixo do discurso, temos consciência de que a cidade vive um impasse: qual o próximo passo? Como resolver habitação, desenvolvimento cultural, poluição, melhoria de condições de meio ambiente, falta de áreas livres, enchentes, etc? Mas a dúvida continua: qual é o próximo passo? Como deve ser dado?

Apesar das generalidades urbanas, temos características próprias e bem definidas. Não podemos aplicar modelos de desenvolvimento. Temos de desenvolver nosso próprio modelo, com nossas características, nossa identidade.

Realmente, não partimos do zero. O comprometimento com o processo de discussão da História de São Caetano é ponto básico para qualquer proposta urbanística que venha a ocorrer.

A luta para preservar, pesquisar e valorizar nossa História, como elemento vivo e gerador de diretrizes, não pode ser feita apenas por um exercício de abnegados. É o ponto de partida. Preservar não é perda de caminho; é continuidade de processo evolutivo, de conduta soberana.

(*) Ênio MORO Jr. é arquiteto, músico e astrólogo

Depoimento

O povo e sua voz

Claudinei RUFINI (*)

Parece um antigo costume da população de São Caetano escolher representantes, ou melhor, porta-vozes. Assim foi desde a chegada dos primeiros imigrantes. Emílio Rossi para uns; Giovani Perucchi, para outros. Não importa, mas o fato é que aquela comunidade escolheu um intermediário para o trato com as autoridades de então, para ver atendidas suas reivindicações e aspirações.

A situação adversa manteve o grupo unido pela necessidade, e demarcou o seu “pedaço” (1), seu espaço vital, que se empenhou em defender. Com a mudança daquele panorama sombrio, promovida pela chegada das indústrias e de novos imigrantes, a nova geração dos pioneiros, já nascidos aqui, também escolheu seus líderes. Daqueles filhos dos primeiros imigrantes talvez nenhum tenha se envolvido tanto na defesa de seu “pedaço” quanto Luiz Martorelli, o *Gígio*.

Nascido em São Caetano, em 15 de dezembro de 1888, era o quinto — o mais novo — dos filhos de Antonio e Ângela Perin Martorelli. *Gígio* dizia que seu empenho na defesa das coisas de São Caetano era uma herança paterna.

Quem lembra isso é sua filha Esperança: “Contava meu pai que num ano deu uma doença nas videiras. O pai dele e o Moretti resolveram arrancá-las, plantar capim e formar olaria. Mas uma parte dos imigrantes achava que não deveria tirar as videiras e plantar capim para cavalos, e misturar-se com um português (Samuel Mesquita), que instalou a primeira olaria em São Caetano. Esse português adquiriu do governo uma parte da terra onde ainda restava um velho forno de tijolos. Talvez fosse ainda remanescente dos Beneditinos; ficava do outro lado do Tamanduateí, na atual Vila Bela, e que, anos depois, foi adquirida pelo Silvério Perrela. Nem as terras do Martorelli, nem as do Moretti eram boas para o plantio de uva; só eram boas para plantar verduras. Então, meu avô e o Moretti arrendaram um pedaço de terra adquirido pelo Banco União, onde fica hoje a rua Rodrigues Alves e a rua Heloísa Pamplona, ali onde existe um largo, nas proximidades do Palácio dos Esportes. Nessas terras montaram a olaria e cada um construiu seu forno de tijolos. Mas alguns imigrantes não aceitavam o relacionamento dos dois com o português. Num domingo (18 de setembro de 1887) (2) na pequena igreja, houve muita briga, houve até tiros; meu avô e outras pessoas saíram feridos (3). O Perucchi, os Dalcins, o Daffré, o Luigi D’Agostini e o Botton apoiaram os dois, e logo tinha outras olarias. Os dois forneceram tijolos para a construção da igreja e das casas, e o mais interessante é que meu pai contava que aquelas mesmas pessoas que se opunham a eles foram comprar seus tijolos para erguer as suas casas.

O TIJOLEIRO

Filhos de trabalhador, foi sempre trabalhador. *Gígio* orgulhava-se de ter aprendido a profissão de tijoleiro com o pai e os irmãos Lourenço, Paulo e Domingos (o *Menegueto*). Reconheceu isso no breve discurso que proferiu na Câmara Municipal, em agradecimento ao recebimento do título de cidadão emérito, em 14 de dezembro de 1963. Com 5 anos de idade, em vez de brincar, ajudava a colocar os tijolos nos lugares marcados pelo pai, na construção da igreja (a Matriz Velha). Nessa profissão trabalhou até por volta de 1937, quando acabou o contrato de arrendamento e a olaria foi fechada. Depois disso, foi trabalhar como ajudante do compadre e amigo inseparável, Vitorio Dal’Mas.

Foi conselheiro da Sociedade Principi di Napoli durante 15 anos seguidos; conselheiro do extinto Circolo Italiano (não é o mesmo que existe hoje), e de tantas outras entidades.

O MÚSICO

É novamente Esperança Martorelli Cairo que relembra essa outra faceta do pai:

A turma daqui comunicava-se muito com os italianos do Brás. Foi lá que eles começaram a interessar-se pela música e formar uma banda. Meu pai contava que, desde pequeno, sempre teve amor pela música. Eles iam para o Brás todos os domingos, para aprender a tocar os instrumentos. Meus tios já se haviam incorporado aos músicos de lá, e meu pai também queria aprender. Mas o professor, já velho, dizia: “Ma sei molto piccolino per imparare la musica (mas você é muito pequeno para aprender música).” Mesmo assim, ele pedia explicação para um e para outro, e fez com que o meu avô comprasse uma clarineta para ele tocar. E o velho professor dizia: “Eh, *Gígio*! sei nato per la musica!” No meio dos outros, ele era o menor. Sozinho, o *Gígio* começou a compor e a escrever partituras. Ele foi músico da Banda Casa de Savóia — o maestro Capocci chegou a tocar uma de suas composições — e depois foi seu diretor. Também foi músico da Linha de Trio, 34 de São Bernardo, e da famosa banda *Doppo Lavoro*. Nessa época, já era o diretor da banda daqui, e a Sociedade *Doppo Lavoro* apresentava-se no Teatro Municipal de São Paulo. Através dele, a banda de São Caetano foi convidada para apresentar-se nos intervalos de algumas peças, quando ele era o maestro. As músicas eram todas suas. Ele chegou, inclusive, a ganhar um camarote para a família nos dias de teatro...”

O DESPORTISTA

A atuação de Luiz Martorelli como desportista também foi marcante. Não bastasse a paixão pelo futebol e pela bocha, ele também re-



Coleção Esperança Martorelli Cairo

Luiz Martorelli e Josephina D’Agostini Martorelli, em pintura, sem data.



Luiz Martorelli discursa na inauguração da estátua em homenagem às mães, na praça Maria Pia, no Bairro da Fundação. À esquerda, o ex-prefeito Oswaldo Samuel Massei, em foto sem data.

presentou a equipe de bolão do São Caetano Esporte Clube. Mas foi na direção do clube que ele mais contribuiu. De 1919 a 1930, assumiu a presidência, vice-presidência e como procurador, período em que não perdeu um jogo do time.

Foi na sua presidência que, em 20 de setembro de 1920, o São Caetano Esporte Clube se filiou à APEA (Associação Paulista de Esportes Amadores), para disputar o primeiro campeonato da cidade de São Paulo. A primeira partida como filiado foi disputada no dia 15 de novembro do mesmo ano, contra o Estrela de Ouro do Belenzinho, no campo do Ypiranga, em uma vitória de 4 a 0.

Durante muitos anos, Gigio foi o representante local na APEA. Como reconhecimento pelos serviços prestados ao *alvi-negro*, foi convidado para colocar a pedra fundamental da atual sede da Rua Ceará.

O LÍDER COMUNITÁRIO

“Meu pai era o filho dos fundadores sempre na frente de qualquer movimento. Já que a olaria ficava próxima à estação, ele era sempre procurado pelas pessoas daqui e pelos políticos também”, conta Esperança. Assim, quando acontecia alguma coisa, logo corriam para lá, avisá-lo.

Foi assim que começou a história da Matriz Nova, e o padre Alexandre Gigoli tornou-se *persona non grata* para o povo do bairro da Fundação.

“Foi lá por volta de 1932... 33. Na época, o Otávio Tegão era Juiz de Paz e o seu pai era o sacristão da igreja. Um dia, ele apareceu na olaria, preocupado, procurando o Gigio que perguntou o que ele tinha. Ele contou que seu pai descobrira que o padre Alexandre estava negociando, secretamente, com alguém do Matarazzo para ceder a igreja e o largo para a indústria, em troca de uma igreja maior, que seria construída ao lado do grupo escolar. O Tegão, então, perguntou o que ele achava, e meu pai sugeriu que formassem uma comissão e fossem falar com o padre. E assim foi feito. Formaram essa comissão rapidamente, pois o bairro inteiro queria participar, para que a igreja não fosse derrubada. E lá foram eles pedir explicações ao padre Alexandre, que ficou surpreso, pois ele estava fazendo tudo sem que ninguém soubesse e quis saber como eles tiveram conhecimento. Na frente daquele povo todo, meu pai respondeu que a porta estava aberta e, lá do altar, São Caetano levou a notícia até eles. O padre Alexandre, então, respondeu que ele era o vigário e poderia fazer a troca, já que aquela igreja tinha ficado pequena para o povo de São Caetano e o Matarazzo iria construir outra maior. Por isso, ele iria fazer a troca. No dia seguinte, aquele povo todo foi para São Bernardo falar com o prefeito (intendente) e com os vereadores para ver se aquela troca era possível. Souberam que, primeiro, o padre teria de pedir a autorização do prefeito e da Câmara, isso se o povo consentisse na troca. Aí todos responderam que não, pois aquela igreja tinha sido construída por seus pais. Foram então orientados para falar com o bispo, se ele havia autorizado a troca.

Lá foram eles à Cúria falar com o bispo (na época D. Carlos Vasconcelos Mota era o Arcebispo de São Paulo). Ele também ficou surpreso e respondeu que o padre Alexandre era apenas o vigário da paróquia; a igreja era propriedade da cidade. Tanto o bispo quanto o prefeito orientaram o padre a conversar com o povo sobre a necessidade da construção de uma nova igreja. No sermão do domingo, ele explicou que não poderia fazer a troca, que havia mantido sigilo e tudo mais. Aquela mesma comissão foi, depois, colocar-se à disposição para ajudar angariar fundos para a nova construção e também ajudaria a nova igreja. Passaram-se anos e, eis que na época da inauguração, o padre Alexandre resolveu tirar tudo da igreja da Fundação: os bancos, os santos, os paramentos, tudo, e levar para a nova igreja. Lá foram correndo avisar o Gigio! O povo do bairro ficou revoltado, porque a igreja estava toda despida. Eles reuniram um grupo, meu pai, o Vittorio Dal'Mas, o Arthur Garbelotto, o Stéfano De Nardi, o Antonio e o Donato Perella, o José Perucchi e outros, e foram falar para o padre devolver tudo, principalmente a imagem de São Caetano, que ele já tinha até colocado no altar-mor, e que ele pedisse ao povo para comprar uma imagem nova, se quisesse, pois aquela era deles e a velha igreja era a igreja de São Caetano. O padre Alexandre, nervoso, então disse: “Eh, Gigio! Sempre você na frente...”. Meu pai então respondeu: “Pois eu estou defendendo o que meu pai e os outros imigrantes construíram. Lá é a casa do Se-

nhor. Cabe a mim, como filho dos imigrantes, defender os direitos daquela igreja”.

Mas o padre continuava achando que eles não tinham o direito de querer a devolução. O Gigio então ameaçou que iria lá com todo o povo da Fundação e carregariam tudo de volta. Quando meu pai disse isso, o padre Alexandre deu-lhe um tamanho empurrão, que ele revidou com um tapa na cara. Os dois só não se pegaram porque os outros separaram a briga. Novamente foram falar com o bispo, que propôs um tempo para que tudo fosse devolvido, até a estátua de São Caetano, já que a nova igreja receberia o nome de Sagrada Família, nome escolhido pelas irmandades. E assim foi feito; só que a imagem de São Bento, que foi encontrada pelos imigrantes na sua chegada, e que sempre foi venerada, desapareceu, e ninguém soube que fim levou.

O POLÍTICO

O motivo que levou Luiz Martorelli a recusar todos os convites para ingressar na política partidária, ele nunca revelou. Não foram poucos os convites; afinal, ele possuía tudo o que um político precisava: uma oratória fluente, fácil; um bom trânsito e amizades tanto na política local, quanto na Capital. Teve um bom relacionamento e amizade com Saladino Cardoso Franco, prefeito de São Bernardo (o atual ABC) de 1914 a 1930 (4).

Por isso, sempre que surgia algum problema ou reivindicação, ele era procurado, mesmo pelo acaso.

É Esperança quem conta: “Antigamente, as escolas daqui ficavam isoladas: eram duas casas cedidas pelo Mariano Pamplona, ficavam atrás da igreja; uma casa cedida pelo Silvério Perrella; outra no palacete dos De Nardi e outra na sede da Príncipi di Napoli. Lá por volta de 1918, veio morar na atual Rua 28 de Julho um médico sanitário, o dr. Franco, casado com a professora Amélia Marrei Franco; eles tinham um filho pequeno, o Paulinho, de quem eu ajudava a tomar conta, enquanto ela ia lecionar, pela manhã. Um dia receberam a visita do irmão dela, um ilustre advogado de São Paulo, o dr. Marrei Jr., e a mãe, D^a Clarita. O dr. Marrei foi visitar a sala de aula da irmã e ficou indignado quando viu lecionando para alunos do primeiro, segundo e terceiro anos, todos juntos, na mesma classe. Ele se irritou muito, e perguntava para o cunhado como ele, que era médico, admitia um ensino daqueles. Quando soube que as outras salas de aula também funcionavam assim, aí ele ficou indignado e instigou o dr. Franco para procurar os pais daquelas crianças e mostrar que aquilo estava errado. Então, ele perguntou onde eu morava, e mandou chamar meu pai. Quando ele chegou, o dr. Marrei apresentou-se e o fez ver que deveria reunir os pais das outras crianças, para todos juntos mudarem o ensino de São Caetano. Através da Príncipi di Napoli, eles organizaram uma reunião no domingo, com o



Luiz Martorelli discursa, em 1968, durante a cerimônia de inauguração da antiga praça de esportes que levava o seu nome, no Bairro da Fundação. À direita, o ex-prefeito Walter Braido. Ao centro, o ex-vereador, Armando Furlan e, à esquerda, o ex-prefeito Oswaldo Samuel Massei.

dr. Marrei presente, quando ele mostrou seus direitos, já que eles pagavam impostos a São Bernardo, de exigir a construção de um grupo escolar. Foi formada uma comissão com o Silvério Perrella, o Antonio Barile, o Benedito Moretti, o Antonio Garbelotti, o José Mariano Garcia e meu pai, para falar com o prefeito Saladino. Marcaram, então, nova reunião na Principi di Napoli com a presença do Saladino e do dr. Marrei. Entre prós e contras, o prefeito Saladino achou que a Prefeitura sozinha não tinha condições de arcar com a construção. Foi proposto, então, que cada olaria daria um milheiro de tijolos; as serrarias contribuiriam com portas e janelas; as cerâmicas com telhas; e o comércio com dinheiro, sacos de cimento e ferragens. Assim, com todos colaborando, foi construído o Grupo Senador Flaquer. Mas, já por volta de 1928, o Senador Flaquer tornou-se pequeno para tanta garotada, e o pessoal do Monte Alegre e da Cerâmica vinha até a olaria falar com meu pai para pedir ao Saladino a construção de outro grupo escolar em São Caetano. Eles juntaram uma comissão e foram até o Saladino, que acabou atendendo o pedido. A inauguração foi num domingo, e tinha muita gente à espera dele e das demais autoridades que vinham de Santo André e São Paulo. Até os mestres da Rayon Matarazzo estavam lá. Nesse dia, eu acompanhei meu pai. Mas, para surpresa de todos, na hora da inauguração, o Saladino chamou o Gigio para cortar a fita. Houve uma grande festa na casa dos Tambolins, que residiam no alto da Rua Amazonas. Teve muitos comes e bebes, orquestra e baile. Todos foram a pé para lá. No dia seguinte, muita gente foi até a olaria cumprimentar meu pai”.

Juntamente com Mateus Constantino, Luiz Martorelli foi fiscal da primeira feira de São Caetano, cargo que ocupou por apenas três meses, indicando seu compadre Luiz Bálamo para a vaga aberta. Mas a própria instalação dessa feira teve sua participação direta. Havia naquela época muitas chácaras de verduras e frutas aqui, e seus proprietários foram atrás do Gigio para conseguir a autorização da Prefeitura. Formaram uma comissão Gigio, Mateus Constantino, Antonio Barile, José Mariano Garcia, e outros. É Esperança quem conta: “A feira funcionava uma vez por semana, às quintas-feiras, e eram vendidas as verduras e frutas — muita laranja e pêra da melhor qualidade, uvas e ameixas vermelhas ... — gêneros alimentícios e peixe. O lugar escolhido foi a rua Heloísa Pamplona com a rua São Caetano (hoje Av. Conde Francisco Matarazzo), bem próximo da estação. Meu pai foi nomeado fiscal, mas ele quase não tinha tempo, porque não podia deixar a olaria, e ainda tinha a banda, o São Caetano E.C. e a Principi di Napoli.”

Gigio Martorelli foi autonomista de primeira linha. Participou do movimento frustrado de 1928, e sua casa era um dos pontos de reunião do vitorioso movimento de 48. Ele também esteve presente, como não poderia deixar de ser, no Palácio do Governo em 24 de dezembro de 1948, na assinatura da emancipação de São Caetano.

A FAMÍLIA

Luiz casou-se com Josephina D’Agostini no dia 10 de maio de 1910, em Jundiá. Tiveram cinco filhos: Esperança, Albino, Antonio Paulo (falecido), Ângela e Eleonora.

D. Pina, como era conhecida, acompanhava de perto as atividades do marido e ela também se envolvia nos movimentos, principalmente

na igreja. Foi uma das fundadoras da Irmandade do Sagrado Coração de Jesus, junto com Fioreta e Maria Pires De Nardi, Ema Cavana, Ana Maria Perin Martorelli (uma das pioneiras de 1877), Antonia Braido Dal’Mas e Joana Morcelli.

Quando adoecia ou morria alguém, imediatamente chamavam D. Pina para rezar o terço. Tinha bastante amizade com as velhas pioneiras, pois sempre acompanhava a sogra Ângela, e por isso recebeu seus “segredos”. Uma delas trouxera da Itália uma oração de Santo Antônio que diziam ser muito eficaz para encontrar coisas perdidas. Antes de morrer ensinou-lhe a oração em latim, para que a rezasse àqueles que necessitassem. Mas foram os “segredos” ensinados pela matriarca dos Roveris que tornaram D. Pina uma das pessoas mais estimadas e procuradas pelos jogadores locais: a massagem. Aos domingos, após as partidas de futebol, lá ia uma pequena procissão rumo à casa dos Martorelli, com pés, mãos e dedos “destroncados”; e ela atendia a todos. Mesmo durante a semana ela era procurada por gente de todos os clubes, e muitos vinham buscá-la para socorrer em casa aqueles que não podiam andar.

A disposição para ajudar as pessoas era grande. Quando o padre João Pelanda era o vigário local, pediu para ajudá-lo a regularizar a situação dos casais que não eram casados na igreja. Esperança contra: “O padre fazia os papéis sem cobrar nada e muitos casamentos foram realizados. Os casais iam para a igreja às 5 horas da manhã, e o padre fazia a cerimônia. As testemunhas eram sempre o Gigio e a Pina. De quantas crianças eles também não foram padrinhos de batismo...”

D. Pina sempre encabeçava as campanhas da igreja, junto com Antonia Dal’Mas e Joana Morcelli. Mas, quando faleceu em 13 de fevereiro de 1968, não viu concluído seu último empreendimento: a pintura interna da Matriz Velha. O então pároco, padre José, que estava a seu lado, fez questão que o corpo fosse levado até a igreja para que, simbolicamente, presenciasse o fruto de seu empenho.

EH! GIGIO...

Pelo tanto que fez, o Gigio talvez merecesse o nome de alguma rua. Ele foi um líder à moda antiga, que não hesitou em nenhum instante em abrir as portas de sua casa a quem precisasse. Assim, ele acolheu muitas pessoas que chegavam a São Caetano e não tinham onde ficar, fornecendo abrigo, ajuda e alimentação. Assim ele se tornou uma das pessoas mais conhecidas e estimadas de seu tempo. Luiz Martorelli faleceu aos 86 anos, em 19 de agosto de 1974, em sua casa no bairro da Fundação, de onde nunca saiu.

Notas

- (1) *Rufini*, Claudinei — As raízes na aldeia. *Raízes*, 2: 44-45;
- (2) *Martins*, José de Souza — O tempo da pobreza e do trabalho na memória histórica de São Caetano. *Raízes*, 4: 18-23;
- (3) *idem, ib.*;
- (4) *Médici*, Ademir — Saladino Cardoso Franco. *Raízes*, 4: 4-12.

(*) *Claudinei Rufini é jornalista, animador cultural, mestrando da ECA/USP, pesquisador e integrante do Gipem*

Escoteiros

Gisberto GRIGOLETTO(*)

Por volta de 1920, o diretor do Grupo Escolar Senador Fláquer, Jorge Perrenoudx e o professor Waldemar Freire organizaram uma entidade de escoteiros entre os alunos da escola. Os interessados contribuíram com determinada importância para a compra do uniforme: botina, meia, calção, túnica, chapéu, lenço, canivete, cinto, bandeiras, clarins, caixas e tambor.

Duas vezes por semana, depois das aulas, o professor Freire treinava os escoteiros no pátio do grupo, ou à rua Heloísa Pamplona. Eles iam-se familiarizando com as clássicas ordens: *em frente! marcha! meia volta, volver!*, etc.

Quando o instrutor julgou que os alunos estavam *tinindo* que as ordens eram obedecidas com bastante sincronia, resolveu realizar uma marcha, partindo do grupo até o Museu do Ipiranga. Assim num feriado escolar, Dia da Bandeira, se não me engano, os escoteiros, uniformizados, muito garbosos em seus uniformes, alegres, dispostos, iniciaram a "grande marcha", sob os olhares orgulhosos de seus familiares.

Como meus pais não tiveram condições de contribuir com a importância necessária à compra do uniforme, triste e magoado, não podia fazer parte do grupo de escoteiros. Porém, nessa mesma marcha, o professor Freire havia me solicitado para acompanhar os escoteiros, cerca de trinta metros atrás do pelotão carregando a merenda, dentro de um malote. Quando estávamos, mais ou menos, na altura do atual Hospital de Heliópolis, o professor notou que dois dos escoteiros, ambos do primeiro ano, estavam bastante cansados, trôpegos, e não conseguiriam continuar a caminhada. Retirou-os do grupo e disse-me que os acompanhasse até atravessarem a ponte do rio dos Meninos. Isso feito, poderia retornar para visitar o Museu caso tivesse vontade. Nesse meio tempo, os escoteiros comeram, ali mesmo, a merenda que eu carregara.

Acompanhei os dois desistentes, até atravessarem a ponte. Voltei correndo (estava descalço), a tempo de alcançar os colegas que haviam começado a marcha rumo ao Museu. Guardando, sempre, relativa distância. Ao chegarmos, descansamos um pouco. Depois, fizemos uma demorada mas instrutiva visita às dependências do Museu do Ipiranga. Na saída, o professor Freire observara que a maioria dos escoteiros não estava mais tão garbosa, porque todos demonstravam cansaço, andavam com dificuldade, alguns mancavam. Assim, determinou que a marcha *oficial* havia terminado. Todos poderiam ficar à vontade. Retornariam juntos, mas sem ordem unida.

E o que houve? Noventa e nove por cento dos escoteiros descalçaram as botinas e as meias, que os torturavam. Num passe de mágica, os pés e pernas tornaram-se ágeis, rápidos. As dores haviam desaparecido; provavelmente ficaram dentro das botinas, porque naquela época poucos meninos costumavam calçar sapatos.

Foi assim que os escoteiros, embora uniformizados, com as botinas devidamente penduradas sobre os ombros ou amarradas em torno da cintura, voltaram contentes para casa, satisfeitos com a visita ao Museu. Respeitando mais ainda o professor que tão bem conseguia compreendê-los.

(*) Gisberto Grigoletto nasceu em 19 de outubro de 1911, em Jaguari (atual Jaguariúna). Veio para São Caetano do Sul aos três anos de idade. Passou a residir em casa construída por seu pai, João Grigoletto, onde hoje é a rua Rio de Janeiro: foi a quarta casa construída no Bairro Monte Alegre. Grigoletto foi secretário e duas vezes presidente do clube Esportivo Lazio, entre 1932 e 1936. Ainda jovem, começou a trabalhar nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Unidade Água Branca, em 1925, como simples mensageiro, tendo se aposentado na mesma empresa, em abril de 1967, como chefe dos Escritórios da Unidade Rayon.

Homenagem

Família Dall'Anese

(de Vittorio Veneto e São Caetano do Sul) (*)

Márcia GALLO (**)

Em 1892, a família de Pietro e Caterina Biz Dall' Anese saiu de Vittorio Veneto, com os filhos Ângela, Santa, Marieta, Antonio e Giovanni, recém-nascido, e vieram para o Brasil.

A viagem de navio foi muito difícil e um dos filhos do casal, Giovanni, chegou a ficar muito doente, temendo-se pela sua morte. Desembarcaram, porém, todos bem no porto de Santos.

Foram encaminhados para a região norte do Estado de São Paulo, onde a cultura do café emergia e fixaram-se em Bragança Paulista/Atibaia. Permaneceram ali por dezesseis anos, quando a família resolveu voltar para a Itália.

O Sr. Pietro e D. Caterina deixaram no Brasil duas filhas, já casadas: Santa, casou-se com Sebastião Gallo e Ângela, com um rico fazendeiro daquela região, José Ferreira Pinto.

De volta a Vittorio Veneto, compraram um sítio em San Giacomo di Veglia, próximo da região. O filho Giovanni, já moço, teve que servir o Exército italiano. Nessa época, eclodiu a Primeira Guerra Mundial (1914). Giovanni combateu na guerra, chegando a sofrer um acidente que afetou sua audição. Durante a guerra, seus pais morreram. Após a guerra, Giovanni conheceu Caterina Michelin, filha de Defendente e Augusta Martorel Michelin.

Em fevereiro de 1920, eles casaram-se e permaneceram em Vittorio. Em 1930, a família de Giovanni Dall'Anese já era composta por seis filhos: Arturo com dez anos, Augusta com oito, Ada com sete, Ângela com seis, Mario com 2 e Anna Maria, recém-nascida. A família mantinha-se através do trabalho no campo, onde era cultivada a uva, fazia-se o vinho e criava-se o bicho-da-seda. Os filhos mais velhos tinham tempo de freqüentar a escola, que era pública.

Coleção Márcia Gallo


Dati e connotati del Titolare ...

Professione _____
figlia di *Defendente*
e di *Martorel Augusta*
nata *Vittorio Veneto*
il *6-7-1895*
domicilio *Vittorio V.*
Sec. di *Venice*
statura *media*
occhi *cast.*
capelli _____
barba _____
baffi _____
colorito *rosso*
segni particolari *l*

Colonna riservata ai connotati della moglie

Figli		Visto
Nome	Data di nascita	
<i>Arturo</i>	<i>25-12-1920</i>	
<i>Augusta</i>	<i>17-3-1922</i>	
<i>Ada</i>	<i>19-9-1923</i>	
<i>Angela</i>	<i>7-7-1925</i>	
<i>Mario</i>	<i>6-9-1928</i>	

Fotografia



Spazio riservato alla fotografia della moglie

Firma del Titolare
Michellini in Dall'Anese Caterina

Autenticazione della firma della
Titolare Dall'Anese Caterina
nota Michellini di via

Firma dell'Autenticatore

Dato

Firma della moglie

Stamp: VLADIMIR DE THINE Traduttore pubblico RUA DIBREITA 36 Registro N.º 1001

Stamp: ITALIA POSTAL TELEGRAPHIC TELEPHONE LIRE TRE

Fac-símile do passaporte italiano de Catarina Dall'Anese, com cinco dos filhos: Arturo, Augusta, Ada, Ângela e Mário

O clima de instabilidade política na Europa e a atuação de Mussolini no governo provocava uma certa insegurança em Giovanni, que não via perspectivas, uma vez que o sítio também sofreu com uma enorme seca. Incentivado pelas irmãs que viviam no Brasil, resolveu emigrar.

Deixando a mulher e os filhos, Giovanni partiu sozinho para o Brasil, a 11 de outubro de 1930. Ao chegar, preocupou-se em arrumar trabalho e uma casa, onde pudesse instalar sua família, junto as suas irmãs e sobrinhos. Escreveu, então, para a esposa Caterina, orientando-a para que vendesse a propriedade e tudo o mais, e viesse para o Brasil.

Para Caterina foi um grande sacrifício, pois pensava em como poderia viver longe de seus parentes e de tudo o que costumavam fazer. Ficou preocupado, também, porque havia escutado histórias horríveis sobre o Brasil, especialmente sobre as cobras e outros animais ferozes. Caterina pensava em como faria uma viagem tão longa, sozinho, com todas as crianças. Em março de 1931, a pequena Anna Maria, então com treze meses, adoeceu e não conseguiu sobreviver à doença.

Passando por todas estas preocupações, Caterina conseguiu vender os bens e a propriedade, por preço bem inferior ao que valiam, e preparou os cinco filhos para a longa viagem ao Brasil. O dinheiro conseguido com a venda da propriedade foi gasto com as passagens, as despesas da viagem e a manutenção da família durante o primeiro ano no Brasil, nada restando do que trouxeram.

Antes de viajarem, por tratar-se de uma pessoa católica fervorosa, Caterina foi pedir as bênçãos do Pároco da cidade, Don Giuseppe De Biasi, seu primo. Ele abençoou a todos e até a pequena Ângela, então com cinco anos, foi dada a primeira comunhão. Embarcaram no Porto de Gênova, em 10 de junho de 1931, para onde foram acompanhados pelo pai de Caterina.

Durante a viagem, Caterina desdobrava-se em preocupações com os cinco filhos. Viajaram no navio *Principessa Maria*, que aportou em Santos no dia 30 de junho de 1931.

Ao chegarem, foram recebidos pelo Sr. Giovanni. As crianças tiveram momentos de deslumbramento.

Hoje Ângela conta:

— Ficamos deslumbrados com as frutas, principalmente as que não conhecíamos, como as bananas. E no trem da antiga São Paulo Railway espantamo-nos com as pequeninas casas, ao longo da ferrovia. Nós nunca tínhamos visto casas com menos de dois andares.

Depois de horas de viagem e uma troca de trem chegaram à Esta-

ção do Tanque, na antiga Estrada de Ferro Bragantina, hoje desativada, próxima da fazenda onde iriam viver.

A fazenda era muito grande e pertencia aos herdeiros do Sr. Ferreira Pinto, cunhado de Giovanni, já falecido. Apesar disso, a casa da família Dall'Anese era pequena e desconfortável, próxima da Estação. Era composta de dois quartos e cozinha e não tinha forro. As pessoas do lugar observaram com curiosidade a chegada da família, principalmente das crianças que se trajavam de modo diferente: todos calçavam suas botinhas e usavam chapéus. As crianças gostaram muito do pomar que cercundava a casa, especialmente das laranjas, e a falta de conforto foi superada pelas novidades.

Em 1932, ao iniciar-se a Revolução Constitucionalista, as crianças viam passar os trens lotados que vinham de Minas Gerais para São Paulo. O Sr. Giovanni preocupou-se com os acontecimentos e pensou que iria enfrentar nova guerra mas, felizmente, o fim foi rápido, comparado à guerra que ele havia vivido na Europa.

A vida não era fácil para a família Dall'Anese. Durante dois anos, permaneceram ali e todos trabalhavam. O filho mais velho, Arturo, ia para a roça de café com o pai. Augusta foi para São Paulo trabalhar na casa da tia Ângela. Os menores, depois da escola, levavam o almoço ao cafezal e permaneciam ali, ajudando nos trabalhos. Era proibido plantar qualquer outra coisa que não fosse café. Na tentativa de obter mais facilmente alimento para a família, Giovanni chegou a plantar feijão e arroz, mas foi impedido pelos patrões que queriam uma parte da colheita, apesar de a família pagar pela parte da terra ocupada.

Tiveram de mudar-se da primeira casa para um lugar mais próximo da fazenda e ficaram longe da vila, da escola e da igreja; as compras eram feitas aos sábados, com o empréstimo de uma carroça. Os alimentos eram comprados com vales, recebidos pelo trabalho na fazenda. Na Páscoa chegaram a andar dez quilômetros para assistir às cerimônias na Igreja de Bragança Paulista. As dificuldades eram tantas que chegaram a pensar em retornar à Itália mas não tinham mais recursos para isso.

E a família Dall'Anese continuava a crescer: a 2 de fevereiro de 1934 nasce Antonio José, e a 5 de agosto de 1935, Ana Maria, que recebeu o nome em homenagem à irmã falecida na Itália.

Nessa época a família mudou-se novamente, e a casa era bem próxima dos jardins da casa-sede da fazenda. Continuavam todos a trabalhar: na roça, nos afazeres da fazenda como tirar o leite das vacas, carregar

Dati e connotati del Titolare

Professione
figlio di *Lu Pietro*
e di *Lu Bia Salvoia*
nato a *Vittorio Veneto*
il *6* luglio *1898*
domicilio a *Vittorio Veneto*
Prov. di *Treviso*
statura *1,69*
occhi *grigi*
capelli *castani*
barba *rara*
baffi *rari*
colorito *bruno*
segni particolari */*

Colonna riservata ai connotati della moglie

Figli		
Nome	Data di nascita	Visto

Fotografie

Spazio riservato alla fotografia della moglie

Firma del Titolare
Dall'Anese Giovanni

Autenticazione della firma del titolare
Dall'Anese Giovanni su Porto
di *Lu Pietro*
Firma dell'Autorità
Vittorio Veneto 27-IX-1930

Firma della moglie

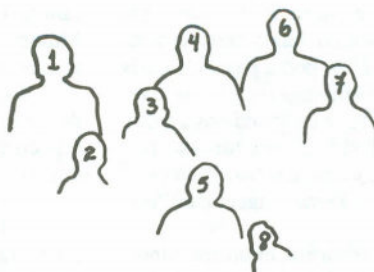


Fac-símile do passaporte de Giovanni Dall'Anese, com pormenor do selo de três liras sobre a fotografia e a marca de cera, com os dizeres per l'estero (para o Exterior). O documento foi emitido em Vittorio Veneto, em 27 de setembro de 1930



Foto da família Dall'Anese, feita por volta de 1939, na chácara situada entre a Avenida Vital Brasil Filho e Rua Gonzaga

- 1 — Maria Michelin
- 2 — Antonio José Dall'Anese
- 3 — Mário Dall'Anese
- 4 — Caterina Michelin Dall'Anese



- 5 — Giovanni Dall'Anese
- 6 — Augusta Dall'Anese
- 7 — Angela Dall'Anese
- 8 — Ana Maria Dall'Anese

lenha, tomar conta da cocheira etc. Dona Caterina também fazia o pão para a família, além de passar a roupa dos patrões até altas horas da noite.

O filho mais velho, Arturo, percebendo que o trabalho era por demais desgastante e os frutos para a família eram poucos, começou a influenciar o pai para que saísse da fazenda e viesse para São Paulo, para tentar uma nova vida. Depois de muitas ponderações e conversas, lembraram-se de uma família de amigos oriunda da mesma região da Itália, que se havia fixado próximo a São Paulo, estabelecendo-se com uma fábrica de adubo: era a família Dal'Mas.

Resolveram escrever-lhes. A carta foi respondida favoravelmente pelo Sr. Vittorio Dal'Mas. Em 1936, pela obstinação de Arturo em melhorar de vida e dar uma oportunidade de estudo para os irmãos menores, a família Dall'Anese alugou um caminhão, colocou nele os seus pertences e mudou-se para São Caetano do Sul.

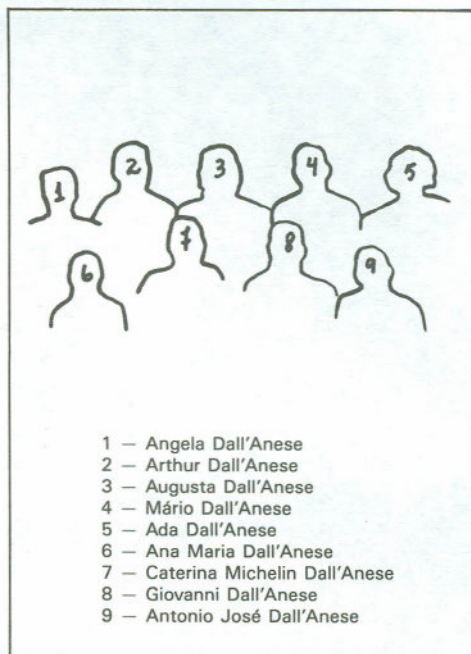
O Sr. Vittorio Dal Mas arrumou um emprego para o Sr. Giovanni e Arturo, e uma casa para a família morar.

Giovanni trabalhava nas caldeiras a lenha, serviço muito desgastante devido às altas temperaturas. A casa da família situava-se na Rua São Paulo, numa vila entre as Ruas Nossa Senhora de Fátima (antiga Rua Tapuias) e Pinheiro Machado. Nessa vila o dia-a-dia continuava di-

fícil: moravam oito famílias e havia somente um poço d'água, do qual se puxava a água com corda e carretilha; havia dois tanques descobertos e dois banheiros para todas as casas.

Uma pessoa muito bondosa e religiosa teve muita influência na adaptação da família Dall'Anese em São Caetano; foi a senhora Bona Silvestrini, tia do Sr. Vittorio Dal'Mas. Ela soube que os filhos de Giovanni e Caterina ainda não haviam sido crismados e resolveu encaminhá-los para isso. Conversou com sete amigos e arranjou os padrinhos. Dona Bona foi madrinha de Ângela, o Sr. Antonio Cavana foi padrinho de Arturo, Dona Marieta Lorenzini crismou Augusta, Dona Antonia Braidó Dal'Mas crismou Ada, o Sr. João Rosa crismou Mario, o Sr. José Zambato crismou Antonio José, e Ana Maria teve como madrinha a Sr. Antonia Lorenzini. Através desta cerimônia, a família passou a relacionar-se com as famílias mais tradicionais da cidade, com as quais possuía muitas afinidades, devido à origem comum a todas elas: o Vêneto.

Esta amizade foi-se consolidando com o passar dos anos. Dona Caterina exercia a profissão de parteira, muito requisitada na época, pela falta de médicos. Ela aprendeu o ofício com um médico, na Itália, e mandou buscar um livro que a auxiliou. Já havia feito muitos partos na fazenda. Sempre foi muito conscienciosa em sua profissão,



- 1 — Angela Dall'Anese
- 2 — Arthur Dall'Anese
- 3 — Augusta Dall'Anese
- 4 — Mário Dall'Anese
- 5 — Ada Dall'Anese
- 6 — Ana Maria Dall'Anese
- 7 — Caterina Michelin Dall'Anese
- 8 — Giovanni Dall'Anese
- 9 — Antonio José Dall'Anese

Foto da família Dall'Anese, por volta de 1945, à Rua antiga Morumbi, atual Av. Dr. Augusto de Toledo, no quintal da casa

caracterizando-se pela responsabilidade e bom-senso com que tratava suas pacientes. E quando percebia algo de errado na hora de um parto, era a primeira a recomendar que se chamasse o médico. Fazia muitos trabalhos sem nada cobrar, se percebia que a pessoa não podia pagar. No mês de outubro, mês do Rosário, Dona Caterina costumava rezar o terço todas as tardes, reunindo as crianças das redondezas e ensinando-as a rezar.

Em 1940, a família mudou-se para uma chácara, na altura da atual Avenida Vital Brasil Filho, cuja proprietária morava em São Paulo e só vinha nas festas a São Caetano. Na memória de Dona Angela Dall'Anese ficaram imagens da época:

— As ruas atuais ainda não existiam dessa forma, eram caminhos. O riacho Tijucucu, hoje canalizado, passava por ali com suas águas límpidas, onde nadavam patos. Era uma bela paisagem.

Nessa chácara, o Sr. Giovanni arrumava o jardim aos domingos e plantava algumas verduras. Tinha muitas frutas também. Todos trabalhavam, quer ajudando a escolher grãos de café, quer nas fábricas.

Em relação ao café, São Caetano do Sul viveu também a crise registrada em todo o Brasil.

Os membros da família Dall'Anese viram com espanto e tristeza a queima de montanhas de café, produto que, anos antes, tinha sido o objeto de seu incansável trabalho. Era difícil entender o porquê de tal prática, pois o cultivo do café dava tanto trabalho e empregava tantas pessoas.

O tempo foi passando. As moças trabalhavam em fábricas da cidade como a PAN, Indústria Aliberti, Lanifício São Paulo e Indústria Matarazzo, e também em São Paulo. Arturo aprendeu o ofício de mecânico em São Paulo e, mais tarde, proporcionou oportunidade de estudos aos seus irmãos mais novos. Mário formou-se contador. Eles trabalharam na General Motors. Todo o dinheiro recebido no final do mês era dado aos pais para cobrir as despesas e juntar alguma quantia que pudesse levar à compra de uma casa própria. Com a ajuda de todos e com um empréstimo a família adquiriu uma casa na Rua Morumbi, atual Avenida Dr. Augusto de Toledo.

De 1947 a 1952, os irmãos Arturo, Antonio José e Mario trabalharam na linha de montagem e no escritório, respectivamente, da General Motors. Durante esse tempo, as conversas à noite na casa dos pais, eram rotineiras.

Augusta, Ângela e Arturo já estavam casados, mas não deixaram de estar junto da família. Nessas reuniões, os filhos eram incentivados, especialmente pela mãe, Dona Caterina, a perseguirem os seus ideais e a não esmorecerem diante de dificuldades.

Arturo Dall'Anese conta:

— Dessas conversas saiu um projeto que acabou por se concretizar com a fundação da firma Artur Dall'Anese, em 1953, após a minha saída da General Motors. A metalúrgica funcionava nos fundos da casa da Rua Morumbi. Dois anos mais tarde Artur Dall'Anese deu origem à Metalúrgica Dall'Anese, que foi sendo ampliada e permanece até hoje em plena atividade.

Arturo declarou em uma entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1983, sobre os imigrantes vênéticos, que teve pouco tempo em sua juventude para divertir-se, pois sua preocupação maior foi sempre o trabalho. Os Dall'Anese trabalharam para construir algo que levasse os seus descendentes à auto-suficiência e educar os filhos foi um ponto fundamental em sua vida.

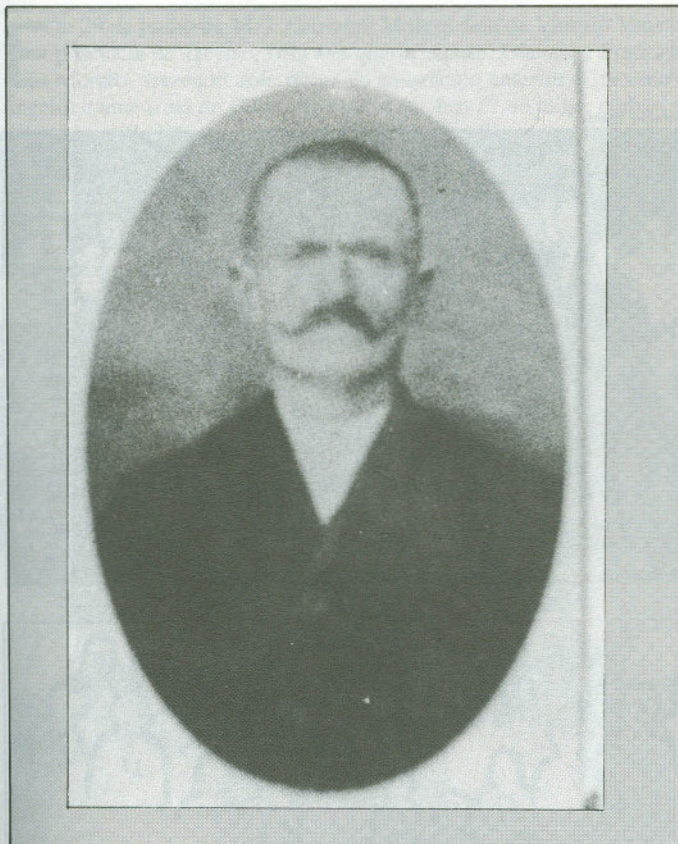
A Sra. Caterina faleceu em junho de 1968, e o Sr. Giovanni, em julho de 1979. Os sete filhos do casal continuam residindo em São Caetano do Sul e atuando nos diversos setores da cidade, como o industrial, o educacional, o político e o assistencial. A família continuou crescendo, sendo composta hoje por vinte netos, e vinte e seis bisnetos de Caterina e Giovanni.

(*) Depoimentos prestados por Ângela Dall'Anese Nóbrega e Arturo Dall'Anese

(**) Márcia Gallo é professora de Geografia na rede pública e diretora do Liceu Di Thiene. É neta de Giovanni Dall'Anese.

O imigrante Pedro Braido

Geraldo BRAIDO (*)



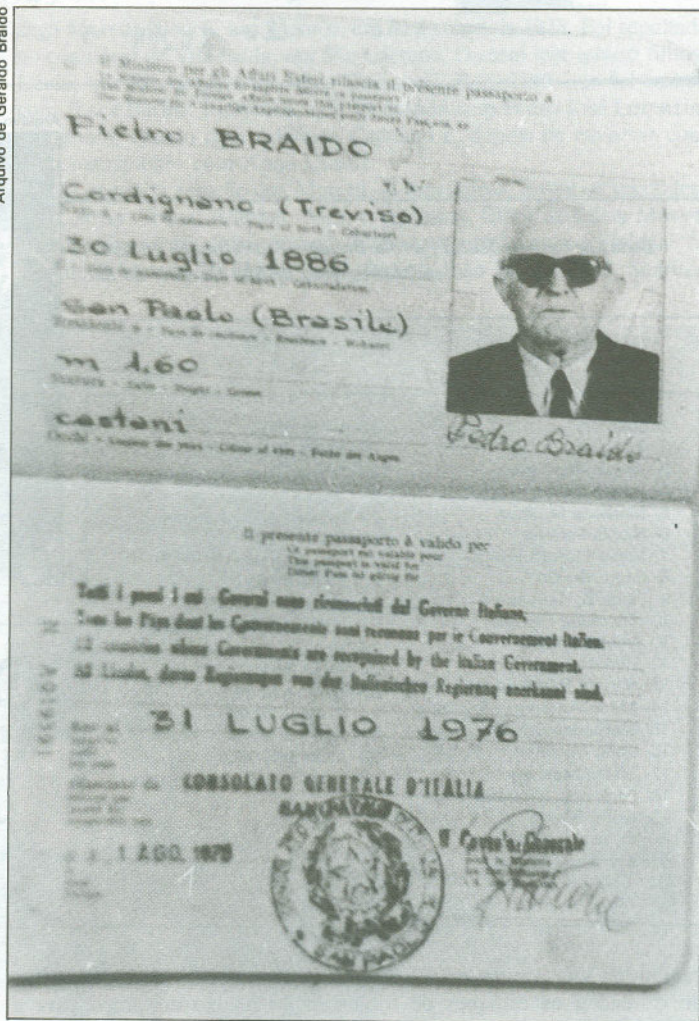
Giovanni Braido, em foto sem data

Pedro Braido, nascido em 30 de julho de 1886, em Cordigliano, província de Treviso, norte da Itália, era filho de Giovanni Braido e Agata Coan. A mãe faleceu durante a dieta, quando ele nasceu. O pai, Giovanni, vinha enfrentando muitas dificuldades para criar o filho, e estava diante de problemas financeiros também. Assim, com sete meses de vida, Pedro veio com o pai para o Brasil, no ano de 1887.

Estabeleceram-se na Colônia de São Bernardo, que hoje é São Caetano do Sul. Passaram a morar junto com a família Garbelotto. Mais tarde, Giovanni casaria com Tereza Garbelotto. Tudo indica que a infância de Pedro foi marcada por dificuldades: desde pequeno, cuidava dos irmãos mais novos, na qualidade de primogênito de uma família numerosa. Aos sete anos, já acompanhava o pai no trabalho nas olarias das famílias Moretti ou Perrella.

Em 20 de junho de 1922, Pedro Braido casou-se com Maria Fiorotti, filha de Luiz Fiorotti e Rosa Zanetti. Continuou trabalhando em olarias, como operário. Entre 1923 e 1924, construiu a sua casa própria,

Arquivo de Geraldo Braido



Passaporte italiano de Pedro Braido

com economias e muito sacrifício, à Rua Rio Branco, 78 (atual Rua Maximiliano Lorenzini, esquina com Pedro Alexandrino). A propriedade acabou sendo vendida pelos herdeiros após a morte de Pedro, em 1978. Constituiu família numerosa, de seis filhos: Agueda, viúva; Renato (falecido); Laura (viúva); Geraldo, casado com Adagir Joana Garbelotto; Waldemar, casado com Odete Antonio, e Rosa, casada com Rosário Rapuano.

O lema de Pedro era "trabalho, trabalho e família". Com muito sacrifício, conseguiu arrendar uma olaria no Jardim Independência, em São Paulo, próximo à Vila Ema, onde trabalhava de 12 a 15 horas diárias. Sempre desejando melhorar de vida, acabou arrendando a olaria de Braz Kurtz, cujo intermediário era Waldemar Coelho, à Avenida Giac-



Passaporte italiano de Pedro Braidó

Arquivo de Geraldo Braidó

Bodas de ouro de Maria Fiorotti Braidó e Pedro Braidó, em 1962, na Matriz Velha de São Caetano do Sul



- | | |
|-----------------------------|----------------------------|
| 1- João (?) | 23- Ivete Braidó |
| 2- ? | 24- Pedro Braidó Jr. |
| 3- Renzo Rapuano | 25- Maria Clara Rapuano |
| 4- Adazir Joana Braidó | 26- Selma Braidó |
| 5- Marilena Molinari | 27- Maria Cecília Rapuano |
| 6- Nicola Perrella | 28- Sueli Braidó |
| 7- Maria Fiorotti Braidó | 29- Roseli Braidó |
| 8- Pedro Braidó | 30- Agda Braidó |
| 9- Laura B. Rapuano | 31- ? |
| 10- Filomena Perrella | 32- Odette Antonio Braidó |
| 11- Neusa Braidó | 33- Rosário Rapuano |
| 12- Renato Braidó Jr. | 34- Rosa Braidó |
| 13- Miriam Rapuano | 35- Renato Braidó |
| 14- Maria Antonieta Rapuano | 36- Geraldo Braidó |
| 15- Mercedes Braidó | 37- Adelina Marconi Braidó |
| 16- João Sacomandi | 38- Yolanda Braidó |
| 17- Marta Molinari | 39- Francisco Rapuano Neto |
| 18- Fernando Rapuano | |
| 19- Ivone Braidó | |
| 20- Eunice Braidó | |
| 21- Clarinha Rapuano | |
| 22- Roberto Braidó | |



caglino, na Vila Alpina, em São Paulo. Com a crise de 1932, perdeu tudo e vendeu os estoques de tijolos muito abaixo do preço para a Companhia Docas de Santos, a 48\$000 o milheiro. Com família formada, vencido o arrendamento daquela olaria, retornou para o Jardim Independência, em sociedade com José Stefanini. Mais tarde, associou-se a Manoel Ribeiro, com quem arrendou a olaria da família Parente.

Cansado de tantas olarias, Pedro Braidó desfez a sociedade em 1944 e adquiriu o *Armazém de Seccos e Molhados* de José Fiorotti, situado à Avenida Conde Francisco Matarazzo, esquina com a Rua São José (hoje, Heloísa Pamplona). Em 1949, vendeu o armazém. Em 1950, viajou para a terra natal, onde foi viver com os familiares, trazendo, depois, muitas saudades de lá.

Prestigiava todos os eventos da cidade. Doou tijolos para a reforma da Matriz Velha, do Bairro Fundação. Colaborou com a campanha de arrecadação de cimento e tijolos para o estádio do São Caetano Esporte Clube, à Rua 28 de Julho. Era sócio-fundador da Società di Mutuo Soc-

corso Principe di Napoli. Fez parte das comissões de festejos da Matriz Velha. Em 1948, participou ativamente na emancipação de São Caetano do Sul.

Com todos os imigrantes (e há muitas famílias na cidade, como os Rossi, Dalcin, Garbelotto, Martorelli, Moretti, Bortolini, Fiorotti, Peruchi, De Nardi, Ferrari, Roveri, Leoni...), sofreu as dificuldades apresentadas pela nova terra e a saudade da pátria. Importa menos, contudo, o clã que Pedro Braidó constituiu; importam mais os seus atos, a sua contribuição cívico-religiosa, a sua idoneidade, a sua coragem. "Piero Mollo", seu velho apelido, trabalhou com determinação e amor pela família e pela comunidade.

(*) Geraldo Braidó, natural de São Caetano do Sul, empresário, foi diretor-financeiro da Cerâmica Sul Americana e curador do CIM Prof^a Alcina Dantas Feijão. É formado pelas Faculdades Metropolitanas Unidas.

Giovanni Moretti, o “Bello”

João MORETTI (*)

Em 29 de junho de 1877, Giovanni Moretti saiu de Vittorio Veneto, província de Treviso, com sua quarta esposa, Giovanna Franzago Moretti, trazendo dois filhos do casamento anterior (Giacomo e Angelo) e uma irmã de Giovanna (Antonia). Em 1º de julho, embarcaram no porto de Gênova, no piroscavo *Europa*, da Compagnia di navigazione Florio e Rubattino, com destino ao Brasil. Chegaram em 28 de julho de 1877 a São Caetano do Sul. Antonia, que não se acostumou com o Brasil, retornou à Itália.

Giovanni Moretti faleceu aos 74 anos, em 5 de maio de 1908. Está sepultado no cemitério da Quarta Parada, em São Paulo. Giovanna Fran-

zago Moretti faleceu, aos 84 anos, em 10 de abril de 1928. Foi sepultada no cemitério de Vila Paula, em São Caetano. O casal teve quatro filhos: Lúcia, que foi casada com Terso Cavassani; Benedetto, que foi casado com Tosca Barini; Josephina, que foi casada com Pedro José Lorenzini e Antonio, casado com Adelaide Capuano e, depois de enviuvar contraiu matrimônio com Anna Cicato.

A segunda geração dos Moretti, já brasileiros, foram os seguintes: João, Artur, Tosca, Antonia, Alfio e Valentina, filhos de Lúcia Moretti e Terso Cavassani; João, Serena, Idalino, Mauro, Laura e Helena, filhos de Benedetto Moretti e Tosca Barini; João Jacob, Elisa, Santana,

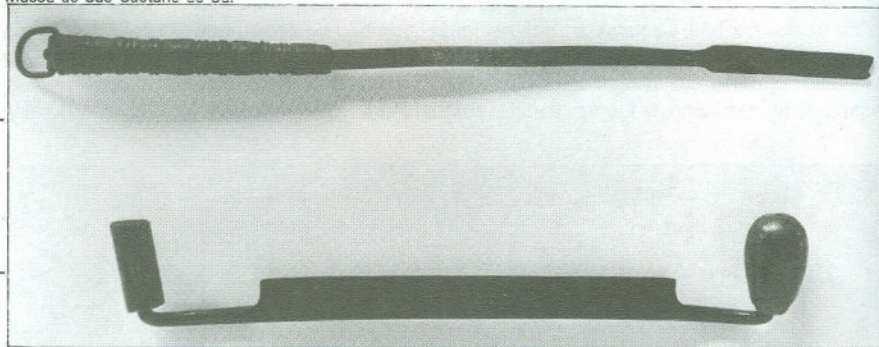


Foto de um grupo de operários da Olaria de Ângelo Moretti, em 1916



*Tijolo fabricado pela
Olaria dos Irmãos Moretti*

Museu de São Caetano do Sul



*Rebenque pertencente a Antonio Moretti.
Plaina que Giovanni Moretti usava para tirar cascas
e alisar as madeiras usadas para fazer cadeiras de palha,
vendidas no Mercado de São Paulo*

Hugo, Maria Teresa, Fluguli, Celestina, Escolástica e Edna, filhos de Pedro José Lorenzini e Josphina Moretti, Armelino e Joana, filhos de Antonio Moretti e Adelaide Capuano, além de João, filho de Antonio Moretti com Anna Cicato. Há, também, Angelina, João Antonio e Angelo Benvenuto, filhos de Giacomino e Marina Moretti, e Maria, Antonio, Giacomino, Angelina, Giacomina e Primo, filhos de Angelo e Luiza Moretti.

Para sustentar a família, Giovanni Moretti, nos primeiros tempos da colonização da cidade, além de cuidar de uma horta na gleba que havia recebido, fazia cadeiras com assento de tábua. A madeira era colhida nos arredores da casa. Quando recolhia certa quantidade, levava para o mercado de São Paulo, para vender, juntamente com feixes de lenha e carvão. Com as economias resultantes, Giovanni adquiriu uma gleba de terra no local em que hoje se situa o Bairro Nova Gerti. Ali plantava uvas, para fazer vinho. Vendeu, depois, a área por 24 contos de réis.

Antonio Moretti nasceu em 27 de fevereiro de 1889, tendo sido batizado em 7 de abril do mesmo ano pelo vigário José M. Homem de Mello. Foram seus padrinhos José e Maria Braidó, conforme certidão de batismo do arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Nesse documento figura a paróquia do Brás. Contudo, Antonio acabou sendo batizado na Igreja de São Caetano, que havia sido construída pelos imigrantes-fundadores. Os assentos de batismos e casamentos eram enviados ao Brás, sob cuja jurisdição se encontrava o Núcleo Colonial. Antonio faleceu em 11 de janeiro de 1968. Está sepultado no cemitério de Vila Paula.

Outro dado interessante: Antonio começou a trabalhar, aos sete anos, na olaria que levava o nome de Irmãos Moretti (marca impressa nos tijolos com as letras I e M), com os irmãos Giacomino, Angelo e Benedetto. Com o decorrer do tempo, quando adulto, recebeu a incumbência de amansar os burros empregados na Olaria dos irmãos. Também comprava e amansava animais para vendê-los a outros moradores da cidade.

Antonio contava muitas histórias de sua juventude. Houve o caso de um pássaro que chegou a fazer ninho dentro de seu sapato, que ficava pendurado sobre um prego. A casa não possuía forro e, por isso, os pássaros tinham livre acesso. A mãe não deixou que Antonio usasse o sapato até que os filhotes ali nascidos pudessem voar. Foi por isso que chegou a queimar o pé numa procissão com um rojão: estava descalço, enquanto o sapato servia de ninho. Havia também histórias sobre caçadas de lebres, realizadas com o amigo Dalcin, nos fundos da casa, onde hoje se situa a sede do São Caetano Esporte Clube.

Depois da crise advinda com a Primeira Guerra Mundial, a olaria dos irmãos Moretti ficou com estoque grande de tijolos e não tinha a quem vendê-los. Os empregados já falavam em ficar com os animais, carroças e ferramentas, vacas leiteiras da família e outros pertences. Mas a família Mahfuz, que construía armazéns entre a Mooca e o Brás, acabou comprando o estoque e muito mais tijolos produzidos para eles. Com o dinheiro, pagaram os empregados, que foram demitidos, depois, pela falta de compreensão diante da crise econômica.

Antonio Moretti, meu pai, contava que um dos melhores divertimentos de sua juventude acontecia aos domingos, quando tomava o trem e ia a São Paulo, para assistir a óperas e operetas, no Teatro Colombo, no Brás. Nutria grande amizade por Vittorio Dal'Mas. Quando enviou, tinha uma olaria no Ipiranga, onde acabou conhecendo Anna Cicato, que desposou, a seguir. Para namorar Anna, voltava, tarde da noite, a pé para São Caetano, porque não havia mais trens. Benedetto Moretti, meu tio paterno, tocava pistão na Banda Musical da União Operária Internacional, e também nos bailes de carnaval realizados por Maximiliano Lorenzini, no clube existente na rua 28 de Julho. Naquele tempo, quase todos ainda falavam italiano na cidade. Era o dialeto vêneto, que os fundadores haviam trazido no século passado.

(*) João Moretti, comerciante aposentado, é neto de Giovanni Moretti.

Manoel Gutierrez Durán

Museu de São Caetano do Sul



Manoel Calvo Gutierrez Durán nasceu em Sevilha, Espanha, em 18 de junho de 1912, e faleceu em São Caetano do Sul, no ano corrente. Viveu pouco tempo na Espanha, porque os pais vieram para o Brasil quando ele tinha apenas um ano de idade. Estudou em São Paulo. Formou-se, em 1936, pela Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de São Paulo. Era também bacharel em Ciências e Letras. Frequentou diversos outros cursos de especialização.

Era casado com a senhora Maria José Lima Durán. Deixa um filho, Antonio Carlos Lima Durán.

A despeito de não residir na cidade, Manoel Durán aqui viveu a maior parte de sua vida. Veio para São Caetano, onde clinicou à Rua Pará, 205 e, depois, à Rua Manoel Coelho, 500. Era membro do Rotary Clube, desde 1951, entidade em que chegou a exercer vários cargos, de presidente de grupo a governador de distrito e conselheiro do Rotary Internacional. Falava vários idiomas, escreveu artigos para jornais e revistas, muitas vezes discorrendo a respeito de aspectos da História do Município.

Publicou os seguintes livros: *Geografia Geral* (2 volumes), *Edições e Publicações do Brasil* (esgotado); *Geografia do Brasil* (2 volu-

mes), *Edições e Publicações do Brasil* (esgotado); *E pursi muove* — recordações de viagem, Saraiva S/A, s/d.

Manoel Durán recebeu inúmeras condecorações e homenagens, dentre as quais cabe lembrar a Medalha Nove de Julho, de ex-combatente de 1932. Ao longo de suas atividades profissionais, chegou a ser professor de Estatística, Geografia e Biologia, examinador de Geologia e Mineralogia da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, médico das Indústrias Chocolates Pan, da Martini & Rossi, e diretor de Saúde da Prefeitura de São Caetano do Sul. Foi membro titular da Academia Brasileira de Médicos-Escritores e sócio titular da Sociedade Geográfica Brasileira. A vinculação de Durán com São Caetano era tamanha que chegou a dedicar um poema à cidade, que aqui vai reproduzido. (*Sônia M.F. Xavier*)

Eu, Zé Caetano

I

Quando a parca vier cortar-me o fio da vida
E minha alma liberta, em plácida subida,
Pairar, serena e só, pela amplidão azul,
Eu quero que meus ossos, por última vontade,
Repousem para sempre, em toda a eternidade,
Na terra deste meu São Caetano do Sul!

II

O meu primeiro olhar, meu primeiro vagido,
Foi no Bairro da Ponte, envolto num tecido
De simples algodão, junto à Velha Matriz.
E, nessa mesma igreja, em cristã cerimônia,
Meu batismo se fez, em festa de colônia,
De Treviso e de Mântua, numa data feliz.

III

Na primeira cartilha eu li: "São Caetano".
Minhas calças compridas foram feitas de pano
Dos teares locais. Quando chegou o Amor,
Sob véu virginal, de grinaldas florido,
Ao altar conduzi, alegre e comovido,
Minha fiel companheira, na ventura e na dor.

IV

Vi a cidade crescer. Mais chaminés, mais fumo,
Com o porte arrogante e sobranceiro apumo
Ao som enternecido e plangente dos sinos
De uma Nova Matriz, enquanto, vagoroso,
Manso, manso, a ondular, de leve, sinuoso,
Rolava, lentamente, o rio dos Meninos.

V

Mas veio a liberdade. A princípio uma idéia
Depois, firme concepção; por fim, uma epopéia,
A multidão em festa, todo um povo feliz,

Partindo para a luta, impõe sua vontade,
 Conquista a Autonomia para sua cidade,
 E um Município a mais no mapa do País.

VI

Conseguiste, num grande esforço triunfal
 Pôr a prumo, no Estado, tua espinha dorsal.
 Orgulha-se de ti o teu dileto filho!
 Pouco importa o despeito, a hipócrita mentira
 Dos que a inveja soez o juízo retira,
 Voz sem eco a uivar sempre o mesmo estribilho.

VII

Em ti, meu Caetano, eu só vejo o progresso,

Vejo as ondas de povo, dos lares, no recesso,
 O arfar de corações. Vejo a colméia imensa,
 Fábricas a estrugir, chaminés fumegando,
 Sinos a badalar, escolas soletando,
 Ranger de ferrovias, culto ao saber, imprensa.

VIII

Por isso é que ao morrer, desfeito o fio da Vida,
 E minha alma liberta, em plácida subida,
 Pairar, serena e só, pela amplidão azul,
 Eu quero que meus ossos, por última vontade,
 Repousem para sempre, em toda a eternidade,
 Na terra deste meu São Caetano do Sul!



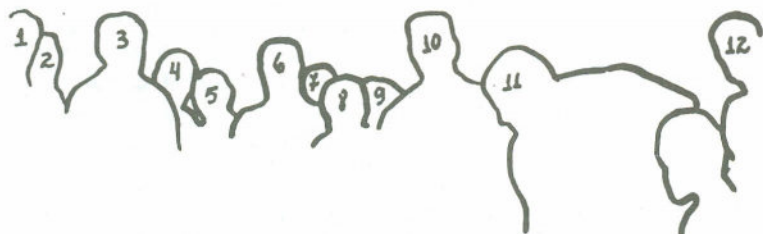
Foto de 1961, na sede do Rotary de São Caetano.
 Da esquerda para a direita, sentados:
 Jayme Távares, Anacleto Campanella,
 Manoel Gutierrez Durán e Maria José Lima Durán

Museu de São Caetano do Sul



Anos 60, cerimônia diante do Paço Municipal

- 1 - ?
- 2 - ?
- 3 - Anacleto Campanella
- 4 - Oscar Leite
- 5 - Concetto Constantino
- 6 - Filomeno Silvestre
- 7 - Nicolino Puccetti
- 8 - ?
- 9 - ?
- 10 - Alcides ?
- 11 - Manoel Gutierrez Durán
- 12 - Antonio Mello



Antônio Marinotti

Quem não “roubou” frutas no pomar do seu Marinotti, lá pelas bandas das décadas de 20 e 30, não se pode considerar um moleque de São Caetano, daquela época.

Seu Marinotti, como era chamado Antônio Marinotti, era proprietário do quarteirão circundado pela rua Manoel Coelho, av. Goiás, ruas Rio Grande do Sul e Niterói. Lá, ele mantinha, bem cuidado, um lindo pomar, com frutas de diversas qualidades, prevalecendo a uva.

No vinhedo do seu Marinotti, por ser um dos mais bem tratados, eram produzidos os mais belos cachos de uvas, da região. Por isso, era o mais visado pelos pequenos “larápios de frutas”.

No tempo da colheita, o seu Marinotti era, diariamente, molestado pelos “gatunos”, que usavam de todas as artimanhas imagináveis para surrupiar frutas na sua plantação.

A mais usada era aquela de alguns garotos provocarem o seu Marinotti, na esquina das ruas Rio Grande do Sul e av. Goiás, enquanto outros, entrando pela esquina da rua Niterói com a rua Manoel Coelho, faziam “aquela” festa no seu pomar.

O seu Marinotti, além de gostar muito de plantas, apreciava muito animais eqüinos. Era cocheiro urbano de profissão e na sua carroça mantinha sempre belos animais sadios, que eram especialmente tratados por ele.

Até 1922, manteve um coche no Ponto de Veículos, puxado por duas mulas de mais de 1,60 de altura que faziam inveja aos outros cocheiros. O seu irmão Agostinho, conforme contava Casério Veronesi, até o início da década de 20, manteve um coche (carruagem antiga) no ponto, tipo limusine, semelhante ao da Rainha Elizabeth, da Inglaterra.

No carnaval, ia para a av. Paulista, na sexta-feira, para alugar sua carruagem para o curso de São Paulo, só voltando para São Caetano na quarta-feira de Cinzas.

Antônio Marinotti era italiano de nascimento, tendo deixado sua terra natal, Cordignano (Treviso) para vir para o Brasil em 1898. Veio com toda

a família, composta pelos pais (Francisco Marinotti e Ana Marinotti) e irmãos, João, André e Agostinho. Para São Caetano, veio em 1908.

Certa ocasião, adquiriu uma mula, para usar em sua carroça. Era uma maravilha de bonita. Quando ela passava, todos paravam para admirá-la. Com o passar do tempo, ficou muito famosa na cidade a ponto de, quando os homens queriam elogiar uma mulher, por ser bonita, diziam: “Ela é linda como a mula de propriedade do Marinotti.”

Marinotti nasceu em 31 de maio de 1889. Completaria, este ano, 102 anos. Deus, porém, não quis assim e, no dia 21 de janeiro último, seu Marinotti partiu para o além, deixando muita saudade.

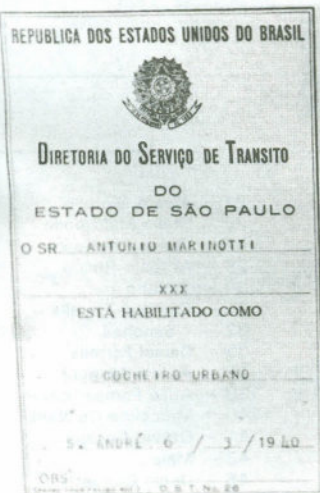
Seu Marinotti, espero que o senhor perdoe todos aqueles moleques que perturbaram sua paciência, por muitos anos, porque eu fui um deles (Henry Veronesi).

Coleção José A. Marinotti



Antonio Marinotti, com 92 anos, em foto tirada em 1981

Coleção José A. Marinotti



Fac-símile da carteira de habilitação de Antonio Marinotti, em 6 de março de 1940, como cocheiro urbano, expedida pela Diretoria do Serviço de Trânsito do Estado de São Paulo

Arquivo de Cecília Costa



Matriz da Sagrada Família, na Praça Cardeal Arcoverde, em foto de 1954

Arquivo de Olga Melloni



Capela na Rua Matarazos, esposa O rapa A meni

Arquivo de Geraldo Braido



Ano de 1945: o sr. Santiago Del Rey, Carlos, na esquina das ruas Santa Catarina Baraldi. A casa, nos fundos, pertence família Baraldi

Praça Cardeal Arcoverde: foto de 1934, em que aparece o padre Alexandre Grigolli acompanhado por rapazes da congregação

- 1 – Padre Alexandre Grigolli
- 2 – Padre Joãozinho
- 3 – Geraldo Braido
- 4 – Antonio Franzin
- 5 – Mário Porfírio Rodrigues
- 6 – ?
- 7 – ?
- 8 – Gabriel Perrella
- 9 – Antonio Gallo
- 10 – ? Auricchio
- 13 – Moacir Prestes
- 14 – Américo Ghiotto
- 17 – Antonio Rodrigues
- 21 – ? Marchiori



- 22 – Álvaro Morcelli
- 26 – Stélio Mazzarollo
- 27 – Cesário Bortolini
- 28 – Antonio Rocco
- 30 – Toninho ?
- 31 – Carmine Perrella
- 32 – ? Sanches
- 33 – Daniel Perrella
- 36 – Acácio Montini
- 39 – Atílio Pompermayer
- 40 – Marcelino De Nardi
- 41 – Otávio Cavana
- 43 – Maia
- 45 – Décio Giorgetti

de Santo Onofre e a sorveteria de Antonio Souza, em São Caetano (atual Avenida Conde Francisco), em 1934. Na tomada, Antonio de Souza, a Rosa Valente e Souza, os filhos Valter, Ana e Olga. Na outra porta, era o ajudante. Na calçada era a filha do fotógrafo.

Arquivo General Motors



Oficina da Escola Técnica da General Motors, em São Caetano do Sul, em foto de 1942(?)

com o neto, a menina e a mãe.

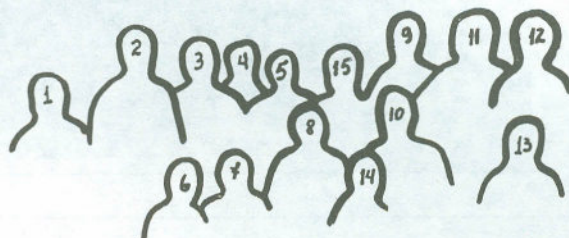
Museu de São Caetano do Sul





Famílias Quaglia, Trevizan e Galeazzi, em foto de 1941, tirada na residência de Duvílio Quagli, na Vila Bela (São Paulo)

- 1 - Nelson Quaglia
- 2 - João Trevizan
- 3 - ?
- 4 - Bruno Trevizan
- 5 - Dosolina Galeazzi
- 6 - Ubirajara Quaglia
- 7 - Mariazinha Galeazzi
- 8 - Joana Trevizan



- 9 - Adriano Galeazzi
- 10 - Emílio Trevizan
- 11 - Duvílio José Quaglia
- 12 - Mafalda Quaglia
- 13 - Sérgio Quaglia
- 14 - Adolfo Quaglia
- 15 - ? Galeazzi



Cerimônia de apresentação de engraxates uniformizados e organizados pelo Lions-Centro, em 1974, no gabinete do prefeito. Da esquerda para a direita: Hélcio Penna, presidente do Lions-Centro; Walter Braido, prefeito; um grupo de engraxates e Marli Coelho, diretora do Serviço Social

Casamento

Foto de 14 de novembro de 1936. O casamento civil realizou-se às 10h00, no Cartório de Registro Civil, à Avenida Conde Francisco Matarazzo, perante o juiz substituto José Giardullo. Mateus Constantino, o juiz titular, estava ausente naquele dia. Eram cerca de 18h00 do mesmo dia, quando o casamento religioso foi iniciado na residência da noiva, à rua Rio Branco. O padre, um jovem auxiliar do Pe. Alexandre Grigolli. A noiva residia no velho casarão situado no último quarteirão da rua, sem saída e bem próximo à estrada de ferro. O mesmo casarão que, em 1914, foi palco do surgimento do São Caetano E.C., quando lá residia Paolo Perrella.

Depois do casamento, iniciou-se o jantar. Tipicamente italiano, como as famílias que se uniam: muita macarronada, frangos, aves do sítio dos pais do noivo e, como não poderia deixar de ser, uma grande cartola de vinho, das colônias de São Bernardo, enviada especialmente pelo tio do noivo, Nino Gastaldo, que se orgulhava de sua produção de vinho.

Os noivos: Rosa Piccolo e Gisberto Grigoletto. Na foto, além dos noivos, ao lado da noiva: Cândido e Amália Piccolo (pais da noiva); ao lado do noivo, João e Carolina Grigoletto (pais do noivo). Aparecem, ainda, o casal padrinho (um apenas, como era costume na época), Pedro Daniel e Maria Grigoletto Daniel. Os demais, todos parentes e amigos das famílias, entre eles Humberto Piccolo e a esposa Elvira; Ângelo Piccolo e esposa Vitória; Amabile Piccolo; Mero Maria Basso; Antonio Piccolo; Ângelo Picolo; João Grigoletto e esposa Luiza; Arthur Garbelotto e esposa Lídia; José Rizzo e esposa, Henriquetta; Domingos de Marcos e esposa, Antonia; Humberto Grigoletto e esposa, Cristina; Antonio Grigoletto e esposa, Maria; Ettore Grigoletto; Victorio Piccolo, Vilma (Vicky) Garbelotto e Antonio Garbelotto.

Na época, muitos membros das famílias Piccolo e Grigoletto eram participantes do C.E. Lazio, clube da rua Rio Branco, que reunia jovens descendentes dos italianos moradores de São Caetano. Muitos, como o noivo, integravam a equipe de ginastas que marcou época na região.





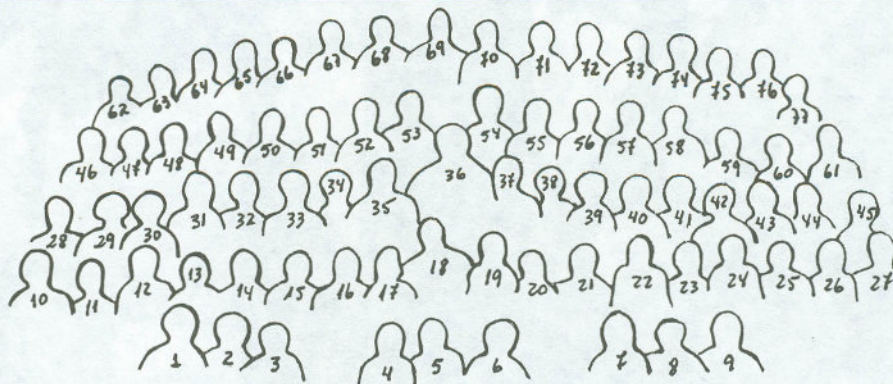
Início da construção do prédio do Setor de Compras, da General Motors de São Caetano do Sul, em 1945



Exposição de veículos da linha 1941, no pátio de São Caetano do Sul da General Motors



Sociedade de Mútuo Socorro Príncipe di Napoli: escola mantida pela entidade, destinada a filhos de associados. O diretor era o Professor Giancarlo Cardo; a secretária era Maria Cardo, filha do diretor. O livro didático para o grupo adiantado de alunos era Il Cuore (O Coração), editado em italiano. Pedro (Pierin) Matiello levava as varinhas de marmelo para o professor, mas era o primeiro a experimentar o castigo com as próprias varinhas, devido à conduta em classe. Foto de novembro de 1923.



Sentados no chão:

- 1 – Pedro Matiello
- 2 – Jordano P.S. Vincenzi
- 3 – Gisberto Cavassani
- 4 – Aurélio Scartozzoni
- 5 – Guilherme Scartozzoni
- 6 – Oswaldo Falchiero
- 7 – Marcelino Aquilio
- 8 – Arquimedes Sanches
- 9 – Armórico Veronesi

Primeira fileira:

- 10 – Lauro Garcia
- 11 – Lauriston Garcia
- 12 – Mauro Moretti
- 13 – Flóvido Roveri
- 14 – ?

- 15 – André Perrella
- 16 – Leônidas Paolone
- 17 – Mário Capuano
- 18 – Béglica Lorenzini
- 19 – Angelino Matovani
- 20 – Nórico Thomé
- 21 – João Parodi
- 22 – Antonio Biagi
- 23 – Antonio Ulhana
- 24 – Miguel Perrella
- 25 – Walter Vincenzi
- 26 – ?
- 27 – Leonildo Morcelli

Segunda fileira:

- 28 – Carmela Capuano

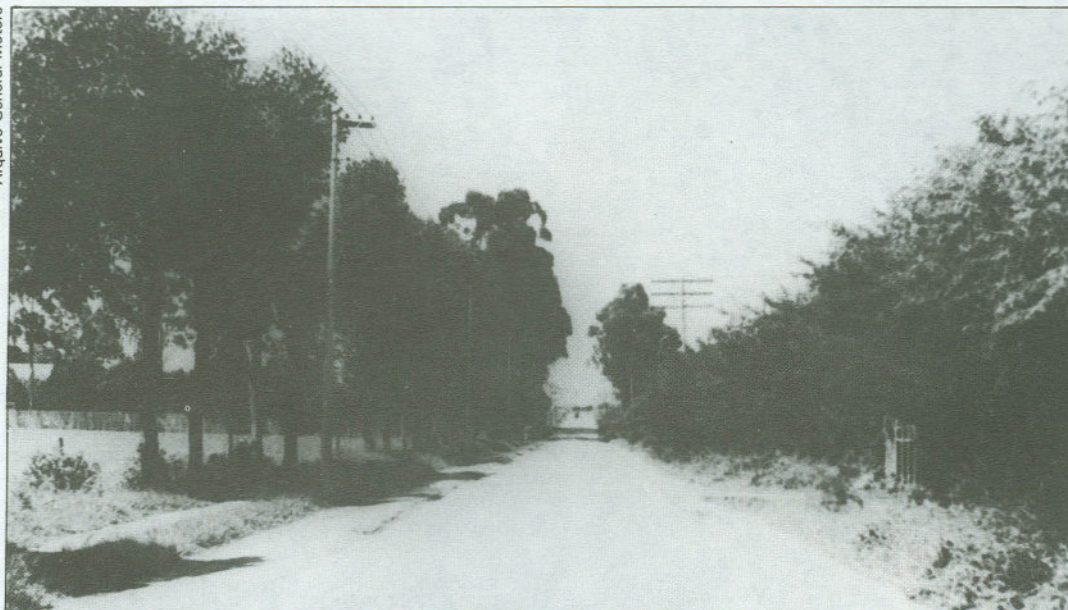
- 29 – ?
- 30 – Amália Cardo
- 31 – Maria Cardo
- 32 – Santina Infante
- 33 – Irene Moretti
- 34 – Antonieta Tozelli
- 35 – Irene Miasi
- 36 – Professor Giancarlo Cardo
- 37 – Olga Perrélla
- 38 – Ignes Garbelotti
- 39 – Arcângela Biagi
- 40 – Agda Braido
- 41 – Gina Capelli
- 42 – Maria Garbelotti
- 43 – Assunta Fiorotti
- 44 – Maria Miasi
- 45 – Iole Santarelli

Terceira fileira:

- 46 – Idalino Zambotto
- 47 – Josefina Rodrigues
- 48 – Hermenegilda Parodi
- 49 – Giacomo Benedetti
- 50 – Francisco Vitale
- 51 – ? Lorenço
- 52 – Alcides Cavassani
- 53 – Joaquim Perrella
- 54 – Daniel Fiorotti
- 55 – Arlindo Scarciofoli
- 56 – Silvério Perrella
- 57 – Alfio Cavassani
- 58 – Antonio Séspide
- 59 – Iolanda Barile
- 60 – Laura Moretti
- 61 – Benedita ?

Quarta fileira:

- 62 – Manoel O. Novaes
- 63 – Hermelindo Franchini
- 64 – Idalino Braido
- 65 – ? Malateaux
- 66 – Mário De Nardi
- 67 – Walter Cardo Filho
- 68 – Giacomo Fiorotti
- 69 – Celeste Biagi
- 70 – Olinto Fiorotti
- 71 – João Buso
- 72 – Celeste De Nardi
- 73 – João Dal’Mas
- 74 – Ugo Veronesi
- 75 – Laurindo Zambotto
- 76 – Manoel Cardoso
- 77 – Antonio Colognesi



Vista da Avenida Goiás, no Bairro Barcelona, em foto de 1942



Foto de 1971: Baile das Debutantes, realizado no salão do Clube Comercial, na Rua Santo Antonio e organizado pelo Lions-Centro. Da esquerda para a direita: governador do Distrito L-16 do Lions clube: jornalista Ferreira Neto; Oswaldo Samuel Massei, prefeito; Henry Veronesi, vice-presidente do Lions-Centro; Idalina de Oliveira, apresentadora da TV Record e jornalista Serafim Vicente Neto, apresentador das debutantes



Ano de 1958: em comemoração ao aniversário da cidade, os irmãos Del Rey trouxeram um balão em forma de dirigível Zepelin, exibido na Praça Cardeal Arcoverde. Devido à força do balão, precisou ser amarrado às colunas do antigo coreto. O sr. Francisco Del Rey aparece sobre o coreto, de chapéu (doação de Francisco Del Rey).



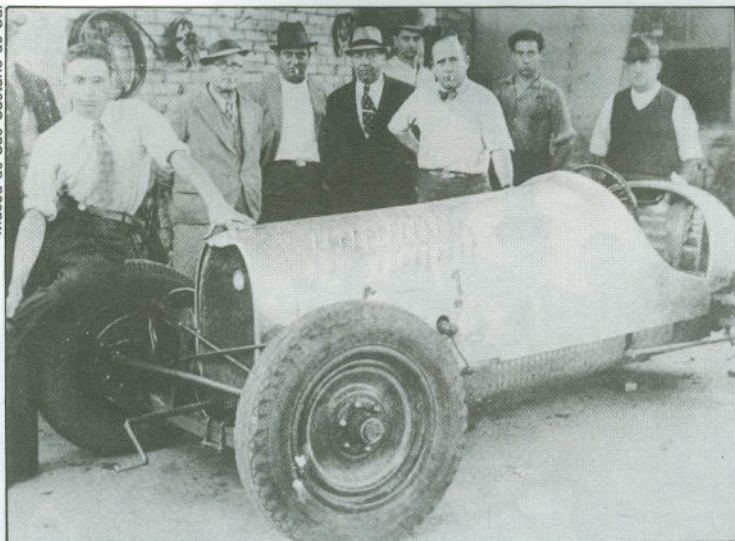
Foto, sem data, tirada da janela da Padaria Marchegiana. Em primeiro plano, a cocheira; ao fundo, a Cadeia Pública, que funcionava na Rua Heloisa Pamplona. O local em que a foto foi batida, na década de 20, é hoje o cruzamento das ruas Dr. Rodrigues Alves e Heloisa Pamplona (Doação de Loris B.B. Santarelli).



Ano de 1945: arco comemorativo ao final da Segunda Guerra Mundial, em homenagem aos pracinhas de São Caetano. Desenho e projeto de Francisco Del Rey, doador da foto. Local: Praça Cardeal Arcoverde



Parte da Família de Lorenzina Gava De Nardi, em 1936. À esquerda, a parede que aparece é do Palacete De Nardi (sede atual do Museu). Ao fundo, a casa de Antonio Perrella. Em pé, da esquerda para a direita: Giovanni Perrella, Celestina De Nardi Perrella, Elias Lod, Fiorentina De Nardi e Luiz De Nardi. Sentados, da esq. para a direita: Inês De Nardi, Antonio De Nardi, Lorenzina Gava De Nardi e Rosalina De Nardi. A criança, em pé, é João Domingos Perrella (doação de Gabriel Perrella).



Carro de corrida pertencente a Attilio Santarelli, em foto de 1938. Tratava-se de um Fiat 525, com câmbio e diferencial Mercury, transformado em carro de corrida nas oficinas de Sereno Gaspari, em São Caetano do Sul. O corredor era Luciano Bonini. Esse veículo correu na Pista do Chapadão, em Campinas, e em Piracicaba, chegando a desenvolver 140 quilômetros/hora



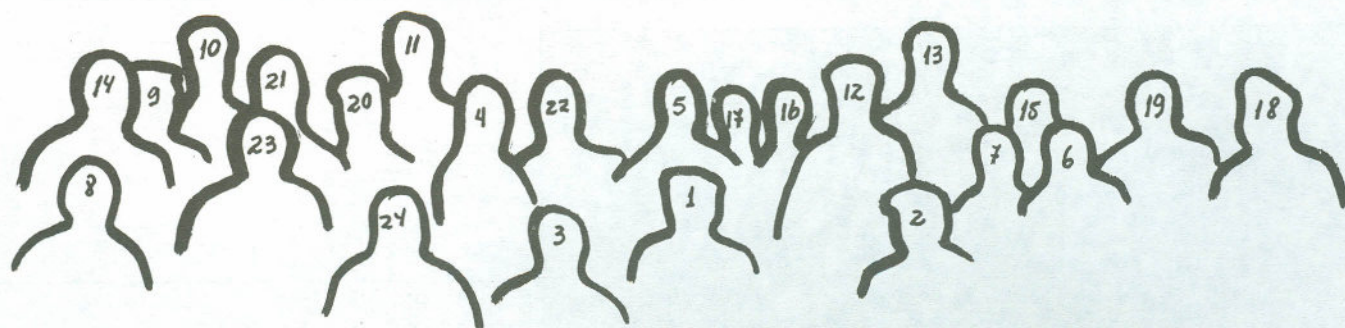
Família de César D'Agostini, com a esposa Luíza Cavassani D'Agostini. Da esq. para a direita, os filhos João, Antonio, Luiz, Paulo e Fêlice (doação de Elvíia Ferrari Mantovani)



Estação da Estrada de Ferro do Rio de Janeiro, em 1935: seleção de jogadores da Portuguesa. Sentados, da direita para a esquerda: Albino Martorelli, José Luiz Fiorotti, Gasperini, Frederico e Carioca. Na primeira fileira, em pé, de chapéu, Eliseo Ferrero, diretor de Esportes da Portuguesa (doação de Albino Martorelli)



Funcionários da Estação de São Caetano, em 1927, na antiga Estrada de Ferro|São Paulo-Railway (SPR), a Inglesa



- 1 — Manoel Petransan (chefe da estação)
- 2 — Avelino Poli (ajudante do chefe)
- 3 — Adolfo Benatti (escriturário)
- 4 — Abílio Poli (telegrafista)
- 5 — João Montesanti (telegrafista)
- 6 — Daniel Fiorotti (praticante de telegrafista)
- 7 — Ernesto Munhoz (praticante de telegrafista)
- 8 — Angelo Cianfarani (praticante de telegrafista)

- 9 — Lázaro Benatti (conferente)
- 10 — João Malateaux (conferente)
- 11 — Alfredo malateaux (conferente)
- 12 — Espiridião de Oliveira (conferente)
- 13 — Eliseu Malateux (encarregado)
- 14 — José Zambotto (portador)
- 15 — João Nicoli (portador)
- 16 — Abílio (?) (portador)

- 17 — ?
- 18 — José Gonçalves (porteiro)
- 19 — ?
- 20 — Manoel Martinho (mensageiro)
- 21 — Angelo Gallo (cabineiro)
- 22 — Aníbal Soares (cabineiro)
- 23 — ?
- 24 — Ernesto Poli (ex-chefe dos cabineiros)



Inauguração da placa da Avenida Roberto Simonsen, em fotografia sem data, doada pela Cerâmica São Caetano S/A. Antes, a avenida chamava-se Rua Santo Antonio. A placa foi colocada na parede do armazém do sr. Francisco Massei, que aparece na foto.



Posse do prefeito Anacleto Campanella, em 4 de abril de 1961, no atual Paço Municipal, com a entrega do símbolo vitorioso de sua campanha eleitoral — a pena. Lê-se no símbolo a seguinte inscrição: “Confiante na vitória — Anacleto Campanella — uma homenagem”.

A comarca

A lei estadual n.º 2.456, de 30/12/1953, criou a Comarca de São Caetano do Sul. A instalação demorou um pouco, apesar das reclamações dos munícipes que precisavam deslocar-se para Santo André para solucionar as questões judiciais.

Em 3 de abril de 1955, foi instalada solenemente, no terceiro andar do Prédio Vitória, a Comarca de São Caetano do Sul. Na ocasião, o governador era Jânio Quadros; presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Manoel Gomes de Oliveira; presidente da Assembléia Legislativa, André Franco Montoro, e prefeito da cidade, Anacleto Campanella.

Como primeiro juiz da nova Comarca tomava posse Milton Evaristo dos Santos (recentemente aposentado como desembargador do Tribunal de Justiça). O primeiro promotor público foi Gastão Mata de Carvalho que, mesmo aposentado, continuou a advogar na cidade e a integrar o Rotary Club-Centro.

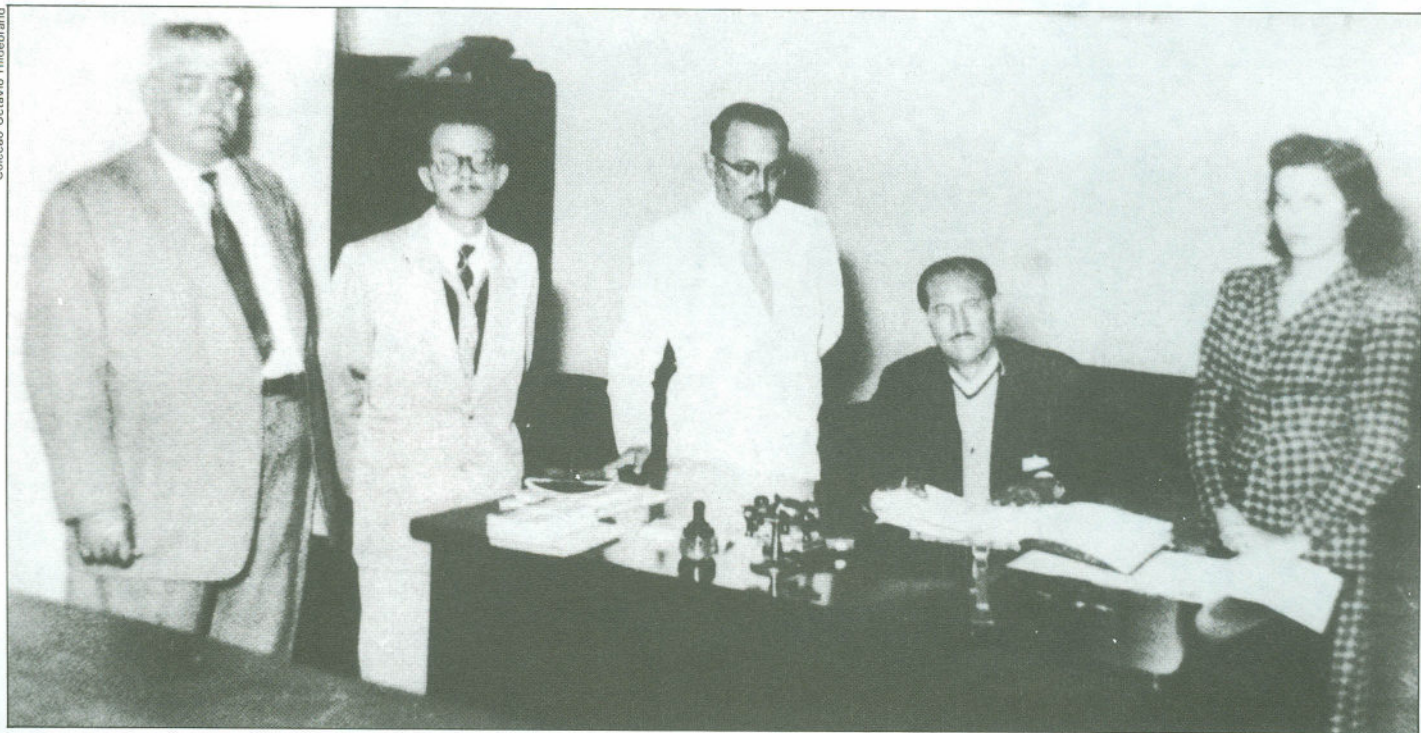
Simultaneamente, instalaram-se os serviços cartorários. Octávio Hildebrand foi o serventuário do Cartório Distribuidor, Contador e Parti-

dor; Lauro Camargo, do Cartório do 1.º Ofício; Luiz Meira, do Cartório do 2.º Ofício; Múcio de Oliveira Costa, do Cartório de Registro de Imóveis.

Além destes, outros funcionários cartorários chegavam à cidade e acabaram radicando-se aqui como Acrísio Cardoso de Souza, João di Conti, Zigomar Leme da Silva e Walmor Rosa.

A foto mostra o ato do registro da primeira ação judicial distribuída em São Caetano do Sul, no Cartório Distribuir, em 4 de abril de 1955. Da esquerda para a direita: Jorge Crunfly, Jaime Barbosa de Mello e Olavo Dias, todos oficiais da Justiça. Sentado, Octávio Hildebrand, serventuário, e a funcionária do Cartório, Benedita Irene Cardoso do Nascimento, depois casada com o advogado Veiga de Castro.

O Cartório Distribuir funcionava no prédio pertencente à família Benedetti, na rua Rio Grande do Sul esquina com Baraldi, local em que, pouco tempo antes, estava instalada a Prefeitura, antes de mudar-se para o Prédio Vitória (Antonio Carlos de Abreu Hildebrand).



Coletado Octávio Hildebrand



Foto do casamento de Vittorio Dal'Mas e Antonia Braido, em 20 de julho de 1912 (doação de Mário Dal'Mas)

